



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(*) DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 88 TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2014

(*) Republicado, em 11/7/2014, para correção da capa e texto incompleto em Ata.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Temporárias

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22 Líder Humberto Costa - Bloco (117,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Inácio Arruda (89,94,115,128) Marcelo Crivella (36,120,127) Líder do PT - 13 Humberto Costa (117,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,115,128) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,127)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16 Líder Wilder Moraes - Bloco (95,112,119) Vice-Líderes Mário Couto (34,61,124) Jayme Campos (28,106,110,122) Alvaro Dias (73,123) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,123) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,119) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98) Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,83,129)
		PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

EXPEDIENTE	
NwK Hgtpepf q'Dcpf gk'c'f'g'O gmq'Hkj q Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1.1.1 – Comissão Mista Especial destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ata da 14ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2013 4

Ata da 15ª Reunião, realizada em 20 de fevereiro de 2014 11

1.1.2 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias

Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2014..... 27

Ata da 2ª Reunião, realizada, em 2 de junho de 2014 57

Ata da 3ª Reunião, realizada em 3 de junho de 2014 74

“Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal”

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2013, às 13 horas e 26 minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, ocorrida sob a Presidência do Deputado **Cândido Vaccarezza (PT/SP)** e com a presença dos Senadores: **Romero Jucá (PMDB/RR)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**, **Ana Amélia (PP/RS)** e **Waldemir Moka (PMDB/MS)** e dos Deputados **Edinho Araújo (PMDB/SP)**, **Eduardo Barbosa (PSDB/MG)**, **Miro Teixeira (PROS/RJ)** e **João Maia (PR/RN)**. Esteve presente, também, o Deputado não membro **Eliseu Padilha (PMDB/RS)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Vital do Rêgo (PMDB/PB)**, **Jorge Viana (PT/AC)**, **Pedro Taques (PDT/MT)** e **Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)** e os Deputados: **Sergio Zveiter (PPS/RJ)** e **Arnaldo Jardim (PPS/SP)**. Na ocasião, foi aprovado Relatório Parcial que define crime de terrorismo e dá outras providências, concluindo pela apresentação de um Projeto de Lei. Após sua aprovação, a presente ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Esclareço que, conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação do relatório do Senador Jucá sobre a regulamentação do crime de terrorismo, inciso XLIII do art. 5º da Constituição.

Antes, porém, gostaria de colocar em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura desta ata. Os Srs. Deputados e Senadores que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, quero saudar todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado, assim como pelas mídias sociais.

Sr. Presidente, antes de entrar no tema específico do terrorismo, eu queria apenas fazer o registro e informar à Comissão que ontem nós tivemos a terceira reunião com as seis centrais sindicais, tratando da regulamentação do direito de greve. Junto com a regulamentação do direito de greve as centrais colocam a necessidade de se tratar do tema do acordo coletivo no setor público, também da liberação de dirigentes sindicais. Tenho explicado às centrais sindicais que esta Comissão tem o objeto precípua de regulamentar itens da Constituição. Portanto, nesse projeto específico do direito de greve no setor público, apesar de falar de mecanismos de entendimento, nós não teríamos a condição de, nesse projeto, aferir esses outros temas que não são objeto da regulamentação. Então, nós estamos discutindo esses temas paralelamente, exatamente para que depois possa ser apresentado um projeto autônomo que trate desses dois temas.

Nós avançamos no tema regulamentação de greve no setor público. Algumas propostas foram encaminhadas pelas centrais sindicais, nós ficamos de consolidar essas propostas, nós marcamos e fiquei de enviar na próxima semana para as centrais sindicais essa proposta consolidada. É claro que há discordância em alguns pontos, mas fiquei de enviar, na próxima semana, e eles têm o prazo até o dia 10 para encaminharem colocações, críticas, sugestões – e nós faremos uma reunião com as centrais sindicais no dia 10.

Portanto, esse tema das centrais sindicais, esse tema da regulamentação da greve no setor público, eu pediria ao Presidente Vaccarezza que fosse suspenso da pauta, e nós tivéssemos a condição de, provavelmente, tratar na reunião do dia 14...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Dia 11.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – No dia 11, que será marcada pelo Presidente. Então, fica aqui o registro. É um tema candente, é um tema polêmico, é um tema que precisa ser encarado por esta Comissão – a regulamentação da greve no setor público –, mas nós estamos tentando fazer, ao máximo, com o entendimento com as centrais sindicais, exatamente por que vai ser preciso, depois, tramitar nos plenários, tramitar no plenário da Câmara dos Deputados. E as centrais, se não houver o mínimo de entendimento, vão-se mobilizar e, na verdade, terminam emparedando e inviabilizando a votação do projeto.

Nós estamos hoje, como foi definido, discutindo – e, se possível, votando – o projeto de lei que define o crime de terrorismo e toma outras providências. Em homenagem ao Deputado Miro Teixeira, o Presidente adiou esse tema. É importante a presença do Deputado Miro, até porque foi um dos articuladores e autores da proposta que consolidamos, e está aqui o texto – eu não vou repeti-lo, ele é de conhecimento de todos, foi disponibilizado.

Então, eu queria colocá-lo em debate, Sr. Presidente, registrando que nós estamos endurecendo e tipificando a pena de terrorismo; tipificando o financiamento do terrorismo; tipificando o terrorismo contra coisa; tipificando a

incitação ao terrorismo; o favorecimento pessoal no terrorismo; grupo terrorista; arrependimento e proteção legal; cumprimento da pena e, aqui, registrando que, como não pode deixar de haver progressão na legislação brasileira de pena, nós estamos colocando a progressão após o cumprimento de 4/5 da pena. Portanto, endurecendo essa questão do cumprimento da pena em regime fechado e prevendo, no art. 10, que os crimes de terrorismo são inafiançáveis e insusceptíveis de graça, anistia ou indulto; portanto, trata de forma bastante dura essa questão.

No art. 12, só para registrar, nós estamos ajustando a Lei nº 8.072, no art. 8º, porque esse artigo dizia que será de três anos e seis meses de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, terrorismo e prática da tortura. Como nós estamos tirando o terrorismo daqui para tipificar e endurecer, nós estamos refazendo o texto, retirando a palavra “terrorismo”. Então, é apenas algo complementar, para que não fique a penalização do terrorismo prevista em outra legislação conflitante com a pena mais dura que nós estamos fazendo.

Então, esse é o comentário que eu queria fazer, Sr. Presidente, e me coloco à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Agradeço ao Relator a menção que faz na sua exposição ao trabalho que eu fiz e ao aproveitamento das ideias, melhorando-as, até quanto ao estilo, com uma síntese mais perfeita do que a que eu consegui, com a leitura de tantos tratados de acordos internacionais, para não tentar pela criatividade resvalar, de repente, para o campo do exotismo. Procurei-me louvar muito dos tratados e acordos internacionais. O meu trabalho ficou mais longo, e o de V. Exª sintetizou muito perfeitamente aquelas ideias, acrescentando e abrihantando, claro, dando o brilho, dando o lustro que não tinha.

Tenho algumas observações. No art. 2º: “provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa” – e aí começa a questão, eu colocaria um ponto aí e suprimiria “por motivo ideológico, religioso, político ou preconceito racial ou étnico”. Não importa o motivo; é a conduta, não importa o motivo.

E há outra coisa: a questão ideológica tem uma amplitude que realmente, eu, pelo menos, não sei onde pode terminar um procedimento que é voluntarista apenas e começar algo que é ideológico, que represente alguma coisa que mova legiões de pessoas. Penso que atingiríamos o objetivo, colocando ponto depois de “pessoa”. Não importa o motivo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Concorde com V. Exª, e a modificação está registrada aqui no relatório.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Muito obrigado.

Ainda no art. 2º, os incisos V e VI criam uma figura da vítima diferenciada – no art. 2º, §2º, V e VI. Isso, de certa maneira, fere o princípio da igualdade dos cidadãos, que devem ter a sua integridade igualmente tutelada. Então, o crime não pode ser agravado, se for praticado contra Presidente e Vice-Presidente da República, ou Presidente da Câmara dos Deputados, ou Presidente do Senado Federal, ou Presidente do Supremo Tribunal Federal, ou contra Chefe de Estado ou chefes de governos estrangeiros – não importa; não importa!

Qualquer cidadão que tenha um bem jurídico tutelado pela lei, descrito aqui nesse projeto, atingindo, por uma prática criminosa e terrorismo, tem que estar sujeito às mesmas penas a que estaria aquele que se movesse contra um Presidente da República ou da Câmara dos Deputados, ou do Senado Federal, ou do Supremo Tribunal Federal. Então, requeiro a supressão dos incisos V e VI, pelo princípio da igualdade de todos perante a lei, pelo princípio da igualdade, na proteção que a lei tem que dar a todos os bens jurídicos tutelados, especialmente à vida e à integridade física – supressão dos incisos V e VI, do §2º, do art. 2º. Faço a mesma observação que fiz em relação ao caput...

Não sei se devo parar enquanto faz anotação ou se prossigo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – (Fora do microfone.) – Pode prosseguir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – A mesma observação que fiz sobre o caput, peço que, por arrastamento, V. Exª acolha em relação ao art. 4º. Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante dano a bem ou serviço essencial por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial... Não, é essencial, ponto! – é uma questão de levar, por arrastamento, àquela supressão.

E aí não vou gastar muito latim, nem ofender tanto a audição de V. Exª, porque esse é o sentido mais indefeso do homem. É curioso, não é? Você se defende no tato, no olfato, na visão, mas a audição é um inferno, porque você pode tapar os ouvidos que entra o som pela caixa craniana, não adianta – estou na p.114, em ensaio sobre a audição.

Mas, no art. 5º, eu pediria a supressão do artigo e do parágrafo: “incitar o terrorismo por meio de divulgação de material gráfico, sonoro ou de vídeo”. Depois, no parágrafo único: a pena aumenta-se de um terço se o crime é cometido por meio de internet.

Se V. Ex^a... Aliás, não peço a supressão de tudo, não. Eu tipificaria apenas como incitação ao terrorismo. Incitar o terrorismo, por qualquer meio – incitar o terrorismo, ponto!, por qualquer meio.; é claro, incitar o terrorismo. Como diz o Senador Aloysio, é a arte de economizar palavras para escrever.

Incitar o terrorismo: reclusão de 3 a 8 anos e supressão do parágrafo único: a pena aumenta-se de um terço se o crime é praticado por meio da internet. Quem é que mede a eficácia pela internet? A internet é medida pelo número de impressões.

Pode estar ali na internet disponível alguma coisa que não seja acessada por ninguém e você pode distribuir 100 panfletos na porta de estádio de futebol e causar um dano enorme. Então, suprimir, absolutamente, o parágrafo único e, no caput, suprimir a expressão “por meio da divulgação de material gráfico, sonoro ou de vídeo.”

Indo para o art. 8º, eu penso que a redação não fecha – está faltando alguma coisa aí que eu sugerirei. E vou ler: “O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado de crime de terrorismo se produza, desde que não seja reincidente em crime previsto nesta lei e não haja nenhuma consequência em razão do ato.” Isso não quer dizer nada.

Acontece o que com esse agente? Então, o que é que falta? Eu começaria dizendo: fica extinta a punibilidade do agente que, voluntariamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Eu estou fazendo, é que aqui não há nada. “Extinta a punibilidade...”, eu alteraria aqui também a alternativa “na execução ou impede” e colocaria o conectivo “e”, porque não basta ele dizer que desiste de prosseguir na execução. O negócio todo prossegue e ele está livre; não, não, pode ser uma armação.

Fica de olho nesse cara. Nós não queremos que seja perseguido alguém ideologicamente, etc., etc., e não queremos que o bandido também, o delinquente e o terrorista tenham a facilidade e a sua disposição algo que ele não precise demonstrar. Então, é preciso ter eficácia no procedimento. “O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução e impede”, em vez de “ou impede”.

Dessa lei, e não haja nenhuma consequência em razão do ato é por que ele pretendeu, com isso, que o ato preparatório não configure, por si só, um delito. Mas eu acho que essa preocupação é boa para que, se esse ato preparatório tiver descrição, porque está escrito desse jeito, como ele fez. Se constituir outro tipo penal que não o terrorismo, ele também está livre – e não haja nenhuma consequência em razão do ato.

Do jeito que está aqui, o ato preparatório é punível. A proposta de V. Ex^a é interessante, porque o ato preparatório estaria com a sua punibilidade também extinta. Então, eu fecho com o Senador Aloysio, porque é a maneira de melhor levar a pessoa a deixar de praticar o ato e de mostrar quem está tentando praticá-lo e impedir o seu resultado. Se o ato preparatório de que ele está desistindo, por si só, constituir outra espécie de delito, ele vai se esconder e não vai criar esta nova figura, porque isso aqui não é apenas um arrependimento eficaz, como já descrito no Código Penal, que foi o trabalho – desculpe fazer referência – que eu tive na anterior versão, porque é diferente, porque dá a proteção de testemunha que V. Ex^a mantém no parágrafo único.

Então, eu acho que...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas a proposta do Aloysio é colocar o que aqui?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Não, é parar em lei, ponto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – E tirar isto: “e não há nenhuma consequência em razão do ato”?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Isso aí entra na regra geral do ato preparatório...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – E incluiria antes lá “fica extinta a punibilidade do agente”, e para ali na lei – senão, ele vai ficar com medo. Sendo punível a conduta no ato preparatório, com outro tipo descrito em outra lei, ele vai é fugir, ele vai é se esconder. Os cúmplices também vão matá-lo, se ele não tiver a proteção da testemunha.

Quanto ao resto, é claro que nós estamos fazendo uma lei democrática e não agrada a todo o mundo. Mas eu cumprimento V. Ex^a e faço um apelo para atender a esses aspectos a que eu me referi. Se V. Ex^a quiser, vou repetindo pela ordem, mas penso que V. Ex^a anotou.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Proposta de V. Ex^a anotada aqui: art. 2º retira-se por motivo ideológico, religioso, político, de preconceito racial ou ético.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Nos incisos V e VI, são retirados, também, são suprimidos todos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Tudo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Todos, concordamos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Para ficarmos todos iguais perante a lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O art. 4º, também se retira o final: por motivo ideológico, religioso, político, de preconceito racial ou ético.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O art. 5º fica “incitar o terrorismo”.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – O terrorismo. É. É o tipo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – E se retira o parágrafo único.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O art. 8º fica com o texto: “Fica extinta a punibilidade do agente que voluntariamente (...) previsto nesta lei”.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Não, e há o “ou” que amolece muito a...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É, “... na execução e impede o resultado...”

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – E impede que o resultado...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – “... o resultado do crime de terrorismo.” E acaba, encerra na lei.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – “...na lei.” E o resto é o resto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Essas são as modificações atendidas.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Relator, eu queria fazer uma pergunta... Eu queria fazer uma pergunta ao Miro e ao Relator. Como o Relator aceitou, se esse próprio artigo fala em “por agente público civil, militar ou pessoa que aja em nome do Estado...”

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, aí é agravante.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – E o 5º, como agravante. E no 5º e no 6º, o que eu entendi aqui seria mais uma questão do ataque direto...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Igualdade...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – ... à instituição. Não, mas aqui é um..., porque o chefe de Estado, além de ser uma pessoa é uma instituição. Então eu queria perguntar ao Deputado Miro e ao Relator se essa questão não está se tratando da institucionalidade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Esse é um discurso.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Não, não é um discurso. Eu estou perguntando... Ainda não estou falando como presidente, mas como integrante da Comissão.

Antes, então, eu queria pedir ao Relator para fazer o...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu quero registrar que nós tínhamos colocado aqui a questão institucional, mas, na verdade, a questão institucional se confunde com a pessoa, e isso geraria, em tese, o que o Deputado Miro está colocando, quer dizer... Então, se o atentado for contra alguém que tem mandato vai ser... e, se não for, nós estamos tratando diferenciadamente. Então, para não haver esse tipo de...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Isso lembra a legislação do Império – isso lembra a legislação do Império!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – ...em que tudo era gravado quando cometido contra a figura do imperador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Para não ser...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – A própria Constituição do Império, de 1824...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Para não ser interpretado como se fosse uma supervalorização dos cargos, eu prefiro pugnar pela igualdade com o Deputado Miro.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Eu discordo do Deputado Miro Teixeira somente nesse ponto. Acho que as observações que ele fez, acolhidas pelo Relator, aprimoram o projeto, mas acho também que a Presidente, a Srª Dilma Rousseff é a Srª Dilma Rousseff. Portanto, ela está colocada no mesmo pé de igualdade de qualquer cidadão comum, só que ela é Presidente da República.

E, como Presidente da República, ela até tem, em relação às leis penais, um tratamento diferente do tratamento que merece o cidadão comum. Não que não seja aplicado a ela o Código Penal, mas para que ela seja processada é preciso um processo de impeachment...

(Falha na gravação.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – ... não está sujeito. Mesmo no Código Penal Brasileiro de hoje, você tem, no Código vigente, art. 7º, sobre a extraterritorialidade:

Art. 7º. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

I. (...)

a) contra a vida ou liberdade do Presidente da República.

Quer dizer, são instituições. A gravidade de um crime de terrorismo que tenha como vítima o Presidente da República ou um chefe de Estado estrangeiro ou o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Presidente do Supremo é muito maior do que a de um crime cometido contra uma pessoa comum, porque eles são pessoas comuns, mas são também a encarnação de instituições. Então é muito mais...

Eu acredito que o que se pretende aqui no projeto é agravar a pena. Não é que praticar terrorismo contra o cidadão comum não seja vítima e não haja pena. Mas a pena é maior quando, além de se atingir um cidadão de carne e osso, um cidadão comum, com os mesmos direitos, prerrogativas e deveres, atinge-se um cidadão investido da condição de personificar uma instituição.

Eu colocaria isso, até porque isso é bastante difundido nas diferentes legislações sobre terrorismo no mundo. Quando o ato terrorista se dirige a alguém que representa uma instituição, a sua gravidade é maior e, portanto, a pena tem de ser maior, na minha opinião.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Eu reitero, é claro que é discurso! Eu reitero, porque, se perguntarmos à mãe da vítima se o filho dela merece menor proteção do que o Presidente da República, ela vai dizer que não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não, não é proteção; é o agravamento da pena.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – É proteção, sim! É proteção, porque o caráter punitivo aí está sendo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – O crime de injúria contra o Presidente da República...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Mas, se se pratica um crime financeiro contra o Presidente da República, não há agravante.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Mas, no crime de injúria, há agravante.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – E vem da Lei de Segurança Nacional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não, não! Vem do Código Penal!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Vem da Lei de Segurança Nacional. É lá de trás isso! Vem do Código Penal, pouco depois de 1940.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – No Código Penal, no Capítulo V, “Dos Crimes Contra a Honra”, é dito: “As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido: I - contra o Presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro.”

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – É claro! Isso é detestável. A legislação precisa evoluir, já há um projeto de Código no Senado, aliás – é preciso evoluir.

Quando vamos para o ambiente dos crimes financeiros, o Presidente da República não está mais protegido do que os outros cidadãos. Em relação aos crimes dolosos contra a vida, em relação especialmente aos crimes passionais, também não há essa diferença.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Mas, quanto ao terrorismo, não!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Sempre que se lida com a vida... É que, no caso do terrorismo, o Senador Aloysio Nunes Ferreira está olhando pelo lado de quem executa, e estou olhando pelo lado da proteção às pessoas. É o outro lado! – é o outro lado!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Tem de olhar para o outro lado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – A intenção de quem executa é, para mim, absolutamente discutível, é absolutamente discutível. A intenção da pessoa é absolutamente discutível, mas o efeito daquele ato é indiscutível. Por quê? Há o corpo de delito!

Você vai dizer à família que ela está menos protegida do que o Presidente do Senado, do que o Presidente da Câmara, do que o Presidente do Supremo? Eu não tenho como sustentar isso. Votarei contra se isso for mantido.

É claro que não é caso de obstrução. Isso ainda vai ser muito discutido, não é? Mas acho que é uma involução absoluta criar o mecanismo da desigualdade da vítima!

Está se dizendo que as vítimas são desiguais! Essa é uma ofensa à natureza. Porém, cada um, cada qual – defendendo a supressão.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB - SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, destacar o trabalho do Deputado Miro, que, antes, já havia dado uma enorme contribuição e que a deu agora, também nesse relatório do Senador Romero Jucá. Com a supressão de palavras que estão colocadas a mais, acho que o texto fica muito mais enxuto. E, no tocante aos incisos V e VI do art. 2º, quero concordar com o Senador Aloysio Nunes, acho que esse texto ainda vai passar por outras instâncias, mas, neste momento, prefiro ficar com o texto do inciso V e do inciso VI, em que se preservam e se distinguem as instituições.

Mais uma vez, destaco o brilhante trabalho do Relator e a enorme contribuição do Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Com a palavra, o Deputado Eduardo.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – Cumprimento também tanto o Deputado Miro Teixeira quanto o Senador Romero Jucá. Acho que conseguiram produzir um texto extremamente claro, definindo muito bem

aquilo que é terrorismo. Acho que, quanto a essa lei, é preciso, inclusive, urgência na tramitação; acho que ela é fundamental no Estado democrático.

Há duas teses, a apresentada pelo Deputado Miro Teixeira em relação aos incisos V e VI e a apresentada pelo Senador Aloysio Nunes. Acho que é importante que seja incluído no texto o que está aqui, porque são duas teses que o Parlamento pode debater – acho que as duas teses são importantes. É interessante ser provocativo no projeto que sai desta Comissão. Vamos ver como é que este Congresso pode se aprofundar nessas duas teses, nessas duas linhas de pensamento, que são muito interessantes – acho que as duas podem nos trazer uma nova concepção de chefe de Estado no País.

Então, também concordo com a permanência, para que seja feito um amplo debate no Congresso. Ademais, as outras mudanças já acatadas aprimoram realmente o texto.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT - SP) – Com a palavra, o Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu concordei com o Deputado Miro, porque, quando se pesam as duas questões, pode haver, de certa forma, a transparência de uma intenção, que não é a intenção, de se tratar diferentemente a questão da vítima, diferenciando-a. Então, acolhi o pedido do Deputado Miro de se retirar isso, mas é claro que isso vai à votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Quero fazer só uma observação: se nós estivéssemos discutindo o crime de homicídio, evidentemente não teria cabimento essa distinção. Mas estamos discutindo outro tipo, que é o tipo de terrorismo, que é um tipo de ação que, embora dirigida contra uma pessoa, que, no caso, é o Presidente da República, tem por efeito amplificar, aumentar, agravar o pânico, a comoção social.

Então, nós não estamos discutindo o crime contra a vida. Nós estamos discutindo o agravante do crime de terrorismo. Esse é outro crime! – essa é a minha posição.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Esse crime praticado contra o Presidente poderia ensejar, às vezes, uma circunstância atenuante! (Risos.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu quero registrar que, democraticamente, estou definindo a minha posição.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Temos de olhar a questão da vítima!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Estou definindo a minha posição, mas vou acatar a posição da maioria. Então, pela votação, até agora, eu e o Deputado Miro somos pela retirada, e três são pela permanência. Então, no texto...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Fomos vencidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – No texto, fomos vencidos. No texto, vai ficar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Mas que conste que fomos vencidos pelos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Monarquistas. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – O Senador Moka quer usar da palavra antes da decisão? (Pausa.)

O que eu entendi foi o seguinte: o Senador Jucá, que é o Relator, não colocou a decisão do relatório para uma decisão da Comissão. Então, não há necessidade de postergarmos este debate. Podemos decidir aqui e encaminhar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – É só constar em ata que eu e o Relator fomos vencidos pelos monarquistas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, a Mesa está pedindo que deixemos claras quais foram as modificações. Eu vou novamente registrar em ata que o art. 2º fica com o seguinte texto: “Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à privação da liberdade de pessoa.”

Os incisos V e VI ficam mantidos, por decisão do Plenário.

O art. 4º fica com o seguinte texto: “Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante dano a bem ou a serviço essencial.”

O art. 5º fica com a seguinte redação: “Incitar o terrorismo.” E sai o parágrafo único integralmente.

O art. 8º fica com o seguinte texto: “Fica extinta a punibilidade do agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução e impede que o resultado do crime de terrorismo se produza, desde que não seja reincidente em crime previsto nesta lei.”

Os demais artigos continuam da forma como estão.

Esse é o relatório que submeto à votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Srs. Senadores, não é preciso fazer a votação nominal, não é? Está claro que há dois votos contrários em relação aos arts. 5º e 6º, os votos do Deputado Miro e do Senador Jucá. Então, concluímos o processo de votação.

O Deputado Miro quer ver o texto?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Se foi o Dirceu que o fez, eu quero vê-lo. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – O Senador Jucá...

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB - SP) – Como é que ficou o quinto?

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – O quinto ficou de acordo com a posição de V. Ex^a, que contou...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não. O art. 5º?

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB - SP) – Votei pela manutenção do quinto e do sexto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Foram mantidos os art. 5º e 6º, ou melhor, os incisos V e VI.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Foram mantidos os incisos V e VI, com os votos do Senador Aloysio, do Deputado Edinho, do Deputado Eduardo e do Senador Moka, como não se manifestou contrariamente. Como na Comissão o Presidente também vota, com o voto do Deputado Vaccarezza. Contra os votos, entre aspas, “segundo fala do Deputado Miro”, voto republicano do Deputado Miro e do Senador Jucá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nesta Comissão, sou liderado do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Em votação.

Já fizemos a votação.

Aprovado o relatório do Senador Jucá com essas observações.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Presidente, eu queria fazer uma observação que fiz há pouco com o Deputado Miro Teixeira. Considero este trabalho desta Comissão um dos mais interessantes senão o mais interessante que está ocorrendo hoje no âmbito do Congresso Nacional. Temos que tratar de temas fascinantes de uma maneira objetiva, rápida, descontraída, sem grandes polarizações e falatórios, tratando de coisas que são do interesse geral do País, etc.

Mas fico frustrado, porque não estou vendo o desdobramento do nosso trabalho, a consequência de levarmos esses textos ao plenário, porque o destinatário é o plenário, não é isso? Nossa Comissão prepara os projetos para irem diretamente ao plenário, salvo engano em relação ao Regimento. E não vejo isso acontecer – por exemplo, a regulamentação do trabalho doméstico, onde está?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – A regulamentação do trabalho doméstico nós aprovamos no Senado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sim, e está na Câmara.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Está na Câmara dos Deputados. Estamos cobrando do Presidente Henrique Eduardo Alves que possa ser votado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Está com a pauta trancada por conta de urgência constitucional da Presidente da República, um projeto absurdo da internet.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Esse é um esforço que deve ser comum a todos nós, mas nosso Presidente, com a autoridade e o prestígio que tem, nos lideraria nessa pressão para que as coisas andassem.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Concordo com V. Ex^a e vou sugerir ao Senador Jucá que, na segunda-feira à noite, tenhamos uma conversa com o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara. Todos os textos que aprovamos aqui, quero pedir ajuda aos Deputados para termos uma conversa particular da Câmara, todos os relatórios que aprovamos aqui já tiveram andamento no Senado e foram aprovados no Senado. Os relatórios que chegaram à Câmara ou que foram diretamente à Câmara, no caso do trabalho doméstico, a Deputada Benedita pediu que passasse pelas Comissões, e não foi votado ainda no plenário se vai passar ou não pelas Comissões. Atendendo à solicitação de V. Ex^a, até segunda-feira, vamos ter uma conversa com os presidentes do Senado e da Câmara.

Segundo, o próximo texto que vamos votar é o da regulamentação da greve no serviço público, um texto bastante interessante. Vou convocar a próxima reunião para o dia 11 para votarmos. Antes dessa votação, acho que deveríamos ter uma conversa com os dois presidentes para não ficarmos parados, porque há 25 anos que estamos parados na regulamentação da Constituição, e a Comissão está andando.

Esta Comissão já foi prorrogada até o final da legislatura. Então, teremos o recesso e vamos voltar no ano que vem, vamos burilar esta mesma Comissão. E o Deputado Henrique e o Senador Renan já indicaram suplentes para esta Comissão, o que dá certa vida, apesar de ela ter um índice de quórum muito alto, se comparado com presenças constantes, com debates, principalmente do Deputado Miro, que não veio à reunião passada, impediu a discussão, mas mostrou que ele tinha razão, mostrou que tinha razão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Eu estava na Comissão do Código de Processo Civil, que é um inferno, mas, graças a Deus, foi votado o texto principal ontem. Mas há uma diferença numérica...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – A questão é a seguinte: a observação do Senador Aloysio...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – ... não de conteúdo, que eu acho que nós teremos de voltar a isso aqui, só para ficar na gravação. Quanto ao conteúdo, não há problema. Porém, foram distribuídos dois textos.

Pode continuar... Aliás, quem diz que pode continuar é V. Exª que é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Então, como dizia, a observação do Senador Aloysio é coerente, e nós vamos, no âmbito do nosso poder, da nossa responsabilidade, tomar essa posição, tanto o Relator quanto eu. Aliás, já conversamos sobre isso com o Senador Renan, e eu já conversei sobre esse assunto com o Jucá. Contudo, dessa vez, eu vou levar como uma posição da Comissão.

Na próxima quarta-feira, excepcionalmente, nós não teremos reunião ordinária. A próxima reunião será no dia 11, por conta dessa discussão com as Centrais. O texto está praticamente pronto, mas o Jucá está ouvindo as Centrais, e votaremos dia 11.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar esta reunião, convocando as próximas para os dias 11 e 12.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Sr. Presidente, apenas um momento. Como foram distribuídas...

(Interrupção do som.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – ... nós discutimos aqui, ficou na gravação...

(Interrupção do som.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Acontece que o quarto e o quinto do segundo passaram para o terceiro – é a última versão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não; mas já referenciei no texto novo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS - RJ) – Eu sei, mas eu digo, para efeito de gravação, até para não parecer que nós discutimos uma coisa e saiu outra daqui. Para preservar a própria Comissão, é de se dizer que esse ajuste foi do conhecimento da Colegiado e coincide exatamente com os debates, tendo havido uma alteração numérica apenas.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – A fala de V. Exª é a fala do Relator com a assinatura do Presidente. Para efeito de gravação, é a fala que o Deputado Miro fez.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para o próximo dia 11, a realizar-se aqui, nesta mesma sala, para a regulamentação da greve no Serviço Público. – Deputado **Cândido Vaccarezza**, Presidente.

(Iniciada às 13 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 06 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião, realizada em 20 de fevereiro de 2013, às 13 horas e 12 minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, ocorrida sob a Presidência do Deputado **Cândido Vaccarezza (PT/SP)** e com a presença do Senador: **Romero Jucá (PMDB/RR)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Vital do Rêgo (PMDB/PB)**, **Walter Pinheiro (PT/BA)**, **Pedro Taques (PDT/MT)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**, **Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)** e **Ana Amélia (PP/RS)** e os Deputados: **Edinho Araújo (PMDB/SP)**, **Eduardo Barbosa (PSDB/MG)**, **Sergio Zveiter (PPS/RJ)**, **Arnaldo Jardim (PPS/SP)**, **Miro Teixeira (PROS/RJ)** e **João Maia (PR/RN)**. Na ocasião ocorreu audiência pública com a presença dos seguintes convidados: **Maria das Graças Costa**, representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; **Rubens Romão**, representante da Força Sindical; **Luiz Carlos de Oliveira**, representante da União Geral dos Trabalhadores - UGT; **João Paulo Ribeiro**, representante da Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB; **Lineu Neves Mazano**, representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST; **Flávio Werneck Meneguelli**, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; **Flauzino Antunes Neto**, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB, e **Saulo Arcangeli**, representante da CSP-Conlutas. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Conforme convocação, esta reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema de regulamentação do art. 37 da Constituição Federal, sobre o exercício do direito de greve do servidor público, com

a participação dos seguintes convidados: Maria das Graças Costa, Rubens Romão, Luiz Carlos de Oliveira, João Paulo Ribeiro, Lineu Neves Mazano, Flávio Werneck Meneguelli, Flauzino Antunes Neto e Saulo Arcangeli. Esses são representantes da CUT, da UGT, da Força Sindical, da CTB, da NCST, da CSB, da CGTB e da CSP, todas centrais sindicais nacionais.

Antes de começarmos, quero esclarecer para todos os sindicalistas, para a população que nos está assistindo que este é um tema que vem sendo discutido há 25 anos, com que o Senador Jucá, como Relator desta Comissão; eu, como Presidente, e todos os membros temos uma extrema sensibilidade e queremos dar todos os passos com diálogo permanente com as centrais sindicais, com o Governo, com o Ministério Público do Trabalho e outros agentes do Direito, com a Justiça e, principalmente, com a população do Brasil.

Estamos conduzindo com bastante responsabilidade, com bastante intermediação. O Senador Jucá recebeu, várias vezes, diversos representantes sindicais, e tivemos conversas, inclusive, com os presidentes de várias centrais. Estamos abertos para essa discussão, e com muita sensibilidade. O tema já estava pronto para ser votado há três meses e, a pedido de algumas centrais sindicais, nós adiamos a votação. Fizemos uma boa discussão no ano passado e, a pedido também das centrais sindicais, realizamos esta audiência pública e queremos esgotar o debate.

Quero dizer para todos que o canal está aberto, tanto comigo, que sou o Presidente da Comissão, como, e principalmente, com o Senador Jucá, a quem cabe relatar o projeto.

Há coisas da regulamentação que nós não podemos incluir no projeto – o Senador Jucá já explicou para vocês –, porque nós estamos limitados pela decisão da Constituição Federal, que é a nossa Lei Maior.

A Constituição diz que este art. 37 deve ser regulamentado por lei federal. Então, o que nós temos que regulamentar é o direito de greve do servidor público, como deve ser exercido. Nós não podemos aproveitar esta discussão nem aumentar ganhos para os trabalhadores nem retirar ganhos dos trabalhadores, porque nós não temos autoridade constitucional para isso.

Quero fazer uma consulta aos senhores: nesta audiência pública, estão oito centrais, ou nós as colocamos todas aqui na frente e chamamos uma a cada vez para falar ou colocamos aqui quatro e, em seguida, mais quatro.

Para mim, o mais adequado seria ir chamando, a central viria aqui, falaria e sairia da Mesa, porque não temos condições físicas para colocar todas aqui. Mas queremos dizer que vocês, esses nomes que li aqui fazem parte desta Mesa, simbolicamente, politicamente e também no processo de discussão, mas não há lugares físicos aqui.

Quero passar a palavra ao Senador Jucá, antes de iniciar o processo de chamada das centrais.

Eu vou seguir a ordem das inscrições aqui, se não houver problema com as centrais. Se houver algum problema, se vocês tiverem uma proposta de ordem, eu sigo a ordem que vocês sugerirem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, membros dirigentes das centrais sindicais, é um prazer a gente fazer esta reunião, fruto exatamente do início do entendimento que foi construído e está sendo construído com as centrais sindicais.

Esse é um tema urgente para o País, porque há uma lacuna de 25 anos. Hoje não há uma legislação específica que, de certa forma, defina os procedimentos da greve no setor público. Muitas vezes, os servidores ficam à mercê do entendimento judicial dos juízes de acordo com cada unidade da Federação, e é importante que a gente tenha, efetivamente, um dispositivo que defina a forma da greve, o instrumento da greve, a legitimidade da greve, o formato da negociação e tudo o mais.

É importante dizer que, nos contatos com as centrais sindicais, nós conseguimos evoluir bastante; mas existem ainda alguns pontos que não são pontos de consenso.

Então, primeiro, eu gostaria de registrar que não há consenso hoje com as centrais sindicais, exatamente para que não se pense que nós estamos fazendo uma reunião para fechar um posicionamento. Não é isso. Nós vamos aqui hoje ouvir as centrais sindicais em audiência pública, no sentido exatamente de agregar novas contribuições, novos posicionamentos, para que a gente possa ir construindo uma proposta que fique madura no futuro, para ser votada no plenário da Câmara e do Senado.

Não há, da nossa posição, nenhuma intenção de macular a organização sindical, muito menos o direito de greve dos servidores. Pelo contrário, nós queremos é definir esse direito de greve e evitar exatamente o que ocorre hoje aqui no Congresso Nacional: de vez em quando, surgem projetos de anistia para grevistas que foram demitidos do serviço público. A gente tem aprovado vários projetos quanto a esse ponto, exatamente por falta de uma legislação que desse cobertura e desse proteção aos grevistas e, principalmente, aos dirigentes sindicais.

No pleito das centrais sindicais, além da regulamentação do direito de greve, existem duas ações que são complementares – o Vaccarezza falou rapidamente, mas é importante a gente dizer. Uma delas é a questão da negociação, da mesa de negociação e do processo de negociação, que não faz parte da regulamentação desse projeto, mas que é um instrumento importante também, e a gente tem que discutir e procurar caminhos para resolver isso. Outra é a questão da representatividade do dirigente sindical e da norma que regula a represen-

tação sindical no serviço público também. Sobre esse assunto, eu me comprometi, inclusive, a apresentar um projeto exatamente nos moldes apresentados pelas centrais sindicais, para que pudesse haver uma tramitação mais rápida, já que essas duas matérias não se relacionam ao assunto específico desta Comissão, que é regulamentação de texto constitucional. Nenhum dos dois pontos que mencionei são pontos que requerem disciplinamento e regulamentação constitucional. São pontos novos, importantes, complementares, mas que não estão no âmbito desta Comissão.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria de me colocar à disposição. Quero dizer que a ideia é a gente ouvir todas as centrais sindicais; depois de ouvi-las, nós vamos consolidar as proposições; depois disso, vamos enviar às centrais sindicais as proposições consolidadas novamente. Então, quero registrar aqui, até para que não haja nenhum tipo de temor: esta não é uma audiência pública para a gente ouvir as centrais, fazer de conta que ouviu, marcou uma etapa e, a partir daí, apresentou um relatório e votou. Não vamos agir assim. O que for sedimentado nesta reunião voltará às centrais sindicais para uma nova avaliação, e, se for possível, faremos uma nova reunião no meu gabinete, da forma como a gente tem feito em outros momentos.

O que nós estamos fazendo aqui hoje é cumprir uma solicitação das centrais de fazer uma audiência pública para que se pudesse publicamente expor o tema – esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais. Então, é importante o posicionamento das Centrais Sindicais no sentido de ampliar o diálogo, de abrir à participação de todos. Assim, fico muito feliz de fazer esta audiência pública.

Devolvo a palavra ao Presidente para conduzir os trabalhos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Nós vamos iniciar dando 10 minutos para cada representante de central falar sobre o tema. Esses dez minutos poderão ser estendidos um pouco, se for necessário; contudo, como nós temos oito centrais, esses 10 minutos resultarão em 80 minutos. Dessa forma, é bom ficarmos nos 10 minutos, porque, do contrário, os últimos ficarão prejudicados.

Assim, peço a todos que façam um esforço para falar apenas durante esses 10 minutos.

Em seguida, o Senador Romero Jucá dará o encaminhamento.

Eu queria convidar a Srª Maria das Graças Costa, representante da CUT – Central Única dos Trabalhadores, a fazer uso da palavra.

A senhora pode se sentar aqui ao meu lado. (Palmas.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Bom dia a todos e todas.

(Manifestação da plateia.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Ah, já é boa tarde!

Então, boa tarde!

Companheiros e companheiras aqui presentes, representantes de todas as Centrais Sindicais, quero começar a nossa intervenção aqui, neste ambiente de importante debate, dizendo da importância que tem o processo de discussão e negociação para nós, para a classe trabalhadora, para as Centrais Sindicais, para a CUT. Assim, agradeço, em nome da CUT, por esse espaço aberto para o debate, que considero muito importante, haja vista que, em alguns locais, a gente não tem sequer essa oportunidade.

Para falar do direito de greve e, particularmente, do conteúdo do projeto, eu quero, inicialmente, colocar um pouco da história. Acho que o governo brasileiro – leia-se: Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais – tem uma grande dívida para com a classe dos servidores públicos no que se refere à valorização, no que se refere ao direito de tratamento como trabalhador e trabalhadora. Historicamente, a gente sabe como foi construído esse ambiente do serviço público, um ambiente que sufoca; muitas vezes, um ambiente de desvalorização e, principalmente, um ambiente em que as autoridades querem, por parte dos servidores e servidoras, uma subserviência que, em muitos locais, até o pensamento do trabalhador se quer controlar – e não só uma questão da organização.

E por que eu digo isso? Porque nós temos, no setor privado, o direito de organização, de negociação coletiva, o direito de greve, todos garantidos pela CLT, que é de 1940. Portanto, há mais de 70 anos, os trabalhadores e as trabalhadoras do setor privado têm o direito de fazer um processo de discussão e de negociação. No nosso caso, no caso do serviço público, dos trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público, nós não temos regulamentado sequer o direito à negociação.

Concordamos em que há muito conflito, que há muita divergência sobre esse tema, não só com o Parlamento e com o governo, como também entre nós, classe trabalhadora, relativamente a certas questões pontuais.

Agora, queremos deixar bastante claro que a nossa reivindicação inicial é que tenhamos direito a negociação coletiva, para começar o processo, para começar a discutir, para começar um entendimento entre as partes.

Por que dizemos isso? Porque muitas greves acontecem porque não há negociação, porque não há o cumprimento e o respeito às entidades e aos trabalhadores no sentido de fazer uma discussão, de sentar à

mesa. Muitas greves são para abrir o chamado canal de negociação, na nossa linguagem. Então, para nós, a prioridade número um – é uma questão de honra e de direito para nós – é discutir a negociação coletiva.

Nesse caso, temos um histórico aqui. Passamos quatro anos ou mais conversando com o governo brasileiro numa mesa de negociação para construir uma proposta. Chegamos a um consenso com muita peleja, como a gente chama, das centrais sindicais, para uma minuta inicial de consenso sobre negociação coletiva, direito de greve e liberação de dirigentes, para apresentar ao Governo.

Nós entregamos a proposta depois de um debate cansativo, mas muito rico, para que a gente pudesse ter essa regulamentação. Já faz mais de um ano, quase dois anos, que essa proposta foi entregue ao governo.

Então, quando surge, aqui, na Comissão especial criada para regulamentar os artigos da Constituição, o artigo que trata especificamente do direito de greve, para nós, inicialmente, no histórico, isso atropelou, como a gente chama na linguagem mais popular, esse ambiente de negociação que estava se dando há quatro anos. Então, aqui já há uma grande divergência entre nós.

Da parte do governo, estava claro que só se discutiria negociação se discutisse greve. Da nossa parte, só discutimos greve se discutirmos negociação, porque não temos condição de atropelar. A greve vem depois da negociação. Vencidas todas as pelejas do processo, se não houver condição de acordo, aí, sim, a gente declara um ambiente de greve, que não significa um ambiente seco de mobilização. Mas a greve sempre vem depois que se discute e não se chega a um acordo.

Acrescento aqui que é lógico que, em alguns locais, a gente faz greve, acorda e, depois, faz greve para cumprir o acordo. A gente sabe muito bem como isso funciona. Mas isso é fundamental para nós.

Do conteúdo do projeto, acho que o Senador foi extremamente sincero em dizer que conosco, com as centrais sindicais não há acordo no conteúdo. Então, já quero registrar que isso é muito importante para nós, porque, mesmo tendo nos sentado à mesa, tendo feito várias reuniões aqui com o Senador e com o Deputado, não temos acordo com conteúdo da forma como está colocado.

O Senador Romero Jucá disse aqui que acolheu algumas coisas vindas das centrais de trabalhadores, mas nós não fechamos com o texto que está colocado hoje, Senador, companheiros e companheiras.

Entendemos que, para que a gente possa dar continuidade a esse processo que estamos vendo no Brasil, de discussão, de ampliação, da democracia, das conquistas, temos que suspender essa discussão unicamente da greve, como está sendo colocada aqui, na Comissão, e fazer uma discussão que conte com a participação dos três Poderes, de nós, os trabalhadores, que conte com o Parlamento, o governo, para que possamos realmente fazer uma legislação que atenda aos interesses de todos e de todas.

Não vamos conseguir avançar nesse projeto, nesse processo, da forma como está colocado. Lógico que o debate pode existir se o Senador estiver disposto a atender às nossas reivindicações, que colocamos para o texto. Sem problema, a gente continua discutindo, mas colocamos que é muito importante o conteúdo. Não tem condição, pessoal, pensar num processo de greve em que 80% da categoria estão trabalhando e 20% estão em greve. Isso não é representação, isso não é representatividade de categoria, de discussão. Isso não é fazer greve, isso é proibir greve. Esse conteúdo, para nós, não tem negociação, até porque, no serviço público, conseguimos, durante todo esse período, mesmo não tendo a legislação da negociação coletiva e a regulamentação do direito de greve, construir um ambiente de liberdade, no qual fizemos todos os nossos movimentos durante todo esse período. Ou seja: em mais de setenta anos, cem anos, a gente vem fazendo movimentos, mesmo sem ter a regulamentação.

Temos tido conquistas, é verdade, a partir dos processos de discussão e de greve que fizemos. Agora, temos tido muitos problemas, porque a cultura brasileira, o ambiente negocial em que nos colocamos, sem ter direito à negociação, é muito ríspido. É muito difícil a gente fazer esse processo.

Então, temos unidade entre nós, das centrais sindicais, nesse tema. Não aceitamos discutir separadamente. Queremos acionar toda a nossa base para nos mobilizarmos nesse processo. Vamos fazer o debate à base do conteúdo que está sendo apresentado aqui, mas não podemos aceitar esse atropelo, nesse ambiente, da forma como está colocado, para proibir o processo que a gente vem, na prática, construindo há muitos anos aqui no Brasil.

Nesse sentido, a CUT declara que não tem acordo com o conteúdo colocado, a gente declara que está em processo de debate, de discussão, com as centrais sindicais e com a nossa base. É assim que a gente pretende fazer esse encaminhamento aqui, do processo da greve, mesmo com todos os problemas que temos, mesmo com todas as questões colocadas pelo Judiciário, as punições que temos sofrido com esse processo todo. Nós queremos regulamentar, mas não dessa forma, para proibir.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Eu vou pedir às pessoas que estão assistindo o seguinte: a nossa dinâmica aqui, além de ser muito democrática, tem um rito. Eu queria pedir que não houvesse

manifestação, mesmo que esse tipo de manifestação não ofenda, mesmo que seja positiva. Mas, quando você abre para um processo de manifestação, em outras sessões, nós podemos ter problemas.

Só para informar para vocês: como nesta sala não cabem todos – vieram mais pessoas – pedimos, e o Senado já providenciou, outra sala. Há pessoas nos assistindo no Brasil inteiro, e aqui há um telão na outra sala, em que estão acompanhando. Aqui, dentro da sala da audiência pública, estamos pedindo para não haver manifestação nem a favor nem contra.

Nos processos de votação, eu, como Presidente, não vou permitir manifestação dentro desta sala. Nesse processo de audiência pública, é possível, como eu disse, não ofende, mas de preferência quero pedir para as pessoas não se manifestarem porque estamos em um processo extremamente democrático. O Senador Romero Jucá e eu já informamos que não haverá nenhum atropelo. Eu entendi a proposta da CUT, por exemplo, para, em vez de votarmos já, haver um processo de negociação. E a CUT está pedindo para incluir o governo no processo de negociação. Nós não respondemos pelo governo, nem o Senador Jucá e nem eu, independentemente da nossa relação política com o Governo. Nós respondemos por esta Comissão, e o seu trabalho, em todos os temas, tem sido o mais democrático possível. Ninguém pode nos acusar de não termos ouvido e não termos debatido à exaustão. E nós não estamos com pressa para resolver as coisas. Nós queremos aprofundar o debate. Fica registrada a proposta da CUT para o Senador Jucá para haver um prazo mais elástico para esse debate, inclusive para convidarmos o governo para participar do debate.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, só queria agradecer as palavras da Maria das Graças e dizer que o nosso relacionamento tem sido leal, tem sido aberto, tem sido transparente.

Peço à Maria das Graças, à CUT e às centrais que me encaminhem cópia desse documento que foi encaminhado ao governo, fruto desse trabalho dos quatro anos, o que foi pactuado e o que não foi acertado, exatamente para que a gente sirva também de instrumento de cobrança. De repente, se nos sentarmos a uma mesa tripartite, que saibamos também o que foi que vocês colocaram para o governo e se efetivamente houve algum tipo de resposta do governo. Então, é uma informação valiosa para esse trabalho de entendimento que queremos ajudar a construir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Convido o Sr. Rubens Romão, da Força Sindical.

A sequência que li foi a seguinte: Rubens Romão, Força Sindical; Luiz Carlos de Oliveira, UGT; João Paulo Ribeiro, CTB; Lineu Neves Mazano, NCST; Flávio Werneck Meneguelli, CSB; Flauzino Antunes Neto, CGTB; e Saulo Arcangeli, CSP.

Essa é a ordem das indicações que aqui chegou.

Então, não fiz uma ordem pessoal, de escolha. Na medida em que foi chegando aqui, fui lendo. Na ordem em que chegou, nós colocamos.

Rubens, dez minutos. Como vocês viram, eu não fiquei controlando o tempo, mas a Maria das Graças, mais ou menos, cumpriu os dez minutos. Então, quero pedir ao Rubens que cumpra os dez minutos.

O SR. RUBENS ROMÃO – Deputado Cândido Vaccarezza, Presidente da Comissão, boa tarde. Senador Romero Jucá, boa tarde. Boa tarde a todos os membros da plenária.

Venho aqui representando a Força Sindical para passar o nosso posicionamento com relação a esse projeto de lei referente ao direito de greve.

Como dito pelo Senador, foi aberto o processo de discussão com as centrais, legitimamente, democraticamente. Debates muito, discutimos muito, mas não conseguimos chegar a um consenso.

São quase 25 anos que o servidor público não tem regulamentação do direito de greve. No entanto, isso não nos impediu de nos organizarmos, de nos manifestarmos, de fazermos os nossos movimentos. É verdade que isso se deu com muita dificuldade, porque existem bons governantes, existem maus governantes, e, muitas vezes, eles se utilizam da falta de uma legislação específica para pressionar, para triturar o servidor público.

Esse é um momento muito importante, mas só é importante para nós, servidores públicos, se a regulamentação vier para nos trazer clareza e trazer respaldo para os movimentos. Mas não uma regulamentação que venha cercear o nosso direito de greve. A Constituição nos garantiu esse direito. Então, nós temos que ter ampla liberdade de exercê-lo, respeitando determinados princípios; senão, não há por que esperar mais um pouco. Pelo menos do jeito que está, não nos impede de realizar os nossos movimentos.

Então, é preferível que demore mais um pouco, que a gente aprofunde um pouco mais a discussão, porque esse projeto de lei, da forma como está elaborado, não contempla, não atende, não permite que possamos exercer o nosso amplo direito de greve. Esse é um consenso nosso. Nós temos discutido muito isso. Participamos do Conselho de Relações do Trabalho, da Câmara do Setor Público. Então, é uma discussão que vem sendo feita há bastante tempo entre as Centrais, entre representação do governo, entre as classes empresariais. Então, vem sendo feita uma discussão, um preparo, em que já assumimos algumas posições. Inclusive, foi levado ao

conhecimento do Senador, foi encaminhada a posição das Centrais ao Senador. No entanto, esse projeto não atendeu, não seguiu, apesar de ter observado algumas orientações, não seguiu a posição das Centrais com relação àquelas propostas. Ele não contempla os anseios e a posição das Centrais.

Nós temos uma posição segundo a qual, primeiramente, tem que preservar, tem que fazer valer a Convenção 151. Temos que fazer valer o nosso direito de negociação coletiva. Primeiramente, a negociação coletiva, porque, em seguida, vem a questão da greve. Se não tivermos uma negociação coletiva ampla, que garanta os nossos direitos de negociar, de discutir, isso vai atrapalhar todos esse processo de discussão com relação ao direito de greve.

O projeto, como dito, vem cercear. Ele não vem regulamentar. Em alguns pontos, ele vem cercear grande parte da categoria no direito de exercer a greve. Você limita. Nós temos servidores em todas as esferas: estão na federal, na estadual, na municipal. Quando você coloca o servidor público de educação infantil, de ensino fundamental, dentro dessa questão, na categoria essencial, principalmente nos Municípios, porque a maioria dos que estão no ensino fundamental está nos Municípios, eles praticamente não vão ter o direito de exercer a greve. Uma greve em que 50% fica trabalhando e os outros 50% apenas no movimento, como é que você vai conseguir mensurar esse movimento grevista? Então, ele vem retaliar e cercear o direito de greve, não só dos trabalhadores de educação, como também de diversas áreas do serviço público.

Então, é preciso abrir, ampliar o nosso poder de discussão, principalmente com relação à competência para o julgamento da greve. Quanto ao Poder Judiciário, o texto fala no juízo ou no tribunal. Ele não deixa claro se é o juízo singular ou se é o tribunal que é competente para julgar a greve. Então, nós temos que ter isso muito bem definido. Ou seja, de quem é a competência. A posição das Centrais já ficou clara com relação a isso, que seria a competência da Justiça do Trabalho. Mas o projeto não vem atendendo ou contemplando essa nossa reivindicação.

Com relação aos trabalhadores regidos pela Lei 7.783, fala-se em manter a lei de greve da iniciativa privada. Nós temos no serviço público, principalmente no âmbito municipal e também em algumas esferas estaduais, setores que têm trabalhadores tanto regidos pelo regime jurídico único estatutário, como trabalhadores celetistas. Como é que fica essa relação? Você vai fazer uma greve, uma parte com base na lei da CLT e outra com base numa lei para os servidores públicos em geral?

Então, são muitos pontos que não contemplam, que não atendem. Traz-me uma preocupação muito grande quando leio o texto como justificativa que, para esta legislação, levaram-se em consideração as propostas e as sugestões dos sindicatos, das federações, das confederações e das centrais sindicais. Preocupa-me muito porque, se dissermos que contribuímos para este projeto de lei do jeito que está, vamos ser triturados na base. Então, acho que é muito importante o projeto. Todavia, mais importante é um debate mais amplo, mais profundo para que a gente possa aprimorar, discutir com os vários segmentos dos setores públicos e elaborar um projeto que realmente contemple os servidores, o governo, o Poder Legislativo e que, principalmente, venha garantir o direito de greve dos trabalhadores no serviço público.

Então, temos as questões da segurança, que estão pautadas aqui, mas sobre as quais precisamos abrir um debate com o pessoal da segurança pública, um debate mais amplo, o que pode ou não acarretar a suspensão do porte de armas. Nós temos que abrir esse debate. Nós temos que discutir isso para que realmente elaboremos um projeto que atenda a todas as expectativas, um projeto que realmente possa garantir o direito de greve do trabalhador no setor público e, principalmente, para que possamos nos preocupar com a negociação coletiva, que ela, sim, é primordial, é necessária para não ficarmos nas mãos dos governos.

Como já dissemos, existem bons governos, mas existem maus governos e existem alguns mal-intencionados que acabam utilizando essa brecha para prejudicar o trabalhador do setor público. Então, primeiramente, a negociação coletiva – acho que essa é primordial – e, então, abriremos um amplo debate para que possamos garantir realmente o direito de greve do trabalhador. Esperamos 25 anos. Então, se esperarmos um pouco mais...

O importante é que tenhamos um projeto que contemple e que nos garanta negociação coletiva e a possibilidade de exercer o direito de greve, conforme está na Constituição Federal.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Obrigado, Rubens Romão.

Quero perguntar ao Senador Jucá se ele quer falar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não. Eu fiz aqui algumas anotações operacionais na verdade e a questão emblemática da negociação. Acho que todos vão levantar esse ponto. Já é um ponto comum de todas as centrais. A gente entende a posição, mas queremos ouvir de cada um as colocações. Acho que é importante que cada central reafirme aqui seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Convido o representante da UGT, Luiz Carlos de Oliveira, para fazer uso da palavra.

Peço ao pessoal da TV Senado que faça a mesa também, aqui na frente, que mostre, de vez em quando, os representantes de cada central.

Dez minutos para o Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – Boa tarde, Deputado Cláudio, Senador Jucá, companheiros sindicalistas, população presente aqui.

É muito importante discutirmos aqui a questão dos servidores, sobre a qual tivemos também uma conversa no Ministério do Trabalho, debatendo o tema trabalhadores e serviço público.

Na verdade, temos que levantar a questão e, como a Graça disse, fazer um histórico, utilizando o próprio projeto do Senado, que faz um relato sobre o decreto de maio de 1943. E nós não podemos nos esquecer de que, em novembro de 1943, surgiu a nossa Consolidação das Leis do Trabalho. Há 71 anos, nós, servidores, estamos sem a garantia dos nossos direitos. E mais, após 1988, mais de 240 artigos ficaram para serem regulamentados por leis complementares. Só se permitia a sindicalização, mas não se tratava da questão do servidor público como trabalhador com dignidade. Então, nós também temos que colocar aqui que a UGT se preocupa com essa situação do servidor público, tanto que depois daqui vou fazer um relato sobre uma greve que está aí, a dos Correios. Então, nós temos que nos preocupar realmente.

Mas, quanto ao projeto, na verdade, estamos preocupados, sim, com esse projeto. Por quê? Porque foi assinado um termo de acordo do Brasil com a OIT de assumir várias questões sobre os direitos dos trabalhadores. Foi feito um decreto legislativo e, depois, um decreto do Executivo com o compromisso de regulamentar a questão dos nossos trabalhadores. Daí, começou uma discussão muito grande com as centrais, com os sindicatos, com as federações e com as confederações – inclusive foi uma discussão em nível nacional – no sentido de que fosse feito um projeto que pudesse contemplar as nossas questões, tratando tanto do direito de greve, da nossa negociação, quanto da questão do financiamento, da liberação e assim por diante.

O projeto – colocando aqui um questionamento sobre o projeto – fala da negociação. Mas ele fala da negociação do sistema da greve. Então, nós estamos preocupados – e os que me antecederam mencionaram – porque, primeiramente, nós temos de discutir, sim, esgotar todas as questões relativas à nossa negociação, pois não temos garantida na lei a questão da nossa data-base, da nossa convenção e também do nosso dissídio coletivo. Também não está clara a competência, que aqui foi colocada, a questão do juízo. Então é muito importante que, sobre esse projeto, seja feita uma discussão maior. Temos aqui o pessoal da segurança, da Polícia Federal, o que é muito importante. Acho que nós precisamos fazer um debate.

Então o pedido que a UGT está colocando é para que esse projeto seja mais discutido, para que seja ampliada a sua discussão. Antes disso – foi o que a Graça colocou e o que a gente assume com a UGT e com as demais centrais –, é preciso que haja uma discussão anterior sobre a nossa negociação coletiva, a nossa data-base, que infelizmente não está sendo observada. E a gente sabe que, na área federal, é pior ainda. Nos Municípios, nós conseguimos colocar nas leis municipais.

Com relação à greve, temos que deixar bem claro que já fizemos greves – e está recente aí uma greve dos Correios – tanto no âmbito municipal como estadual. Até greve de fome já foi feita. Estamos buscando o nosso direito mesmo que ele não esteja no papel. Agora, para ter no papel é preciso ter a garantia e não cercearem o nosso direito, como faz o projeto.

Então, na verdade, falei de alguns pontos sobre o projeto, mas quero dizer ao Senador Jucá que já existe uma discussão grande que, depois, outros companheiros vão colocar pontualmente, que já foi apresentada. Tanto a CUT quanto todas as demais centrais pontuaram todas as questões referentes à regulamentação da 151, em que consta a nossa negociação coletiva, a questão da greve e todos esses pontos.

Com isso, não estamos menosprezando a questão desse projeto. Mas, vamos lá. Coloquei também, na verdade, alguns pontos para não dizer que a gente não vai relatar. Uma das questões principais, fundamentais, é que jamais podemos colocar em um projeto a questão do desconto dos dias parados. E nesse projeto consta. Recentemente, na data de ontem, o Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Dr. Márcio Eurico Vitral proibiu, liminarmente, a empresa dos Correios de cobrar, de descontar os dias e está cobrando uma multa para o Poder Público. Nesse projeto, na verdade, não há multa, não há penalidades para os governantes; só para as entidades sindicais. Isso é muito preocupante.

Nesse mesmo projeto, olhem bem, primeiro, eram 80% trabalhando e 20% em greve. A Graça tinha colocado a questão da representatividade. Vamos fazer uma greve com mais gente trabalhando do que não trabalhando? Quem estaria nessa situação estaria contente? Então, na verdade, essa pontuação, esse percentual, é muito preocupante.

Há outro percentual que a gente tem que colocar aqui por uma questão de coerência. Uma CTI de um hospital. Todos nós das centrais, todos os trabalhadores iriam dizer: “Não, aquela que está superlotada lá tem que ser 100%.” Não teria lógica a gente colocar um percentual menor na questão do CTI.

Com relação ao art. 17, eu excluí vários incisos. É aquilo que está se colocando sobre a questão da segurança e também da educação. Quer dizer, nós não vamos permitir o setor da educação permanecer, fazer seus movimentos, sendo que a gente sabe que os governantes fazem de todas as maneiras para não ser possível.

Sobre a questão da multa, eu já falei. Na verdade, se cria uma penalidade para as entidades sindicais justamente para elas não realizarem os movimentos. Mas não há penalidade, principalmente nas cidades pequenas, onde o próprio prefeito liga na casa do servidor pressionando o servidor.

A questão da responsabilidade civil e criminal, o ente público não tem... Para nós, está sendo colocado.

Nesse projeto, a maioria das alterações sugeridas pelas centrais não foi acatada. A única coisa que a gente viu... Eu estou colocando assim, porque algumas posições foram acatadas, mas, no geral não. Então, sem as alterações sugeridas, o projeto, na verdade, não teria de maneira nenhuma como seguir para a aprovação.

Na verdade, as exigências, as punições contidas no projeto, com relação aos servidores, na prática, jamais traduzirão o verdadeiro e legítimo direito dos nossos servidores, dos nossos trabalhadores. O direito da greve dos trabalhadores está embutido na OIT, na Organização Internacional do Trabalho, e foi cobrado do Governo brasileiro para que cumpra. A decisão do Tribunal Superior de proibir o corte dos salários dos funcionários em greve mostra, de forma cristalina, que o projeto, da forma como se apresenta, autorizando o desconto, vai retirar o direito dos trabalhadores, já reconhecido pelo Poder Judiciário.

No caso, a redação do projeto de lei está voltada para o interesse do Poder Público. Isso representa um verdadeiro golpe para o tão propalado direito de greve dos trabalhadores civis públicos. Na verdade, a gente gostaria de colocar para o Senador – outras pessoas poderiam utilizar a palavra – que realmente sobre esse projeto haja mais discussões. Acima de tudo, sobre a questão da negociação, a nossa data-base, a garantia da regulamentação da 151. Isso é fundamental para todos nós, para garantir que realmente o nosso direito. Que a discussão passe para todas as centrais, as federações, as confederações, para que elas possam estar lutando para que os nossos trabalhadores tenham direitos, não vamos dizer iguais aos trabalhadores da iniciativa privada, mas nós somos igualmente trabalhadores e precisamos e queremos essas condições.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – O Senador Jucá quer fazer algum comentário?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não; estão anotados os pontos. Ele levantou vários pontos interessantes aqui, e a gente já registrou.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Muito bem.

Convido o Sr. João Paulo Ribeiro, da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

João Paulo, com a palavra, por dez minutos.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Bom dia a todos os presentes. Bom dia porque eu não almocei. Eu não almocei, então é bom dia para mim. Eu vou almoçar após esta audiência aqui. Obrigado.

Não, eu queria agradecer o convite...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pessoal, só para brincar, isso é tática, não é, porque se você almoça, você vem mais pesado, vem com menos capacidade de guerrear. Se você vem com fome, você vem com mais...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Vem com mais disposição.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É, então vem mais disposto. Ele não comeu, que é para vir com mais energia.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – O pessoal está falando que estou gordinho também, não posso comer, não. Mas enfim, vamos lá.

Eu queria agradecer ao Presidente Cândido Vaccarezza, ao Senador Romero Jucá por estar ouvindo as centrais. A CTB fica feliz em ser convidada para poder expor um pouco das nossas ideias junto com as demais centrais.

Primeiro, queríamos deixar explícito sobre essa tramitação que nós gostaríamos de ter um tempo também, que dessem tempo para que avaliássemos outras maneiras de apresentar esse projeto de lei, que está suspenso de uma organização há mais de 25 anos. Então a gente acha que, antes de apresentar soluções para a questão do conflito, sobre a questão de greve, nós devemos organizar o sistema confederativo e respeitar não só os servidores, mas sim os trabalhadores do serviço público.

Os trabalhadores do serviço público hoje não têm qualquer legislação para apresentar nem sabem se organizar. Nós fazemos tudo por analogia. Isso por falta de uma lei organizada por estas Casas, seja no Senado, seja na Câmara. Então é isso que nós precisamos. Nós precisamos saber como é que os trabalhadores do serviço público se organizam sindicalmente. Nós não temos. O sistema confederativo, nós fazemos por analogia e por luta. Isso não só depois da Constituição, muito antes da Constituição.

Outra coisa, nós sabemos fazer greve, nós sabíamos. Muitos aqui, eu, por exemplo, entrei em 1981 no serviço público, e nós já fazíamos nossas greves e com bastante responsabilidade. Na época da ditadura mili-

tar, nós fazíamos greve, fazíamos nossas reivindicações, sabíamos como fazer, portanto, sabemos o que é essencial e o que não é. Eu acho que os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores são bastante responsáveis. Nós sempre estamos em uma mesa de diálogo. Sempre somos chamados a uma mesa de diálogo com os Senadores ou com qualquer outro Parlamentar, Deputado ou Senador. Então, eu acho que é preciso explicitar isto: que nós estamos dispostos a construir essa legislação para resolvermos esse impasse que hoje perdura, inclusive com problemas.

Nós temos aqui no sistema federal, por exemplo, e aí vamos colocar no sistema estadual e municipal... No sistema federal, por exemplo, nós sequer temos a liberdade de sair liberados, nós não temos liberação sindical para exercer... Os trabalhadores do sistema federal, por exemplo, que estão presentes hoje aqui, de acordo com a Portaria nº 8112, com essa legislação, podem ser punidos pelos seus chefes, porque não podem vir aqui sequer para defender os direitos dos trabalhadores e sua representação. Como é que eu vou fazer discussão de greve se eu não tenho o direito de me organizar sindicalmente ou não tenho liberação sindical? Isso é uma aberração.

Diferentemente do Município e do Estado, que conseguem, com sua autonomia, fazer suas legislações. Mas também não há legislação que garanta, por exemplo, o exercício do sindicato, em que eu possa descontar do contracheque. A gente faz por concessão. É concessão do gestor. O gestor é muito bonzinho e concede que a gente possa descontar, mas não há lei obrigando e regulando isso. Então, nós precisamos organizar isso também.

Enfim, nós estamos trabalhando, junto com o Ministério do Trabalho, em toda essa legislação, a questão do financiamento sindical do setor público. Eu acho que nós tínhamos que trabalhar conjuntamente. Faço minhas as palavras da companheira Graça, da CUT, que também falou aqui que nós estamos nos organizando. Ouvir um pouco o gestor, não por ouvir os gestores, mas sim porque nós temos um trabalho rico e precioso no âmbito do Ministério do Trabalho. A parte da negociação com as centrais está caminhando, e nós estamos negociando *pari passu* no Ministério do Trabalho. E, na hora em que terminar a conclusão, aí sim nós vamos tornar público, vamos conversar com as entidades, o sistema confederativo, as nossas entidades e as entidades que ainda não conseguiram, são centrais, mas não conseguiram ainda o percentual estabelecido pela lei. Mas nós respeitamos, Senador, e fazemos um elogio: se estão respeitando as centrais, independente dos percentuais que assim colocam e se estão organizadas ou não dentro do percentual estipulado pela lei, isso é reconhecimento e respeito a todas as organizações. Nós as respeitamos.

Por fim, não quero me estender, eu estava falando com a Graça antes de vir para cá: nós temos uma unidade que está em ação com as centrais sindicais. Nós apresentamos todos os nossos pormenores ao Dieese, e o Dieese nos ajuda nessa organização, inclusive no anteprojeto que apresentamos e defendemos aqui. Exceto uma das centrais sindicais, que deve se expor, com as outras, nós temos o consenso no sentido de que devemos fazer esse debate. A outra questão é que todas as coisas divergentes do projeto que o senhor apresentou, nós apresentamos as nossas também. Acho que não vale a pena fazer consensualmente. As sedes das centrais sindicais já têm todos esses pontos. Vamos todos para o debate com a sociedade. Aí o senhor também poderá convencê-los do contrário.

Agora, há algumas coisas que são ruins e que precisamos debater. Por exemplo, as concessões públicas. O Estado hoje cedeu para a iniciativa privada alguns serviços públicos. Essa lei coloca isso. Como vou regular hoje, no debate do serviço público, a questão da água, do saneamento, da energia, do transporte, que hoje são privados? Somos contra isso e gostaríamos que fosse tudo público, mas infelizmente o Estado concedeu para iniciativa privada e precisamos saber... Essas pessoas têm que ser ouvidas, embora as centrais sindicais achem que é concessão pública e que tem que ter um zelo e um carisma para com a sociedade – e nós também representamos esse setor –, mas aqui parece que só está explícita a vedação da greve para o serviço público, e não é, é para todo o serviço público, e as agências que regulam tem que ouvir isso. O que é isso? Por que a gente não tem...? Se eu proíbo alguns de fazerem greve, como vou evitar...? Os companheiros que me antecederam disseram corretamente: se eu não tenho negociação, se eu não tenho piso, se eu não tenho obrigação do gestor de negociar, como posso impedir de ele se manifestar? Só quero me manifestar através de greve devido ao fato da não responsabilização do gestor.

Os gestores públicos não têm responsabilidade para com os trabalhadores do serviço público e aí temos que criar mecanismos para punir os gestores ou maus gestores que fazem esse tipo de ação. Temos que começar também a coibir a obrigatoriedade do gestor – e aí a 151 compromete os gestores nisso – de negociar, porque hoje todas e quaisquer greve são feitas para abrir negociação. Essa é questão. E não há negociação coletiva no serviço público, não há liberação, não há financiamento. Então, achamos que isso é muito ruim.

Outra coisa que é muito importante é não se tirar a autonomia, porque o projeto, Senador, tira a autonomia do sindicato de negociar a partir do momento em que dá a concessão para uma comissão de negociação fazer a negociação. Queremos estabelecer: quem negocia em nome dos trabalhadores são os sindicatos. Acho

que temos que bater o martelo nessa questão. Ninguém pode tirar essa autonomia, porque, senão, vai virar o que os gestores querem: botar meia dúzia de pessoas que são próximas ou de repente são concessão ou inventar o pluralismo sindical. A CTB é contra o pluralismo sindical, porque onde foi estabelecida essa questão destruiu-se o movimento sindical, dando concessão e abrindo espaço para outras pessoas não comprometidas com o trabalho.

Então, queria objetivamente externar que estamos abertos para a negociação, para o debate. Nós temos que fazer o conjunto, regular todo o conjunto, e não só apenas a vedação da greve dos trabalhadores no serviço público.

Muito obrigado pelo espaço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Convido o Sr. Lineu Neves Mazano, representante da NCST (Nova Central Sindical dos Trabalhadores).

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Quero cumprimentar o Deputado Cândido Vaccarezza, Presidente desta Comissão, o Senador Romero Jucá e dizer da importância deste debate, compreendendo também a importância desta Comissão Mista aqui no Congresso Nacional para tratar das questões referentes à regulamentação dos dispositivos não regulamentados ainda na nossa Constituição. Na verdade, muitos deles expressivamente importantes para todos os trabalhadores.

Eu gostaria de colocar, Presidente, reconhecer que o Senador Romero Jucá, na função de membro desta Comissão e Relator deste projeto, está correto nas suas ações ao entender qual é o papel e o limite desta Comissão nas questões que a ela compete. Quero reconhecer também que, quando já caminhava a proposta do Relator, Senador Romero Jucá, numa intervenção das entidades sindicais, ele também abriu discussões, e nós tivemos algumas reuniões para discutir isso. Isto é importante: esse exercício democrático do processo.

Acontece que a representação sindical dos servidores públicos no Brasil, a partir da nossa conquista na Constituição de 1988, tem muito o que ser debatida naquilo que é o interesse da representação sindical para quase 12 milhões de servidores públicos no todo e muito mais quanto ao interesse da sociedade, porque o servidor público está para servir a sociedade, que mantém o Estado. A nossa luta veio se dando em tantos anos, até nos organizarmos, sem parâmetros, mas foi uma conquista importante. Nós conseguimos ratificação da Convenção 151 a partir de 2010, através do Decreto 206, de abril de 2010. A partir daí, iniciou-se uma luta no sentido de que nós pudéssemos regulamentar essa convenção, a aplicação dessa convenção, que define as diretrizes, os princípios da representação, da relação do trabalhador do serviço público com os governos, e aí nós enfrentamos algumas dificuldades.

Nós tivemos avanços quanto à definição e à organização dos trabalhadores através da sua representação sindical. Nós, das centrais sindicais, através de um trabalho conjunto, apresentamos a proposta ao Governo no dia 21 de novembro de 2012, com a participação de alguns ministros no Palácio. Nós apresentamos a proposta às centrais. O senhor até solicitou, eu tenho uma cópia dela aqui, não tenho o protocolo, mas posso lhe encaminhar.

Esse é o documento que trata da negociação coletiva e do direito de greve e do afastamento do dirigente sindical. Por que eu estou fazendo essa introdução? Para reafirmar aquilo que os que me antecederam já colocaram. Nessa relação tão complexa que é todo o arcabouço da legislação que trata da Administração Pública neste País, seja do Governo Federal, seja dos governos estaduais e dos governos municipais, essa relação entre poderes, essa diversidade que é a nossa estrutura da máquina pública, que é muito grande – porque nós temos, graças a Deus, um grande país –, não é fácil nós tratarmos dessa questão.

Portanto, sem o processo da negociação coletiva, é uma dificuldade muito grande tratar da questão da responsabilidade da Administração Pública. Nós já temos uma causa muito complexa dentro da Administração Pública, que é o excesso de cargos comissionados, que desqualifica o papel do servidor público. Nós temos o processo gritante da terceirização no serviço público. Tudo isso desqualifica, tudo isso nós temos que trazer para o debate. Não é? E nós não temos a real representação no sentido de estar definida a nossa representação sindical através da nossa organização sindical. Não temos o instituto da negociação coletiva, mas temos, sim, a garantia da Constituição, que nos garante o direito de greve, que tem de ser regulamentado. Portanto, é o papel correto desta Comissão estar discutindo.

Mas eu não vou entrar em detalhamento de toda a proposta, porque nós das centrais apresentamos uma proposta. Nós temos um relatório que foi encaminhado – o qual podemos encaminhar a todos os membros titulares e suplentes desta Comissão – sobre o posicionamento dos servidores públicos, dos trabalhadores representados através das centrais, e até de outros que não são representados, com os quais estamos fazendo a discussão. Ele está dentro deste nosso relatório, desta nossa manifestação para que nós possamos avançar naquilo que está na obrigação direta desta Comissão, presidida pelo Deputado Vaccarezza, de tratar desses dispositivos. Que ele tivesse que, no mínimo, atender então o nosso pleito, o nosso posicionamento.

Ele é abrangente, porque nós fazemos uma análise bastante profunda sobre tudo isso. E a complexidade que se dá realmente na questão da máquina pública como um todo, do serviço público federal, a Convenção

nº 151 trata dessas questões. Ela teve o cuidado, desde a sua aprovação na OIT, em 1978, de tratar de todos aqueles que têm relação, emprego público. E o Decreto 206, que regulamentou a Convenção, tratou disso, garantindo a negociação, garantindo o pleno exercício do direito de greve, enfim.

E a nossa luta tem se dado no conjunto das centrais. Tanto que, no dia 06 de março do ano passado, a Presidente Dilma publicou um decreto, que é o Decreto nº 7.944, na verdade, sancionando a Convenção, internalizando essas normas internacionais quanto à relação de trabalho do trabalhador do serviço público com o Governo.

Se nós observarmos aqui, por exemplo, o inciso I do art. 1º trata de definir, no próprio decreto da Presidente da República, considera na representação, ou seja, dentro daquilo que essa Convenção trata, todos os que trabalham, inclusive os que estão no serviço público regidos pela CLT.

Então, é bastante complexo, Senador, a gente debater isso, porque nós temos essa divergência, nós temos celetistas, efetivos, vários regimes de contratação. E quando nós tratamos de definir uma regra, que é uma regra única, para aplicar a todos, passa a ser uma dificuldade discutirmos um problema que é nosso. Mas nós, como representantes dos trabalhadores, temos a obrigação de cuidar disso e estar atentos a tudo isso.

Por isso, eu quero dizer aqui, encerrando a minha fala, que o compromisso que o senhor assumiu com a gente já na sua fala de abertura, de que este debate não encerra as discussões, para nós já foi muito importante, porque o exercício democrático é isto, é fazer o debate. Porque quando ele vem no sentido de não debater, e não é o que está acontecendo neste caso, pontualmente, eu quero dizer a vocês aqui e para todos os que nos ouvem que, neste ponto aqui, há uma unidade de todas as organizações, partindo das centrais e das demais confederações e federações, de que nós estamos juntos em não caminhar desta forma e não tratar desta maneira que está colocada aqui a regulamentação do direito de greve.

Primeiro, precisamos, sim, chamar o Governo para essa discussão, que tem a proposta já das centrais de que a negociação coletiva é o mais importante para todos nós, e várias outras coisas que a Convenção nº 151 trata para nós.

Portanto, eu acredito que toda a nossa colocação e a nossa análise em conjunto faz com que esse seu compromisso seja reafirmado ainda mais e que nós possamos avançar, para que não tenhamos um enfrentamento que não seja indelicado, depois, na questão de votações em plenário e outras questões.

Então, eu quero agradecer esta oportunidade e dizer da importância deste debate. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Convido o Sr. Flávio Werneck Meneguelli, representante da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Sr. Presidente da Comissão, Deputado Cândido Vaccarezza, Relator do projeto, Senador Romero Jucá, meu Presidente da Confederação Brasileira dos Policiais Civis, aqui presente, na pessoa do qual eu cumprimento todos os demais sindicalistas e trabalhadores do serviço público brasileiro.

Para não ser prolixo, apesar da facilidade de sindicalista falar, vou tentar pontuar rapidamente, porque os meus colegas já explanaram vários pontos. Eu não vou me ater a pontos específicos.

Vou começar a minha fala ousando discordar um pouco da posição do nosso Presidente Cândido Vaccarezza. Nesse projeto, Senador, podemos sim contemplar a negociação coletiva e a recomposição inflacionária num projeto só. Nós podemos sim trabalhar um projeto que contemple o direito de greve, a recomposição inflacionária dos servidores públicos e a negociação coletiva. Esse sim seria o ideal, seria um projeto que contemplaria todas as necessidades dos servidores públicos hoje.

Para esclarecer um pouco melhor essa situação, seria importante fazermos um comparativo, e aí peço permissão aos colegas para fazermos esse comparativo para todos os que estão nos assistindo terem essa ciência.

Hoje, na iniciativa privada, temos a negociação coletiva, a data-base e, se houver algum problema, o dissídio. No funcionalismo público, o que temos? Greve para iniciar uma negociação, marca-se reunião, para se marcar uma outra reunião, para se marcar uma outra reunião e se impor índices e valores aos servidores públicos. É isso o que ocorre hoje na negociação, na pseudonegociação com servidores públicos, principalmente servidores públicos federais. Precisamos sim de uma data-base! Precisamos sim de uma regulamentação na negociação! (Palmas.) Temos categorias do funcionalismo, pasmem, há quase oito anos sem sequer a recomposição inflacionária. Isso não acontece na iniciativa privada. Não acontece porque existe regulamentação.

Para continuarmos essa nossa explanação, seria importante, já foi citada pelos colegas, citarmos a regulamentação da Convenção 51, da OIT. Esse é um princípio básico que deve ser seguido em todo trâmite, em toda essa negociação sobre a regulamentação do direito de greve que, quero crer, deva ser direito de greve, recomposição inflacionária e negociação coletiva. A partir de hoje, tenho certeza de que o Senador Romero Jucá vai ampliar esse debate e, a partir de hoje, não vai ser regulamentação somente do direito de greve, mas sim da recomposição inflacionária, do direito coletivo e do direito de greve dos servidores públicos.

A Convenção 51, a unicidade sindical e o direito constitucional de greve têm que ser os balizadores de toda essa negociação que hoje se inicia. Já temos um histórico, mas hoje se inicia e esclarece para todo o serviço público federal.

Vou entrar numa especificidade aqui, sou da base do segmento armado dos servidores públicos e dos segmentos armados. Sou Diretor da Federação Nacional dos Policiais Federais e sou Presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal. É impossível se ter uma regulamentação em que se suspenda o porte de arma dos policiais e do segmento armando – seja ele qual for o segmento armando, porque não temos só policiais com direito a porte de arma, temos uma gama de servidores públicos com direito a porte de arma –, que se suspenda o porte de arma desses servidores. Quem agradece e quem vai agradecer se isso for aprovado é só o crime organizado.

Reflitam, Senhores, policiais em greve, com porte de armas suspenso, aglomerados e depois indo para casa. Temos ciência de que hoje um policial ou um servidor público tem preço. Imaginem suspenderem... Os policiais Federais, em 2012, fizeram 72 dias de greve, em que nós tivemos reuniões para marcar reuniões para se impor um índice. Imagine esses policiais, em 72 dias de greve, sem o seu porte de arma, com o seu porte de arma suspenso – em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, em Recife, em Salvador. Quem agradece é só a criminalidade, o crime organizado.

Por fim, eu tenho certeza – não vou me prolongar porque todos já colocaram todas as situações e todos os pormenores desse projeto – de que a Comissão, com o Relator, Senador Romero Jucá, com o Deputado Cândido Vaccarezza, diferentemente da posição e da atitude do Governo Federal hoje para com os servidores públicos, vai buscar uma paridade de armas, um equilíbrio entre a prestação do serviço de qualidade – que todo cidadão brasileiro merece e que nós queremos prestar – com a manutenção do direito constitucional de greve dos servidores públicos.

Não pode haver uma limitação que chegue ao ponto de proibir o direito de greve no serviço público. E é isso que, em suma, nós entendemos que aconteceu com essa redação apresentada.

Eu agradeço a oportunidade e vou franquear o acesso aos demais colegas, porque acho que eles vão contribuir um pouco mais com esse debate.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu queria só fazer um esclarecimento, a bem da verdade, para que fique bastante claro, no que diz respeito à questão dos policiais.

Esse tema do porte de arma não estava na minha proposta. E, da contribuição das centrais, veio uma proposição de que se suspenderia o porte de arma enquanto houvesse a vigência da greve. Fui eu que levantei a questão de que isso não seria possível, porque, se houver uma greve de 30 dias, vai haver um policial por 30 dias desarmado – o policial vai ficar sendo alvo de bandidos.

E, aí, nós levantamos: vamos procurar um caminho para que, na manifestação da greve, na manifestação pública, não se esteja armado, porque não podemos esquecer que, em uma manifestação, os ânimos se exaltam, e, com os ânimos exaltados e armas – de um lado e de outro, em tese –, pode acontecer um desastre. E não é o objetivo da greve, nem o objetivo da conquista sindical, haver qualquer conflito armado entre polícia militar e agente, ou delegado que esteja em greve, polícia civil. Essa não é a ideia.

Portanto, nós não acatamos a sugestão que tinha vindo. Chamamos, inclusive, a Polícia Federal, a Polícia Civil para conversar, para podermos ter a condição de ter um mecanismo. Esse mecanismo não está pronto ainda. Mas, de forma nenhuma, seria suspender o porte de arma enquanto houvesse a greve. Nós sabemos que, hoje, essa seria uma situação extremamente complexa e exporia vidas. Não queremos que, na regulamentação, a emenda saia pior que o soneto e que se exponha qualquer segmento armado que esteja entrando em greve. Eu queria fazer essa observação.

Estão anotados aqui os pontos também importantes. No final, eu vou me manifestar aqui sobre algumas colocações que vocês fizeram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Convido, agora, o Sr. Flauzino Antunes Neto, representante da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil).

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Boa tarde, Deputado Vaccarezza, Sr. Relator Jucá, companheiros trabalhadores do serviço público, representantes sindicais.

Antes de entrar na minha fala, só quero fazer uma pequena correção na questão da segurança pública. Esse debate só entrou na questão e na pauta, Senador Jucá, porque, no projeto inicial, não havia a questão de se o serviço público militar com porte de arma poderia fazer greve ou não. A gente colocou uma proposta e já entramos em consenso que a questão era um ajuste, uma questão de correção da suspensão do porte de

arma. Então, a gente já entrou nessa questão, já conversamos com os representantes, já entendemos e também é a preocupação do Senador.

Na questão do direito de greve no serviço público, entrando no assunto propriamente dito, a gente tem que abordar três questões, no mínimo, que englobam a questão da greve: a primeira é a pauta salarial, a segunda são as gratificações, os benefícios, os planos de saúde etc. e também os assédios, as perseguições, as reivindicações que ocorrem no dia a dia do trabalho. Não é só a questão da pauta salarial que a gente tem como direito de greve. A gente tem que também defender o trabalhador que é perseguido, que sofre assédio moral, assédio sexual. A gente pode levantar várias bandeiras para defender o serviço público mediante uma questão de greve.

E, no quesito da pauta salarial, temos a pauta pela qual brigamos, que é a questão no orçamento público. O servidor disputa a sua questão salarial com juros da União, o dinheiro vai para banqueiro, a justificativa depois de quase três meses de greve é de que não há orçamento, não há condição, mas sabendo que um ponto da taxa Selic aumenta quase R\$10 bilhões no orçamento público; há condição de pagar e melhorar as condições do trabalhador do serviço público federal.

Essa questão do superávit primário da União obriga os Estados e Municípios a apertarem o orçamento, a fazerem um arrocho salarial também para poder pagar a sua dívida com a União. Então é uma questão encadeada nas esferas federais, estaduais e municipais, sem falar também nos serviços dos outros poderes. Portanto, nós temos que bancar esse jogo, disputar o orçamento da União ou do serviço público para a ponta, que é a população, e quem leva essa política pública para a população são os servidores públicos. Nós temos que estar preparados, condicionados e estimulados a corresponder às políticas que são implementadas no País, nos Estados e nos Municípios.

Assim, essa pauta, essa disputa tem que estar bem clara, a gente tem que acabar com isso e beneficiar o trabalhador. Algo que a gente tem visto nas manifestações de junho é que o serviço não está chegando com qualidade. Passa por isto também, no preparo e no bom ânimo do servidor público tanto das esferas federal, municipais e estaduais.

Agora, na questão interna específica do projeto colocado, a gente vê números de 80%, 50% em serviços essenciais, 60%, um elevado preciosismo. O servidor tem que entrar em greve. Eu defendo 100%. Se a categoria fechou questão para entrar em greve, todos têm que participar, não há que regular. É claro que em serviços essenciais a gente tem que fazer algumas ponderações. Isso aqui é um posicionamento meu, mas assim a gente pode construir uma questão mais próxima do consenso. Então é nesse sentido.

Também muito se falou no projeto, Senador, da criminalização e da judicialização do direito de greve. Isso pune. Não se pode tratar o servidor público que reivindica a sua condição, os seus direitos na questão da criminalização, não se pode considerá-los agressores de alguma coisa. Essa é uma ponderação que está explícita em vários artigos do projeto e que nós tínhamos que retirar. Nós não somos contra a população, nós estamos só reivindicando o nosso direito. É nesse sentido que nós temos que trabalhar também e ter mais tempo para melhorar essas propostas.

Foi falado aqui pelo companheiro da Força que entramos em consenso de que fosse a Justiça do Trabalho, porque, depois que foi feito o Regime Único, não se tem um fórum específico para que tratemos isso. Fica a Justiça do Trabalho falando de um jeito, e nós estamos na questão de esfera administrativa. Então, a gente pede para que vá para a Justiça do Trabalho, e sem as questões de aviso de dez dias de antecedência. Gostaríamos, no mínimo, de 72 horas. E outras questões mais pontuais que teríamos que ter, que já foram até apresentadas, mas teríamos que melhorá-las antes que fossem para votação na Comissão.

Era essa a contribuição que trazemos da CGTB. E vamos deixar para o debate. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – Agora, o último representante, o Saulo Arcangeli, representante da CSP-Conlutas.

Olhei aqui e não vi o meu amigo Mancha.

O SR. SAULO ARCANGELI – Boa tarde, apesar de não ter almoçado também, não é J.P.? Boa tarde, Presidente, Deputado Vaccarezza; Relator, Senador Romero Jucá; todas as centrais, sindicatos e trabalhadores que estão aqui no plenário e estão nos ouvindo. Esse é um tema bastante complexo, que envolve trabalhadores do serviço público no âmbito federal, estadual e municipal. Então, é um tema muito importante, principalmente neste momento do lançamento, desde janeiro, da campanha salarial dos servidores públicos federais. Houve algumas manifestações nos últimos 15 dias.

E quero colocar aqui a importância de esta Casa discutir, neste momento, e tentar fechar o ciclo sobre a questão da negociação coletiva. É um pedido a esta Casa, que, em 2010, aprovou a Convenção nº 51 da OIT. Infelizmente, a Presidente Dilma promulgou somente depois de três anos. A Casa aprovou em 2010, e a Presidente Dilma apenas em 2013 promulgou, a partir de uma grande pressão das entidades que fazem parte des-

sa discussão. E o Congresso tem que ter uma responsabilidade de regulamentar. Então, é um pedido de que, neste processo, nós discutamos a negociação coletiva, a regulamentação da negociação coletiva.

Quero colocar que a CSP-Conlutas não é signatária do documento que foi enviado ao Governo. Temos posição diferente do que foi discutido lá no Ministério do Planejamento. Naquelas reuniões de negociação onde o Governo vinculava negociação coletiva ao ataque ao direito de greve, nós não concordamos, como CSP-Conlutas, não participamos desse processo do Ministério do Planejamento. E outras entidades também não participaram, inclusive a entidade de que sou dirigente, a Fenajufe, que também se retirou dessa mesa porque não concordava com esse tipo de chantagem do Governo de dar negociação coletiva, mas retirar o direito de greve.

Então, a CSP-Conlutas sempre manteve uma posição contrária.

Também é importante que esta Casa discuta um tema que está em lei, na Constituição Federal: a data-base do serviço público, que não é cumprida pelo Governo. Então, também é um chamado a esta Casa: que cumpra a Constituição de 1988, que definiu a data-base. O último projeto de data-base que esta Casa votou foi em 2001. Então, há mais de 12 anos que esta Casa também tem uma responsabilidade com a questão da data-base.

E um dos pontos principais da nossa campanha salarial é a data-base no serviço público. Esse é um dos pontos fundamentais que também tramitam no Supremo Tribunal Federal. Em recente reunião com o Ministro Joaquim Barbosa, inclusive, cobramos a posição do Supremo Tribunal Federal, porque há um recurso no Supremo com voto favorável do relator e que demonstra que o Governo não tem cumprido uma decisão da própria Constituição e do Supremo de dar a data-base para os servidores públicos.

Então, aqui nós precisamos colocar o tema da negociação coletiva como tema principal. Vários companheiros que me antecederam já colocaram a situação: nós não temos negociação coletiva; nós precisamos fazer greve para começar a negociação; precisamos fazer greve, muitas vezes, para enviar um projeto ao Congresso Nacional; precisamos fazer greve para que o Congresso Nacional encaminhe, vote a sua pauta. Então, o processo de negociação coletiva é importantíssimo, principalmente neste momento, no qual a liberdade sindical é atacada em todas as esferas, tanto federal, como estadual e municipal. As práticas antissindiais contra entidades, contra trabalhadores, se aglomeram.

Desde a última greve, de 2012, vários procedimentos administrativos foram criados, em várias categorias. Numa greve legítima em 2012, servidores públicos mostraram unidade e tivemos uma vitória política – não a vitória salarial e econômica de que precisávamos, mas tivemos uma vitória política –, diante de um governo que queria manter reajuste zero em 2013.

Então, nós precisamos discutir a convenção para evitar esse processo que continua acontecendo em nível federal, estadual e, muitas vezes, até mais em nível municipal – essa questão das práticas antissindiais. Precisamos, nessa regulamentação, manter a independência da organização dos trabalhadores frente a qualquer governo que esteja instalado. Porque, muitas vezes, num processo de negociação, os governos exigem da entidade um registro sindical, não negociam sem registro sindical, não descontam a mensalidade dos trabalhadores porque não tem registro sindical. Então, é uma interferência que se mantém, do Estado, frente à organização dos trabalhadores. Por isso é que é importante regulamentarmos essa convenção.

Temos que garantir que os trabalhadores, não só os dirigentes sindicais, tenham a possibilidade de exercer suas funções. A licença classista, que, inclusive, foi retirada do setor em nível federal, era paga pela União, inclusive no Governo Fernando Henrique, e nunca foi novamente discutida. Aliás, foi discutida várias vezes, mas nunca foi implementada pelos governos que passaram, tanto o governo de Lula como o governo de Dilma. Portanto, precisamos discutir.

E a liberação de todos os trabalhadores. Nós não podemos, por exemplo, ter uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego que limite a participação dos trabalhadores em atividades sindicais – limita-se em cinco dias por ano o período em que o trabalhador pode participar de atividades sindicais. Então, isso é um verdadeiro ataque à liberdade de organização sindical. Por isso, é fundamental que esta Casa – esta Casa tem uma responsabilidade enorme nesse sentido – feche esse ciclo da Convenção 151.

E somos também contrários a essa ligação, que permanece, da negociação coletiva com o direito de greve. Nós, da CSP-Conlutas, nossa Central Sindical e Popular, achamos que o direito de greve é autorregulamentado, os trabalhadores têm toda responsabilidade – e tiveram, durante os 25 anos, uma grande responsabilidade – de fazer greve, de lutar sem negociação coletiva, mas de ir para a rua. E nós temos também uma grande responsabilidade. Infelizmente, a grande imprensa, em momentos de greve, começa a jogar a sociedade contra os trabalhadores, mas nós temos uma imensa responsabilidade, sabemos o que é prioritário para a população, porque prestamos um serviço para a sociedade. Então, temos essa responsabilidade. A continuidade do trabalho, serviços emergenciais, todos aqui, em todas as categorias, durante esses 25 anos, fizemos greve, mas temos de colocar que tivemos responsabilidade. Por isso que achamos que a greve é autorregulamentável. Somos contra a interferência do Estado na definição da greve.

Esse projeto que está colocado nesta Casa coloca, desde o início da greve, da organização da greve, uma interferência total, inclusive do próprio Poder Judiciário. Aqui também a gente faz a crítica muitas vezes ao Poder Judiciário que, antes de deliberar sobre uma greve, já declara a mesma abusiva. É interdito proibitório, que é implementado pela justiça. Então, também somos contrários a essa intervenção, a essa judicialização que nesse projeto, em vários pontos, coloca o Judiciário, inclusive para decretar o fim da greve dos trabalhadores. Somos contra também essa interferência do Poder Judiciário.

Vários outros pontos que a gente também tem de colocar sobre o que está sendo discutido. Esse projeto nada mais é do que tentar acabar com o direito de greve. Colocar 60% de trabalho é para acabar com o direito de greve. Sabemos que a greve, em muitos momentos... Inclusive, temos um diálogo com a sociedade, a gente sabe que a greve é o último instrumento que temos, principalmente nós, que acabamos sendo o primeiro, porque não temos negociação coletiva, mas colocamos para a sociedade. Infelizmente, é prejudicial, mas muitas vezes a greve é para fortalecer o serviço público, para fortalecer os que estão lá prestando serviço à sociedade. Por isso que é importante que a gente faça esse debate.

O projeto também tem um processo de criminalização muito forte: abertura de processo administrativo; suspensão sumária de pagamento sem nenhum processo de negociação; vedação da contagem de tempo de serviço dos dias parados; servidores em estágio probatório que fizerem greve terão de compensar os dias não trabalhados; responsabilidade pelos atos praticados administrativamente, penalmente, civilmente; multa pesada aos sindicatos. Então, é um processo de criminalização, que reforça a criminalização que hoje faz parte do processo de negociação que temos em nível federal, estadual e municipal.

Essa apreciação da greve pelo Poder Judiciário também é muito preocupante. A qualquer das partes, Ministério Público, juiz ou tribunal, compete decidir sobre a legalidade da greve. Se for deliberado ilegal, se os servidores não voltarem ao trabalho, são penalizados, os sindicatos são penalizados, os trabalhadores são penalizados. Há imposição de critérios. Está dito no próprio projeto que a assembleia só pode indicar a greve. Há interferência no Estatuto dos Sindicatos, o prazo para comunicar, 15 dias. Temos toda a responsabilidade, sempre temos a responsabilidade, como trabalhadores, de comunicar à sociedade. Então, não precisa ser tutelado. Por isso a gente defende que esse direito é autorregulamentado, que os trabalhadores têm todo o direito de regulamentar esse processo.

Para finalizar, hoje, no bojo das grandes manifestações que tivemos em junho, passa-se para um processo ainda mais forte de criminalização. Esse projeto de direito de greve está no bojo desse processo que passa pela criminalização dos movimentos sociais. Eu junto a eles um projeto, inclusive, desta Comissão, o Projeto do Antiterrorismo, que faz parte também de um processo de criminalização, que, inclusive, está em toda a imprensa, em toda a sociedade. Infelizmente, já foi aprovado nesta Comissão, mas a gente faz uma crítica severa a esse processo de criminalização por que passa este País, em que a sociedade hoje não tem o direito nem à manifestação. Vamos ter uma Lei da Copa, que vai ser uma lei de exclusão, durante o período da Copa. É Lei Antiterrorismo, é tentar acabar com o direito de greve dos servidores públicos.

E a CSP-Conlutas reforça a posição de todos os trabalhadores, de que não vamos aceitar, em hipótese nenhuma, essa criminalização. Estaremos sempre nas ruas junto com os trabalhadores, junto com os movimentos sociais, para mudar tudo o que se está passando neste País. Nós, que estamos em campanha salarial, temos a clareza de que os serviços públicos, a cada ano, recebem menos recursos do Governo – inclusive na própria mensagem da Presidente Dilma para o Congresso Nacional é colocado que se tem gasto menos com serviço público. Para termos uma ideia, o que é gasto hoje com serviço público em relação ao PIB e em relação à receita corrente líquida é pior que em 1995.

Então, esta Casa também tem como discutir que precisamos melhorar o serviço público e não aprovar um orçamento que destina 50% para pagar dívida pública. Quase um trilhão este ano. E é responsabilidade desta Casa melhorar o serviço público e não retirar recursos do setor público e entregar a empresários, a grandes banqueiros, enquanto isso apenas 10% são repassados para os Estados e para os Municípios.

Então, a CSP-Conlutas mantém a sua posição de que esta Casa tem o dever de discutir a negociação coletiva no serviço público e que nós temos toda a compreensão de que precisamos manter o direito de greve, que é autorregulamentado por todos os trabalhadores.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu gostaria de fazer um comentário, até porque estamos em um debate franco, aberto, verdadeiro e é importante podermos colocar algumas questões. Respeito a posição do Saulo Arcangeli e do CSP-Conlutas, mas quero discordar no que diz respeito ao projeto de terrorismo aprovado pela Comissão, dando o informe a todos que estão acompanhando.

Esse projeto foi aprovado no ano passado. Nada tem a ver com as manifestações sociais ou com qualquer tipo de movimento social. O projeto de terrorismo não engloba os movimentos sociais, não há qualquer tipo

de enquadramento, nem Black Blocs, nem vandalismo. O Senado está trabalhando em outro projeto que trata de vandalismo, que eventualmente pode enquadrar qualquer tipo de desvirtuamento de movimentação, mas o projeto de terrorismo não busca enquadrar movimentos sociais, nem greves, muito menos qualquer tipo de movimentação democrática.

Então, gostaria de fazer esse registro. Foi feita na imprensa uma confusão sobre isso, pois alguns Parlamentares, quando houve o assassinato do cinegrafista Santiago, se apressaram a cobrar: “Tem que votar logo a lei de terrorismo, para poder enquadrar.” Aquele assassinato não se enquadra em lei de terrorismo, aquilo é homicídio doloso, com intenção de matar. O Código Penal já prevê isso.

O que estamos discutindo aqui paralelamente à lei de terrorismo é uma lei de vandalismo, especialmente para dar celeridade aos procedimentos. Entendo que quem faz um movimento social, quem faz um movimento reivindicatório, quem faz um movimento de protesto e vai para a rua quer que, no outro dia, o comentário, a lide da matéria, a cobertura do jornalismo seja o movimento de protesto, o objeto do protesto, não quer que seja um assassinato, não quer que seja queimar um ônibus, queimar um carro de polícia. Então, não é essa a ideia que se tem de movimentos sociais.

Não há nenhuma ideia de criminalização dos movimentos sociais, pelo contrário. Do lado da Comissão, estamos abertos, discutimos essa questão. No caso da regulamentação do crime de terrorismo, estamos criando um regime duro para combater terrorista, porque hoje o Brasil tem uma lacuna nessa questão. A Constituição que trata da regulamentação do crime de terrorismo tem 25 anos e não temos uma regulamentação. Hoje, se fosse cobrir o crime de terrorismo com a legislação vigente, iríamos penalizar alguém do que deveríamos os terroristas que agirem em território brasileiro. Inclusive, com sistema de progressão de pena. Estamos propondo uma progressão dura, estamos propondo uma penalização que afaste, pelo menos o mais possível, do território brasileiro qualquer ação terrorista.

Não há nenhuma caracterização da lei de proposta de terrorismo com qualquer movimento social ou com qualquer distúrbio já ocorrido nesta questão. Inclusive, a legislação brasileira é muito mais focada e muito mais fechada do que as legislações internacionais, que são muito mais abertas a enquadrar qualquer outro tipo manifestação.

Nós levamos em conta a legislação americana, australiana, japonesa, francesa, italiana, espanhola, alemã etc. Nós discutimos bastante, e o texto base que está também no Plenário do Senado sobre terrorismo foi repassado a todas as centrais sindicais, foi repassado à OAB, foi repassado a diversos movimentos, exatamente para angariar abrir o debate e receber manifestações.

A Polícia Federal encaminhou manifestações, o Ministério Público encaminhou manifestações e nós continuamos abertos para receber manifestação de qualquer setor ou de qualquer advogado, de qualquer criminalista que entender que pode contribuir com o texto.

A nossa ideia é dotar o País de um instrumento forte que afaste ou que pelo menos combata com rigor o terrorismo no Brasil. Manifestação social, movimentação, greve são instituições, são ações democráticas que nós respeitamos. Estamos aqui querendo cobrir essa legislação exatamente para dar condições de se ter efetivamente uma lei que atenda à sociedade brasileira.

Eu gostaria de lembrar apenas uma coisa, que tenho dito no privado e direi aqui no público: quando se opta por ser trabalhador de uma empresa e se faz uma greve você está penalizando o empresário, está diminuindo o lucro e a discussão da negociação do valor a ser pago em uma greve e o aumento salarial é repassado a custos empresariais e, portanto, ao consumidor.

Quando você opta por ser servidor público, você serve à sociedade. Uma greve do servidor público não penaliza o empresário, não penaliza o prefeito, não penaliza o governador, não penaliza a Presidente da República, penaliza a sociedade.

Em um greve, como por exemplo aqui se falou, no ensino fundamental são penalizadas crianças que estão deixando de ter o seu atendimento e se penalizam famílias que estão impedidas de deixar a criança na escola. Então, é outro enfoque e é por isso que precisamos construir um denominador comum.

É possível que a gente não chegue a ter um consenso. Será difícil ter um consenso porque entre as próprias centrais sindicais não há consenso. Mas da nossa parte há uma total abertura para que procuremos encontrar um caminho para tentar evoluir nesta questão.

Eu quero aqui registrar que temos nos colocado de uma forma muito positiva no que diz respeito à regulamentação do direito de greve e à questão da negociação com um outro projeto. Mas, na discussão, na evolução da discussão que temos tido, quero registrar que vou fazer um esforço, um contorcionismo legislativo para tentar inserir na questão do direito de greve outros dispositivos como a negociação, a data-base e outras questões.

Então, da minha parte há uma disposição de procurar confluência. Sabemos da importância de vocês nesse processo. Sabemos que quem representa, aqui na negociação, os sindicatos e os trabalhadores têm nas suas costas a cobrança dessa representação. Por isso sou verdadeiro e disse aqui que não houve acordo. Não há qualquer intenção de expor vocês, de desacreditar ou quebrar o movimento sindical. Pelo contrário, queremos fortalecer, ter uma relação de confiança, de respeito e entendemos a posição de vocês, até onde pode ir. Não vamos cobrar uma posição além do que pode ir e vamos entender sempre o lado do outro.

Acho que o primeiro ponto para buscarmos a convergência é entendermos até onde cada um pode chegar, o que pode ser divergente, o que pode ser convergente e reforçar as convergências.

Então, quero registrar, Presidente Vaccarezza, que esta audiência foi extremamente positiva. Penso que se dá um passo a mais no sentido de buscar essa convergência. Volto a dizer que essa convergência não será unanimidade, mas será, sem dúvida alguma, um ponto importante para que possamos evoluir.

E, da nossa parte, reafirmo o que disse no começo: o diálogo, o entendimento e a discussão não se encerram nesta audiência. Essa é mais uma etapa que vai produzir documentos, vai produzir discussões. Vamos tentar trazer o Governo. Recebi a pauta que foi entregue ao Governo da proposta de vocês, vou analisar isso também. Eu, o Vaccarezza e a Comissão vamos procurar interagir com o Governo para que possamos construir o entendimento. No Congresso, na verdade, não queremos funcionar como a outra parte. Queremos funcionar aqui como um ponto de convergência e como um árbitro nesse processo de Governo e centrais sindicais para se chegar a um posicionamento.

Então, eu agradeço, entendo e respeito a posição de todos aqui. E anotei aqui, com muito cuidado, a contribuição de todos para que possamos evoluir no nosso trabalho.

Obrigado a vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT - SP) – O Senador Jucá já anunciou uma série de avanços frutos desse debate. Nós vamos ter tempo de conversar, o Jucá está à disposição das centrais, nós vamos dar um tempo bom para esse debate até pautar a discussão na Comissão.

Então, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião, esta audiência pública.

Obrigado pela presença de todos. (Palmas.) – Deputado **Cândido Vaccarezza**, Presidente.

(Iniciada às 13 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 04 minutos.)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “ com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 28 de maio de 2014, às 14 horas e 17 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **João Alberto Souza** e com a presença dos Senadores: **Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Alvaro Dias, Mário Couto, Jayme Campos, Antonio Carlos Rodrigues, Gim, Ataídes Oliveira, Inácio Arruda, Ana Rita, Ruben Figueiró, Flexa Ribeiro, José Agripino, Eduardo Amorim, Cidinho Santos**, e dos Deputados: **Marco Maia, Sibá Machado, Eduardo Cunha, Lucio Vieira Lima, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Aguinaldo Ribeiro, Rodrigo Maia, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Arnaldo Faria de Sá, Márcio Junqueira, Enio Bacci, Afonso Florence, Iriny Lopes, João Magalhães, Jaime Martins, Moreira Mendes, Izalci, José Otávio Germano, Alexandre Roso, Eurico Júnior, Antonio Brito**. Deixaram de comparecer o Senador: **Sérgio Petecão**; e o Deputado **Bernardo Santanna de Vasconcelos**. Estiveram presentes ainda os parlamentares não membros: **Senador Aécio Neves, Deputados João Carlos Bacelar, Beto Albuquerque e Domingos Sávio**. Na oportunidade, ocorreu a instalação da Comissão sendo eleitos Presidente o Senador Vital Rêgo, Vice-Presidente o Senador Gim e designado relator o Deputado Marco Maia. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014-CN, que se destina a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014,

relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Conforme convocação, esta reunião se destina também à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão.

Consulto as Lideranças sobre as indicações para o preenchimento dos referidos cargos. *(Pausa.)*

O PMDB faz a indicação do Senador Vital do Rêgo para Presidente da Comissão.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – V. Exª falou em Presidente e Vice-Presidente. E o Relator?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O Relator será designado pelo Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Hoje mesmo?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Permitam-me.

Fui Deputado por três vezes, mas não conheço assim os Deputados. Dessa forma, eu gostaria que se identificassem.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Pois bem, Senador; eu me identifico: Deputado Enio Bacci, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Deputado Enio Bacci, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Quero apresentar uma questão de ordem a V. Exª, Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito bem. Tem a palavra V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Nós sabemos que esta CPI segue as regras de uma comissão parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Pois bem; as Comissões passaram a aceitar, de um tempo para cá – e o exemplo mais concreto foi o da Comissão de Direitos Humanos, recentemente –, candidaturas avulsas, até porque, se fosse pela proporcionalidade, os maiores partidos presidiriam todas as comissões sempre. Lá, naquela Comissão, a candidatura do Deputado Bolsonaro acabou sendo aceita, e ele perdeu pelo voto. Porém, a candidatura foi aceita; e há decisões da Comissão de Constituição e Justiça nesse sentido.

Assim, consulto V. Exª sobre a viabilidade de apresentarmos uma candidatura de Parlamentar que não seja representante nem do governo, nem da oposição, mas uma candidatura independente, avulsa, que possa ter a serenidade de investigar a tudo e a todos, mas sem o compromisso de submissão ao governo e também sem a visão crítica permanente da oposição.

Por isso, consulto V. Exª se essa candidatura avulsa é possível, se ela pode partir da própria Câmara ou se tem que ser necessariamente do Senado. E mais: lembro a V. Exª que uma CPMI, hoje, tem compromisso com a Nação de buscar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não tem problema, Deputado. Pode indicar.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Podemos indicar então.

Consulto V. Exª se é viável que seja um Parlamentar da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pode! Pode ser da própria Câmara. *(Pausa.)*

Já temos uma indicação para Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exª apenas alguns instantes para que possamos fazer a indicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, apresento aqui a indicação do candidato a Vice-Presidente, fruto de um entendimento entre o Bloco de Apoio ao Governo, no Senado, juntamente com o Bloco União e Força.

Assim, apresento o nome do Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Para Vice-Presidente.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, eu quero, com base na minha questão de ordem, fazer a indicação do Deputado José Carlos Araújo como candidato avulso, independente, com compromisso com a verdade apenas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Para Presidente ou Vice?

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Para Presidente. E para Vice eu faço a indicação do meu nome, se não houver outros. Não há problema nenhum. Seria essa a indicação.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Sr. Presidente. Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Espera aí. Quem está pedindo a questão de ordem? Deputado...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Deputado José Carlos Araújo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – José Carlos Araújo. Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Sr. Presidente, fico muito honrado com a lembrança, mas eu não posso aceitar, até porque já tenho um compromisso com o Senador Vital do Rêgo. Portanto, eu não posso aceitar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declina do convite?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Declino do convite, e me sinto muito honrado.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, eu agradeço, então, e indico o meu nome. Eu indico o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Para Presidente ou para Vice?

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Aceito uma alta indicação, em nome da verdade e da independência de investigação desta Comissão.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente!

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Meu nome para a Presidência: Deputado Enio Bacci.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Ex^a está indicando o seu nome para Presidente ou para Vice?

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Para a Presidência, neste caso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E para Vice também? Para Vice não indica?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Para Vice, eu não indico. Para Vice, se houver um Parlamentar disposto...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, retira o seu nome. Retirou seu nome para Vice.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente! Presidente, Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Mário Couto. Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, estamos vendo hoje, neste momento, que esta é a CPI que o povo brasileiro queria. Pela movimentação, pela quantidade de Senadores e de Deputados que estão aqui presentes hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – O povo brasileiro quer seriedade na apuração, quer seriedade dos Senadores e dos Deputados. Por isso eu deixo, aqui, a minha observação: que se pudesse indicar Senadores e Deputados que não estivessem com processo no Supremo Tribunal Federal. Essa é a minha solicitação.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, apenas para complementar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lamentavelmente, não existe amparo legal.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, a chapa apresentada é com o meu nome para a Presidência e o do Deputado Francischini para Vice.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Quem?

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Deputado Enio Bacci à Presidência e Deputado Francischini a Vice.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Alguém isento, Presidente.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Aliás, dois que não têm processo no STF, se esse é o caso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, pela ordem. Presidente! Pela ordem, Presidente. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não. Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Sr. Presidente, nós queremos fazer...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senador Alvaro Dias. Um momento, Senador.

Olha, eu peço silêncio, para que se possa prosseguir a reunião. Por gentileza.

Os assessores, por gentileza. Por gentileza!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A não ser que queiram usar a palavra aqui.

Desculpe, Senador. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – A propósito da indicação de candidatura avulsa, queremos fazer o seguinte registro: havia uma tradição no Parlamento de se compartilhar o comando das Comissões Parlamentares de Inquérito. Essa tradição foi quebrada há alguns anos pelo partido do Governo, o Partido dos Trabalhadores. É claro que, quando se quebra uma tradição dessa natureza, indica-se o desejo de impedir investigações que realmente cheguem a conclusões objetivas, cumprindo o objetivo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Exatamente por essa razão, a CPI, como instituto fundamental no Parlamento brasileiro, sofreu tremendo desgaste. Há poucos brasileiros que acreditam na eficácia de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por essa razão, Sr. Presidente, sem delongas, vamos acompanhar a candidatura avulsa exatamente numa manifestação de protesto e, sobretudo, entendendo que se trata de uma anticandidatura, já que, nós sabemos, é apenas uma reação à imposição que vem do outro lado, à imposição que vem do Poder Executivo, através da sua maioria, com o objetivo já conhecido de não revelar os desmandos, as irregularidades, os ilícitos praticados, as falcaturas existentes, mas de colocar debaixo do tapete toda a sujeira que há para impedir que a sociedade brasileira possa dela tomar conhecimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu estou aqui para proceder a uma eleição.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Só para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vamos deixar as discussões para quando a Comissão se instalar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Só para concluir, Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, para facilitar o processo de eleição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Só para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Já concluiu?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Ainda não. Vou concluir, Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Eu apenas justifiquei uma posição que deve ser a de toda a oposição nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, de acompanhar a candidatura alternativa exatamente como uma manifestação de protesto contra essa dominação que quer estabelecer o Governo nesta Comissão.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, permita-me fazer uma sugestão, tendo em vista o processo de eleição.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para contraditar, Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Se porventura ...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Espere um pouco!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Se porventura o Governo tem a disposição de compartilhar a direção dos trabalhos desta CPMI, para a qual já foi indicado o nobre Senador Vital do Rêgo, por que não propor a indicação do Deputado Enio Bacci para Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito? Se ele aceitasse, a gente faria uma eleição por aclamação e...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não houve aceitação.

Com a senhora, Senadora. A palavra está com a Senadora.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – A aceitação não é de V. Ex^a, Presidente, tem que ser da...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não houve, não houve acordo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu estou fazendo uma proposta. V. Ex^a está...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra V. Ex^a, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero, rapidamente, em poucas palavras, contraditar o que foi dito aqui, porque parece que os discursos são feitos de acordo com o momento. Hoje quem diz que é uma “tradição” – entre aspas – do Parlamento brasileiro dividir direções de Comissões Parlamentares de Inquérito entre situação e oposição, usa de má-fé e falta com a verdade, Sr. Presidente. Eu poderia aqui listar inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito do Governo anterior a este, anterior ao do Presidente Lula, em que a situação sempre dominou os postos de posição. Há, sim, uma tradição no Parlamento que, aliás, é regimental, essa sim, que é o critério da proporcionalidade, Sr. Presidente. Então, todos nós que aqui estamos, estamos pelo critério da proporcionalidade. Obviamente que a direção que vai conduzir os trabalhos da Comissão tem também que seguir esse critério.

Eu me lembro, quando era Deputada, de que, no ano de 1999, instalamos uma CPI muito polêmica na Câmara dos Deputados, e apesar de brigarmos muito, de falarmos muito, foi eleito para a direção dos trabalhos, para a Presidência, o então Deputado Nelson Marchezan e o Deputado Ney Lopes para a relatoria.

Então, não é verdade aquilo que dizem, que é tradição da Casa dividir trabalhos entre oposição e situação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Vamos à eleição!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Vamos à eleição.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, como Líder do Solidariedade, uma questão de ordem.

Eu só queria colocar...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É a última questão de ordem que eu vou conceder e depois nós vamos proceder à eleição.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Muito bem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, o Deputado Mendonça Filho fez uma colocação para V. Exª, um requerimento, como Líder do Democratas, e o senhor não ouviu nem... O Partido do Governo não ouviu ninguém e tomou a decisão como “não, ninguém aceita”. Eu acho que a questão de ordem, o senhor, como Presidente em exercício, tem que ouvir o Governo, o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu já ouvi. O Governo não aceita. O Líder do Governo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas o senhor não ouviu no microfone, Presidente! O senhor tem que ouvir no microfone para as notas taquigráficas registrarem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não há problema, não há problema.

Nós, que fizemos a indicação em comum acordo com o Bloco União e Força aqui no Senado, mantemos a indicação que apresentamos para a Vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vamos à votação!

São indicados os Parlamentares. Presidente: o PMDB indicou o Senador Vital do Rêgo; candidatura avulsa: Deputado Enio Bacci.

Vice-Presidente: Senador Gim, o indicado; e avulso, o Senador Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Obrigado, Presidente. Aceito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Deputado, mas pode ser Senador no futuro.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, ao serem chamados, os Parlamentares receberão suas respectivas cédulas de votação devidamente rubricadas por esta Presidência e, após exercerem o voto, deverão depositá-la na urna, assinando a lista de votação.

Deputado Marco Maia. *(Pausa.)* Deputado Marco Maia.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, aqui atrás.

Só queria pedir a V. Exª que... há Deputados que estão aqui atrás... por enquanto vai transcorrendo... O Deputado Marco Maia acabou de sair do meu lado caminhando... Fosse chamando o seguinte para a gente já ir fazendo a orientação. É a solicitação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ex-Senador, Deputado Sibá Machado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – A Liderança do PSDB vai encaminhar, Presidente, o voto no Deputado Enio Bacci.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Deputado Eduardo Cunha.

O SR. (Não Identificado) – A Bancada do PPS vai, também, votar em Enio Bacci.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sibá Machado já votou? *(Pausa.)* Eduardo Cunha? Ausente?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Ausente.

A orientação...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Deputado Lúcio Vieira Lima.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – A orientação do Democratas é votar para Presidente no Deputado Enio Bacci e, para Vice-Presidente, no Deputado Francischini.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Na ausência do Deputado Eduardo Cunha, chamo João Magalhães. Está presente? *(Pausa.)*

E o Sandro Mabel, está presente? O Deputado Sandro Mabel? *(Pausa.)* Não.

Do PSD, o ex-Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD - PI. Fora do microfone.) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Está aqui presente? Meu ex-Governador do Piauí.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD - PI. Fora do microfone.) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Hugo Napoleão, meu amigo Hugo Napoleão.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sr. Presidente, o PSB indica o voto no Deputado Enio Bacci e, para Vice-Presidente, no Deputado Francischini.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Moreira, não pode fazer boca de urna. Meu Senador Deputado... *(Risos.)*

Deputado José Carlos Araújo. José Carlos. *(Pausa.)*

Do PSDB, Deputado Carlos Sampaio. Carlos Sampaio. *(Pausa.)*

Do PP, Aguinaldo Ribeiro, S. Ex^a o Deputado Aguinaldo Ribeiro. *(Pausa.)* Espere um pouco, Aguinaldo.

Pelo DEM, Deputado Rodrigo Maia. *(Pausa.)*

Do PR, Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos. *(Pausa.)*

O Deputado Bernardo está ausente? Vou chamar o suplente.

Deputado Aelton Freitas, pelo PR. Ausente? *(Pausa.)* Ausente.

Do PSB, Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Francischini. *(Pausa.)*

Bloco PV/PPS. Rubens Bueno. Deputado Rubens Bueno. *(Pausa.)*

Deputado Rubens Bueno.

Do PTB, Arnaldo Faria de Sá. Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Não está presente.

Com a ausência do Deputado Arnaldo Farias de Sá, chamo o Deputado Antonio Brito, do PTB.

O SR. (Não Identificado) (Fora do microfone.) – Ausente!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ausente.

Do PROS, Deputado Marcio Junqueira. *(Pausa.)*

Deputado Enio Bacci. *(Pausa.)*

Convoco o Deputado Eduardo Cunha para votar. *(Pausa.)*

Vou passar a chamar os Srs. Senadores e as S^{ras} Senadoras.

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Não vi a Kátia. Não está aí.

Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Onde está o Ciro?

Dois Senadores ausentes: Senadora Kátia Abreu e Senador Ciro Nogueira.

Não foram indicados suplentes.

Bloco de Apoio ao Governo: PSOL, PT, PDT, PSB e PCdoB.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Não está presente o Sérgio Petecão?

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)* Meu amigo.

Pelo Bloco da Minoria, PSDB DEM e SDD, Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Mário Couto. *(Pausa.)*

Senador Jayme Campos. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Presidente, o Senador Jayme Campos não vai poder comparecer. Eu estou aqui como suplente e votarei no lugar dele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador, permita-me, o primeiro suplente é o Senador Ruben Figueiró.

Senador Ruben Figueiró. *(Pausa.)*

Vou chamar agora o Bloco PT/PSC/PR.

Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Gim. *(Pausa.)*

Senador Ataídes Oliveira. *(Pausa.)*

Senador João Alberto Souza. *(Pausa.)*

Eu queria, agora, convidar para fiscais...

Primeiro, quero convidar...

Acir Gurgacz vai ser escrutinador. E mais outro Senador... O Deputado Sibá Machado.

São vários escrutinadores, mas eu gostaria de convidar também mais um de cada chapa.

Vital do Rêgo, indica quem para servir aqui como fiscal da apuração? *(Pausa.)*

Humberto, indica quem para vir para cá?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone.*) – O Acir.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não, o Acir já é escrutinador. Eu quero fiscal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E eu quero também que o candidato avulso indique... O Enio Bacci indica quem para...?

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, eu tenho plena confiança nesta Casa, e, lembrando o saudoso Ulysses Guimarães, a verdade está nas urnas. Que ela venha! Eu indico o Rubens Bueno, mas não vejo necessidade. Eu acho que os escrutinadores estão...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Vamos proceder à apuração.

(Procede-se à apuração)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Quantos votaram?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vamos contar os votos. *(Pausa.)*

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Votaram 29.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vinte e nove votantes. O número de votos depositados na urna confere com o número de votantes. *(Pausa.)*

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Vital do Rêgo, 19.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vital do Rêgo, 19 votos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Enio, 10.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Deputado Enio, 10 votos.

Parabéns ao eleito e ao não eleito!

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – À coragem do não eleito!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – À coragem do não eleito! *(Pausa.)*

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Gim, 18; Francischini, 11.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Gim, 18 votos; Deputado Francischini, 11 votos.

Parabéns aos dois!

Declaro eleito Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito o Senador Vital do Rêgo e Vice-Presidente o Senador Gim.

Quero convidar o Senador Vital do Rêgo a assumir a Presidência e o Vice-Presidente, Senador Gim, para assumir a Vice-Presidência.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço a todos os Srs. Senadores e Srs. Deputados pela maneira harmoniosa com que se portaram para podermos fazer tranquilamente a eleição da CPMI.

Um grande abraço a todos. Passo a Presidência ao Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Boa tarde a todos.

Inicialmente, quero agradecer a confiança daqueles que sufragaram o nosso nome para o comando desta Comissão. Ao mesmo tempo, agradeço em nome do Senador Gim Argello e quero parabenizar o Deputado Enio Bacci pela postura, pelo legítimo direito democrático de concorrer nesta eleição. V. Exª terá sempre a nossa admiração e o nosso respeito.

Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, para mim é sempre motivo muito honroso, Deputado Arnaldo Faria de Sá, meu colega, dividir com V. Exªs quaisquer missões, das mais fáceis às mais espinhosas, todas com responsabilidade, espírito público e consciência do nosso dever ante o Brasil e os brasileiros.

Esta é mais uma missão para todos nós.

Gostaria que, como em outros encontros, em outros desafios que nós tivemos, em todos eles, prevalecesse a compreensão, o respeito, a liderança exercida por cada um dos senhores no confronto de ideias, na busca pela convergência ou respeito à divergência de opiniões.

Quero pedir a V. Exªs, Deputados e Senadores, que comandem comigo esta Comissão, que comigo decidam, porque a decisão e a condução desta Presidência terá, como os senhores já me conhecem, o estrito cumprimento do Regimento Comum do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, subsidiado pelos Regimentos tanto de uma Casa quanto de outra. Terá a luz da Constituição Federal a nos amparar e terá, acima de tudo, o respeito ao voto, democraticamente, ao voto que haveremos de colher de cada um dos senhores através de propostas legislativas que hão de apresentar.

Por isso, neste momento, declaro abertos os nossos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, Senador... O Senador fala como Líder?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB - RS) – Depois eu gostaria de falar como Líder.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Com base no art. 6º, falo como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu peço às Lideranças para, a tempo, encaminharem à secretaria as representações das Lideranças que, durante o curso desta nossa missão, haverão de se inscrever.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Inscreva-me para falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Inscrevo, pela ordem...

Eu tenho uma lista de inscrição. Vou passar a palavra, pela ordem, rapidamente, para cada um dos senhores, e depois vou obedecer à lista de inscrição.

Senador Aécio, Deputado Mendonça, Senador Mário Couto, Deputado Rodrigo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – E eu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E Arnaldo.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB - RS) – Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, como Líder,...

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB - RS) – Beto Albuquerque, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... Deputado Beto Albuquerque. Seja muito bem-vindo!

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Sr. Presidente, falo como Líder do PSDB desta Casa.

Em primeiro lugar, cumprimento V. Exª e o Senador Gim Argello pela eleição. É preciso que, logo de início, fique absolutamente claro que hoje os olhos da Nação estão postos sobre esta Casa e, em especial, sobre esta Comissão.

Há exatos 45 dias, foi lido, numa sessão do Congresso Nacional, o requerimento de instalação desta CPMI, que, só hoje, está sendo instalada a partir do esforço hercúleo das oposições nesta Casa, esforço este que, infelizmente, não se limitou às fronteiras, aos limites do Congresso Nacional, mas que nos levou ao Supremo Tribunal Federal, para que, a partir de uma decisão que preservava a nossa Constituição e respeitava o Regimento desta Casa, nós pudéssemos estar aqui, Senador Vital, debatendo não um tema da oposição, mas um tema da sociedade brasileira.

Apenas para resumir a razão pela qual estamos todos aqui hoje reunidos, não invoco a palavra de nenhum líder oposicionista ou de governo, mas o que disse a Polícia Federal. Ela fala... Aqui, entre aspas, eu repito: “[...] existência de uma organização criminosa no seio [...] [dessa empresa], que atuaria desviando recursos com consequente remessa de valores ao exterior e retorno de numerário via empresas *offshore*.” Acho que, por

si só, essa constatação da Polícia Federal, depois de profundas investigações, levou a que nós estivéssemos aqui, trouxe todos nós aqui, hoje.

Essa não é uma demanda das oposições, Senador Vital. É uma demanda de uma sociedade que, em primeiro lugar, está perplexa com as denúncias que se sucederam e que, num segundo momento, sente-se aviltada e indignada com aquilo em que se transformou a principal empresa pública brasileira, que, apenas neste Governo da atual Presidente Dilma, vale metade do que valia, que, portanto, perde metade do seu valor, que se transforma na mais endividada empresa do mundo não financeira e que, infelizmente, deixa de frequentar as páginas econômicas para frequentar as páginas policiais.

(Soa a campainha.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Hoje, Sr. Presidente, nós estamos aqui decidindo se vamos efetivamente investigar, em nome da seriedade e da dignidade da vida pública brasileira, essas denúncias ou se, simplesmente, a maioria governista vai se impor, impedindo que a sociedade brasileira saiba o que efetivamente ocorreu com essa importante empresa.

Portanto, submeto a V. Ex^a uma questão que é central. Peço paciência a V. Ex^a, porque essa é uma questão de fundo que pode, inclusive, ordenar e facilitar os trabalhos de V. Ex^a.

Estamos apresentando um roteiro objetivo, sucinto, daquilo que efetivamente pode e deve ser investigado, em razão do pouco tempo que teremos daqui até o início do recesso parlamentar.

Se houvesse a concordância dos líderes partidários, nós nos limitaríamos a estes poucos requerimentos, para que pudéssemos, a partir de amanhã, garantindo o funcionamento desta Comissão pelo menos durante cinco dias por semana, até o início do recesso parlamentar, apresentar à sociedade brasileira resultados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Quais seriam, Senador Vital? Peço que V. Ex^a submeta aos líderes partidários este roteiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a está transgredindo o Regimento. Quero que V. Ex^a conclua, Senador Aécio, por favor.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Serei bastante breve.

Em primeiro lugar, são apenas três convocações: a do Sr. Paulo Roberto, ex-Diretor da Petrobras, até pouco dias atrás hóspede do sistema prisional do Paraná; a do Sr. Nestor Cerveró, responsável pelo relatório, no início falho e incompleto e, depois, muito subsidiado, o que levou a essa decisão; e a do Sr. Alberto Youssef, figura hoje conhecida de toda a sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, solicitamos a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do mesmo Sr. Paulo Roberto, do Sr. Nestor Cerveró, do Sr. Youssef, do Sr. José Sérgio Gabrielli, então Presidente da Petrobras, e das empresas-fantasmas MO, Labogen, Piroquímica e Labogen Química.

(Soa a campainha.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Por último, Sr. Presidente, solicitamos os autos do processo da Operação Lava-Jato, que levou à prisão desses cidadãos, e, para concluir, a criação, na sessão de hoje, de sub-relatorias: a primeira para investigar Pasadena; a segunda para investigar a construção das refinarias; a terceira para investigar a SBM, empresa holandesa sobre a qual recaem denúncias de corrupção; a quarta para investigar as plataformas incompletas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., Senador! Obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Esse roteiro atenderá, Sr. Presidente, àqueles que querem efetivamente investigar essa grave denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O Senador Aécio Neves já iniciou com propostas, e vou interromper a palavra pela ordem a V. Ex^{as}, para, de pronto, nomear, designar o Relator na forma regimental: o Deputado Marco Maia, ex-Presidente da Câmara dos Deputados. Eu terei a honra de estar ao seu lado. Eu o convido a fazer parte da Mesa. A partir de diversas indagações, certamente, o Relator agora nomeado irá também se manifestar primariamente.

O Deputado Mendonça Filho tem a palavra pela ordem.

Depois, eu obedecerei à ordem dos inscritos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – São três minutos. Eu gostaria que fosse respeitado o tempo de três minutos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Cinco minutos, Presidente. É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É, regimentalmente, são 5 minutos, mas...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – São 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... V. Ex^a poderia usar três.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu estou inscrito. Eu estou inscrito como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fica nos cinco. Não tem direito?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Cinco minutos, por favor.

Presidente, de forma objetiva, tendo em vista inclusive o fato de o Governo ter empreendido um esforço enorme para impedir a instalação desta CPMI, estendendo por 45 dias, como frisou há pouco o Senador Aécio Neves, o prazo, a instalação da CPMI, encarregada de apurar irregularidades com relação à Petrobras, quero apresentar a V. Exª e ao Relator, Deputado Marco Maia, objetivamente, e complementarmente à proposta feita pelo Senador Aécio Neves, que nós pudéssemos votar hoje ou, no mais tardar, amanhã, um plano de trabalho com relação ao que deve se desenvolver no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito Mista.

Evidentemente que o foco – e eu acho que o foco apresentado pelo Senador Aécio Neves atende plenamente a oposição – deve se voltar, nesse instante, em torno de quatro figuras-chaves que estão aí no meio desse turbilhão infelizmente chamado Petrobras: o Gabrielli, ex-Presidente da empresa; o Cerveró, Presidente internacional da companhia; o Youssef, que é o doleiro conhecido nacionalmente como o dono de uma grande lavanderia de dinheiro público e que foi preso pela Polícia Federal e continua preso, e o Paulo Roberto Costa, ex-Diretor da Petrobras, que também tem grande envolvimento com todas as operações apontadas pela Polícia Federal como operações irregulares, que realmente são muito sérias e precisam ser apuradas.

Creio que a gente tem condição, Presidente e Relator, de votarmos esse plano de trabalho no dia de amanhã, focarmos não só a partir da Operação Lava-Jato. Os autos da Operação Lava-Jato devem ser encaminhados rapidamente aqui para a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista. Solicitaríamos ao Supremo Tribunal Federal, já que já foi demandado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, os autos desse processo e, ao mesmo tempo, mergulharíamos em torno de duas áreas relevantes: a SBM Offshore, que foi motivo, inclusive, de uma comissão externa aprovada na Câmara Federal, e o espaço de discussão do processo de investimento na área de refinarias de petróleo no Brasil – notadamente, a Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco, meu Estado, que iniciou o processo de implantação a um custo estimado da ordem de \$2,5 bilhões, que já passa dos \$18 bilhões de dólares, uma coisa aberrante, inaceitável e que merece, por certo, a investigação e o acompanhamento por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero comunicar ao Plenário desta Comissão que o esforço do Democratas será no sentido de que esta Comissão não pare durante o recesso. Nós, inclusive, vamos obstruir o processo de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, para que o Parlamento brasileiro não entre em recesso. Ficou clara a manobra governamental para impedir a instalação da CPMI. Nós estendemos por mais de 45 dias o prazo que poderia ter sido de poucos dias. A Bancada do PT e do Governo aqui não colaborou, imaginando que o início da Copa do Mundo iria fazer com que a população brasileira pudesse ter um foco específico e exclusivo nos jogos da Seleção Brasileira. E não é esse o desejo do povo brasileiro; o povo brasileiro quer, evidentemente, acompanhar o desempenho da nossa Seleção, mas, ao mesmo tempo, quer, sim, a verdade com relação ao que aconteceu com a maior empresa, outrora, da América Latina, que hoje se encontra sucateada pela incompetência, infelizmente envolvida em suspeitas gravíssimas de irregularidades que precisam ser apuradas. O esforço do Democratas e de toda a oposição será no sentido de que nós possamos nos revezar para que a apuração continue durante o recesso, e, nesse recesso, possamos trazer à tona, ao Brasil, a verdade com relação a essa caixa-preta hoje chamada Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª a disciplina do tempo.

Os próximos oradores a usarem a palavra pela ordem serão o Senador Mário Couto e Senador José Pimentel.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Inicialmente, Presidente, quero parabenizar V. Exª Segundo, dizer a Senadores e Deputados que é impossível, impossível, meu caro Presidente – vou repetir de novo –, impossível que aqui não se apure nada com relação a toda essa desgraça em que colocaram a Petrobras.

A imprensa brasileira – já tem mais de seis meses – a cada dia que passa, noticia o escândalo da Petrobras. Eu não acredito que o Governo seja capaz de encobrir tudo que a imprensa brasileira já denunciou até hoje, Presidente.

Eu quero pedir a V. Exª que aceite colocar na ata de hoje dois requerimentos expedidos por mim. Encaminhei ao Ministério Público Federal primeiro a frase dita pela Presidenta Dilma, que a colocou como réu. Quando ela diz que não tem detalhes no documento que assinou – mas assinou o documento –, caracteriza-se, aí, o crime de improbidade administrativa.

A Srª Graça Foster veio aqui ao Senado e mentiu para mim, dizendo que o marido não tinha vendido a Petrobras, e a Petrobras informou que o marido dela vendeu em torno de R\$1 milhão. Mentiu também; é outro crime de improbidade.

Por isso, me levanto neste momento para entregar a V. Ex^a dois requerimentos meus encaminhados ao Ministério Público Federal. O primeiro pedindo o afastamento de Graça Foster pela mentira, e o segundo pedindo o *impeachment* da Presidenta pelo crime que cometeu.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Recebo os requerimentos de V. Ex^a e os encaminho à Secretaria para providências imediatas.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Pimentel com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Aqui no fundo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Eu, como Líder da Minoria no Congresso, estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Faço a sua inscrição neste exato momento, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, assegure o nosso tempo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Senador Vital do Rêgo, Sr. Vice-Presidente Senador Gim Argello, Sr. Relator, Deputado Marco Maia, eu quero começar registrando a forma como V. S^{as} têm conduzido seus mandatos e as tarefas aqui delegadas pelo Congresso Nacional.

No caso concreto, o Senador Vital do Rêgo é o nosso Presidente na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, além de outras tarefas que já desempenhou. Todos nós podemos ter divergências políticas, mas sobre a forma correta como tem conduzido os trabalhos a ele delegados nesta Casa ninguém tem o que reclamar. Exatamente por isso, esta Comissão tem uma Mesa Diretora dos trabalhos que é objeto de confiança de todo o Congresso Nacional e daqueles que integram particularmente o Senado Federal.

Quero começar registrando que nós queremos trabalhar 180 dias, para que possamos passar a limpo a história da maior empresa do Brasil, que é a nossa Petrobras. Queremos discutir a compra e a venda da Repsol, cujo processo está hoje no Superior Tribunal de Justiça, em segredo de justiça, já com decisões de primeira e segunda instância, e que declara, nessas ações, que a Petrobras teve um prejuízo de US\$2,5 bilhões, com aquisição feita em 2001 e conclusão dos negócios, em 2010. Portanto, nossos nobres pares, queremos aprofundar isso.

Queremos, também, aprofundar a questão da qualidade das nossas plataformas, particularmente da P-36, em que perdemos a vida de onze trabalhadores queimados, o que dói na alma de todo e qualquer brasileiro, e cujo prejuízo apurado com o afundamento é de US\$2,1 bilhões, entre 2001 e 2002, para que nós possamos discutir todo um processo de gestão dessa que é a maior empresa do Brasil e aquela que mais faz investimento hoje na economia brasileira.

É uma inverdade dizer que a empresa se endividou para custeio. A empresa tomou dinheiro emprestado para investimento, para aquisição de equipamentos, para produção nacional e geração de emprego. Portanto, nós queremos, sim, apurar e queremos ir no tempo integral dos 180 dias.

Temos clareza também de que os nossos trabalhos no Estado democrático de direito iniciam-se pelo plano de trabalho do nosso Relator, que ele deverá apresentar. Em seguida, haverá as várias contribuições ao plano de trabalho e, ao término, a sua aprovação. Ao mesmo tempo, no Estado democrático de direito, nós temos um ritual que é a apresentação dos seus requerimentos com seus procedimentos. Só se quebra sigilo bancário, fiscal e telefônico com votação nominal, sob pena de nulidade.

E é dessa forma, Sr. Presidente, que este Senador da República vai conduzir os seus trabalhos nesta Comissão, da mesma forma como estamos conduzindo na comissão específica do Senado Federal, que teve como início um requerimento da oposição. Em seguida, a oposição foi ao Supremo Tribunal Federal e teve um mandado de segurança favorável, determinando a sua instalação. Lamentavelmente, os seus...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... autores, que desrespeitam uma decisão do Supremo Tribunal Federal, não indicaram os seus membros. Mesmo assim, Sr. Presidente, todos podem criticar, menos a forma com que V. Ex^a conduz os trabalhos na comissão específica e a quantidade de quesitos e perguntas que ali são feitas. Nós não deixamos uma única suspeita, seja levantada pela oposição no seu requerimento ou pela imprensa brasileira, sem objeto de investigação e de encaminhamento.

Quero registrar mais: nós já convocamos todos esses aqui a que se faz referência que aqui se deve fazer. Desses falta ouvir o Sr. Paulo Roberto Costa – V. Ex^a, como Presidente, deverá designar a data. Da mesma for-

ma, já pedimos os autos da Operação Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal e também junto à Justiça Federal do Paraná para subsidiar nessa investigação que é de suma importância, lembrando que a Lava-Jato deveria voltar desde a quebra do Banestado, objeto de privatização, para que possamos passar a limpo os 10 bilhões que a imprensa levanta sobre o ocorrido.

É dessa forma, Sr. Presidente, que vamos trabalhar nesta Comissão mista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Deputado Marco Maia, meu amigo, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, acho que, em relação ao que foi dito pelo Senador Aécio e pelo Deputado Mendonça, eu apenas gostaria de complementar algumas questões que considero importantes.

Além das questões de investigações de desvios, de propinas, nós devemos também, nesta Comissão – aí já como proposta ao Relator –, não apenas para a Petrobras, mas como um modelo para tantas empresas de capital aberto, pública e privada, que lesaram milhões e milhões de brasileiros diretamente – no caso da Petrobras, indiretamente – analisar o rito das decisões na Petrobras, o rito que começa por um DIP de uma diretoria e que chega à decisão do Conselho de Administração, que também tem responsabilidades e precisa responder pelos seus atos.

É muito fácil ser indicado Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, falar que votou por um relatório executivo falho e lavar as mãos. Não! Todos têm responsabilidades, do gerente ao diretor que encaminhou a DIP, à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

E acho que essa organização dessa investigação em relação a esse rito vai ajudar também milhões e milhões de acionistas minoritários no Brasil que são lesados de forma permanente. Não é apenas a Petrobras, é a empresa do Eike Batista, que lesou milhões e milhões e que enriqueceu alguns membros do seu Conselho de Administração. Então, acho que esse rito, Presidente, é importante.

E que cada um assuma a sua responsabilidade. Se a Presidente Dilma tem responsabilidade sobre o seu ato na compra de Pasadena, porque se omitiu na sua responsabilidade de ler o parecer executivo que diz que trata da cláusula *Put*, ela que responda pelos seus atos aqui e na Justiça. Acho que isso é fundamental, não porque ela é Presidente do Brasil, mas porque ela foi Presidente do Conselho de Administração da Petrobras e tinha assessoria para tomar suas decisões.

Acho que devemos incluir, Sr. Presidente, na proposta da Subcomissão, a Subcomissão do Fundo de Pensão. Cada dia há um escândalo novo na Petros. É o dinheiro da aposentadoria de milhares de funcionários da Petrobras. Hoje, mais uma vez, no *Estado de São Paulo*, há mais uma denúncia.

Presidente, nós não temos nenhum problema de investigar compras realizadas no governo do Presidente Fernando Henrique. Nós podemos investigar, e devemos, como a compra de dez ou doze turbinas, em 2001, pela Diretoria de Gás, que foram compradas e revendidas com um prejuízo bilionário para a Petrobras. Não há problema, se alguém cometeu erro no governo anterior, que pague por eles. Nós que não podemos, e a sociedade muito menos. Todos devem ser investigados, se essa for a decisão do plenário: ampliar as investigações.

Então, Presidente, espero que nós possamos, em cima do que já falou o Deputado Mendonça, o Senador Aécio Neves, em cima de um plano de trabalho, também trabalhar na questão da responsabilização de cada um que assinou e votou decisões bilionárias, que geraram prejuízos bilionários não apenas para o Brasil, mas também para milhões de acionistas minoritários da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estou intercalando as palavras pela ordem e também respeitando a ordem de inscrições, e respeitando também a posição dos senhores líderes. Vou fazer esse *mix* aqui até para entender e respeitar cada posição dos senhores.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, por favor.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Deputado Enio Bacci e Eduardo.

Peço à Secretaria para me auxiliar.

Com a palavra, pela ordem, Arnaldo Faria de Sá, meu querido Deputado. Depois, Afonso Florence.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, primeiro fazer um pedido regimental. V. Exª também é Presidente da CPI do Senado, e já há alguns documentos lá. Que V. Exª autorize o compartilhamento daqueles dados com esta CPI. Essa é uma decisão só de V. Exª, não precisa de mais nada. Os documentos que já foram fornecidos àquela CPI podem ser compartilhados com esta CPI.

Eu queria fazer um pedido ao Relator Marco Maia, que, na verdade, não peça só documentos da Operação Lava-Jato. A Operação Lava-Jato é uma operação decorrente de outra operação, a Operação Monte Polli-no. Essa operação que gerou a prisão de Carlos Habib e de Maria de Fátima Stocker. Lá, nessa Operação Monte

Pollino, é que nasce, na sequência, a Operação Lava-Jato. Para a gente poder entender a realidade das coisas e não ficar apenas naquele detalhe.

Tenho certeza, Sr. Relator, de que V. Ex^a apresentará um relatório bastante amplo, que possa contemplar todas as possibilidades, para que façamos o nosso trabalho.

Já pedi ao Presidente compartilhamento. Pergunto ao Presidente, finalmente: tem diferença presidir a CPI do Senado e a CPI Mista?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Todas são absolutamente iguais.

Com a palavra – e é uma honra trabalhar em qualquer uma delas –, o Deputado Afonso Florence.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente, em qual ordem estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor é o próximo inscrito na condição de Líder, Deputado Caiado. Estamos fazendo um *mix*, respeitando as inscrições.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – E a minha inscrição, Sr. Presidente, como Líder também?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Também está aqui na palavra pela ordem.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Francischini está na condição de Líder também, não é, Francischini?

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, Deputada Iriny Lopes.

Eu gostaria de me inscrever.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu me inscrevi, estou como inscrito e gostaria de saber se vai ser em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Daqui a dois, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Obrigado.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, Deputada Iriny Lopes.

Requeiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Imbassahy já botei.

Deputado Afonso, com a palavra por cinco minutos.

Peço à Secretaria para controlar o meu tempo, me ajudando aqui na condução dos trabalhos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Senador Vital do Rêgo, Presidente desta CPMI, Senador Gim Argello, Vice-Presidente, quero parabenizá-los pela escolha do Deputado Marco Maia, ex-presidente da Câmara dos Deputados, com uma trajetória parlamentar e política no Brasil que confirma que a escolha de V. Ex^{as}, Presidente, de colocar o Deputado Marco Maia como Relator cria o ambiente necessário para que nós investiguemos com a profundidade, a acuidade e a imparcialidade necessárias para chegarmos a bom termo. Realmente, particularmente depois da criação, da implantação da CGU pelo governo do Presidente Lula, pela liberdade dada à Polícia Federal e à Procuradoria Geral da República, que parou de engavetar processos, o Brasil passou a experimentar um ambiente profícuo e fundamental para a democracia brasileira que é da investigação de todos os fatos.

Nós, ao escolhermos, Presidente, de forma regimental, o nosso Relator, precisamos ouvi-lo e conhecer o seu plano de trabalho, antes de virmos com propostas que subtraíam as prerrogativas do Relator, atribuindo responsabilidades que lhe cabem a outros membros desta Comissão.

Quero dizer também que, como disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós temos oportunidade de aproveitar os trabalhos em curso pela CPI do Senado, que infelizmente não tem contado com a participação dos componentes, dos membros da oposição.

E quero registrar, Sr. Presidente, que, diferentemente do que já foi sugerido pelo Senador Aécio, nós do PT – eu e o Deputado Sibá – apresentamos 70 requerimentos, todos afeitos ao objeto desta CPMI – inclusive aqueles já apresentados também pelo Senador Aécio –, solicitando a convocação do Dr. Paulo Roberto, solicitando a documentação da Operação Lava-Jato, mas também um conjunto de outros requerimentos necessários para a profundidade da investigação necessária para que o Relator Marco Maia possa chegar a um bom relatório e que esclareça a sociedade brasileira e, principalmente, este Congresso Nacional.

Quero dizer que, diferentemente do que foi dito aqui em relação à Petrobras, assim como diferentemente do que tem reiteradamente sido dito pela oposição sobre a economia brasileira, a saúde da empresa não é aquela para qual torcem os membros da oposição. Assim como os membros da oposição vaticinam, anunciam – e não se confirma – o retorno da inflação, a quebra da economia brasileira, o povo brasileiro sabe que a renda média salarial, o nível de emprego, o Bolsa Família está garantido, o Luz para Todos está garantido, diferentemente daquela visão catastrófica pela qual a oposição tenta convencer a opinião pública. A mesma

coisa ocorre em relação à Petrobras; sucessivos e esclarecedores depoimentos têm sido dados na Câmara e no Senado, inclusive na Comissão que V. Exª preside, Senador Vital do Rêgo.

Está claro, está nítido, está comprovado que a Petrobras adquiriu, em condições jurídicas específicas, no ambiente jurídico norte-americano, a segunda parcela da Refinaria Pasadena; que essa refinaria tinha, naquele momento, preços, valores de mercado que, em decorrência do Campo de Libra, do pré-sal e do *shale gas* – o chamado óleo de xisto –, teve uma alteração momentânea. Entretanto, hoje, diferentemente do que foi dito aqui por próceres da oposição, o valor de mercado da Petrobras é US\$104,9 bilhões, sete vezes mais do que era em 2002, que era de US\$15 milhões.

Então, a volatilidade de preços dessa *commodity* realmente tem impactado, mas nós precisamos contar com o apoio da população brasileira e dos políticos, para que a Petrobras não sofra o impacto da sanha oposicionista de criar fato político para fazer a disputa eleitoral de 2014.

Portanto, eu quero indicar que o Sr. Relator, Deputado Marco Maia, possa apresentar seu plano de trabalho, e nós, então, apreciarmos oportunamente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depois das falas, nós vamos passar para o Relator.

No Bloco de Líderes, Deputado Líder Ronaldo Caiado, com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Deputados, Senadores, todos os presentes, fica nítido, ao ouvirmos o discurso de V. Exª na abertura dos trabalhos, que realmente a Base do Governo tem dois comportamentos claros. V. Exª é rígido no cumprimento do Regimento, fez questão de insistir, no entanto, o Presidente do Congresso, também do seu Partido, fez questão de usar toda chicana, todo tipo de obstáculo, toda tentativa de procrastinação para que essa CPMI fosse instalada. Ou seja, um trabalho claro: o Congresso Nacional a serviço do Palácio do Planalto, rasgando o Regimento Interno desta Casa, o Regimento Comum do Congresso Nacional. Isso é um primeiro ponto, bem claro.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é deixar claro aqui a vários Parlamentares que me antecederam, principalmente ao Senador Pimentel, quando S. Exª disse que o problema da Petrobras não foi de custeio, e sim de investimento. Não foi!

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Foi exatamente de caixa dois de campanha eleitoral. Essa é a verdade.

A Petrobras abriu mão de seus melhores quadros, a Petrobras trocou as melhores cabeças desse Brasil, onde a Petrobras sempre foi uma escola, formadora de bons engenheiros, de pessoas que sabiam fazer prospecção. O Brasil tinha orgulho de uma equipe que sinalizava para o mundo como explorar petróleo em águas profundas. Era uma referência no mundo; a 12ª maior empresa do mundo, orgulho brasileiro.

Ela foi “petizada”! “Petizada”! E junto com a “petização”, transformou-se em uma “cupinização” e transformou a Petrobras, nessa situação crítica que nós estamos assistindo hoje.

O primeiro ponto, Sr. Presidente: estamos vendo a Petrobras fazer campanha eleitoral no horário da mídia; financiar horário de propaganda da candidata do Presidente da República. Nós a vimos fazer todas as festas de São João no interior do Brasil. Nós a vimos ser a alimentadora do caixa dois, que nós sabemos muito bem, de dezenas de Deputados e Senadores. Essa é uma realidade que nós vimos, infelizmente, acontecer no seio da Petrobras.

A Petrobras foi totalmente desrespeitada! A Petrobras hoje é obrigada a ter um prejuízo de R\$1,2 bilhão por mês para não deixar ter o custo real da gasolina, para não vir o reflexo na inflação, ao mesmo tempo destruindo, falindo todas as usinas sucroalcooleiras do Brasil.

Discurso demagógico! Não há compromisso algum com o meio ambiente. Destruiu todas as sucroalcooleiras brasileiras, todas falidas, quebradas, inviabilizadas.

Aqui colocaram hoje que a nossa situação de poder colocar essa discussão aqui tem um viés político de oposição unicamente. Não! O Deputado que me antecedeu falou da situação da Polícia Federal, que hoje está aberta para fiscalizar. Como? A Polícia Federal do Brasil está toda parada, é greve geral. Dizem que nunca foi tão bloqueada e impedida de agir no País como agora. Está defasada há cinco anos, está totalmente interrompida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Então, Sr. Presidente, enxergo este momento como sendo um momento exatamente de V. Exª poder dar ritmo a esta Comissão e não termos mais chicanas aqui. Aprovamos aquilo que a sociedade deseja.

Por que esse medo de quebrar sigilo fiscal, sigilo bancário? Por que essa preocupação toda? Para quem não tem nada a dever qual é o problema? Agora, vamos poder esclarecer para que a sociedade toda saiba.

E um dado, só para concluir: sabe o que revolta o cidadão da classe humilde neste País, Sr. Presidente? É quando vê valores como 3 bilhões em Pasadena. Não sei quantos bilhões – já perdi a cifra – com o Youssef. Daí a pouco, o Ministério da Saúde baixa uma portaria, Presidente, que diz que, a partir de agora, as mulheres só poderão fazer mamografia a partir dos 50 anos de idade; dos 40 aos 50...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para concluir, Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Só para concluir, Presidente.

Estão suspensos os exames de mamografia. Outra coisa, a mamografia será de uma mama só, a que o SUS paga; a outra será a prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Isso é portaria do Ministério da Saúde. É inflação no carrinho do supermercado...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Ronaldo Caiado, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – É a segurança pública sendo tomada pela bandidagem e o *crack*. Então, é hora de nós esclarecermos quantos bilhões de reais a Petrobras desviou para fazer campanha eleitoral neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Agripino, na ordem dos inscritos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Relator Marco Maia, eu estava me lembrando aqui da CPMI dos Correios, que teve como Presidente o Senador Delcídio do Amaral e, como o Relator, o Deputado Osmar Serraglio, do PMDB. A CPMI dos Correios cumpriu a sua tarefa, mesmo presidida e relatada por dois respeitáveis parlamentares da Base do Governo.

Eu espero que aqui se reproduza, a bem do interesse do Brasil, o que o País espera.

V. Ex^a preside a CPI do Senado e, coincidentemente, a CPMI, Câmara e Senado, e V. Ex^a pode fazer a comparação. Ninguém melhor do que V. Ex^a, Senador Vital, para fazer a comparação entre o nível de interesse do Brasil numa CPI e na outra. A sala está cheia, a imprensa brasileira veio para cá, o Brasil todo está olhando para cá. Aqui é onde reside a esperança do resgate da credibilidade do Congresso. As reuniões da CPI do Senado são reuniões-fantasma. É reunião do Presidente – V. Ex^a cumpre o seu papel, é obrigado a isso –, do Relator, do depoente e pouco mais ou nada. Por quê? Porque não há credibilidade naquela investigação. Nesta há.

Eu pessoalmente quero hipotecar, manifestar de público a minha confiança no Relator, Deputado Marco Maia. V. Ex^a foi Presidente da Câmara e tem uma história. Senador Vital, V. Ex^a é Presidente da CCJ, tem uma história. V. Ex^{as} têm um papel importante na política do Brasil. E o Brasil espera que a investigação – que não interessa a governo nem a oposição; interessa é ao Brasil passar a limpo a Petrobras – que aqui se produza, no pouco espaço de tempo que nos resta... Porque vamos ser claros, a Copa do Mundo vem aqui e depois vem uma campanha eleitoral. Nós temos pouco tempo para apresentar resultados.

O Senador Aécio Neves e o Deputado Mendonça apresentaram, de forma muito correta, um roteiro sucinto do que deve ser feito para que se possa, no pouco tempo que temos para investigar, colher resultados.

Há três figuras que eu reputo fundamentais: uma, Cerveró; outra, Paulo Roberto Costa, ambos estão soltos. E um terceiro, que está preso, Alberto Youssef.

O que o Brasil pensa, Presidente Vital, é que o Sr. Alberto Youssef, o doleiro, funcionou como um operador de mensalão maior do que o mensalão. É isso o que está na cabeça das pessoas. A vinda de Alberto Youssef, que está preso, tem que ser preparada com o cuidado devido, para que esse cidadão venha para esclarecer o que o Brasil quer saber. E a responsabilidade é do Plenário, mas de V. Ex^{as} em conduzir os trabalhos.

Eu quero aqui dizer que reservo as minhas expectativas nesta Comissão de Inquérito, nos depoimentos que haverão de ocorrer, na vinda do Sr. Alberto Youssef. E mais do que isso tudo, a credibilidade e o resgate da independência do Congresso como Casa do povo está nesta Comissão. A outra é a comissão-fantasma dos depoimentos que não acontecem.

Nós sabemos que a presidente da Petrobras já veio aqui três vezes. Uma vez, disse que a refinaria foi um mau negócio, depois voltou e disse que foi um bom negócio, e agora voltou e disse que foi um mau negócio. Esta Comissão tem a obrigação de passar isso tudo a limpo.

E quero, finalizando estas minhas palavras de introdução, dizer que deposito as melhores expectativas. Assim como Delcídio do Amaral e Osmar Serraglio cumpriram a sua missão, eu deposito pessoalmente, e o

meu Partido o faz, na capacidade de isenção e de responsabilidade com o interesse do País da figura do Presidente Vital e do Relator Marco Maia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Deputado Beto Albuquerque.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB - RS) – Presidente, permita-me ficar de pé, para que possa enxergá-los.

Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a, o nobre colega de Câmara, Deputado Marco Maia, cujas tarefas esperamos sejam bem tratadas, bem conduzidas, por conta de que as ruas, que foram tomadas em junho do ano passado, Sr. Presidente, nobre Relator, podem não estar cheias de novo, mas, nas casas, os brasileiros estão de olho no que vai acontecer dentro deste processo. E é muito importante que os brasileiros fiquem de olho, porque nada mais nada menos desejamos todos nós que a verdade venha à tona.

A CPI tem que ter compromisso com a verdade, com a verdade dos fatos, com a verdade das responsabilidades, de apurar e, se for o caso, punir ou esclarecer todos os assuntos, que não são poucos, infelizmente.

Já foram ditos aqui dezenas de casos, reiteradamente, que expõem o maior patrimônio deste País e do povo brasileiro, que se chama Petrobras e de que todos nós temos orgulho.

Buscar a verdade, Sr. Presidente, nobre Relator, é um compromisso que temos que ter com os milhares de servidores de carreira daquela empresa, homens e mulheres honrados que não merecem a pecha de integrarem uma empresa sem controle, eivada de corrupção, de desvios e de intromissão política. Esses servidores precisam ser respeitados, e essa empresa, que leva as cores da nossa bandeira, precisa também ser protegida. Portanto, a forma que nós, Parlamentares, no Senado e na Câmara, temos de recompor isso é buscar a verdade, doa a quem doer, sem medo, sem poeira debaixo do tapete, sem conluio, sem esconder nada ou sem empurrar com a barriga os problemas em véspera de Copa do Mundo ou de eleição.

Quero dizer que o PSB integra esta CPMI com um dos seus melhores quadros, Deputado Júlio Delgado, para colaborar com as apurações, e nos sentimos aqui, Sr. Presidente Vital do Rêgo, contemplados. Esta é uma Comissão que, de fato, representa a sociedade, a Câmara e o Senado.

Como estamos em período de futebol, de Copa do Mundo, todos os senhores sabem que existe o movimento Bom Senso Futebol Clube. A Presidenta Dilma, inclusive, recebeu, semana passada, esse time do Bom Senso.

Permita-me sugerir, Sr. Presidente, ou pedir que precisamos ter bom senso no Senado e na Câmara. Por que não encerrar a CPI do Senado e concentrarmos todos os esforços numa única CPI? Isso é bom senso. Para que perdermos tempo, entrarmos em contradição? Acho que V. Ex^a, que é um homem de bem, competente, junto com o Deputado Marco Maia, e todos nós que estamos aqui não precisamos de muitos minutos para entendermos que a CPMI é quem pode dar o melhor resultado, dividir menos, convergir mais, buscar a verdade.

Eu quero, portanto, em nome do PSB, registrar para V. Ex^a – o que faremos também ao Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros – que examinemos essa possibilidade. Qual é o problema? Por que duas? Por que não ficarmos com esta que é mais ampla, em que todos estamos, e encerrar a outra? Isso não é demérito da CPI própria do Senado, mas acho que teríamos um foco e a otimização do nosso trabalho e do nosso tempo de forma mais positiva.

Agradeço a atenção dos senhores e espero que possamos trabalhar muito e focados na verdade, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Deputado Sibá Machado. Depois, Líder Imbassahy.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, quero parabenizá-lo pelo trabalho, que vai, à luz da Presidência desta Comissão, mais uma vez, como já lhe é peculiar, revelar a todo o Brasil a capacidade do trabalho de V. Ex^a. Então, parabéns pela indicação da Presidência.

Quero cumprimentar o Deputado Marco Maia por ter assumido a tarefa de relatar esta CPMI. Por ter sido Presidente da Câmara dos Deputados e, com muita honra para todos nós, tive a grata satisfação de trabalhar com V. Ex^a e estamos aqui para colaborar com a elucidação de todo e qualquer fato que se fizer necessário.

Mas essa discussão da Petrobras, Sr. Presidente, desde a origem, é maculada pelo interesse da disputa política, e isso tem que ser revelado. Eu espero que isso não seja o palco dos debates nesta CPMI. Nós vimos aqui a oposição já apresentar, através de um de seus Líderes, o Senador Aécio Neves, um roteiro de trabalho que me fez confundir o relator, se era o Deputado Marco Maia ou o Senador Aécio.

Então, vamos para o debate, que é o seguinte: a Petrobras, por cujo nome a oposição tanto diz que luta e preza e sua convicção nacional, iria ser fechada pelas lideranças do PSDB de alguns anos atrás, que chegaram a usar camisetas em público com o nome Petrobrax; não era Petrobras. Então, vamos, sim, para o debate de quem tem paixão nacional desde a origem da Petrobras...

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – ... que o povo brasileiro clama nas ruas pelo direito de manter esta empresa viva e representante...

(Soa a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – ... dos interesses da economia do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Peço silêncio. Vamos ouvir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Muito bem, vamos aos números.

O Deputado Caiado gosta de fazer uma avaliação mais completa da disputa política. Então, vamos para a avaliação da disputa política.

A Petrobras fechou a sua capacidade comercial do ano de 2002, a sua capacidade comercial do ano de 2002, com US\$15 bilhões; agora ela está em US\$104 bilhões. Então, onde é que está esta empresa, que muitos pregam que estava à beira da falência? Não há isso.

Agora vamos analisar os fatos da presidência. A Presidenta Graça Foster veio ao Senado, foi à Câmara, apresentou todos os números e nunca escondeu uma única palavra da verdade sobre isso. Pois nós vamos debater sobre o que é verdade e o que é mentira.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Senador, você terá a oportunidade, nesta CPI, de a gente fazer isso. Pois muito bem, vamos ao debate, é o que nós queremos saber.

(Soa a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Pois muito bem, vamos para frente. É preciso saber que depois que o Brasil, sob o governo do Presidente Lula, colocou novo marco regulatório sobre o petróleo do Brasil, começou a guerra. Começou a guerra neste momento, porque o petróleo brasileiro impediu ...

O SR. (Não Identificado) – Presidente, o que o Sibá está fazendo na Mesa?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – ... que as empresas americanas que viessem para a disputa do leilão, do último que foi feito sobre o pré-sal, se recusassem de vir fazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, o que está fazendo na Mesa o Deputado Sibá?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Então, Sr. Presidente, há muita coisa...

Eu não estou ouvindo; eu estou no meu tempo. Não, é que eu não sei se ele está falando comigo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Sibá Machado continua com a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Ah, é se eu sou membro da Mesa? Não há cadeira para mim no plenário.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Sibá, por favor. Deputado Sibá, fique à vontade.

Com a palavra o Deputado Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Vou já para lá, vou só terminar aqui.

Então, sobre o marco regulatório, Sr. Presidente. A partir do marco regulatório, entramos em uma disputa política nacional muito ruim; muito ruim porque a gente viu situações de guerra que culminaram, como no Oriente Médio, o que aconteceu nos países ocupados pelo exército americano. Então, não se encontrou a tal da bomba de destruição em massa, não se encontraram as armas químicas; o mundo inteiro ficou chocado com aquilo; a guerra que fizeram, fratricida, na Venezuela, e uma tentativa de desprezar a Petrobras e dizer que a empresa estava quebrada.

Pois muito bem, esta CPMI tem de se focar no seu enunciado, onde é que está posto no requerimento...

(Soa a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – ... que foi aprovado para instalação desta CPMI e o que está dito lá. Se nós nos fecharmos nesta situação, se nós nos vincularmos, única e exclusivamente a esta situação, eu espero, então, que, em curto espaço de tempo, pela competência do Presidente, do nosso relator e de todos os membros desta Comissão, estaremos elucidando, para o Brasil, toda e qualquer questão que se fizer necessária sobre a Petrobras. Agora, com a tentativa de destruir a imagem dessa empresa para isso colaborar com o interesse dos petroleiros de outros países nós não vamos concordar.

Portanto, Sr. Presidente, estamos à inteira disposição desta Comissão; acredito na capacidade do nosso Relator, que vai nos apresentar um roteiro de trabalho. Aqui não há preguiça, aqui não há tergiversação, e nós não vamos aqui nos esconder atrás de jogo nenhum da Copa do Mundo para colocar o nosso trabalho. Estamos aqui para trabalhar, portanto, conte conosco o Presidente e o Relator Marco Maia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Líder Imbassahy, com a palavra.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, primeiro cumprimentar V. Ex^a pela eleição e também manifestar a nossa confiança nos trabalhos que, por certo, serão dirigidos com equilíbrio e serenidade. Até porque, Sr. Presidente, nós estamos tratando de um assunto dos mais sérios: preservar, proteger a Petrobras, que é símbolo da nossa capacidade técnica e orgulho de todos os brasileiros.

Dirijo-me também ao Relator designado, ex-presidente da Câmara, o Deputado Marco Maia. V. Ex^a. S^a também tem a minha confiança, Deputado, nos trabalhos. Também, e por fim, ao Senador Gim Argello, que assume a Vice-Presidência.

Mas, Sr. Presidente e amigos todos aqui presentes, hoje é um dia especial; verdadeiramente um dia especial, porque ninguém podia acreditar, ninguém podia acreditar, Sr. Presidente, que a base parlamentar da Presidente Dilma, com mais de 400 Deputados e Senadores, permitisse a instalação dessa CPMI, mas ela está instalada. As pessoas não acreditavam, e ela está instalada. Mas instalada por quê, Sr. Presidente? Porque são fatos contundentes, indícios, denúncias que estão aí de uma maneira muito intensa, inquietando a população brasileira. O que fizeram com a Petrobras deixa a população indignada, e hoje todos estão olhando não apenas para o plenário do Senado, para o plenário da Câmara, mas também para este plenário. Portanto, a nossa responsabilidade, Sr. Presidente, é muito grande.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que as pessoas, embora estejam assistindo à instalação dessa CPI, a grande maioria, a maioria esmagadora não acredita nos resultados dessa CPMI. Eu acredito, sinceramente. Eu acredito porque aqui nós vamos ter uma oportunidade de fazer um trabalho equilibrado, apontar os rumos, as denúncias, e dizer à população brasileira que nós da oposição queremos, definitivamente, que essa empresa saia dessa situação de grave constrangimento em que ela se encontra.

Faço, apenas, um reparo, aqui, às palavras do nosso companheiro Deputado Sibá. Eu acho, Sibá, que tem muita animação e, também, tem muita fantasia em tudo que V. Ex^a colocou. Sinceramente, a história não é essa; a história é diferente. Hoje, aqui, Sr. Presidente, com essa maioria esmagadora que tem a Base governista, eu não consigo enxergar, sinceramente, um Senador da República, um Deputado Federal trazendo obstáculos para a investigação de requerimentos como esses que foram apresentados pelo Senador Aécio Neves.

Quem poderá, aqui, negar a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário de quatro empresas fantasma – empresas fantasmas, porque foram caracterizadas pela própria Polícia Federal? Ninguém pode negar esse tipo de investigação, como, também, ninguém pode negar que estejam sendo quebrados os sigilos bancários dessas personalidades que participaram diretamente e causaram tanto mal à Petrobras.

Mas, Sr. Presidente, abrir o sigilo do doleiro, do Cerveró, do ex-Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e, também, do ex-Diretor da Petrobras, Paulo Roberto...

E foi esse Cerveró, Sr. Presidente, que apresentou, naquela reunião fatídica em que a Petrobras decidiu, através de seu Conselho, comprar Pasadena, um resumo técnico e, anos depois – anos depois –, ele foi afastado, penalizado. Mas penalizado como? Nomeado para Diretor da Petrobras Distribuidora, manejando um orçamento bilionário. Foi assim que o Governo do PT agiu e procedeu, sob o olhar plácido da Presidente Dilma Rousseff.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Mas, Sr. Presidente, me dirijo, agora, ao Senador Pimentel.

O Senador Pimentel colocou que o endividamento da Petrobras não foi custeio. Talvez, não tenha sido todo para custeio, Senador Pimentel, mas, com certeza, foi para despesas de capital de investimentos, investimentos como a compra de Pasadena, investimentos como a Refinaria Abreu e Lima, que começou com um orçamento de US\$2 bilhões e acabou em quase US\$18 bilhões – dito pela própria Petrobras.

Também, Senador Pimentel, me surpreende que V. Ex^a traga, aqui, para esse Plenário, um fato que aconteceu no ano de 2001. Passados 12 anos, Senador Pimentel, do Governo do PT, uma omissão completa! Nada se fez para investigar essa denúncia que V. Ex^a traz agora. Doze anos se passaram. No mínimo, eu posso afirmar que houve crime de prevaricação, porque não poderia, jamais...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Art.14, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Não poderia, jamais, o Governo do PT, sabendo dessa suspeita, ficar omissa tanto tempo e, só agora, trazer essa questão para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ok, Deputado Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – E eu encerro, Sr. Presidente. Estou encerrando, para cumprir, aqui, a minha fala, dizendo o seguinte: a Presidente Dilma participou, como Ministra de Minas e Energia, como Chefe da Casa Civil e como Presidente do Conselho de Administração, de muitas coisas, negócios que trouxeram prejuízos à Petrobras.

E eu encerro, dizendo que a Petrobras, durante esse período, foi submetida a um verdadeiro processo de saqueamento, e esta CPMI tem que fazer a investigação, atendendo aos reclamos da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Invocando o art. 14, Senador José Pimentel.

Depois, o Líder Francischini.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o processo da Repsol, que foi adquirido em 2001, até hoje o Poder Judiciário não o encerrou. Ele já teve a decisão de primeira instância, teve decisão na segunda instância e está no STJ, em segredo de justiça. A CPI específica do Senado já requereu os autos desse processo, e a sentença declara que a Petrobras teve um prejuízo em 2,5 bilhões.

Da mesma forma, o afundamento da P-36, que matou, infelizmente, 11 trabalhadores, foi objeto de ação de indenização; há pouco tempo, essa ação transitou em julgado e, também, deu um prejuízo de 2,2 bilhões à Petrobras. E nós estamos discutindo, exatamente, a internacionalização da Petrobras, a aquisição de Refinaria no exterior e as suas consequências.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Francischini com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente, o senhor já viu essa frase? “Acabar com a corrupção é o objetivo supremo de quem ainda não chegou ao poder”, Millôr Fernandes. Quem a parafraseou foi o Sr. Paulo Roberto Costa na sua agenda, apreendida pela Polícia Federal. É o fim da picada, não é? Um cara que meteu a mão no dinheiro público, preso como ex-diretor da Petrobras, vir a escrever em sua agenda o objetivo supremo de quem ainda não chegou ao poder. Ele estava rindo de alguém aqui, só pode. Talvez de quem o tenha posto na Petrobras.

Deveria convidar até o Deputado Sibá Machado para ele vir ler comigo aqui o relatório do Delegado da Polícia Federal para entender, sair da mesa e entender aqui que ele criou uma ilha da fantasia, parecia conto da carochinha.

Vou ler só um pedaço do relatório do delegado que investiga Pasadena:

Em linhas gerais, adentrando o mérito do procedimento persecutório a partir da compra de uma refinaria no Estado do Texas, refinaria de Pasadena, por parte da sociedade de economia mista Petrobras, possíveis valores teriam sido enviados ou mantidos no exterior sem respectiva declaração aos órgãos competentes.

Como é de conhecimento público, a citada refinaria teria sido comprada por valores vultosos em dissonância com o mercado internacional, o que reforça a possibilidade de desvio de parte dos recursos para pagamento de propina e abastecimento financeiro de grupos criminosos envolvidos no ramo petrolífero.

Acrescenta-se a isto [bem colocado pelo Senador Aécio Neves, ainda no texto do delegado], apura-se a possível existência de uma organização criminosa no seio da empresa Petrobras, que atuaria desviando recurso com a consequente remessa de valores ao exterior e retorno de numerário via empresa offshore.

Ou seja, o especialista, Youssef, estava lá.

E mais a frente ainda, Presidente, ela disse que no inquérito de Pasadena se investiga a atuação de Paulo Roberto Costa, lá da Lava-Jato, também Pasadena, pois no período da compra de Pasadena, veio à tona que ele era membro do Conselho da refinaria e da *trading* de Pasadena.

Ora, Presidente, se isso não é indício suficiente para uma investigação que não seja conto da carochinha, como a gente está assistindo, não sei o que é mais.

E vou ser muito sincero, participei com V. Ex^a, e nós todos sentimos o cheiro de pizza que foi “pizza sabor Cachoeira”. E ao final, a decepção da opinião pública brasileira.

Eu, por mais bem intencionado, e sei do trabalho do Deputado Imbassahy, que vai tentar fazer com que essa CPI chegue a um resultado, não vejo resultado. Aqui vai virar um embate político. Talvez o objetivo de alguns aqui seja simplesmente trazer, perante a opinião pública brasileira as verdades que estão acontecendo, para que ela faça o julgamento político-eleitoral, e que o Ministério Público e a Polícia Federal possam acompanhar aonde a gente vai chegar, porque eu não vejo resultado que possa ser diferente de uma grande pizza chamada Petrobras, com x ou com s, como o Sibá queira chamar.

Mas eu trago também, Presidente, o indicativo do que vai vir nos próximos dias aqui, porque não param de chegar papéis. Acho que não tem um funcionário da Petrobras de carreira, que são as pessoas decentes, que conduziam nos últimos anos essa empresa, que não se revolta com o aparelhamento político que o PT fez no comando e dividiu. O Paulo Roberto era chamado de *holding*, tamanha a quantidade de gente que defendia a sua posição lá dentro da Petrobras; *holding* de pessoas de alto poder aqui em Brasília.

Mas eu já chamo o Sr. Paulo Roberto de polvo; os tentáculos de corrupção dele vão se espalhar quando chegar aqui na CPI a cópia da Operação Lava-Jato, da Operação Bidone e de tantas outras.

E a caixa de pandora do PT, Deputado Mendonça Filho, são oito *pen drives* e quatro cartões de memória apreendidos lá na casa dele, na Barra da Tijuca, de onde vamos mostrar que o Sr. Paulo Roberto Costa, na bem engendrada operação que a Polícia Federal fez, tinha tentáculos não só na Petrobras; ele virou um megaconsultor. A gente já tinha visto anteriormente o Sr. Palocci com as megaconsultorias neste governo. Agora, vamos ter um grande escândalo, que vai envolver a Copa do Mundo.

Presidente, pode anotar na sua agenda aí. Pode anotar Furnas aí na sua lista. Pode anotar tudo aquilo que a oposição já acusou este Governo de ter feito. O feitiço virando contra o feiticeiro.

Então, Sr. Presidente, esperamos que nós próximos dias, documentos que vão ser apresentados de hoje para amanhã, que não tem nada a ver com o que saiu na mídia até hoje possam trazer à tona... E não haver o discurso do Governo aqui dentro: "Ah, essa investigação é só da Petrobras!" O que vier de corrupção que envolve o Sr. Paulo Roberto Costa, que comandou toda essa corrupção e foi apreendido pela Polícia Federal, não pode ser varrido para debaixo do tapete, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Agradeço a V. Ex^a.

Deputada Iriny Lopes.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, só para conferir se houve esquecimento aí da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. É o próximo.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que me inscrevi antes da Deputada Iriny, mas não há problema. Eu também só quero consultar se meu nome está aí na lista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está aqui já.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Está bem. Obrigado.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores e senhoras membros da nossa CPI, eu acho que, de fato, o Brasil está mesmo bastante interessado em acompanhar esta CPMI.

Todas as pesquisas apontam que existe um sentimento de pertencimento do povo brasileiro em relação a Petrobras, que, graças à oposição à época e aos trabalhadores da Petrobras, não teve o mesmo fim que outras tiveram, que foi a privatização irresponsável, tirando a soberania do País em diversas questões estratégicas fundamentais ao nosso crescimento.

E, neste momento, eu acho que existe algo para além das diversas acusações iniciais, que demonstraram um sentimento tão claro de verdade, como se a CPMI não precisasse existir, porque todas as provas já existem, tudo já está dado. Não é isso que o povo brasileiro quer ver. O povo brasileiro tem muita dúvida se esta CPMI é para investigar fatos, pessoas, consequências, ou se ela não passa de um palanque eleitoral. Isso o povo brasileiro não quer. Isso o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, não quer. E o Governo da Presidenta Dilma também não quer.

É bastante sintomático que iniciemos a instalação de uma CPMI já com pedido de *impeachment*. Isso não é próprio do debate claro, explícito, e o respeito à credibilidade que a população espera ter nesta CPMI.

Portanto, Sr. Presidente, acho que seria de bom tom que ouvíssemos, o mais breve possível, após as inscrições feitas, a proposta do Sr. Relator, para que nós pudéssemos, efetivamente, ter uma ideia de prazos, prioridades.

As pessoas aqui citadas já estão sendo objeto de oitivas na CPI do Senado; já foram à Câmara, já vieram ao Senado, por mais de uma vez. Portanto, aqui ainda não se começou a fazer nenhuma negativa. Hoje a Bancada do PT já fez o protocolo de 70 requerimentos. Então, nós viemos aqui, efetivamente, para discutir o futuro da Petrobras, a credibilidade da Petrobras, e o interesse que o povo brasileiro tem pela Petrobras. E o nosso Governo não tem medo de enfrentar este debate.

Encerro, lembrando a todos e a todas que estão nos assistindo que há outras coisas ainda não ditas, mas que, ao longo desta CPMI, ficarão claras. A busca da revisão do novo marco regulatório de concessão para o sistema de partilha, que deu ao Brasil um nível de soberania sobre o seu potencial energético nunca conhecido na história do País! E o segundo é a retomada clara, já posta, da ideia de fazer a privatização da Petrobras.

Então, nós aqui vimos, sim, trabalhar muito. E o Sibá trabalha bem, tanto na mesa quanto em qualquer cadeira que vier a ocupar. Isso não é objeto desta CPMI não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, quem solicitou *impeachment* da Presidenta fui eu. E eu preciso esclarecer a dúvida da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Conforme o art. 14, eu vou conceder a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E é o segundo e último desta reunião.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Eu lhe agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Eu não fiz graça nenhuma. Eu não vim aqui participar...

Os valores estão aqui explicitados, todos os valores, por onde passaram, o caminho do dinheiro que tem origem nos cofres da Petrobras, até aonde esses recursos chegaram na chamada lavanderia, lá embaixo, depois de percorrer todos esses caminhos. Aqui está a conexão, aqui está o cruzamento que se faz tecnicamente para encontrar culpados pelos desvios efetuados a partir da Petrobras.

Esse mapa, Sr. Presidente, é um roteiro. Ele sinaliza o caminho que devemos percorrer. Certamente encontraremos, aqui, os responsáveis pelo maior escândalo de corrupção jamais revelado neste País.

Não tenho conhecimento, já percorremos uma quilometragem significativa na vida pública, Sr. Presidente, jamais vimos algo semelhante. Há, sim, uma quadrilha instalada, uma organização criminosa que operou com muita competência, como um polvo, já disseram aqui, abraçando as várias áreas do setor público, como consequência, exatamente, desse modelo de promiscuidade, de balcão de negócios, onde se negocia com recursos públicos o apoio de partidos políticos e de políticos – lamentavelmente, Sr. Presidente, é essa a constatação –, abrindo as portas, escancarando-as para uma corrupção deslavada como a que vimos.

Portanto, a responsabilidade é grande. Nós estaremos aqui atentos, Sr. Presidente, para aplaudir quando houver boa-fé na investigação, e para denunciar ao País, modestamente, quando houver má-fé nos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, serei breve, com certeza não gastarei os cinco minutos a que tenho direito.

Sr. Presidente, antes de mais nada, o parabenizo pelo momento da escolha, mantendo a sua história. Espero que conduza esta CPML com todo o equilíbrio necessário, sem ter de agradar situação nem oposição, mas agradando sobretudo o povo brasileiro, buscando a verdade sempre, absolutamente sempre, doa a quem doer. Acho que é isso o que o povo merece e precisa, Presidente. Confio nessa sua trajetória, espero que isso se concretize.

Sr. Presidente, caros colegas, o sentimento que eu tenho com a Petrobras, neste momento, é o que está escrito no livro de um jornalista e escritor mineiro, chamado *Boa Ventura!*, que relata o período da busca do ouro no Brasil, o período aurífero. É o que, em tupi-guarani, o escritor Lucas Figueiredo chamava de Sabarabuçu. Os portugueses pensavam que aqui tivéssemos uma montanha reluzente, que fossem encontrar aqui uma montanha de ouro. O sentimento que eu tenho com essa questão da Petrobras é o de que foram buscar na Petrobras a montanha de ouro, a montanha dourada, o ouro que, lamentavelmente, não é o ouro amarelo, mas sim o ouro negro, o ouro do suor brasileiro, do povo brasileiro, não o ouro do luxo, mas o ouro da necessidade. Isso dito sob a forma de gasolina, de gás de cozinha, pelo qual muitos pagam, às vezes, mais caro do que deviam.

Diante de tanta perversidade, de tanta maldade, viram, realmente, na nossa Petrobras um Sabarabuçu, uma montanha reluzente que poderiam, simplesmente, pegar, levar e nada ia acontecer, lamentavelmente.

Os tentáculos da maldade, através do Sr. Paulo Roberto Costa, chegaram lamentável e especificamente ao meu Estado, como diz a revista *IstoÉ* desta semana. Traz a revista que o Sr. Paulo Roberto Costa foi lá prometer uma refinaria, a tão sonhada, ao povo sergipano. Somos um Estado produtor, já fomos o segundo maior produtor de petróleo do Brasil, mas mesmo assim ainda ficamos entre os primeiros.

Carmópolis, senhores, colegas Senadores, é uma cidade onde a exploração de petróleo se instala nos quintais das casas, até no subsolo das igrejas. Pois bem; ele iria instalar uma refinaria de petróleo, a Refinaria de Petróleo Sergipana, mas, na verdade, segundo a Petrobras, tudo de fachada, absolutamente de fachada. Mais uma forma de enganar não só o povo sergipano, mas o povo brasileiro como um todo. É como está aqui estampado na revista. E, aqui, o governo do meu Estado, Sergipe, durante semanas ou meses, mais uma vez, destruindo o patrimônio do povo sergipano, divulgou e propagou exatamente a figura do garoto propaganda, o Sr. Paulo Roberto Costa.

Queremos ouvir dele, precisamos ouvir dele até onde iam os tentáculos; qual era o interesse dele em Sergipe; se era ou não montar a refinaria. Isso porque o que está aqui na imprensa nacional, especificamente na revista *IstoÉ*, dá conta de que nada seria instalado, que seria apenas mais uma lavagem de dinheiro.

Como volto a dizer, Senador Alvaro Dias, o caminho da mina, segundo o jornalista e escritor Lucas Figueiredo, era o Sabarabuçu. Foram lá realmente buscar a montanha reluzente, mas precisamos que a verdade seja buscada e mostrada, não para diminuir o valor das ações da Petrobras, mas para mostrar ao povo brasileiro a verdade.

Eu acho que quem não deve não deve, absolutamente, temer nada.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nominando qual artigo, Excelência?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O art. 14 do Regimento Comum.

É para dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só um segundo. Como tenho de disciplinar, deixe-me tomar o art. 14.

Pois não; V. Exª tem a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É o art. 131 do Regimento Comum, do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ah, não é mais o art. 14!

É o art. 14 ou o art. 131?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É o art. 131 combinado com o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, vamos aqui.

Só um instante, pois tenho de ser extremamente obediente à minha bíblia regimental.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É o seguinte, Sr. Presidente: o Senador José Pimentel, salvo engano, fez uma argumentação com relação à votação de requerimentos de quebra de sigilo, dizendo entender que qualquer requerimento de quebra de sigilo teria que obedecer a uma votação nominal.

Não foi isso, Senador?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Sob pena de nulidade.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É!

E eu quero afirmar a V. Exª que a interpretação dada pelo nobre Senador Pimentel é absolutamente equivocada, porque se baseia em uma interpretação de um acórdão do Supremo Tribunal Federal, com base na Lei nº 4.595, de 1964, que foi revogada. Essa lei foi revogada pela Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Portanto, não guarda sentido a argumentação do Senador José Pimentel de que qualquer deliberação com relação a quebra de sigilo, convocação ou outras matérias relevantes para a Comissão Parlamentar de Inquérito teria que se submeter a um processo de votação nominal. E está claro na própria Lei Complementar nº 105, em seu §4º, que o quórum de deliberação será o de maioria, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.

Então, gostaria que V. Exª interpretasse o Regimento Comum da Casa e que pudesse esclarecer a nós, Parlamentares, qual será o entendimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, já que é um tema que será muito relevante e debatido ao longo do processo de discussão e de votação aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Oportuna a questão de ordem de V. Exª, Líder Mendonça Filho.

Para contraditar, concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nós já tivemos a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de várias personalidades e autoridades no Brasil. Não tratei de matérias correlatas; tratei exclusivamente deste tema. E já tivemos decisão do Supremo Tribunal Federal, por conta da não observância do rito regimental, impedindo a sua quebra.

É verdade: a maioria absoluta, ou seja, presente, 50% mais um e, desses, a maioria absoluta. Quanto ao quórum é o quórum qualificado: a metade mais um dos presentes. O resultado, pela maioria simples, mas voto nominal, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas essa decisão do Supremo já foi... Essa lei já foi revogada. Ela não existe mais. Há a Lei Complementar nº 105, posterior à decisão do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., Deputado.

Eu vou ouvir o Deputado Enio Bacci, para informações.

Com a palavra V. Exª.

Solicito à Secretaria que...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentar V. Exª, juntamente com o Deputado Marco Maia, convicto, de acordo com o que disse o Senador Agripino, de que V. Exª tem uma função extremamente importante e de que a sociedade brasileira está atenta, está com os olhos voltados para cá.

Também quero agradecer pelos 10 ou 11 votos que tivemos numa candidatura avulsa, independente, e dizer que o intuito dessa candidatura foi exatamente mostrar a esta Casa e à Nação brasileira que esta Comissão não pode seguir uma dicotomia de que metade é Governo e metade é oposição. Eu venho de um Estado onde isto é latente. No Rio Grande, historicamente, chimangos enfrentavam maragatos, gremistas acirram disputas com colorados, e não acredito, sinceramente, que esta Casa possa chegar ao ponto de dizer que, numa Comissão como esta, com um tema desta importância, teríamos, de um lado, os governistas, que não querem investigar – não acredito –, e, de outro, a oposição, que quer apenas fazer cena e fazer um jogo político. Sinceramente, eu acredito que, entre os governistas e entre a oposição, existem aqueles que têm a serenidade e a consciência de que nós estamos construindo uma história. Estamos construindo e mostrando à Nação se este Parlamento quer ou não investigar denúncias gravíssimas de corrupção.

Sinceramente, Sr. Presidente, quando eu fui Secretário de Segurança lá no Rio Grande, nós fizemos muitas investigações e eu sempre dizia que uma investigação não é para achar culpados, que ela pode identificar inocentes. Uma investigação é boa para aqueles que nada devem porque traz à tona a verdade.

Eu não acredito que algum Parlamentar queira manchar a sua biografia sendo submisso ao Governo ou raivoso em relação ao Governo. Aqui, nós temos que ter a serenidade, o objetivo, o intuito claro e evidente de buscar a verdade, de trazer à tona a realidade.

Digo isso com muita tranquilidade, Sr. Presidente, porque estou nesta Casa há 20 anos e não concorro mais à reeleição. Não sou candidato a Deputado Federal. Mas não quero deixar na minha biografia qualquer mancha de alguém que não deseje uma investigação ou alguém que use uma investigação para fazer cena ou jogo político.

Por isso, acredito que, nesta CPI, muitos Parlamentares, mais do que ser oposição ou mais do que ser Governo, querem que a verdade venha à tona e que se investigue tudo e todos. Aqui, nós não podemos ter regras limitadoras que inviabilizem, por exemplo, quebra de sigilo bancário de acusados que estão presos. Aonde é que nós chegamos? Um acusado que está preso pela Polícia Federal não pode ter o privilégio da proteção deste Parlamento para que o seu sigilo bancário, telefônico ou fiscal não seja quebrado. Não estamos falando aqui em quebrar sigilo de pessoas honradas ou até de suspeitos cujas provas ainda sejam singelas; estamos falando em quebrar o sigilo de três ou quatro acusados, aqui citados, acusados com provas contundentes, presos, sendo que um permanece preso, que é o Sr. Youssef. Isto é o mínimo que esta Casa pode fazer. O mínimo que esta Comissão pode fazer é trazer à tona a quebra desses sigilos. E é este apelo que faço à oposição e ao Governo.

Nós do PDT somos da base do Governo, mas eu tenho aqui a grande tranquilidade de dizer que defendemos o Governo e que é por defender o Governo que nós queremos investigações. Que não seja uma investigação de jogo político, mas com a serenidade de buscar a verdade. E, para mim, Presidente, o primeiro passo dessa investigação é a quebra do sigilo. Se essa quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico for negada, sinceramente, vai ser muito triste para esta Casa e para a biografia dos 32 Parlamentares que compõem esta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Respondendo ao Líder Mendonça Filho, diante da complexidade – V. Ex^a sabe que nós não vamos ter nem um nem dois requerimentos de quebra de sigilo ou de interceptação telefônica –, diante dessa complexidade, eu vou obedecer ao princípio da colegialidade. E esse princípio da colegialidade me manda fazer as votações nominais. Eu me acautelei dos mandados de segurança recentes. Por isso que indefiro a questão de ordem de V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, o princípio da colegialidade, na verdade, é que a gente possa ter a maioria absoluta presente. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Absoluta presente nas votações nominais. Vou fazer votação nominal sempre, Deputado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas esse instituto, ele não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vou fazer votação... O.k.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Esse instituto não está presente no Regimento. Não tem nenhum artigo do Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu disse ao senhor que me socorri do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas o Supremo julgou com base em uma lei revogada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Eduardo Cunha.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – A lei de 64, que foi revogada pela Lei Complementar 105.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para mim, é uma conduta desta Presidência. Em virtude da complexidade dos requerimentos, da importância de quebrar um sigilo bancário, eu tenho o dever de, com 32 membros, eu tenho o dever de chamar a votação nominal. V. Ex^a há de convir que é em respeito até às pessoas de que estaremos quebrando o sigilo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Tudo bem, Presidente. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Ex^a tem a minha compreensão.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu não quero que V. Ex^a, e jamais vou pretender, e nunca agi dessa maneira, aja fora do Regimento e fora da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, obrigado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu apenas reitero que não há nenhum dispositivo referendando essa posição que foi defendida pelo Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E, evidentemente, respeitosamente, nós vamos recorrer da decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Agradeço a compreensão de V. Ex^a. Líder Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex^a pela eleição para presidir esta Comissão – V. Ex^a tem a confiança do nosso Partido, o PMDB, para poder bem representá-lo, como já o fez e o faz em todas as oportunidades –, cumprimentar o Senador Gim Argello pela Vice e cumprimentar o Deputado Marco Maia pela relatoria. É um Parlamentar experiente, foi Presidente da Casa, tivemos a oportunidade de compartilhar uma CPI na Câmara, extremamente difícil, a do apagão aéreo, onde o Deputado Marco Maia mostrou a sua capacidade de trabalho, a sua capacidade de articulação, de compreensão, e, ao mesmo tempo, produziu um relatório que foi aprovado por unanimidade por aquela Comissão, dentre oposição e Governo, naquele momento. Então, eu queria dizer que esta Mesa contempla a credibilidade que esta CPI merece.

Eu queria dizer a V. Ex^a que o papel do PMDB nesta Comissão, pelo menos no que toca à nossa representação na Câmara dos Deputados, será o de buscar aquilo que vai ser a verdade dos fatos. Nós não vamos buscar a politização de nenhum dos lados, não vamos compartilhar com isso. Queremos nos ater aos fatos que estão originando esta CPI. E tudo aquilo que for para a apuração verdadeira do fato, sem qualquer conotação política, terá o apoio do PMDB.

O PMDB vai ter, representando aqui nesta Comissão, eu mesmo, Líder da Bancada, além dos Deputados Lucio Vieira Lima, Sandro Mabel e João Magalhães. Esse é o time do PMDB da Câmara que estará presente aqui, para poder fazer a vontade da sua Bancada, e não a vontade individual de quem quer que seja. Quando algum membro da Bancada na Câmara do PMDB aqui se posicionar, será a vontade da Bancada, não a vontade dele.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que nós temos que tomar muito cuidado com algumas coisas. Obviamente que não teremos nenhuma dificuldade de votar qualquer tipo de requerimento que vise a apuração, seja para convocação, seja para quebra de sigilo, se assim for importante. Gostaríamos que o Relator, em primeiro lugar, apresentasse o seu plano de trabalho. E queria já sugerir ao Relator que marcasse uma reunião para amanhã para ler o seu plano de trabalho, para que a gente pudesse ter o fim de semana para ler e avaliar, e que marcasse para a semana que vem a votação desse plano de trabalho, para que nós pudéssemos criticá-lo, trazer sugestões de adições ou não. Fazer em um dia, apresentar e votar, não seria bom para o bom andamento da Comissão. Seria a minha sugestão para o Relator: que marcasse uma reunião para amanhã para ele apresentar uma proposta de plano e, na semana que vem, votaríamos esse plano. Ou se ele tiver o plano hoje para apresentar, substituiria o de amanhã. Também não teria nenhum problema. Mas a nossa ideia é que o plano não seja votado no mesmo momento da sua leitura.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, a título de colaboração, até complementando algo que o Senador Pimentel falou, que, quando eu fui Deputado estadual, no ano de 2001, eu era Deputado estadual pelo Rio de Janeiro, lá fizemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o afundamento da Plataforma P-36. E eu produzi um trabalho de mais de mil páginas, que eu vou submeter depois, eu até peço, trago e entrego aos companheiros, que tem a verdadeira elucidação de tudo aquilo que aconteceu.

O afundamento da P-36 foi efetivamente por um mau empresário, que se utilizou daquilo que não devia, de uma válvula que não estava aprovada tecnicamente, derrubou uma plataforma, motivou um prejuízo.

Eu fiz uma representação ao Tribunal Marítimo, que é o órgão que apura a culpa de acidentes marítimos. O Tribunal culpou essa empresa, que era a companhia marítima e a Petrobras pela queda da plataforma, pelo afundamento da plataforma. E a Petrobras foi, inclusive, obrigada a suspender o seu *leasing* e a pagar o ICMS ao Estado do Rio de Janeiro pelo afundamento da plataforma, que era um *leasing*.

Eu tenho um trabalho que mostra claramente que ali não houve nenhuma politização; ali houve um mau empresário, corrupto, possivelmente, com alguma convivência de engenheiros de fiscalização daquela plataforma, e eu vou fazer isso chegar, porque não tem sentido partir para aquilo que a gente já sabe o que é. Eu vou trazer. Aquilo ali merece, sim, uma punição, porque aqueles empresários ficaram impunes. E nós gostaríamos de que tivesse isso sido até trazido, para que pudéssemos puni-los também.

Então, longe da politização, nós estaremos atentos aqui ao bom andamento do trabalho e para investigar tudo o que for necessário para o esclarecimento dos fatos.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Os últimos quatro inscritos: Deputado Domingos Sávio, Senadora Vanessa, Deputado Rubens Bueno, Deputado Izalci. Aí encerramos e vamos ouvir o Relator, que responderá aos questionamentos que V. Ex^{as} fi-

zeram. O Relator vai me dizer o seu prazo, o tempo que precisa para o plano de trabalho e esclarecerá todas as dúvidas que V. Ex^{as} possam ter.

Solicito ao Deputado Eduardo Cunha, nosso líder, que encaminhe, no mais breve espaço de tempo, o trabalho produzido pelo Deputado estadual Eduardo Cunha com relação à P-36.

Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, prezado Senador Vital do Rêgo, colegas Parlamentares, Sr. Relator, Deputado Marco Maia, quero inicialmente cumprimentá-los, dizer da minha absoluta convicção de que o País pode se rejubilar de ter duas figuras da estatura dos senhores, com a missão tão relevante que lhes foi reservada.

Para mim, nós vivemos um momento histórico, importante, de grave responsabilidade para o Congresso brasileiro. Para mim fica evidente que a CPMI, o Congresso brasileiro, Câmara e Senado, têm igual responsabilidade para tratar de maneira republicana, séria, uma matéria que o povo brasileiro, na sua grande maioria, quer ver esclarecida e que nos preocupa profundamente.

Fica evidente, Sr. Presidente, que houve sim, num primeiro momento, embate de natureza até político-partidária, mas da minha parte eu tenho que aqui fazer um resgate histórico das poucas semanas que antecederam a instalação efetiva, que se dá hoje, desta CPMI. Nós da oposição, e aí não só na Câmara, mas com a liderança de diversos Senadores, em especial do Senador Aécio Neves, num dado momento, a oposição, de um modo geral, em momento algum se desviou do foco de buscar, em respeito ao patrimônio do povo brasileiro, em respeito à Petrobras, na busca da defesa da Petrobras, promover aquilo que é dever desta Casa, em função, é claro, primeiro, de a oposição propor um instrumento de investigação de ações do Governo, já que a Petrobras é uma empresa pública que pertence ao povo brasileiro. E nós, desde o primeiro momento, o fizemos cientes da grave responsabilidade que tínhamos de proteger a Petrobras e, mais do que isso, o Estado democrático.

Se, num primeiro momento, a luta foi para que a investigação se desse para apurar as irresponsabilidades, os indícios claros de corrupção, as denúncias gravíssimas de corrupção, de superfaturamento, se num primeiro momento isso por si só já justificava a instalação de uma CPMI, no momento em que se tentou impedir o trabalho da minoria, ficou evidente que nós tínhamos que salvar o Estado democrático brasileiro e não permitir que isto ocorresse.

Daí minha referência também ao Senador Aécio Neves.

Não de forma isolada, mas com diversos Senadores, inclusive com os da Base do Governo, e juntamente com um grupo de Deputados – eu me fiz entre eles –, fomos ao Supremo, para buscar garantir no Supremo que prevalecesse o direito das minorias e que se instalasse a CPI com o objetivo específico de investigar denúncias objetivas, questões envolvendo denúncias de corrupção, de superfaturamento e também de gestão temerária na Petrobras.

Portanto, é um momento histórico. Daqui para frente, em que pesem falas como as que aqui ouvi do Deputado Sibá, dizendo que a CPI não se pode ater a um debate partidário, mas tem de se dedicar à investigação... Passou os cinco minutos fazendo provocação partidária, acusando a oposição de querer privatizar a Petrobras! Caberia perfeitamente aqui lembrar ao Deputado Sibá que o que nós queremos é reintegrar a Petrobras à condição de empresa pública do povo brasileiro, e não à conveniência de um partido ou de acordos ou de interesses menores.

(Soa a campanha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Mas, Sr. Presidente, quero concluir, unindo-me ao que disse o Deputado Enio Bacci, que lembrou, em boa hora, que é da Base do Governo, do PDT do Rio Grande do Sul. Eu me sinto contemplado. Eu, que sou Líder da oposição na Câmara, sinto-me contemplado pela fala de um Deputado da Base do Governo.

Nós vamos assistir, Sr. Presidente, a cada dia... Eu reitero a importância de a imprensa acompanhar. Esta é uma das coisas fundamentais de uma CPMI: a transparência. A sociedade brasileira como um todo está acompanhando. Nós vamos assistir aqui, aí sim, ao pedido de quebra do sigilo bancário de empresas, de acusados, de pessoas que estão presas. E aí nós vamos separar o joio do trigo, quem quer investigar e quem quer se colocar a serviço de interesse político ou partidário seja da Base ou da oposição. Aí vamos separar o joio do trigo, Sr. Presidente.

Nós não podemos decepcionar o povo brasileiro. Temos de investigar.

Concluo.

Tenho confiança no Relator, no sentido de que não vamos varrer isso para debaixo do tapete. Vamos quebrar o sigilo bancário que seja necessário. Vamos a fundo contra as denúncias já previamente apuradas pela Polícia Federal, embora de forma parcial. Aí sim, daremos respostas objetivas para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Senadora Vanessa, tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que estou aqui, desde o início, ouvindo com muita atenção todas as explicações. Ouvi muitas observações acerca da CPI que funciona no Senado Federal, exclusiva do Senado Federal.

Eu só queria aqui resgatar o que disse o Senador Pimentel e alguns outros Parlamentares.

A CPI do Senado foi instalada por um pedido da oposição. Foi a oposição que, de manhã, à tarde e à noite, colheu as assinaturas. A CPI do Senado foi instalada porque a oposição – o orador que me antecedeu acabou de explicar isto com toda a propriedade – foi ao Supremo, pediu ao Supremo para instalar a CPI do Senado. E o Supremo decidiu que a CPI do Senado, específica do Senado, tinha de ser instalada.

O Presidente Renan – aqui, não tenho nenhuma procuração do Presidente Renan – tem agido como Presidente de um Poder, Sr. Presidente, tanto é que a crítica é feita muito do ponto de vista político. Do ponto de vista do Regimento, do ponto de vista da Constituição, não há o que dizer, tanto que o Presidente da Casa fez, leu e publicou as indicações para a CPI do Senado.

Aí o que acontece? A CPI do Senado é instalada. Lá está V. Ex^a, presidindo-a com tamanha competência, como presidirá esta CPMI, não tenho dúvida alguma. Lá estamos nós, o Relator Pimentel e eu, que sou apenas uma simples componente dessa Comissão. Mas cadê a oposição, aqueles que vieram aqui com discursos bonitos e tal?

Ouvi um Senador que aqui mostrou um papel grande dizer: “Este é o mapa do caminho das pedras.” Mas aí disse o seguinte: “Aqui está o nome de quem roubou, quanto roubou, para onde foi.” Então, aquele não é o mapa do caminho das pedras, aquilo já é o resultado da CPI, na visão deles.

Aí vejo mais: “Um documento diz que foi comprada uma refinaria por um valor exorbitante.” Ora, valor exorbitante? Nós estamos discutindo isso muito na CPI, e o que temos visto lá não é exatamente assim, não.

Não é exatamente assim, não. Primeiro que não foi a empresa proprietária anterior da Petrobras, de Pasadena... Não comprou por aquele valor de quarenta e poucos milhões, que se divulgou até hoje. Insisto em dizer: não foi esse valor, não. Não foi esse. Nós vamos ver. Por isso nós estamos aqui.

E aí o que nós precisamos não é de circo nem de teatro. Nós precisamos de ter muita maturidade, nós precisamos de ter muita calma e trazer as respostas.

Eu, por exemplo, faço um questionamento, porque sou muito crítica desse tal mercado, muito crítica até por formação, por convicção ideológica. Meu Partido é o PCdoB. O que é mesmo mercado, se não algo abstrato? Todo mundo vende. “Os Estados Unidos são o exemplo de que o mercado dá certo.” Pois vejam, nos Estados Unidos há uma lei que proíbe, proíbe exportação de petróleo americano. Esse é o mercado que regula tudo, que pode tudo, lá nos Estados Unidos. Vão querer mudar agora por conta do petróleo de xisto, de que os Estados Unidos vão ser um grande produtor. Aí vão mudar a lei! Mas a lei é para regular. Na lei e na prática é o Estado, sim, intervindo na economia.

Vejam o que disseram aqui: “A Petrobras está vivendo um constrangimento, a Petrobras está sendo aviltada, a Petrobras perdeu o valor pela metade.”

Eu ouvi uns depoimentos, não sei se foram da atual Presidente ou do Presidente anterior, e o meu Partido fez um boletim muito bacana, na Câmara dos Deputados, em que a gente mostra outros dados, mostra que longe de a Petrobras estar sendo aviltada, de a Petrobras estar vivendo um constrangimento, mostra, por exemplo, que a produção de petróleo cresceu, de 2012 a 2013, quase 30%.

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O valor da Petrobras cresceu, o quantitativo, a receita, a produção de derivados. O lucro foi de US\$8 bilhões, em 2002, para US\$23 bilhões, um crescimento de quase 200% em 2013. Ou seja, os números mostram diferente. “A Petrobras vale US\$100 bilhões.” Mas, espera aí, só Pasadena vai custar em torno de 18 bilhões. São doze refinarias de propriedade da Petrobras, outras quatro em construção, dezenas e dezenas de navios. Como é que pode só valer isso? Ou será que todo esse debate que nós estamos vivendo, Sr. Relator, tem a ver com isso, para fazer com que caiam as ações da Petrobras? Será que tem a ver com isso? Que tem a ver com a eleição a gente sabe que tem também.

Então, acho que é nossa tarefa, Senador. Eu creio que nós estamos, como Mesa Diretora, extremamente responsáveis por esta CPI. A nossa obrigação é investigar tudo o que tem que ser investigado. Se alguém meteu a mão em coisa que é pública – não é da Presidente da Petrobras, não é da Diretora; é nossa, é nossa, do povo brasileiro –, que pague por isso. Agora, fazer disto aqui um picadeiro e um palanque eleitoral, não, Presidente. Acho que nós temos que ter a responsabilidade de saber que estamos tratando de um assunto sério,

porque governo entra e sai; a Petrobras fica. Então, vamos ver quem de fato tem compromisso com o Brasil... *(Falha na gravação.)*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ...compromisso com o povo, com aquilo que é nosso, ou quem está aqui apenas para repetir mentiras, porque dizem que uma mentira repetida cem vezes vira verdade. Mas nós vamos repetir tanto a verdade aqui que a verdade vai acabar sendo vista pelo povo brasileiro.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, primeiro, nós tivemos aqui uma eleição, e foi clara a nossa posição em votar no Deputado Enio Bacci e no Deputado Francischini, para Presidente e Vice-Presidente. Declarado o resultado, V. Exª passa a ser o Presidente de todos nós, assim como foi na CPI Mista conhecida como CPI Mista do Cachoeira. Escolhido, designado Relator o Deputado Marco Maia, evidentemente, por sua figura, estatura de Presidente da Câmara, estamos aqui devidamente representados à altura para um CPI desta qualidade, desta importância. Então, imagino que nós teremos aqui bons trabalhos. Vamos tentar trazer isso da melhor forma possível.

O que aqui me pareceu, do que ouvi, é que não houve nenhuma palavra, por exemplo, sobre empreiteiras. E aí é que está o centro da questão. Esta relação Poder Público/empreiteiras está destruindo a democracia no País, porque hoje há uma confusão na sociedade de que a política é que não presta, quando a política é vítima dos maus políticos. A política é vítima dos maus políticos.

Se buscarmos o resultado dessas denúncias com relação à Petrobras, denúncias de Pasadena, de Abreu e Lima, de plataforma, de SBM, enfim, o que há aí de denúncia veio do jornalismo investigativo. Milhares de profissionais, da melhor qualidade, cumprindo o seu papel de jornalista investigativo, investigaram e denunciaram. E agora surge, nesta semana, novamente, na proposta de governo do PT, o controle da mídia. Ora, quanta coincidência!

No ano passado, as empreiteiras doaram R\$80 milhões para o Partido do Governo, num ano não eleitoral. Essa relação é para todos nós, seja Partido do Governo ou não, para todos nós. Nós temos que dar um fim a isso, com reforma política, financiamento público, nós temos que dar um fim a isso. Não é mais possível a sociedade suportar tantas denúncias, e todos sermos nivelados por baixo: todos aqui fazem parte daqueles que estão aqui para assaltar o Poder e dele se aproveitar.

Esta CPI mista em que estamos trabalhando é para lembrar que CPI vem do século XIV. A Inglaterra, no século XVIII, consolidou comissões parlamentares de inquérito. E lá na Inglaterra, toda semana, o Primeiro-Ministro presta conta dos seus atos. Aqui, convidar, convocar um ministro é algo que o desabona e também desabona o governo, quando isso é absolutamente normal e natural. Aqui não. Temos que mudar essa relação, essa realidade.

Comissão parlamentar de inquérito é para investigar; processado e investigado, nada deixado em dúvida, tomar as decisões. E o Relator, consciente do seu papel, tomar as decisões, encaminhar ao Ministério Público aquilo que entendermos crime, encaminhar para a AGU aquilo que deve ser ressarcido aos cofres públicos e nós corrigirmos com projetos e lei aquilo que está hoje distorcido em todos os seus aspectos, até na reforma política, a que poderemos chegar, partindo deste momento.

Então, nós da Bancada do PPS queremos aqui dizer que confiamos neste trabalho. Nós da oposição estamos aqui conscientes do nosso papel. O PPS apresentou 202 requerimentos com a certeza de que não deixamos nada... Trabalhamos diuturnamente, com a assessoria do Partido, em fins de semana, durante madrugadas, para não deixarmos nada, nada, absolutamente nada ao largo da investigação, se os requerimentos forem aprovados.

Agradeço a atenção de V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não, CPI mista sim. Eu já disse. E mais, é bom dizer que nós tivemos aqui até 1937... Em 1934, nós tivemos comissões parlamentares de inquérito no Brasil, e era só Câmara dos Deputados, não era Senado. Só depois, em 1946, é que foi instituída também a CPI para o Senado e consolidada na Constituição de 1988. Daí, a saber, não podem, de forma alguma, os representantes do Estado atropelar os representantes do povo. Essa união é que vai fazer esta CPI muito forte e concluir este belo trabalho que tenho certeza de que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

Comunico à Casa, ao nosso Colegiado, que já está começando a Ordem do Dia do Senado, então, nós temos um limite regimental para encerrarmos os nossos trabalhos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Só um esclarecimento rápido.

Por mais de uma vez aqui – e há uma certa insistência –, disseram que a oposição lutou para conseguir a CPI no Senado e foi até o Supremo. Tudo isso é a absoluta verdade. E, obviamente, ao mesmo tempo, simultaneamente, colhemos assinaturas, lutando pela CPMI, que é um instrumento mais amplo. Quando conseguimos viabilizar a CPMI, que é um instrumento mais amplo, que reúne o Congresso, obviamente, a oposição entende que este um mecanismo serve melhor ao País...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., está esclarecido.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – É uma explicação muito simples. Não justifica esse tipo de colocação de que a oposição está se omitindo no Senado. Não é isso. O Senado está presente nesta CPMI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Izalci.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Só uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Deputado Izalci é o último e depois... Nós precisamos ouvir o nosso Relator.

Vamos ouvir o Deputado Izalci e depois eu passo a palavra rapidamente a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer ao meu Partido por ter me indicado para esta CPMI tão importante para o País. Mas quero dizer que o meu compromisso não é com a oposição nem com o PSDB. O meu compromisso é com a população, a população que eu represento – e aqui fiz o juramento da Constituição quando assumi o cargo.

A minha formação é de contador, e eu sou auditor. Nenhum resultado da Petrobras... Hoje, eu ouvi aqui várias discussões. Disseram que a Petrobras está muito bem, mas nenhum resultado positivo justifica a roubalheira que tem acontecido dentro da empresa.

Sr. Presidente, foram 3.649 operações fictícias de importação e exportação, mais de 10 bilhões de remessas do doleiro Youssef.

Então, falar aqui em palanque eleitoral, dizer que... Isso aí é tentar enganar a população, é tentar realmente confundir a população. Foi dito aqui, por alguns Parlamentares, que nós queremos aqui fazer oposição, ou fazer palanque pré-eleitoral. Não é nada disso. Está muito claro, a Polícia Federal tem feito um belo trabalho, e nós queremos é exatamente apurar, doa a quem doer, essa questão.

Foi dito aqui, Sr. Presidente, da P-36. O Deputado Eduardo Cunha já teve oportunidade de falar sobre isso, e eu tive oportunidade de assistir às fitas da CPI da assembleia legislativa. Então, não há nenhuma dificuldade, está mais do que resolvida essa questão da P-36. E, mesmo que houvesse alguma coisa, nós não teríamos nenhum problema em investigar. Agora, não é esse o tema da CPI aprovada. Eu acho também que a gente não pode ficar falando em Repsol, em P-36, porque esse não é o objetivo da CPI. Estão muito claros os quatro itens que foram aprovados. Se precisar, nós vamos estender. Mas o foco é nesses quatro itens.

Há outra coisa que quero deixar clara, Sr. Presidente; há um ditado que diz assim: "Não basta ser honesto, tem que parecer honesto também". O que está acontecendo – eu sei, já li e reli muitas coisas – eu vejo assim: há diversos parlamentares – legítimo – que receberam, diretamente nas suas campanhas, financiamento público de empresas envolvidas nesse processo. Então, nós temos que ter muito cuidado com esses financiamentos, que são legítimos, mas não podem se sobrepor à investigação, no sentido de pessoas tentarem dificultar as questões para não se chegar realmente ao resultado a que nós pretendemos chegar.

Fiquei muito preocupado quando foi colocada aqui essa questão... Eu acho que tem que ser votação nominal, evidentemente – não há nenhuma dificuldade em que seja votação nominal –, mas o que não pode é esvaziar o plenário para que não haja votação nominal e impedir que a população conheça realmente o que está acontecendo com a Petrobras.

O Deputado Mendonça já colocou a questão do Supremo, V. Ex^a está respaldado e querendo seguir a decisão do Supremo Tribunal, mas, de fato, a população tem que estar atenta é para isto: se realmente os membros desta CPMI têm interesse ou não em investigar. Eu mesmo já tenho mais de cem requerimentos aqui que solicitam quebra de sigilo, convocação, porque realmente os indícios são muito fortes.

Eu quero aqui concordar com o que foi colocado pelo Senador Aécio: nesse primeiro passo, eu acho que realmente, com a quebra dos quatro sigilos e a convocação desses três membros que foi pedida aqui, dá para fazer o início dos nossos trabalhos, evidentemente, não prejudicando depois, por termos que convocar ou aprovar outros requerimentos.

Mas eu gostaria de pedir a V. Ex^a e a todos os que participam da CPMI que nós realmente colocássemos a transparência para que a população seguisse. E eu estarei aqui, independentemente de Copa. Está se falando em obstruir a LDO, mas eu quero dizer o seguinte: como membro da CPMI, como morador do DF, estarei aqui não de segunda a quinta, mas de segunda a segunda, cuidando dessa questão.

Então, parabênizo a eleição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sei do papel do Relator, que foi nosso Presidente e que fez um mandato excelente. Tenho certeza de que essa dupla dará uma resposta ao Brasil sobre a questão da Petrobras.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço, Deputado Izalci.

Eu tenho 500 requerimentos já na Secretaria. Então, nós vamos ter uma produção...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Só uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de passar a palavra ao nosso Relator, um minuto para o Deputado Mendonça; um minuto para o Senador Pimentel.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É uma indagação a V. Ex^a e ao Relator, o Deputado e Presidente Marco Maia.

Com relação à próxima reunião, eu queria sugerir a V. Ex^a, já que a Ordem do Dia já começou no Senado e na Câmara também, ou está prestes a começar, que nós marquemos para amanhã de manhã.

Só quero lembrar, Presidente, que, no caso da CPI do Senado, foi instalada de manhã, e, à tarde, foi votado o plano de trabalho. Então, quero sugerir ao Deputado Marco Maia que apresente o plano de trabalho para amanhã de manhã, que votemos amanhã de manhã e, já a partir da próxima semana, iniciemos os trabalhos normalmente, já na terça-feira.

Então, a sugestão que eu faço a V. Ex^a e ao Relator Marco Maia é que o plano de trabalho seja apresentado amanhã, votado na terça-feira ou amanhã mesmo, e, a partir da próxima semana, que iniciemos os trabalhos da CPML.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Líder Mendonça, da nossa parte, da parte desta Presidência, que tem o rígido cumprimento do art. 89 do nosso Regimento Comum ao organizar os trabalhos, eu marcarei a próxima reunião a partir da definição do tema, que é o nosso método de trabalho, vou ouvir o nosso Relator e, imediatamente, cumprirei as minhas obrigações...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Um minuto também, Presidente, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... de marcar a reunião.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, nós temos amanhã, dia 29, a convocação para depoentes com requerimento já expedido para as 10h15 e temos também convocações para o dia 3/6, com requerimento já expedido, às 10h15 – só para ajudar V. Ex^a no ordenamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu passarei a palavra ao nosso Relator, antes informando a V. Ex^{as} que encaminharei a todos os gabinetes de V. Ex^{as} o comunicado sobre os procedimentos – Senador Pimentel, Deputado Domingos –, o rito, até para uma avaliação e aperfeiçoamento. É um comunicado sobre os procedimentos que encaminharei a todos os gabinetes ainda no dia de hoje.

Eu quero dizer ao Deputado Marco Maia que me honra muito a companhia de V. Ex^a. V. Ex^a tem uma história na Casa, foi o nosso Presidente, foi o meu Presidente quando Deputado Federal. Eu tenho muito orgulho desta companhia. Há confiança dos nossos pares no trabalho de V. Ex^a, na relatoria que V. Ex^a vai fazer. Vamos juntos, com a Mesa, com o Senador Gim, com todos os membros da Casa, fazer o melhor dos nossos ofícios.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito obrigado ao nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo. Já de antemão, também aqui quero agradecer a deferência e a tarefa que V. Ex^a me designa ao me convidar para ajudar nos trabalhos desta CPI, produzindo o relatório final.

Eu serei breve, talvez na próxima reunião eu possa discorrer um pouco mais sobre o trabalho do Relator, mas queria apenas expressar aqui uma breve opinião de que o Relator deve questionar, é verdade, mas talvez a sua principal tarefa seja ouvir os depoimentos e as opiniões que, fruto dos depoimentos, são expressadas pelos nossos Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, que irão se manifestar durante o processo de debate, de discussão desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Então, quero dizer, Senador Vital, meu Presidente, que irei seguir à risca esta premissa, a premissa de ouvir muito, para, ao final dos trabalhos desta Comissão, poder produzir um relatório que esteja o mais próximo daquilo que for a síntese do debate aqui produzido, até mesmo porque tenho a convicção de que a nossa responsabilidade aqui é enorme. Nós queremos que o trabalho realizado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito seja capaz de investigar, de fato, aquilo que aconteceu ou os eventos que envolveram a Petrobras – esta que é a maior empresa pública e privada do nosso País, já que a Petrobras é a maior empresa do Brasil, e

nós não podemos, de forma alguma, prescindir da ideia ou da visão de que esta empresa precisa e deve estar conectada com os anseios maiores da população e do povo brasileiro.

Então, o nosso trabalho será o de investigar e de produzir um relatório que esteja à altura do papel do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Dito isso e já ouvindo e observando tudo aquilo que aqui foi dito, eu acho que nós precisamos produzir um roteiro de trabalho que seja capaz de nos dar as condições objetivas para chegarmos a esse objetivo final, que é o de produzir uma boa investigação e um relatório que seja concreto, que seja efetivo na análise dos diversos depoimentos que nós aqui teremos. E acho que a produção desse trabalho deve, sim, levar em consideração todas as sugestões que aqui foram levantadas.

Então, a primeira questão que eu queria propor aqui, Senador Presidente, é que as sugestões que aqui foram levantadas nos fossem enviadas em meio magnético, para que nós pudéssemos analisar essas sugestões e incorporá-las ao nosso plano de trabalho.

Segundo, também olhando um pouco para as informações que até este momento chegaram, nós estamos iniciando um trabalho. Eu faria aqui uma analogia, de que nós estamos botando em curso um caminhão, um FNM, e, portanto, é impossível colocar este FNM em curso de forma abrupta. Ele não vai conseguir a velocidade que nós gostaríamos no início. Ele vai ter que começar na sua marcha, respeitando o seu motor, para que possa adquirir velocidade durante o processo de investigação.

Então, eu, com isso, gostaria de dizer que é quase humanamente impossível que eu apresente até o dia de amanhã um cronograma ou um roteiro de trabalho que seja consistente, que possa olhar para todos os lados que esta investigação precisa olhar, até mesmo porque nós temos, aqui no requerimento que foi protocolado na Casa e que originou esta CPI, quatro grandes temas de investigação, quatro eixos de investigação. Mas, olhando para os requerimentos que foram apresentados, para as falas que foram produzidas aqui, nós vamos nos dar conta de que não são apenas esses quatro eixos, que há outras linhas de investigação que aqui foram levantadas e que foram produzidas e que precisarão ser, em alguma medida, contempladas durante o nosso processo de investigação.

Eu cito esta informação que me chegou agora há pouco: que nós já temos mais de 500 requerimentos apresentados. É óbvio que alguns deles são talvez até repetidos, nem todos são requerimentos diferentes, originais, mas eu já quero inclusive requisitar emprestado de V. Ex^a, Presidente, a sua Assessoria, o Relator Pimentel, aqui, a Assessoria da CPI do Senado, para que possa dar uma analisada, esta noite, em todos esses requerimentos e organizá-los, de forma estruturada, para que a gente possa, a partir dos requerimentos apresentados, desenhar o nosso roteiro de trabalho. Porque nós não podemos começar investigando uma situação e terminar investigando outra completamente diferente, ou fazer isso de forma desconectada.

Então, eu já queria pedir a V. Ex^a também que tomasse essa... Me desse essa... Antes de nós montarmos a equipe, porque também vamos precisar montar uma equipe para esta CPMI aqui, para que possa produzir bem, que já possamos ir utilizando o acumulado, o trabalho que vem sendo realizado, para poder produzir o nosso trabalho.

Então, eu gostaria de, com isso tudo, pedir a V. Ex^a que nós pudéssemos fazer a apresentação do nosso plano de trabalho na próxima semana, como forma, inclusive, de produzir um plano de trabalho mais próximo daquilo que aqui foi proposto.

E eu me comprometo com os nossos Líderes aqui, com os membros da Comissão, a dialogar com eles durante o final de semana para que possamos chegar aqui com um plano de trabalho, na próxima semana, bem mais próximo daquilo que está sendo proposto e sugerido por todos os membros desta CPMI.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só um minuto. Só um minuto. A Presidência está com a palavra.

Mediando, aqui, este encontro de necessidades nossas com relação ao plano de trabalho, durante o dia de amanhã, sexta, sábado e domingo, os senhores serão avisados – eu determino à Secretaria para fazê-lo – para dar sugestões ao Relator, ao Deputado Marco Maia. Já foram feitas diversas sugestões aqui. E na próxima terça-feira, o Relator apresentaria o plano de trabalho.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Pimentel, Deputado Rubens, Deputado Izalci, Líder Mendonça, vamos ouvi-los.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora, eu peço a diligente rapidez de V. Ex^a, porque...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É um minuto, Sr. Presidente. É apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – No que depender da nossa assessoria, que já está constituída, Relator Marco Maia, enquanto V. Ex^a constitui essa nova equipe, pode contar conosco, vamos ajudar.

E quero, Sr. Presidente, registrar que, há mais de uma hora, esta Comissão tem apenas quatro Senadores, e, dos quatro Senadores, três são os que estão em tempo integral na Comissão específica: o nosso Presidente, este Relator e a Senadora Vanessa. O Anibal está aqui, por isso somos quatro. E temos apenas cinco Deputados; parte deles são suplentes. Portanto, de 64 membros, nós estamos aqui com nove membros. De 64, 32 suplentes, então, tem uma parte presente, que é suplente. Isso, Sr. Presidente, é para a imprensa registrar como funcionam as Comissões do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno, 30 segundos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Rapidamente, apenas eu vou fazer aqui um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sugestões a...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Vou fazer um apelo ao Deputado Marco Maia e à Presidência. Nós temos, na semana que vem, uma semana de esforço concentrado, tanto no Senado quanto na Câmara. Nada impede que, de hoje até segunda-feira, se apronte esse roteiro, até porque, segunda-feira, não há um compromisso maior de Comissões. Então, na segunda-feira à tarde, no fim da tarde, 17 horas, eu acho que é uma hora boa, o Deputado Marco Maia apresenta o roteiro, e aí, dali para a frente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., sugestão: segunda-feira, às 17 horas. Vamos ouvir o Deputado Relator Izalci.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, eu só vou destacar que começou a Ordem do Dia, e isso até explica, em boa parte, o que o Líder José Pimentel acaba de falar, tanto na Câmara como no Senado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Só reforço duas coisinhas rápidas. Primeiro, ao Relator, o pedido para que se constituam realmente as quatro sub-relatorias, dos quatro temas da CPMI. Segundo, Sr. Presidente, preocupa-me um pouco o funcionamento das duas CPMIs, como foi dito pelo Senador Pimentel, já alertando que amanhã, às 10h45... Quer dizer, uma não pode atrapalhar a outra. Eu acho que tem suplente para isso. O art. 145 é muito claro sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mendonça.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É para reforçar a tese do Rubens Bueno: façamos a reunião na próxima segunda-feira, às 17 horas, quanto há esforço concentrado,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Marco Maia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... estaremos presentes e...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Marco Maia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não. Há esforço concentrado na próxima semana. Vamos fazer terça... Segunda-feira, às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Para mim não tem problema nenhum. Acho que nós podemos apresentar, na segunda-feira, às 17 horas e, talvez, votar na terça. A única preocupação é com o quórum. Nos sabemos como é que funcionam os quóruns, mas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Segunda, às 17 horas a apresentação, e podemos votar na terça-feira, para que haja tempo de os senhores... Terça vamos votar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E vamos encerrar esta reunião, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Nada mais havendo a tratar, tenham todos uma boa noite e fiquem com Deus. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 02 de junho de 2014, às 17 horas e 16 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** e com a presença dos Senadores **José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Anibal Diniz, Alvaro Dias, Mário Couto, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Rodrigues, Gim e Cidinho Santos**, e dos Deputados **Marco Maia, Sibá Machado, Eduardo Cunha, Lucio Vieira Lima, Iriny Lopes, Afonso Florence, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Izalci, Rodrigo Maia, Alexandre Roso, Rubens Bueno, Eurico Júnior, Arnaldo Faria de Sá, Enio Bacci, João Magalhães e Marcos Rogério**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão**,

Ciro Nogueira, Acir Gurgacz, Jayme Campos e Ataídes Oliveira. Ausentes os Deputados **Carlos Sampaio, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcellos, Júlio Delgado, Fernando Francischini e Márcio Junqueira.** Presentes, ainda, os parlamentares não-membros **Antonio Imbassahy e Jefferson Campos.** Na oportunidade, foi apresentado o Plano de Trabalho. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito boa tarde a todos! Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Esta Presidência informa que, até o presente momento, foram apresentados 551 requerimentos, que estão devidamente disponibilizados na página da Comissão.

Em virtude da falta de CNPJ ou de CPF, informação imprescindível para sua autuação e posterior encaminhamento, os Requerimentos nºs 59 a 79, 91 a 94, 99, 101, 102, 104, 105, 109, 111, 115, 255, 256, 261 a 267, 275 a 280, 317, 330, 341, 356, 366, 369, 387, 394, 403, 404, 425, 428, 429, 430 e, finalmente, 443, todos de transferência de sigilo, não foram disponibilizados e estão aguardando o saneamento para sua devida autuação – o saneamento a que me refiro é o CNPJ ou o CPF.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Marco Maia, para que faça a apresentação do seu Plano de Trabalho.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Os requerimentos que V. Exª leu, apresentados os devidos CNPJs, poderão ser incluídos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Imediatamente após saneada a necessidade.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Marco Maia.

A lista de inscrição está aberta e também disponibilizada aos senhores.

Secretaria, para o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Sr. Presidente, muito obrigado pela palavra.

Uma boa tarde a todos os Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas Federais presentes a esta reunião da nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Fiquei com a responsabilidade de, hoje, apresentar o Plano de Trabalho da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Peço, se já houver condições de distribuir aqui, que ele possa ser...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Peço à Secretaria para distribuir o Plano de Trabalho. Houve alteração apenas na última página, que será recomposta para os senhores. Mas, em todo o resto, o plano de trabalho...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu prefiro que não seja entregue assim. Faça a alteração...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Faça a alteração, para, depois, entregar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, vou passar à leitura do Plano de Trabalho. *(Pausa.)*

Bom, praticamente todo mundo já tem o Plano de Trabalho. Não vou proceder à leitura de todo ele, porque a primeira parte são as considerações iniciais, que tratam da introdução, do objeto da CPI, que, na verdade, é uma reprodução do requerimento.

No requerimento, a CPI estava programada ou prevista em quatro eixos: a Refinaria de Pasadena, o processo de aquisição da referida refinaria do Texas; os indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal Petrobras pela companhia holandesa SBM Offshore para obtenção de contratos junto à Petrobras; eixo três, segurança nas plataformas, as denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar, faltando uma série de componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores; e, eixo quatro, a Refinaria Abreu e Lima, os indícios de superfaturamento na construção das referidas refinarias.

Como nós pensamos aqui o roteiro de trabalho, portanto? Para a consecução dos objetivos, esta CPI fará reuniões administrativas para aprovação de requerimentos, oitivas e audiências públicas para tomada de depoimentos. Todos os Senadores e Deputados são chamados a participar ativamente dos trabalhos da Comissão, inclusive sob a forma de requerimentos. Por isso, serão necessárias reuniões administrativas convocadas com antecedência e com pauta específica para discussão e votação das matérias. Essas reuniões administrativas e as audiências públicas ocorrerão no Senado Federal em horário e local definidos pela Presidência.

Como é próprio das investigações em geral, a oitiva de pessoas se constitui um importante elemento de prova. Assim, deverão ser ouvidas autoridades e pessoas relacionadas aos quatro eixos da investigação – isso está na página 4.

A credibilidade de uma investigação parlamentar, assim como a das demais investigações, passa pela consistência das evidências que sustentam suas conclusões. No caso em tela, serão requisitadas informações aos órgãos públicos, cópias de inquéritos e de processos cíveis, penais, administrativos e cópias de procedimentos de investigação em tramitação em outros países. Poderão também ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela Presidência, relatoria e Plenário da CPMI, entre as quais, reuniões com autoridades fora do Senado Federal e inspeções *in loco*.

O relatório final, com as conclusões desta CPMI, será paulatinamente elaborado ao longo dos trabalhos da Comissão e dele constarão recomendações ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal de eventuais infratores, assim como recomendações ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União, ao Poder Executivo e à Petrobras.

Aqui eu faço uma ressalva, porque é óbvio que, num plano de trabalho como este, nós não vamos listar aqui absolutamente todas as pessoas que deverão ser convocadas ou fazer aqui a relação de todos os requerimentos que nós entendemos que devam ser aprovados, até porque a cada oitiva, a cada depoimento, novas informações vão surgindo e, com ela, a necessidade de novas oitivas, de novas pessoas serem ouvidas, convocadas, novos documentos serem requisitados. Por isso deixo bem claro aqui que as conclusões da CPMI, obviamente, serão paulatinamente elaboradas ao longo dos trabalhos da CPMI.

Para garantir racionalidade e eficiência à investigação, este Plano de Trabalho propõe definir com clareza a estratégia de investigação, em cada eixo. Importante frisar que o presente plano tem caráter inicial, podendo sofrer alterações no curso dos trabalhos da Comissão.

Eixo 1: Refinaria de Pasadena

O Eixo 1 compreende a investigação sobre o “processo de aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA)” – a estratégia de internacionalização da Petrobras e os demais temas pertinentes à aquisição da Refinaria de Pasadena.

Não vou ler aqui todas as informações aqui colocadas. Passo direto ao eixo 2.

Eixo 2: SBM Offshore

O Eixo 2 compreende a investigação sobre os “indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa para obtenção de contratos junto à Petrobras”. Aí vem uma descrição do que são os fatos, de como eles chegaram a esta CPI.

Eixo 3: Segurança nas Plataformas

O Eixo 3 compreende a investigação sobre as “denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar faltando uma série de componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores”.

Eixo 4: Refinaria Abreu e Lima

O Eixo 4 compreende a investigação sobre as “indícios de superfaturamento construção de refinarias”. Aqui nós tratamos, é óbvio, da Abreu e Lima, mas é possível que, no curso da investigação... Já há requerimentos apresentados a esta CPI que tratam de outras refinarias, outros processos em andamento. Então, a ideia aqui, como o eixo era especificamente sobre a Refinaria Abreu e Lima, nós estamos tratando dela, mas deixamos em aberto a possibilidade de tratar, durante o curso da investigação, de outros casos de refinarias que tiveram problemas na sua execução ou na sua construção.

Após a instalação e a aprovação deste Plano de Trabalho, esta CPMI realizará reunião administrativa para apreciação de requerimentos relativos à requisição de documentos, depoimentos de pessoas, diligências, quebra de sigilos telefônico, fiscal e bancário.

A cada semana, esta CPMI pautará um específico eixo de investigação, conforme convocação da presidência, ouvido o plenário.

Aqui segue uma pequena proposta das primeiras oitivas a serem realizadas pela Comissão, não necessariamente nesta ordem que aqui está apresentada. Depois o Presidente, em conjunto com esta relatoria, pode ir montando a pauta e definir quais as oitivas e convocações que deverão ser realizadas.

Havia uma discussão acerca das convocações que já foram realizadas pela CPI do Senado, por onde já passaram a Presidenta da Petrobras, o ex-Presidente da Petrobras, diretores da Petrobras. Eu estou apresentando um requerimento que, depois, no momento adequado, nós iremos discutir, em que faço uma proposta de aprovação em bloco de um conjunto de convocações. Nessas convocações estão incluídos o ex-Presidente da Petrobras e a Presidenta atual da Petrobras.

Nesse pequeno cronograma aqui eu não os coloco como convocação inicial por um motivo específico: como eles já foram ouvidos exaustivamente, tanto na CPI do Senado, como nas comissões do Senado e da Câmara dos Deputados, ouvi-los novamente neste momento seria repetir mais do mesmo. Então, há aqui uma opção deste Relator de que ouvíssemos primeiro outras pessoas envolvidas no processo ora em investigação

para que pudéssemos acumular informação, inclusive receber as informações que ainda não chegaram nem à CPI do Senado, como, por exemplo, as investigações produzidas pela Justiça do Paraná...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só um momento, Senador.

Pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas, pela CGU. E, na sequência, depois dessas informações todas, depois de ouvidos outros atores envolvidos nas investigações, nós faríamos essa oitiva com o Presidente anterior da Petrobras e a Presidente atual da Petrobras.

Então, vocês vão ver que há uma relação onde nós colocamos, aqui, no caso da Refinaria de Pasadena, uma lista de pessoas a serem ouvidas inicialmente, depois...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É sobre o assunto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu concluo, e aí V. Exª pode...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pois não. Eu espero V. Exª concluir.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Tem algum inconveniente para V. Exª?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Não! De jeito nenhum. Eu espero.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Depois disso, então, no caso da SBM Offshore, há uma lista de convocados no eixo 3 também, e no eixo 4 também.

Eu fiz uma opção aqui. Como eram diretores à época e não tiveram tanto tempo de explicitar as suas opiniões nos momentos em que estiveram aqui na Casa, eu faço a convocação do... Ou coloco aqui como uma prioridade o Nestor Cerveró, Diretor da Área Internacional da Petrobras; coloco também, para ser convocado neste primeiro momento, o Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras e ex-Presidente do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima; e coloco também, no final, como uma oitiva de terceiro, o Sr. Alberto Youssef, que está sendo investigado na Operação Lava-Jato, para que se possa tratar exatamente das relações que ele teve com o Paulo Roberto Costa nos negócios e assuntos correlatos com a Petrobras.

Então, esses que aqui estão, na minha compreensão, deveriam ser os primeiros a serem ouvidos. E, na sequência, com o ritmo da CPI em andamento, nós ouviríamos também os demais diretores ou outras pessoas que houvesse necessidade de serem ouvidas, como a Presidente da Petrobras e o ex-Presidente da Petrobras.

Era isso, nobre Presidente. Esse seria o Plano de Trabalho, que tem como intenção buscar a construção de uma CPI técnica, que seja de fato capaz de apurar as responsabilidades e, mais que isso, de apresentar sugestões concretas para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas. Com isso, realizaremos uma das funções mais importantes do Congresso Nacional que é a função fiscalizadora.

Sr. Presidente, essa é a proposta de trabalho, que está nas mãos dos Srs. Senadores e Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A reunião de hoje, Srªs e Srs. Senadores e Srªs e Srs. Deputados, prevê a apresentação do Plano de Trabalho. Vamos abrir a palavra pela ordem de inscrição. Lúcio acabou de pedir também a palavra. Primeiro, o Senador Mário Couto.

Eu quero também comunicar aos senhores que a relatoria está entregando 221 requerimentos para, na reunião administrativa seguinte, podermos apreciá-los em bloco. E, nesses requerimentos, para uma questão de esclarecimento, repetindo o que o Relator colocou há pouco, estão as convocações do ex-Presidente da Petrobras e da atual Presidente da Petrobras.

Senador Mário Couto com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – O que eu entendi, Sr. Relator, é que V. Exª tenta associar esta CPI à CPI do Senado. Nós não vamos aceitar, de jeito nenhum, que empurrem qualquer assunto importante para debaixo do tapete. Não vamos aceitar de jeito nenhum!

CPI do Senado é uma coisa. Esta é a CPI de verdade que o povo brasileiro quer. Então, dizer que a Maria foi ouvida lá e não precisa mais ser ouvida aqui ou tem menos importância de ser ouvida aqui, não cabe na cabeça de ninguém, Sr. Relator, com todo respeito. Esta CPI, aqui, vai ter a sua finalidade e nós vamos conseguir o seu objetivo final.

Então, eu não entendi muito bem quando V. Exª priorizou. Repita-me as prioridades de V. Exª. V. Exª priorizou Paulo Roberto Costa? *(Pausa.)* Priorizou. Priorizou.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Está escrito aí.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Graça Foster? É a Presidenta da Petrobras, tem que vir de imediato, e o Cerveró. Esses, eu acho, são os primeiros a serem ouvidos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Senador Mário Couto, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Deixe-o concluir...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Não, ele pode falar. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, que V. Exª conclua os seus cinco minutos. Senador Mário Couto, está garantida a palavra a V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – V. Exª faça aquilo que é ético. V. Exª não deveria...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu acho...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Deixe-me acabar de falar... Então, não falo mais.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS. Fora do microfone.) – Então fale.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Se não é para falar mais, eu não falo.

Nós vamos ter... Sr. Relator, as CPIs vão ser diferentes, Relator. Os nossos direitos aqui vão ser direitos de verdade. Vai ser diferente. Então, não associe CPI do Senado com esta. Esta aqui é diferente. Esta aqui, eu quero ver as marias que falaram lá, dizerem as mesmas coisas lá e aqui, porque aqui elas vão ser desmentidas. Eu estou prontinho para desmenti-las. Pronto. Com todos os assuntos. Então, a importância delas lá é mínima; a importância delas aqui é máxima. Então, se V. Exª – eu não entendi direito – priorizou Paulo Roberto, a Presidente e o Cerveró, eu já me dou por satisfeito. Mas se V. Exª não os priorizou, faça o favor de priorizá-los, porque nós pretendemos, com a maior brevidade possível, fazer a oitiva dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O Relator, na forma regimental, pode, a qualquer momento, intervir.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu, de forma alguma, quero me utilizar dessa prerrogativa de falar a cada momento ou a qualquer momento, mas apenas para dizer ao Senador Mário Couto que eu estou lhe conhecendo agora, neste momento, e talvez V. Exª não me conheça o suficiente. Mas tenho certeza que V. Exª, ao me conhecer...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Eu só sei que V. Exª pertence ao Partido dos Trabalhadores. Isto eu sei, mas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É o meu Partido desde que... Isso não é defeito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Não, não estou dizendo que é defeito. Eu só estou dizendo que lhe conheço com o Partido dos Trabalhadores.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Aliás, V. Exª pode deixar eu falar agora?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pois não, pois não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E tenho muito orgulho de ser do Partido dos Trabalhadores.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Lógico. Eu não estou achando ruim que o senhor seja, eu só dizendo que V. Exª é, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Mário Couto...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu quero lhe dizer, então, que a nossa intenção nesse processo e nesta CPI, é investigar a fundo...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Muito bem!

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... todos aqueles ou todas as situações que envolvam a Petrobras; todas as situações. Agora, para isso, é preciso que nós tenhamos um método de investigação que não seja apenas para o nosso discurso, para a nossa vontade de falar ou de dizer, mas que seja capaz de, efetivamente, produzir uma investigação, até mesmo porque o que a sociedade brasileira espera de nós é que nós sejamos capazes de fazer uma boa investigação, séria, técnica, consistente e que ajude, inclusive, a Petrobras a superar os possíveis desafios que ela tem para o futuro. Isto é o que Exª pode esperar deste nobre e humilde Parlamentar do Partido dos Trabalhadores.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Eu espero – só para arrematar, Sr. Presidente –, mas a sua primeira intenção não foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Obedecendo rigorosamente a ordem de inscrição, e eu peço a compreensão de V. Exªs, Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu espero que esse plano não seja aprovado, até porque tem questões aqui, que não foram lidas pelo Relator, que tentam misturar governos. Eu não tenho problema algum em misturar governos, eu já lhe disse. Eu estou com muita vontade de investigar compra de turbinas da GE no governo 2001/2002. Não há nenhum problema. Só que, da forma como está colocado, tenta-se atribuir responsabilidades no passado que são responsabilidades do presente, no caso da Refinaria de Pasadena.

E, lá na frente, eu não sei por que a convocação de um ex-Diretor, David Zylbersztajn. Nem o conheço. Aliás, nem gosto. Mas acho que um plano de trabalho que mistura presente e passado, tentando mostrar que é tudo a mesma coisa, não começa bem, porque esse não é o melhor caminho.

Quem comprou a refinaria foi o governo do Presidente Lula. Quem nomeou o Sr. Paulo Roberto foi o Presidente Lula. Quem referendou a nomeação do Sr. Paulo Roberto e aprovou no Conselho de Administração foi a Presidente do Conselho de Administração, Dilma Rousseff, e ela, inclusive, aprovou a compra, como conselheira, e já assumiu a responsabilidade. Acho que ela deveria vir aqui, convidada, para falar sobre esse assunto.

Então, Sr. Relator, tenho por você grande estima e admiração, mas acho que, convergindo com o seu relatório, que tem coisas positivas, os requerimentos precisam ser votados, porque a gente espera, já que são quinhentos, que, se eles não forem votados, às vezes, uma pessoa que nós poderíamos ouvir acabará ficando para o final. E nós entendemos – o Plenário é soberano – que devemos decidir aquilo que vai ser aprovado ou rejeitado.

No meu ponto de vista, há um bom caminho, sem dúvida nenhuma. Há questões que precisam ser incluídas e há questões escritas, mas não ditas. Depois de aprovadas, acabam parecendo que são fatos, e não são fatos.

No governo do Presidente Fernando Henrique, certamente, durante sua gestão, na Petrobras ou em qualquer outra empresa, problemas existiram, mas não dessa natureza e não dessa forma. Então, eu quero apenas deixar isso registrado.

Não tenho aqui nenhuma procuração para falar em nome do Presidente Fernando Henrique. Sou do Democratas. Aliás, no Rio de Janeiro, nós vivemos algumas eleições juntos, outras, separados. Então, não é isso que me move aqui, mas acho que separar as coisas é bom. Até, a gente pode avançar em investigações, como eu disse, sobre a compra de turbinas da GE. Não há nenhum problema. Foram feitas na gestão do Presidente Fernando Henrique.

Agora, o que nós aprovamos investigar são fatos determinados que ocorreram. E acho que ainda ocorrem muitos problemas no Governo da Presidente Dilma e ocorreram também no governo do Presidente Lula. Paulo Roberto foi nomeado pelo Presidente Lula, referendado pela Presidente Dilma. Acho que essa... esse é o fio da meada.

Nós precisamos, neste trabalho aqui, no caso, pelo menos, da refinaria, entender qual é o rito da Petrobras. Se nós entendermos o rito da Petrobras, nós chegaremos aos responsáveis, porque uma empresa do tamanho da Petrobras, de capital aberto, não pode prejudicar milhões e milhões de acionistas e nada ocorrer, e milhões e milhões de brasileiros, porque a Petrobras é uma empresa de controle do Governo.

Então, Sr. Presidente, espero que a gente possa, em cima da base do trabalho do Relator, incluir aquilo que foi apresentado com base nos quinhentos requerimentos, naqueles que serão aprovados, para que a gente possa ampliar essa investigação, ouvir as pessoas que devem ser ouvidas e que nós possamos entender, de forma clara, todos esses mecanismos, tanto de desvio de dinheiro, como de compra por valor completamente distorcido do mercado.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Então, são essas as minhas primeiras colocações.

Espero que a gente possa avançar nesse debate, sem aprovar esse plano, mas debatendo e aprovando, numa reunião administrativa, os requerimentos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Deste Plano de Trabalho, a Presidência, de ofício, vai conceder vista coletiva, para que nós, amanhã, em reunião administrativa, possamos deliberar. Com relação aos requerimentos, amanhã, à tarde.

Deputado Afonso Florence com a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Deputado Marco Maia, Relator; quero, primeiro, Presidente, parabenizar o Deputado Marco Maia, que, com muita celeridade, nos apresentou um plano de trabalho que contém uma estratégia que é nitidamente voltada para a investigação imparcial das denúncias feitas.

Diferentemente do que pode ser interpretado, a investigação não... Pautada aqui com uma estratégia de investigação, quero dizer, correta, porque, obviamente, nós temos que, nesta CPMI, trabalhar a partir do reconhecimento das atribuições dos poderes constituídos.

Então, aproveitar todas as investigações, depoimentos, documentos arrolados, seja da CPI do Senado, seja de investigações do Ministério Público ou da Polícia Federal ou de outras instituições da República, é a oportunidade para darmos celeridade à investigação, podermos focar – e, na reunião administrativa, vamos deliberar os requerimentos – nas oitivas e, com isso, começarmos a construir um juízo que permita ao Relator produzir o relatório que é da expectativa do povo brasileiro, da sociedade brasileira, da opinião pública, que é, fundamentalmente, para esclarecer todos os fatos e orientar o Congresso Nacional, orientar a empresa Petrobras, o Governo brasileiro, as instituições da República a como proceder daqui para frente em relação a essas denúncias.

Não acho pertinente, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores e demais presentes à mesa, instituímos um juízo de valor sobre a proposta de trabalho, o Plano de Trabalho, em cima de possíveis juízos do resultado final do relatório.

Aqui está uma estratégia nítida de investigação, e a investigação de uma corporação que é patrimônio do povo brasileiro. Devemos fazer essa investigação... Obviamente, no ambiente da política, é normal o calor do debate, mas esse relatório, esse Plano de Trabalho, esse relatório a ser produzido não pode estar contaminado com o ambiente da disputa política. Evidentemente, haveremos, todos nós, de nos esforçar para o bom êxito dessa investigação.

Quero dizer que a investigação retroagir em oitivas, arrolagem de documentos que antecedam a esse ou àquele governo, isso deve ser feito na medida em que contribua para a produção de um relatório que esclareça fatos e que ponha a verdade à luz do dia e à disposição da opinião pública e do povo brasileiro.

Por isso, agradeço a V. Ex^a. Tinha a pretensão de pedir vista; acho que a vista de ofício contribui para que nós possamos nos debruçar nisso, acho que essa é a atitude serena.

(Soa a campanha.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A celeridade de apresentação contribui para que possamos apreciar o Plano de Trabalho.

Acho que, se houver sugestões, pela trajetória do eminente Deputado Marco Maia, ele estará à disposição para apreciar, na medida em que contribuam para a investigação, e muito provavelmente serão acatadas, também de ofício.

Quero registrar que a atitude do Deputado Marco Maia de trazer esse plano corresponde, sem dúvida, à expectativa de investigação com acuidade, profundidade e rapidez.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Sr. Presidente, eminente Relator, acho, primeiro, que trazeremos aqui pessoas que acabaram de ser ouvidas nesta Casa é mesmice. Lógico, a Presidente da Petrobras tem que ser ouvida. Mas vamos trazer para ouvir as mesmas coisas que foram ditas em outra ocasião? Vamos ouvir pessoas outras que não foram ouvidas, pedir ao Presidente que requeira, nas comissões onde foram ouvidas essas pessoas, os seus depoimentos, para que possamos estudar, ver o que foi dito, para saber o que vamos perguntar, a fim de não perguntar as mesmas coisas e termos as mesmas respostas.

Então, o interessante é trazer outras pessoas, que possam elucidar alguma dúvida que possamos ter, e, aí, sim: mais adiante, daqui a duas, três reuniões, trazer aqui a Presidente, o ex-Presidente, essas pessoas que já foram ouvidas, que vão dizer o quê? Vão inventar? Vão dizer o mesmo que já foi dito. Vamos pegar pessoas que não foram ouvidas ainda, que são da Petrobras, que sejam do interesse nosso, como prioridade. Quem vai escolher aqui não é só o Deputado Marco Maia, nem o Presidente, é o Plenário. Vamos pinçar não pessoas escolhidas ao sabor de cada um, ao vento da política que interessa, que dê mais ou menos mídia; vamos ver aquele que quer produzir realmente nesta CPMI.

Vamos ouvir, Sr. Presidente, pessoas que estão nesse rol aí – e outras que não estejam podem ser sugeridas por nós, que estamos aqui fazendo parte desta CPMI – para elucidar o que nós queremos saber.

Repito: trazer a Presidente da Petrobras aqui, ela não vai dizer nada mais, nada menos do que já foi dito, porque ninguém sabe mais alguma coisa do que já foi dito e que foi perguntado. No decorrer, no desenrolar dos depoimentos é que vão surgir elementos para que possamos perguntar à Presidente, ao ex-Presidente e aos diretores.

Então, vamos escolher aqui pessoas que possam esclarecer a esta CPMI alguma coisa que não tenhamos sabido ainda, e não pinçar aquelas que politicamente interessam ao partido A ou ao partido B, ao lado A ou ao lado B. O que queremos é elucidar o que está acontecendo, o que está acontecendo com a Petrobras. Para isso, foi criada esta CPMI independentemente de coloração partidária. Não podemos aqui dar coloração partidária a esta CPMI. É óbvio que está composta por partidos, por Deputados de diferentes partidos, mas queremos aqui saber realmente o que está acontecendo com a Petrobras, o que aconteceu com a Petrobras, o que aconteceu com a compra da refinaria em questão, como foi vendida, o prejuízo que trouxe, se não trouxe prejuízo. É isso que queremos saber, e não votar fatos que possam focar o que interessa ao partido A, ao partido B, a nós, políticos. Queremos elucidar o povo brasileiro, que está querendo saber o que está acontecendo com a maior empresa que o Brasil tem.

É isso que queremos, Sr. Relator.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, me inscreva, por favor, como líder.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Gostaria realmente que isso fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Deputado José Carlos Araújo. Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro quero dizer, com relação ao Relator, que tenho certeza de que ele vai conduzir esse processo da forma mais transparente possível, até porque, quando da sua Presidência na Câmara, percebemos a sua responsabilidade da transparência, mas queria perguntar a V. Ex^a.

Sugerimos aqui, no primeiro dia, através da nossa Liderança, Senador Aécio Neves, uma estratégia. A primeira delas, inclusive, eu achei que já estaria contemplada no plano. Eram as sub-relatorias.

Particularmente, fiz um levantamento das CPMLs aqui, no Congresso, e também de CPIs na Câmara, e percebi que aquelas CPIs ou CPMLs que tinham sub-relatorias produziram bem; aquelas que não foram divididas em sub-relatorias praticamente não foram concluídas da forma que se pretendia. Então, eu perguntaria a V. Ex^a se a sugestão da sub-relatoria por temas, e sugerimos que cada tema desse tivesse uma sub-relatoria, poderia melhorar bastante o rendimento dos nossos trabalhos.

Evidentemente também, sugerimos que, inicialmente, pudéssemos ouvir aqui, e vi que V. Ex^a contemplou, não na ordem, mas V. Ex^a colocou a observação de que não estaria na ordem da convocação... Mas evidente que o ideal é que começássemos ouvindo o principal, o ex-Diretor da Petrobras que estava preso até pouco tempo, Paulo Roberto Costa, o doleiro Youssef, sobre quem já há muitos indícios de irregularidade, e, depois, o Nestor, como foi sugerido. Depois da quebra do sigilo, e precisamos ter elementos também para checar algumas informações, depois de receber do Supremo Tribunal Federal cópia dos processos e a solicitação que fizemos também da quebra de sigilo exatamente do Paulo Roberto, do doleiro Youssef, do ex-Diretor Nestor Cerveró e também do ex-Presidente Sérgio Gabrielli, depois de quebrar esses sigilos, de ter as informações, evidentemente, teríamos muito mais condição de ouvi-lo e questioná-lo.

Foi feito aqui um pedido de compartilhamento de documentos com a CPI do Senado. Não sei se já chegou algum documento. Evidentemente, não podemos aceitar compartilhar os depoimentos, porque queremos fazer as perguntas, porque não participamos da CPI do Senado. Mas acho que, com relação a documentos, se o Presidente já recebeu da CPI do Senado algum documento que possa adiantar os nossos trabalhos, evidentemente poderíamos compartilhar, mas não os depoimentos, porque queremos ouvir todos eles.

Mas acho que o principal, Sr. Presidente, desse Plano de Trabalho é de fato a divisão em sub-relatorias. V. Ex^a tem aqui os Deputados de confiança do Partido. Também sei que é uma CPML apartidária.

Gostaria até que conduzíssemos dessa forma, mas acho que V. Ex^a tem como escolher, na composição da CPML, Deputados da Base, da confiança de V. Ex^a para conduzir o processo em cada relatoria. Seriam sub-relatorias de cada tema. Esta era a minha indagação a V. Ex^a: se V. Ex^a concordaria em admitir sub-relatorias a esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator se pronunciará ao final, acolhendo ou não as sugestões que V. Ex^{as} estão emitindo.

Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores...

Em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a pelo trabalho, mas eu queria pedir algumas coisas. Se pudesse disponibilizar os 221 requerimentos que V. Ex^a está fazendo, frutos do Plano de Trabalho, porque aí podemos ter ideia de como V. Ex^a está pensando em dar sequência aos trabalhos. Então, a apreciação, já depois dessa vista, porque muitas das respostas, muitas das colocações poderão ser prontamente respondidas.

Em segundo lugar, Sr. Relator, gostaria de colocar que, dentro do eixo que V. Ex^a colocou de Pasadena, eu senti falta aqui de duas coisas. Primeiro, a oitiva de alguém que vendeu a Refinaria de Pasadena para a Petrobras. Acho fundamental isso ser colocado no início. E, segundo, o que acho mais fundamental de tudo, no caso de Pasadena: a busca do dinheiro, ou seja, a quem a Petrobras fez todos os pagamentos referentes à Pasadena para, se for o caso, em sequência, possamos fazer qualquer tipo de quebra de sigilo e investigação com relação ao curso do dinheiro. Então, pediria que V. Ex^a colocasse esse requerimento de informação à Petrobras dentro do rol dos requerimentos que possam ser apreciados e ver quem poderia, do vendedor, ser colocado no rol das oitivas.

Eu faria uma ponderação a V. Ex^a que eu acho fundamental para a oitiva das duas personalidades principais que V. Ex^a colocou, o ex-Diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef: que fosse requerida imediatamente a cópia da Operação Lava-Jato. Que ela estivesse disponibilizada para que os Parlamentares pudessem ter acesso ao seu conteúdo antes da oitiva, porque, senão, na verdade, não vamos ter como inquirir da forma correta. Então, se fosse o caso, eu diria que amanhã ou hoje mesmo já poderíamos aprovar, se fosse o caso, escolher e, em consenso, aprovarmos já a requisição disso, porque quanto mais dia perdermos, mais tempo poderemos perder com relação a isso. Eu acho isso relevante e fundamental.

Com relação à P-36, aquilo que eu falei na passada, já requeri, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e no Tribunal Marítimo, pela ação que impetrei, toda a cópia, capa a capa, de tudo o que aconteceu lá para trazer para esta CPMI. Eu tenho certeza absoluta de que, nesse caso, nós tínhamos que ouvir quem fez a construção da plataforma, e não necessariamente a Agência Nacional de Petróleo, que não tem absolutamente nada a ver com aquele processo, que eu conheço profundamente. Nós temos que ouvir, sim, quem construiu a plataforma e as pessoas que participaram daquele processo de aprovação dentro da Petrobras e da fiscalização da entrega daquela plataforma. Eu diria que isso é o fundamental, é o que vai trazer as respostas. E quando eu trouxer o capa a capa e tiverem oportunidade de ler, certamente vão compreender.

No mais, cumprimento V. Ex^a e gostaria também que definisse o critério: se dos 221 ou mais algum que V. Ex^a fizesse, se amanhã a gente combinasse o critério, e quem não concordasse que fossem em bloco destacasse para votar separado, de modo que poderia expor sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para esclarecimento ao Líder Eduardo Cunha, o critério é a votação em bloco, em globo, desde que V. Ex^{as} também tenham o direito de destacar, nessa votação em globo, algum requerimento para ir à votação solitária.

Com a palavra, o Deputado Lucio Vieira Lima.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, gostaria de, inicialmente, saudar o trabalho do Relator, Deputado Marco Maia, e dizer efetivamente que esse é o começo. Ele teria que apresentar da sua cabeça, como Relator, um plano de trabalho. Logicamente esse Plano de Trabalho vai ser debatido, discutido, e ser aprovado ou não. Então, é natural que haja as discordâncias, como também é natural que o Relator Marco Maia tenha feito seu plano de trabalho.

E, pelo que eu conheço, pela convivência com o Deputado Marco Maia, tenho certeza de que ele, como homem ponderado que é, saberá ouvir este Plenário e incorporar aquilo que for de consenso ou o que for votado e aprovado pela maioria, sempre visando que a investigação ande.

Discordo, permita-me o Senador Mário Couto, quando fala da questão de duas CPIs, como se houvesse uma CPI de verdade e uma CPI de mentira, até porque o Presidente das duas CPIs é o Senador Vital do Rêgo. Pela história do Senador Vital do Rêgo, história de homem público, de vida pública, ele, que inclusive já ocupou a Presidência da Comissão de Justiça, não aceitaria presidir uma comissão de mentira. Eu acho que as duas CPIs têm o seu papel; foram aprovadas dentro da legalidade, dentro das normas constitucionais. Da mesma forma que nós, Deputados, queremos ser ouvidos e lutamos tanto pela aprovação desta CPMI, temos de respeitar a CPI formada pelos Senadores.

Quanto ao debate que houve aqui sobre a questão da convocação ou não do ex-Presidente José Sérgio Gabrielli e da Presidente Graça, eu acho que o argumento do Relator, Deputado Marco Maia, no sentido de que já foram ouvidos exaustivamente é o argumento para que sejam novamente convocados, porque a exaustão é, na técnica investigativa, até uma maneira de permitir àqueles que estão a falar, devido à exaustão, cometer deslizes, cometam equívocos e caiam em contradições entre um depoimento e outro. Então, eu gostaria de sugerir, dentro do princípio da exaustão, que fossem efetivamente convocados a atual Presidenta e o ex-Presidente, até porque nós, Deputados, não tivemos a oportunidade de indagá-los.

Quando o Deputado José Carlos Araújo, nobre baiano, grande colega, fala que as respostas já foram dadas, foram dadas para aquelas perguntas feitas. Pode ser que os Parlamentares, os Deputados membros da Comissão Mista tenham uma outra forma, uma outra maneira de indagá-los, de perguntar, o que implica respostas diferentes que permitam esclarecer.

Eu não vejo nenhum constrangimento e nenhum impedimento de que se inclua já no plano de trabalho a convocação da Presidenta e do ex-Presidente, até porque o fato de eles serem incluídos não quer dizer que serão os primeiros a serem ouvidos. Podem colocar na letra m, na letra n. Isso permitirá que outros sejam ouvidos na frente e eles logo depois. Mas já fica, de antemão, aprovada a convocação, incluída no plano de trabalho, dessa forma até mostrando...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – ... independente de coloração partidária, como todos falam, que o que a CPMI quer é, definitivamente, apurar os fatos que afloraram na imprensa, para dizer se são verdadeiros ou não.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Art. 14!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Invocando o art. 14, defiro a solicitação do Senador Mário Couto.

Com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, é brincadeira pensar que pessoas que prestaram depoimento na CPI do Senado não sejam ouvidas aqui ou sejam ouvidas por último, porque não se

tem mais o que indagar a essas pessoas. Isso é brincadeira, Presidente! O que o Senador João perguntou lá, o Senador Mário quer perguntar mais aqui. Então, não tem, não pode, não tem cabimento. Eu acho que o Relator, Deputado Marco Maia, fez um relatório razoável, mas pecou quando disse que pessoas importantes para serem ouvidas nesta CPMI já foram ouvidas lá e que não têm mais nada a dizer. Aí é brincadeira, Presidente.

Presidente, estou com os nomes neste documento, sobre o qual eu, na próxima audiência, quero ponderar a V. Ex^a – e, por uma conduta ilibada, tenho o maior respeito por V. Ex^a –, de políticos que receberam dinheiro para suas campanhas, doado pelas empresas que estão envolvidas nesse drama da falência da Petrobras.

Espero que V. Ex^a... E vou dizer nome e números, porque há números exorbitantes aqui, Sr. Presidente. É por isso que eu colho a ética e brigo pela minha honra, Presidente. Eu jamais estaria numa comissão desta se eu tivesse recebido ajuda para minha campanha de milhões e milhões de reais! Porque aquele que recebeu ajuda para sua campanha não devia estar aqui! Milhões e milhões! Vou ler e dar nomes. Não faço agora em respeito ao relatório do Relator, mas, na próxima reunião, espero que V. Ex^a possa falar com esses políticos que vêm aqui defender o Governo com unhas e dentes porque foram beneficiados em suas campanhas políticas, Presidente. Isso não pode ser admitido mais dentro de um Senado tão desacreditado como é o nosso! E eu quero que esta CPI seja respeitada pelo povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Sr. Presidente, pretendo ser bem objetivo e fazer algumas indagações.

Prometo que esta é a última que faço em relação à existência desse paralelismo indesejável: duas CPIs tratando dos mesmos fatos determinados. Na verdade, quando se apresentou o segundo requerimento, a intenção era permitir a participação competente dos Deputados Federais, que estariam excluídos de participar se não houvesse uma CPI mista, em razão do que ocorre na Câmara: o número de CPIs já protocoladas impede que se protocole outra CPI, outro requerimento. Então, nosso objetivo foi dar espaço para que os Deputados Federais pudessem participar.

Assim, o apelo que já foi formulado e que reiteramos é no sentido de que se fundam as duas CPIs, que se transfira para esta CPMI o que aquela já recolheu de informação, a fim de que se possa concentrar os esforços numa única CPI, sobretudo porque V. Ex^a preside as duas. Mas essa é uma questão que cabe à maioria decidir, resolver. Nós somos minoria, oposição, não temos número para uma decisão dessa natureza. Porém, considero estranho esse paralelismo, uma superposição de ações que, ao invés de contribuir com a eficiência, certamente a dificulta. Entendemos que a concentração de esforços aqui...

Vejo que V. Ex^a mesmo tem constrangimento em presidir duas CPIs, isso é inusitado. Não seria inusitado se fossem CPIs diferentes, mas são exatamente iguais. O mesmo requerimento, os mesmos fatos determinados, a mesma justificativa. Então, é o apelo que formulamos – da minha parte, pela última vez.

Em relação aos requerimentos propostos, parece-me que há ausência aqui de requerimentos que dizem respeito a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico e à requisição, como já disse o Deputado Eduardo, de informações sigilosas importantes. Esses requerimentos são fundamentais. Não constam aqui desse roteiro, não sei se porque li rapidamente aqui, afinal, o roteiro foi apresentado neste momento, não tivemos tempo de investigá-lo convenientemente. Mas me parece ser essencial a inclusão, logo de início, já na primeira reunião deliberativa, dos requerimentos que solicitam inquéritos, o compartilhamento de informações sigilosas já existentes em razão de eventuais quebras de sigilo determinadas, pela Justiça do Paraná sobretudo.

Nosso tempo é tão escasso, e sabemos da burocracia quando se quebra aqui na Comissão o sigilo bancário de alguém, até que o Banco Central recolha das agências bancárias País afora as informações sigilosas requeridas, nós já perdemos um bom tempo. Às vezes, chegamos ao final da CPI sem que as informações cheguem. Portanto, já no primeiro momento, na primeira reunião, seria conveniente a deliberação desses requerimentos que pedem...

A oposição, a nossa Bancada, apresentou 179 requerimentos. Nós sabemos que é complexo deliberar sobre todos eles num primeiro momento, mas a relatoria tem condições de estabelecer as prioridades e dar prioridade a esses requerimentos que são essenciais para a investigação.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – A outra questão também – eu vou concluir, Presidente, cumprindo aí o Regimento – é a das sub-relatorias. Elas são muito importantes! Facilitam o trabalho do relator. Então, houve proposta aqui, na primeira reunião de instalação desta CPMI – se não me falha a memória, o Senador Aécio Neves propôs – que as sub-relatorias fossem constituídas. Eu imagino que pelo menos quatro sub-relatorias, em razão dos quatro fatos determinados, já deveriam ser constituídas para facilitar o relatório de V. Ex^a, Deputado Marco Maia. Portanto, são essas as questões que colocamos.

Em relação a ouvir novamente, concordo com o Senador Mário Couto, espero que esta CPMI seja mais contundente no interrogatório que fará. É evidente que nós não vamos arrancar a fórceps da garganta de ninguém informações que não querem prestar, mas é nosso dever indagar. E certamente esta CPMI o fará com maior virulência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – ... diante dos depoentes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, aqui está a proposta do Relator, Deputado Marco Maia. Essa proposta visa a introduzir aqui, na sistemática e na pauta dos trabalhos, uma semana a cada bloco dos pontos indicados.

Eu gostaria de pedir a V. Ex^a, já que nós temos aqui uma reportagem que fala que há um acordo entre Governo e Oposição que blinda fornecedores da Petrobras... É uma reportagem, eu não posso acreditar que isso seja verdadeiro, até porque nós fazemos parte da Oposição e, em nenhum momento, alguém do Governo ou coisa parecida nos procurou para esse tipo de acordo. Já que essa matéria saiu e o destaque que se deu gerou reverberação por todo o País, afinal se trata de uma agência de notícias que cobre o País e também agências internacionais, vamos inverter o processo. É apenas uma proposta: inverter o processo. Por que não quebrar o sigilo, de imediato, das empresas fornecedoras da Petrobras indicadas nos quatro pontos do requerimento da CPMI Mista? Acho que, com isso, nós adiantamos todo o expediente para frente.

Eu ouvi aqui vários falarem mais ou menos no mesmo sentido de que nós vamos trazer alguém para um depoimento – e são vários indicados no roteiro – e depois, ao termos um documento, vamos voltar a trazer. Então, estamos propondo, para ganhar tempo, inverter o processo: que se quebre o sigilo bancário, fiscal, telefônico das empresas fornecedoras da Petrobras e, com isso, vamos ganhar tempo e dar uma satisfação e, quem sabe, saia desta CPMI Mista – rogo isso! – que, dentro de uma reforma política, nós acabemos com essa situação que coloca a cada momento o Parlamento brasileiro nos ringues ou no chão, na vala comum, dados os financiamentos escusos, financiamentos de contradição ou mesmo financiamentos que digam respeito a partidos que estão no Governo.

Eu acho que chegou a hora de darmos um basta nisso. Eu acho que temos um momento histórico para fazer desta CPMI Mista, com o Presidente Vital do Rêgo, com o Relator Marco Maia, com os membros desta Comissão, de fazer esse indicativo dessa forma. Então, deixo a V. Ex^a esse pedido.

E gostaria de – não vou tomar todo o tempo, Presidente, não se preocupe – dizer, finalmente, sobre as sub-relatorias. Ouvi aqui o Deputado Izalci e mais alguém falar nas sub-relatorias, que já aconteceram em vários momentos. Nós temos quatro eixos importantes desta CPMI Mista, e cada um deles, uma sub-relatoria que o Relator vai escolher. Não é indicação de A ou de B.

O Relator escolhe para dar vazão à demanda, que é tão grande, e com isso ganharmos tempo, termos mais acesso. Descentralizar os trabalhos para que os trabalhos sejam mais frutíferos e muito mais condizentes com a realidade do momento que estamos vivendo, Copa do Mundo... E temos um recesso já no mês de julho. Além disso, evidentemente, uma sub-relatoria que trate de cuidar dessas ações que propus das empresas fornecedoras, da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, para que, assim, esta sub-relatoria possa contribuir de maneira a chegar a um bom final com o relatório do Deputado Marco Maia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a

Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, inicialmente quero formular uma indagação a V. Ex^a: se aprovado esse Plano de Trabalho, não fica excluída qualquer outra investigação ou quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não está cercado aqui, não? Poderemos, fora disso, propor qualquer requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O plano de trabalho é o início de um processo investigatório. A partir da aprovação do plano de trabalho, vamos ter aprovações de requerimentos. Temos notícia de mais 30 novos requerimentos que acabaram de chegar à Secretaria. Não há nenhuma dificuldade em aprovar, desde que V. Ex^{as}, no voto, possam deliberar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, eu já tinha falado com o Relator Marco Maia, na semana passada. Disse a ele que essa Operação Lava-Jato não começou do zero. Ela vem de uma operação anterior, uma operação antecedente. Não estou vendo aqui no relatório do Deputado Marco Maia nenhuma menção à Operação Monte Pollino, que determina a prisão do Carlos Adib e da Maria Teresa Stockler e determina a quebra de sigilo telefônico. Então, acho que a operação antecedente, a operação inicial tem que estar

no relatório, porque senão começamos a partir de um determinado momento que não é o inicial. Então, já queria pedir essa correção ao Deputado Marco Maia, que fosse solicitado o começo da Operação Monte Polli-no, que se iniciou em Santos, São Paulo e, a partir daí, teve a quebra de sigilo telefônico que gerou as demais prisões, para que não possa parecer que só a Lava-Jato é que determinou isso. Ela começa anteriormente. Por isso, solicito a V. Exª que acresça a sua proposta essa colocação.

Já que o Presidente respondeu que o plano de trabalho não é limitativo. Me satisfaço com a manifestação. Acho, inclusive, que, em relação à CPI do Senado, como lembrou o Senador Alvaro Dias, naturalmente, ela vai cair por inanição. Se o Presidente daquela CPI é o mesmo desta, essa será mais abrangente, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Marco Maia, Srªs e Srs. Parlamentares desta Comissão, não ouvi a apresentação verbal feita pelo nosso Relator, mas estou aqui dando uma lida no relatório por escrito. Considero a lucidez do nosso Relator na apresentação do seu Plano de Trabalho, no seu roteiro, colocando as coisas pelo seu devido lugar, por onde deve começar os nossos trabalhos.

Temos ouvido bastante aqui no debate que muitos dos membros desta Comissão estão muito preocupados com o tempo, o prazo exíguo, a correria, a vontade de fazer muita coisa. Isso me preocupa porque pode ser um debate que nos leve a conclusões errôneas ou insatisfatórias para o que esta Comissão está se propondo. Por exemplo, iniciarmos um debate formal de votação, de encaminhamento do procedimento da nossa Comissão, Sr. Presidente, analisando a vida pregressa de Parlamentares da Comissão que tenham recebido ou não recursos de campanha de empresas que tenham qualquer tipo de participação com fornecedores da Petrobras, para mim, é um equívoco descomunal. Por que esse equívoco, Sr. Presidente? Então, vamos parar o nosso trabalho para analisar primeiro os Parlamentares da Comissão? Acredito que, quando um partido nomeia um membro, um representante para vir para cá sabe o que está fazendo. Ainda mais, colocar sob suspeita quem tenha recebido, por quê? As pessoas podem ter recebido de maneira como manda a lei eleitoral para ser candidato e receber recursos de campanha. Por isso, temos feito um debate, Sr. Presidente, que essa história da participação das empresas nos leva a esse tipo de comportamento.

Vou citar dois casos aqui. O Senador Aloysio Nunes recebeu R\$9,84 milhões de recursos de campanha passado pelo comitê eleitoral, devidamente legalizado e, desses, R\$1,3 milhão foi de fornecedores da Petrobras. O Senador Aécio, que veio aqui como Líder do Partido e apresentou uma proposta de plano de trabalho, recebeu R\$11,97 milhões, dos quais, R\$1,09 milhão de fornecedores da Petrobras.

Portanto, os dois Senadores estão proibidos de vir a esta Comissão? Então, eu acho que o debate é equivocado.

Tenho aqui uma relação completa das empresas que fornecem à Petrobras e que fizeram contribuições de campanha, o que eu vou deixar nas mãos de V. Exª e do Relator para que, se for necessário abrir esse debate, já os tenha municiado sobre esse assunto, que eu acho que é outro assunto que não tem a ver com isso.

Então, queria que a gente evitasse, Sr. Presidente... Esta é a nossa preocupação: que esta Comissão não pode estar no fervor do dia 5 de outubro. O que ocorre? Se a gente vai ficar ouvindo aqui uma série de pessoas sem ter lido algum documento, alguma folha de papel, até para nortear o tipo de perguntas, para nortear os requerimentos que nós haveremos de apresentar... Ficar fazendo um festival de quem apresentou mais requerimento, de novo, é um assunto que distorce o funcionamento da nossa Comissão e vai nos levar a caminhos tortuosos e a uma disputa desnecessária.

Então, em relação a isso, eu acho que V. Exª acertadamente já nos dá a vista coletiva do roteiro. Temos um tempinho para dar uma olhada com carinho. Eu gostaria de ter acesso, Sr. Presidente, antes de qualquer movimentação de aprovação dos requerimentos, de ler minimamente cada um deles, o que se propõe, para poder propor também ao nosso Relator o que nós achamos que é primeiro, o que é segundo e o que é terceiro. Isso nos leva, a Comissão, a perder alguns dias de análise para que, quando a gente vier aqui, venha com carga total e com segurança acerca do que nós estamos fazendo.

Então, em relação a isso, remeto ao Relator, Deputado Marco Maia, as informações. E vou recolher também... Espero que este debate não seja o foco da próxima reunião, mas, se for, vamos aqui perder uma horinha para esclarecer.

Mas digo que não é assunto desta Comissão ficar tratando do comportamento de Parlamentares. E eu entendo que os Parlamentares aqui inscritos fizeram tudo na razão da lei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Líder Imbassahy, Deputado, com a palavra.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, Sr. Relator, Deputado Marco Maia, acho que o programa de trabalho não poderia ser muito diferente para essa apreciação inicial. Sem dúvida nenhuma, os quatro eixos estão correspondendo ao requerimento para instalação da CPI.

Eu queria fazer a seguinte observação: com relação às sub-relatorias, eu me dirijo diretamente ao Presidente e ao Relator sobre a necessidade de se instalar sub-relatorias com a participação, inclusive, de membros da oposição desta Comissão.

Com relação ao eixo que trata da construção de Abreu e Lima, senti falta ali, Sr. Presidente, Sr. Relator, de incluir também a Comperj e a Premium 1, que foi, inclusive, objeto de matérias jornalísticas em função dos elevados gastos que ali aconteceram, no Maranhão, de cerca de R\$1,5 bilhão, enquanto só se vê ali terraplenagem e nada mais.

Eu avanço um pouco mais, Sr. Presidente, indagando ao Relator e a V. Exª se a cópia dos autos, cópia completa dos autos da Operação Lava-Jato já foi solicitada, porque essa foi uma decisão que nós conversamos, a proposta que foi colocada na reunião de instalação, mas é muito importante que a gente já tenha acesso a essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está na lista dos requerimentos em bloco a serem votados inicialmente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Exatamente. É um dos primeiros que será, então, apreciado.

Então, com relação aos requerimentos, eu gostaria também que fosse dada prioridade aos requerimentos de quebra de sigilo, até porque as personalidades aqui, algumas delas, foram citadas já vastamente nesses processos. Eu me refiro ao ex-Diretor Paulo Roberto, ao ex-Diretor Nestor Cerveró, ao ex-Presidente José Sérgio Gabrielli, ao doleiro Youssef e às quatro empresas consideradas fantasmas pela própria Polícia Federal, a MO Consultoria, que teria recebido vultosos recursos das empreiteiras e prestadores de serviços da Petrobras, a Labogen, a Labogen Química e a Petroquímica.

E aqui também faço... E concluo, para não me estender, Sr. Presidente, dizendo da necessidade de se colocar no texto desse plano de trabalho os nomes da Presidente da Petrobras, Graça Foster – não há nenhuma dúvida, não há nenhuma colocação aqui de suspeição com relação à conduta da Presidente, mas é importante que ela esteja aqui também no plano de trabalho –, como também do ex-presidente José Sérgio Gabrielli.

Sinto falta, na questão de Pasadena, Deputado Marco Maia, do nome do Sr. Alberto Feilhaber, que foi, por longo tempo, membro importante da Petrobras; depois, se deslocou para a Astra e acabou sendo o principal negociador da Astra junto à Petrobras, empresa pela qual ele trabalhou durante muitos anos. Então, é importante que ele fale um pouco dessa trajetória e desta coincidência: ao tempo em que trabalhava na Petrobras, detinha informações e depois foi para a Astra, onde foi um dos gestores – talvez gestor principal – nessa negociação.

Por fim, Sr. Presidente, entendo e até reconheço a conveniência de colocar aqui nomes de diversos técnicos para fazerem aqui apresentações, mas acho que há aqui uma quantidade muito grande de técnicos, o que pode retardar o trabalho. Queria que a gente fizesse efetivamente uma priorização, e isso será feito na medida em que os requerimentos sejam apreciados ainda amanhã. A ideia seria essa.

E solicito a V. Exª e ao Relator que passe, ainda no dia de hoje, esse conjunto de requerimentos que serão discutidos amanhã, para que nós possamos nos preparar.

Sinto falta, por fim, também...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – ... de convocação, Sr. Presidente, de personalidades dirigentes de construtores, de prestadores de serviços e de materiais da Petrobras. Não vi nenhum nome aqui. E esses nomes também circularam fortemente, essas empresas circularam fortemente. Acho que faltam também colocar nesse item das convocações algumas empresas, dada a necessidade de se esclarecer o que teria acontecido durante esse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputada Iriny Lopes, com a palavra.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros desta Comissão, eu quero fazer só três observações bem rapidamente.

Em primeiro lugar, eu dei uma lida transversal aqui na proposta apresentada pelo nosso Relator, Deputado Marco Maia, e achei bastante prudente a decisão de vista conjunta para que a gente possa analisar detidamente a proposta do Plano de Trabalho.

Quero dizer que, em princípio, concordo com duas questões aqui colocadas. Primeiro, a não proposição por parte do Relator das subcomissões. O que a experiência de CPIs ou CPMLs dentro do Congresso Nacional tem nos mostrado? Em momentos de grande disputa política – e nós estamos em ano eleitoral –, já tivemos aqui o dissabor de assistir que uma subcomissão se transforma em uma CPI dentro da CPI. Então, para que a gente tenha segurança da veracidade, da tranquilidade da investigação, é necessário que o Relator tenha o controle sobre a linha de trabalho estabelecida e aprovada aqui na CPML. E isso não tem nada a ver com a exclusão ou processo antidemocrático em relação à diferença entre Parlamentares da base ou da oposição. Todos

que aqui trouxeram não apenas notícias de jornais mas informações de onde se pode averiguar a veracidade da fonte serão, obviamente, tratados com muita seriedade pelo conjunto da CPMI.

Então, eu já antecipo a minha opinião contrária à instalação de sub-relatorias.

A segunda questão sobre a qual quero fazer uma observação aqui é a prudência no tratamento em relação à convocação sugerida da Presidenta Graça, do ex-Presidente José Sérgio Gabrielli e dos outros dois ex-diretores, visto que, efetivamente, não haverá, se não ouvirmos outros agentes, outras pessoas, outros atores envolvidos nessa questão, nada que de fato nos oriente a fazer perguntas absolutamente novas e que possam trazer luz sobre aquilo que queremos investigar.

Então, eu acho que novamente acertou o Sr. Relator ao nos apresentar um programa de trabalho com esse cuidado. É da sua responsabilidade o cuidado com o processo investigativo, e a fuga, o distanciamento das questões da disputa eleitoral, posta no ano de 2014.

(Soa a campainha.)

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Concluindo, Sr. Presidente.

Por fim, reitero o pedido dos demais colegas que solicitaram acesso aos requerimentos, porque, se vamos votá-los em globo, sem prejuízo de destaques, nós precisamos conhecer todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os requerimentos haverão de ser disponibilizados imediatamente após o término desta reunião.

Convido para fazer uso da palavra, pela ordem de inscrição, o Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, caro Relator, Deputado Marco Maia, primeiro duas questões, dois pré-requisitos, eu diria assim.

Primeiro me alinho ao que foi dito por alguns Senadores do quanto seria importante se tivéssemos apenas uma ação de CPMI nestas Casas. Então, para V. Exª, Presidente das duas, não haveria dificuldade alguma de transformá-las em uma só, até porque, quando esta CPMI não tiver quórum, eu não vejo razão para que esta subsista também. Há o princípio da exaustão, que aqui foi dito, mas há o princípio do contraditório. Um depoimento sem contraditório acaba sendo um depoimento pouco aproveitável. Mas, de qualquer forma, esta não é uma decisão nossa; seria até uma decisão pessoal de V. Exª.

Outra questão, nobre Relator Marco Maia. Com todo respeito que tenho a V. Exª, entendo que o Eixo 3 não tem muito a ver com a nossa CPMI. Discutir a questão da segurança do trabalho na plataforma...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS. Fora do microfone.) – Está no requerimento.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Está no requerimento, mas quero dizer que perder dias, horas ouvindo doze técnicos sobre essa questão seria mais ou menos como discutir o passivo trabalhista da Petrobras e, sinceramente, precisaríamos de mais de doze meses para que isso pudesse avançar. Então, é uma anotação. É um ponto sobre o qual, mesmo estando no requerimento, sugiro que ficasse para último plano, exatamente para que, se houver tempo, aprofundarmos essa questão.

Agora, entro especificamente nas minhas sugestões. Acho que V. Exªs, o Presidente desta Comissão e também ao Relator, têm poder para, de ofício, requererem cópia de tudo que existe em termos de processo investigatória na Polícia Federal e em outras instituições. Eu não vejo por que esperar que este Plenário vote requerimento, solicitando cópia de tudo que já existe na Polícia Federal – Operação Lava-Jato, Monte Pollino e tal. Sugiro a V. Exªs que façam isso de ofício ou que, então, consultem o Plenário hoje ainda, que, de forma unânime, irá concordar. Nós precisamos ler tudo isso, e eu gostaria que chegássemos ao final desta semana ou, no máximo, à semana que vem, com a possibilidade de nos debruçarmos sobre essa documentação que poderá vir de lá.

Nesta Casa tudo pode, Presidente, desde que haja consenso. Isso vem desde o Plenário, e aqui não ouvi nenhuma voz discordante deste aspecto.

Quero deixar o registro – e uma sugestão – da necessidade da quebra do sigilo. Acho que qualquer tipo de depoimento, se não tivermos a quebra de sigilo, é um depoimento que talvez não possa ser embasado em documentação.

Também faço referência a um fato que a imprensa divulgou e que tem conotação com Pasadena. É semelhante à Pasadena e não vejo por que não nos aprofundarmos nisto: a compra da refinaria no Japão. Não está no requerimento da CPI, mas é um negócio semelhante, segundo a imprensa, ao de Pasadena. Ou seja, a Petrobras adquiriu uma refinaria, o que, a princípio, foi um péssimo negócio, porque só daria lucro ou só seria viável se dobrasse a produção, mas o governo japonês não autoriza que se dobre a produção em face de questões ambientais. Portanto, quem adquiriu...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – A Refinaria Nansei, em Okinawa.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Exato.

Quem adquiriu, assim como em Pasadena, acabou adquirindo sem fazer as respectivas consultas, sem ter a cautela necessária de saber, logo ali adiante, da viabilidade do negócio ou não. Então, acho que se pode, junto com a questão de Pasadena, colar, acoplar essa questão do Japão, porque foi um negócio semelhante.

Até sugiro ao Arnaldo Faria, que citou o nome: quem sabe possamos fazer esse requerimento, se ele ainda não existe...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Vamos fazer juntos.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – ... para que possamos, no eixo que trata de Pasadena, também avançar nesta questão.

A princípio, são essas as minhas sugestões.

Volto a insistir, Deputado Marco Maia. V. Exª sabe que é possível, em agilizar o pedido de remessa de tudo o que existe nas operações, na investigação da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Gim Argello, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, venho aqui, primeiro, para parabenizar o Deputado Marco Maia, por apresentar o Plano de Trabalho, as quatro metas, mas discordo só de um formato.

Agora há pouco escutei vários Parlamentares falando, inclusive o Líder Imbassahy, que está faltando operação completa, estão faltando alguns requerimentos, estão faltando... Não gostaria de participar sabendo que está faltando. Gostaria de propor a V. Exª, Sr. Relator – já são 606 requerimentos no total, e agora apresentaram uma nova lista incluindo mais alguns; é uma nova lista atualizada dos requerimentos a serem aprovados –, que o senhor colocasse para aprovação, amanhã, todos os requerimentos que estão aí, os 606. Se tivéssemos que fazer algum destaque, faríamos dos 606, tendo em vista que, desses 221 que V. Exª apresentou, há – seis vezes oito, quarenta e oito – 48 que estão repetidos, convocando esse, convocando aquele. Então, o número verdadeiro cai para 180, 170. Então, amanhã, colocaremos todos os 606 requerimentos. Se alguém quiser fazer destaque de algum, já que há um ou dois que devem ser destacados mesmo... E o resto vamos aprovar. Assim, começamos a CPI sem escutar que está faltando alguma coisa ou que se quer esconder alguma coisa. Vamos apurar o que tem que ser apurado.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a participação do Senador Gim Argello, encerramos a ordem de inscrição.

Passo a palavra, para as suas considerações finais, antes de encerrar a reunião, ao Deputado Marco Maia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, depois de Marco Maia, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Faça a questão de ordem logo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não. Depois que ele falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. V. Exª tem o seu direito de fazer a questão de ordem após a fala do Sr. Deputado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A primeira questão eu já havia colocado antes e quero reafirmar aqui: o Plano de Trabalho é uma referência para o nosso trabalho. Não necessariamente é conclusivo, nem teve a intenção aqui de apontar todas as questões que poderão ser investigadas no curso da CPI. Vão surgir outros temas, outras questões que precisam ser trabalhadas, analisadas no curso da investigação. Então, ele é apenas uma referência.

Segundo, o que vale mesmo do ponto de vista do que vamos investigar é o debate, a discussão dos requerimentos que vamos fazer na primeira reunião administrativa. E, para isso, estou fazendo uma proposta aqui, é uma proposta apenas. Agora já são 227, porque entraram mais alguns requerimentos; fizemos ali um ajuste de alguns requerimentos que podem ser votados, e são 227 requerimentos que estão sendo propostos. Proponho que a gente faça a votação em bloco, por acordo, para esses 227 requerimentos. Não há nenhum impedimento que se votem os outros; só acho que os outros, como são requerimentos polêmicos, podem ser votados no curso da CPI, podem ser inclusive adendados, acrescidos no curso da CPI, até porque estamos, nos requerimentos que estão sendo propostos, requisitando todas as informações. Não há um requerimento apresentado aqui que não peça informações que não estejam dentro do escopo da CPI ou daquilo que está sendo proposto no requerimento da CPI; para que o que está sendo requisitado, aprovado ou proposto há requerimento para a sua aprovação, inclusive para todas as informações referentes à Operação Lava-Jato.

A Operação Lava-Jato vai trazer consigo um conjunto de informações sigilosas que já fazem parte da operação e do processo. Então, essas informações estarão à disposição da CPI. Elas já foram requisitadas, volto

a dizer aqui, inclusive pela CPI do Senado. Talvez elas cheguem antes à CPI do Senado, que poderá nos repassar essas informações. A partir disso, vamos poder trabalhar essas informações dentro da nossa CPMI.

Ali há, inclusive, quebras de sigilos bancário, fiscal, telefônico de pessoas, de investigados pela Operação Lava-Jato, de empresas, e que podem estar coadunados ou não com os requerimentos que estão sendo propostos por esta CPMI. Então, a única preocupação nossa é que não precisamos ter pressa em aprovar todos os requerimentos ao mesmo tempo. Temos de aprovar aqueles que nós achamos necessários para iniciar os trabalhos, para começar o debate, a discussão e, depois, nós vamos agregando. À medida que eles forem chegando, à medida que os temas vão sendo discutidos e debatidos, nós vamos agregando novos requerimentos, novas oitivas, novas audiências para a realização dessas oitivas.

Com relação à Operação Monte Pollino, eu já pedi para a assessoria técnica fazer uma análise, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Não a coloquei aqui porque as primeiras informações dão conta de uma operação que tratou sobre tráfico de drogas, envolve 12 países. Talvez seja interessante, na análise dos dados, nós identificarmos o que nos interessa e fazer um requerimento específico: “Quero ouvir tal fulano, tal sicrano da Operação, que pode ser interessante”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Até porque tudo é droga!

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Até porque trazer tudo para cá... É uma operação que envolve 12 países, tem apreensões, tem informações que não interessam especificamente a esta CPMI. Mas, mesmo assim, eu pedi para analisar. Nós estamos olhando e, no decorrer da CPMI, isso pode ser considerado e se transformar em uma informação importante para a nossa investigação.

Acho que foi o Deputado Rodrigo Maia que falou aqui da P-62. O Eduardo falou aqui da P-36. Já está chegando.

Olha, nós trabalhamos aqui no programa tudo aquilo que está no requerimento. Aquilo que foi abordado no requerimento nós trouxemos para o relatório; aquilo que não está no requerimento, nós não trouxemos para o Plano de trabalho, embora haja requerimentos apresentados que tratam sobre temas que não estão no escopo do requerimento da CPMI. Este é um debate que esta Comissão terá que fazer na aprovação dos requerimentos: se nós vamos além daquilo que está no escopo. Nós podemos investigar a Petrobras 20 anos atrás, 30 anos atrás, podemos investigar quatro anos, cinco anos; aqui o escopo é de 2005 a 2014. Então, tudo aquilo que está entre 2005 e 2014 é o que está aqui proposto para ser investigado. Vão surgir outras investigações? Outras possibilidades? Vão. Mas esta Comissão terá que, no devido tempo, tomar uma decisão ou analisar da conveniência ou não de se fazer a investigação ou de se ampliar esta investigação.

Por fim, foram levantados aqui algumas propostas de oitivas que já estão nos 227 requerimentos, que eu proponho que sejam votados em bloco, como, por exemplo, o cidadão da Astra, o vice-presidente da Astra, ou quem fez os pagamentos, que foi proposto do Deputado Eduardo Cunha. Isso está nos requerimentos. Eu só não coloquei no Plano de Trabalho porque eu teria que colocar todos os requerimentos dentro do Plano de trabalho. Aprovados os requerimentos, depois nós vamos que ver, no tempo, como nós vamos fazer as oitivas de acordo com as necessidades, conforme for evoluindo a CPMI. Mas está contemplado, estão ali presente esses pedidos, enfim, essas oitivas que V. Ex^a levantou em sua fala.

Por fim, com relação às sub-relatorias. Bom, nós precisamos conversar mais sobre esse tema das sub-relatorias. Eu acho que no momento, neste momento, em função do tamanho do trabalho que está aqui colocado, eu acho que ainda não há essa necessidade de nós estabelecermos sub-relatorias. Mas no decorrer, no curso da investigação, pode ser que tenham temas específicos que venham se somar ao processo da investigação e que nós tenhamos de aprofundar, que nós tenhamos que tratar de forma mais específica e, portanto, deslocar alguém para trabalhar especificamente esse determinado tema.

Embora achando isso, nós vamos ter inúmeras tarefas que precisarão ser tocadas de forma coletiva e compartilhadas entre todos nós, porque este Relator não vai se furtar da condição ou da possibilidade de chamar, de convocar V. Ex^{as} para auxiliarem na produção do relatório ou nas investigações complementares necessárias.

No momento, acho que não seria o caso. Nós precisamos ouvir um pouquinho mais, deixar andar um pouco mais a CPMI, para ver se há necessidade ou não de termos relatorias, subcomissões ou análises separadas do todo que estamos querendo produzir na CPMI. Nesse caso, a minha opinião é esperar um pouco mais, para que vejamos o andamento do trabalho e, a partir disso, estabelecer a necessidade ou não da existência dessas sub-relatorias.

Mas acho que serão chamados todos os Parlamentares que aqui estão. E vocês conhecem a minha forma de trabalhar. É essa, de compartilhar o máximo possível. E a minha intenção é compartilhar o máximo possível o processo de investigação, para permitir que aprofundemos o máximo possível toda esta investigação.

Fora isso, houve aqui um questionamento do Deputado Enio Bacci com relação ao Eixo 3. Está lá no requerimento de criação da CPMI, Deputado. Nós precisamos encaminhá-lo de forma a dar conta daquilo que

está proposto no requerimento. E não há condição de nós fazermos qualquer pedido, de ofício, aqui sobre qualquer tema que não seja aprovado pelo Plenário, sob pena de perder a sua validade. Então, precisamos ser mais ágeis na aprovação dos requerimentos. E tenho certeza de que, na próxima reunião, nós já vamos avançar nessa direção e aprovar os requerimentos.

De qualquer forma, as informações que V. Exª propõe já devem estar chegando, uma vez que já foram pedidas pela CPI do Senado há algum tempo; portanto, devem chegar antes, inclusive, de que façamos o pedido ou a aprovação dos requerimentos nesta CPMI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Questão de ordem solicitada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá. Em cima de qual artigo, eminente Deputado, regimentalista que é?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – V. Exª disse que declarou de ofício a vista coletiva. No Regimento da Câmara e no Regimento Comum – e acabei de consultar também o Regimento do Senado – não existe, de ofício, vista coletiva, Sr. Presidente. Essa é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A vista, Deputado Arnaldo, foi exatamente – eu, inclusive, aceito a questão de ordem de V. Exª ...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quero pedir vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... para que os senhores possam estudar melhor o Plano de Trabalho. Por isso, o “de ofício”. Esse de ofício foi para não votar hoje e votar amanhã, da forma como combinamos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Não tem problema, Sr. Senador, mas não existe pedido de vista de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Então, vamos pedir coletiva, Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Pedido de vista.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Vista coletiva.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Deputado Imbassahy e Deputado Izalci.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, serei rápido.

Com todo respeito que tenho pelo nosso Relator, Deputado Marco Maia, eu vi aí que não se acrescentou nada nem se modificou nada, absolutamente nada, da proposta que aqui foi apresentada, embora vários Deputados tenham dado uma série de sugestões. Eu queria apenas, Deputado Marco Maia...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Deixe-me lhe pedir desculpas, Deputado Imbassahy. Na verdade, está tudo aqui anotado. Nós vamos discutir, amanhã, aqui...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Certo. Eu só queria pedir...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Amanhã, na discussão, no ajuste...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu só queria solicitar...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Esta Relatoria está aberta para incorporar as contribuições.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Perfeito. Eu só queria solicitar a V. Exª que colocasse o nome, aqui, do Sr. Alberto Feilhaber, que foi o principal negociador. Apenas isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Está colocado, está nos requerimentos que vão ser...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sim, mas ele não está aqui no Plano de Trabalho. É importante. Eu gostaria que V. Exª fizesse isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nós o colocamos. Não tem problema, não.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Deputado Marco Maia.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem... Pela ordem.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu só gostaria de pedir a V. Exª... Porque o Deputado Sibá Machado fez questão aqui de falar o nome do Senador Aloysio. Eu gostaria de ressaltar que também o Senador Lindberg Farias recebeu dois milhões e trezentos; José Pimentel, um milhão; Humberto Costa, um milhão e quinhentos e trinta; Gleisi Hoffmann, dois milhões e quatrocentos e vinte; Angela Portela, um milhão.

É só para dizer que nós não queremos realmente transformar esta CPMI em disputa eleitoral, mas gostaríamos que se respeitasse, para que não ficassem citando nomes assim, aleatoriamente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, como o Relator não tocou no assunto e se é para amanhã, eu gostaria de insistir, então, que amanhã a gente trate da questão da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das empresas fornecedoras da Petrobras envolvidas nos quatro pontos, para começar a CPI Mista, para ter documentos para convocar os demais, aqueles que nós vamos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^{as} ficam tomando vista das matérias trazidas no Plano de Trabalho do Sr. Relator e têm até amanhã para essa vista, até as 14h30, quando nós vamos nos reunir novamente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Minha última participação.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Minha última participação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Mário Couto, pela ordem.2

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, o Senador que me antecipou, pertencente ao Partido dos Trabalhadores, citou o nome de Aécio. Na relação que eu tenho aqui, Presidente, não consta nem o nome de Aécio nem de Aloysio.

Como não é importante? Como não é tema desta CPI? Há Senadores que pertencem a esta CPI que receberam milhões de reais das empreiteiras que estão envolvidas no caso Petrobras.

O que farão esses Senadores nesta CPI? É uma boa pergunta, Presidente.

Já vou encerrar.

Enquanto outros Senadores, de outros partidos, receberam numa faixa de R\$50, R\$100 mil, o PT, com seus Senadores... Gleisi Hoffmann recebeu R\$2,420 milhões. Ah, o Mário Couto com um dinheiro desse para fazer campanha, Senador! Ah, o Mário Couto!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Calma lá! Humberto Costa, R\$1,530 milhão; José Pimentel, R\$1 milhão. Será que esses Senadores não vão fazer aqui um esgotamento físico para poder retribuir essa gracinha que foi dada a eles?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, convido os Senhores, para amanhã, às 14h30, para aprovação do Plano de Trabalho e dos requerimentos. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 17 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 54 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 03 de junho de 2014, às 14 horas e 40 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** e com a presença dos Senadores **José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Anibal Diniz, Ana Rita, Alvaro Dias, Mário Couto, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Rodrigues, Gim e Cidinho Santos**, e dos Deputados **Marco Maia, Sibá Machado, Afonso Florence, Iriny Lopes, Eduardo Cunha, Lucio Vieira Lima, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Izalci, Rodrigo Maia, Onyx Lorenzoni, Bernardo Santana de Vasconcellos, Alexandre Roso, Fernando Francischini Rubens Bueno, Eurico Júnior, Arnaldo Faria de Sá e Enio Bacci**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Acir Gurgacz, Jayme Campos, e Ataídes Oliveira**. Ausentes os Deputados **Aguinaldo Ribeiro, Júlio Delgado, e Márcio Junqueira**. Presente, ainda, o parlamentar não-membro **João Carlos Bacelar**. Na oportunidade, foi aprovados o Plano de Trabalho e apreciados os Requerimentos abaixo listados:

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
1 / 2014	28/05/2014	Solicita convocação do Sr. Alberto Youssef.	Dep. Rodrigo Maia e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 218 / 2014 - Convocação		
		Nº 257 / 2014 - Convocação		
		Nº 379 / 2014 - Convocação		
		Nº 521 / 2014 - Convocação		
		Nº 37 / 2014 - Convocação		

2 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de Nestor Cerveró.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		
3 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de Maria da Graças Silva Foster.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação		
4 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de José Orlando Melo de Azevedo.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 236 / 2014 - Convocação Nº 423 / 2014 - Convocação		
5 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de José Sérgio Gabrielli de Azevedo.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		
6 / 2014	28/05/2014	Requisita o inteiro teor do processo de aquisição da refinaria de Pasadena pela Petrobras.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
8 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de Dilma Vana Rousseff.	Dep. Rodrigo Maia	Retirado
10 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Paulo Roberto Costa.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		
3 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de Maria da Graças Silva Foster.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação		
4 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de José Orlando Melo de Azevedo.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 236 / 2014 - Convocação Nº 423 / 2014 - Convocação		
5 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de José Sérgio Gabrielli de Azevedo.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		
6 / 2014	28/05/2014	Requisita o inteiro teor do processo de aquisição da refinaria de Pasadena pela Petrobras.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
8 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de Dilma Vana Rousseff.	Dep. Rodrigo Maia	Retirado
10 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Paulo Roberto Costa.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
18 2014	/ 28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Alberto Feilhaber.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 407 / 2014 - Convocação		
19 2014	/ 28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Júlio Faerman.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 47 / 2014 - Convocação Nº 274 / 2014 - Convocação Nº 457 / 2014 - Convocação Nº 524 / 2014 - Convocação		
27 2014	/ 28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Alberto da Fonseca Guimarães.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
30 2014	/ 28/05/2014	Solicita que esta CPMI requirite o inteiro teor do processo que tramita na 13ª Vara Federal de Curitiba-PR e que apura os fatos investigados na "Operação Lava-Jato" da Polícia Federal.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 438 / 2014 - Informação Nº 535 / 2014 - Informação		
31 2014	/ 28/05/2014	Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico realizada no Processo que tramita na 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba e que apura os fatos investigados na Operação Lava-Jato.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
32 2014	/ 28/05/2014	Solicita que esta CPMI requirite todas as auditorias realizadas nos contratos celebrados entre a PETROBRAS e a SBM Offshore, no período compreendido entre 2005 e 2013.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
33 2014	/ 28/05/2014	Solicita que esta CPMI requisite cópia de todos os contratos celebrados entre a PETROBRAS e a SBM Offshore, no período compreendido entre 2005 e 2013.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 613 / 2014 - Informação		
34 2014	/ 28/05/2014	Requer cópias dos procedimentos de sindicância adotados para investigar internamente os supostos pagamentos de propina a funcionários da PETROBRAS.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 171 / 2014 - Informação Nº 172 / 2014 - Informação Nº 483 / 2014 - Informação		
35 2014	/ 28/05/2014	Requer seja realizada reunião reservada com a participação do delegado responsável pela operação Lava-Jato.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
36 2014	/ 28/05/2014	Requer seja solicitado ao Ministério Público Federal que disponibilize a esta CPMI cópias de inteiro teor dos procedimentos investigativos abertos em razão de irregularidades envolvendo a Petrobras, bem como a operação Lava-Jato.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
37 2014	/ 28/05/2014	Solicita seja convocado o Sr. Alberto Youssef.	Dep. Fernando Francischini	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 1 / 2014 - Convocação Nº 218 / 2014 - Convocação Nº 257 / 2014 - Convocação Nº 379 / 2014 - Convocação Nº 521 / 2014 - Convocação		
38 2014	/ 28/05/2014	Requer a Polícia Federal todo o inquérito da Operação Lava-Jato.	Dep. Fernando Francischini	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 129 / 2014 - Informação Nº 269 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
39 2014	/ 28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Philippe Jacques Levy.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 361 / 2014 - Convocação Nº 445 / 2014 - Convocação Nº 516 / 2014 - Convocação		
41 2014	/ 28/05/2014	Requer ao TCU auditorias e demais procedimentos instaurados envolvendo a compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
42 2014	/ 28/05/2014	Requer a convocação de Graça Foster.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação		
44 2014	/ 28/05/2014	Requer a convocação do ministro do TCU José Jorge.	Dep. Fernando Francischini	Aprovado
46 2014	/ 28/05/2014	Requer a convocação do Sr. José Sérgio Gabrielli.	Dep. Fernando Francischini	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		
47 2014	/ 28/05/2014	Requer a convocação do Sr. Julio Faerman.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 19 / 2014 - Convocação Nº 274 / 2014 - Convocação Nº 457 / 2014 - Convocação Nº 524 / 2014 - Convocação		
48 2014	/ 28/05/2014	Requer a convocação do Sr. Nestor Cerveró.	Dep. Fernando Francischini e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
49 2014	/ 28/05/2014	Requer a convocação do Sr. Paulo Roberto Costa.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação		
50 2014	/ 28/05/2014	Requer seja solicitado ao Diretor Geral da Polícia Federal a disponibilização de dois servidores, Delegados de Polícia Federal, para o assessoramento desta CPMI.	Dep. Fernando Francischini e outros	Aprovado
51 2014	/ 28/05/2014	Requer seja solicitado ao Ministro Presidente do Tribunal de contas da União - TCU a disponibilização de dois servidores para o assessoramento desta CPMI.	Dep. Simplício Araújo e outros	Aprovado
128 2014	/ 28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Queiroz Galvão entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
129 2014	/ 28/05/2014	Requer à Polícia Federal copia do inquérito aberto no contexto da Operação Lava-Jato, bem como de todos os documentos a ela relacionados.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 38 / 2014 - Informação Nº 269 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
130 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o consórcio UTC/CONSTRAN entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na/arma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 207 / 2014 - Informação		
131 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o consórcio CO-NEST entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 174 / 2014 - Informação		
132 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o consórcio IPO-JUCA entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 186 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
133 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o consórcio ALU-SA/CBM entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 173 / 2014 - Informação		
134 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a CONSTRUTORA BARBOSA MELLO entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 175 / 2014 - Informação		
135 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a empresa COSTA GLOBAL CONSULTORIA entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 176 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
136 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Galvão Engenharia entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 177 / 2014 - Informação Nº 201 / 2014 - Informação		
138 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com DAS entre os anos de 2005 a 2014, e de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 180 / 2014 - Informação		
139 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a ALUSA Engenharia entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 183 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
140 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Andrade Gutierrez entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 184 / 2014 - Informação		
141 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o Consórcio Nacional Camargo Correa (CNCC) entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 185 / 2014 - Informação		
142 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a CONSTRAIN Engenharia entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 187 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
144 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados pela estatal com a empresa Ecoglobal Overseas entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 189 / 2014 - Informação		
145 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a empreiteira EIT - Empresa Industrial Técnica S/A- entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 190 / 2014 - Informação		
146 / 28/05/2014 2014		Requer a Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a empresa ENERGIO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A, entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 191 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
147 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados pela estatal com a Engvix entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 192 / 2014 - Informação		
152 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados a Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a IESA, entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 197 / 2014 - Informação		
153 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Jaraguá Equipamentos entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 214 / 2014 - Informação		
155 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Mendes Jr. entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 199 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
157 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Odebrecht entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivo.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 200 / 2014 - Informação		
168 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras os balanços e relatórios financeiros da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, de 2006 a 2014.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
169 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras a carta de intenções apresentada pela Petrobras à Astra Oil para a compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena, bem como das atas: da reunião da Diretoria que submeteu a proposta de compra ao Conselho de Administração; da reunião do Conselho de Administração em que se decidiu pela não realização da compra.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 463 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
170 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandadas à Petrobras cópia dos documentos em que se baseou - bem como dos documentos por ela exarados até a presente data - a "Comissão de Apuração Interna" instaurada em março de 2014 para analisar o processo de compra da refinaria de Pasadena, citada em depoimento da Presidente da Petrobras, Graça Foster, em 15 de abril de 2014, em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
171 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos documentos em que se baseou a Comissão Interna de Apuração criada no âmbito da Petrobras para exarar sua conclusão de que não procedem as denúncias de pagamento de propina a funcionários da empresa pela SBM Offshore.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 34 / 2014 - Informação Nº 172 / 2014 - Informação Nº 483 / 2014 - Informação Nº 501 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
172 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópias de todos os documentos exarados pela Comissão Interna de Apuração criada para averiguar as denúncias de pagamento de propina a funcionários da estatal pela empresa holandesa SBM Offshore, bem como dos documentos que ampararam esses relatórios.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
	Requerimentos correlatos:	Nº 34 / 2014 - Informação Nº 171 / 2014 - Informação Nº 483 / 2014 - Informação Nº 501 / 2014 - Informação		
173 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com o consórcio ALUSA/CBM entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
	Requerimentos correlatos:	Nº 133 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
174 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com o consórcio CONEST entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 131 / 2014 - Informação		
175 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a CONSTRUTORA BARBOSA MELLO entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 134 / 2014 - Outros		
176 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a empresa COSTA GLOBAL CONSULTORIA entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 135 / 2014 - Informação		
177 / 28/05/2014 2014		Requer sejam deman- dados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Galvão Enge- nharia entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Pe- trobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 136 / 2014 - Informação		
180 / 28/05/2014 2014		Requer sejam deman- dados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a OAS entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, fei- tos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Pe- trobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 138 / 2014 - Informação		
183 / 28/05/2014 2014		Requer sejam deman- dados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a ALUSA entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, fei- tos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Pe- trobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 139 / 2014 - Informação		
184 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Andrade Gutierrez entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 140 / 2014 - Informação		
185 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos contratos firmados com o Consórcio Nacional Camargo Correa (CNCC) entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 141 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
186 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandadas à Petrobras cópias dos contratos firmados com o consórcio IPOJUCA entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 132 / 2014 - Informação		
187 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a CONSTRAIN Engenharia entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 142 / 2014 - Informação		
189 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandadas à Petrobras cópias dos contratos firmados com a empresa Ecoglobal Overseas entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 144 / 2014 - Informação		
190 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a empreiteira EIT - Empresa Industrial Técnica S/A- entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 145 / 2014 - Informação		
191 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a empresa ENERGIO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 146 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
192 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Engevix entre os anos de 2005 a 2014, ele seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 147 / 2014 - Informação		
197 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópias de todos os contratos firmados com a IESA entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 152 / 2014 - Informação		
199 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Mendes Jr. entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 155 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
200 / 28/05/2014 2014		Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Odebrecht entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 157 / 2014 - Informação		
201 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos contratos firmados com a Queiroz Galvão entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocas/ao de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los, na forma que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 136 / 2014 - Informação		
207 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos contratos firmados com o consórcio UTC/CONSTRAN entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los, na forma que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 130 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
211 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópia documentos que formalizaram, em 2012, a negociação final entre esta estatal e a Astra Oil, relativos à compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 463 / 2014 - Informação		
212 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópia do plano estratégico vigente à época da aquisição da primeira metade da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, bem como dos relatórios que contêm dados que afiançaram a aquisição dessa refinaria como sendo um bom negócio para a estatal, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
214 / 28/05/2014 2014		Requer à Petrobras cópias dos contratos firmados com a Jaraguá Equipamentos entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los, na forma que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 153 / 2014 - Informação		
216 / 28/05/2014 2014		Requer seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), JOSÉ JORGE.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 540 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
217 / 28/05/2014 2014		Requer seja convidado o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
218 / 28/05/2014 2014		Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor ALBERTO YOUSSEF, doleiro preso pela Polícia Federal sob a acusação de comandar esquema de lavagem de dinheiro que movimento cerca de R\$ 10 bilhões.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 1 / 2014 - Convocação Nº 37 / 2014 - Convocação Nº 257 / 2014 - Convocação Nº 379 / 2014 - Convocação Nº 521 / 2014 - Convocação		
221 / 28/05/2014 2014		Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE, chefe do Jurídico Internacional da Petrobras.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 471 / 2014 - Convocação		
226 / 28/05/2014 2014		Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação da Senhora GRAÇA FOSTER, presidente da Petrobrás, a fim de esclarecer as denúncias de corrupção, de contratos superfaturados e de maus negócios efetuados pela Petrobrás durante e anteriormente a sua gestão.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação		
233 / 28/05/2014 2014		Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor JORGE ZELADA, ex-diretor internacional da Petrobras a fim de esclarecer as denúncias que o envolvem em irregularidades na compra da Refinaria Pasadena.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 411 / 2014 - Convocação Nº 491 / 2014 - Convocação Nº 526 / 2014 - Convocação		
235 / 28/05/2014 2014		Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor JOSÉ CARLOS COSENZA, diretor de Abastecimento da Petrobrás, a fim de esclarecer denúncias de que tenha participado em esquema de desvio de recursos da Petrobrás.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
236 / 28/05/2014 2014		Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor JOSÉ ORLANDO AZEVEDO, que presidiu a Petrobras América na época do litígio com a empresa belga Astra Oil em torno da aquisição da refinaria de Pasadena.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 4 / 2014 - Convocação Nº 423 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
244 / 28/05/2014 2014		Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor NESTOR CERVEIRO ex-diretor da Área Internacional da Petrobrás a fim de esclarecer as denúncias de gestão temerária efetuada pela Petrobrás durante a sua gestão, notadamente a compra da Refinaria de Pasadena por preço abusivo.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
	Requerimentos correlatos:	Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		
246 / 28/05/2014 2014		Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor PAULO ROBERTO COSTA, ex-diretor da Petrobras a fim de esclarecer as denúncias de desvio de recurso público envolvendo a Petrobrás.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
	Requerimentos correlatos:	Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação		
249 / 28/05/2014 2014		Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor JOSÉ SERGIO GABRIELLI, ex-presidente da Petrobras a fim de esclarecer as denúncias de corrupção, de contratos superfaturados e gestão temerária efetuados pela Petrobrás durante a sua gestão.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		
257 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o(a) Sr.(a) Alberto Youssef para prestar depoimento.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 1 / 2014 - Convocação Nº 37 / 2014 - Convocação Nº 218 / 2014 - Convocação Nº 379 / 2014 - Convocação Nº 521 / 2014 - Convocação		
258 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o(a) Sr.(a) Paulo Roberto Costa para prestar depoimento.	Dep. Fernando Francischini	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
269 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, tanto does) inquérito aberto em razão da Operação Lava-Jato, incluído o compartilhamento dos sigilos transferidos no âmbito do mencionado inquérito, quanto dos demais inquéritos abertos em decorrência dos desdobramentos da citada Operação ao Departamento de Polícia Federal.	Dep. Rubens Bueno e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 38 / 2014 - Informação Nº 129 / 2014 - Informação		
271 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO Sr. Nestor Cerveró para prestar depoimento.	Dep. Rubens Bueno e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		
273 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do relatório da Comissão Interna instalada para investigar a aquisição da refinaria de Pasadena, incluído os anexos à Petrobras.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 578 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
274 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o Sr. Júlio Faerman para prestar depoimento.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 19 / 2014 - Convocação Nº 47 / 2014 - Convocação Nº 457 / 2014 - Convocação Nº 524 / 2014 - Convocação		
285 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do relatório de investigação acerca da aquisição da refinaria de Pasadena à Comissão de Valores Mobiliários.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
287 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do relatório de investigação que trata da aquisição da refinaria de Pasadena à Controladoria Geral da União.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
290 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) processos que trataram da aquisição da refinaria de Pasadena à Petrobras e à Petrobras América Inc.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
292 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam REQUISITADAS cópias de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, das Atas do Conselho de Administração que trataram da aquisição da refinaria de Pasadena à Petrobrás.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 485 / 2014 - Informação		
293 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do Procedimento Investigatório Criminal aberto em razão de denúncia envolvendo a SBM Offshore ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
295 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADA a Srª Graça Foster para prestar depoimento.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação		
298 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o Sr. José Sérgio Gabrielli para prestar depoimento.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		
300 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o Sr. Nestor Cerveró para prestar depoimento,	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		
320 / 28/05/2014 2014		Requer que seja CONVOCADO o(a) Sr. (a) Paulo Roberto Costa para prestar depoimento.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação		
324 / 28/05/2014 2014		Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) processo que trata da aquisição da refinaria de Pasadena ao (à) Tribunal de Contas da União.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
333 / 28/05/2014 2014		Requer que seja REQUISI- TADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, tanto do inquérito aberto em razão da Operação Lava-Jato, incluído o compartilhamento dos sigilos transferidos no âmbito do menciona- do inquérito, quanto dos demais inquéritos abertos em decorrência dos desdobramentos da citada Operação ao(à) Departamento de Polícia Federal.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
334 / 28/05/2014 2014		Requer que seja con- vocado o(a) Sr.(a) Luís Carlos Moreira para prestar depoimento. Nº 461 / 2014 - Convocação Nº 529 / 2014 - Convocação	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
	Requerimentos correlatos:			
361 / 28/05/2014 2014		Requer seja CONVOCA- DO o Sr. Philippe Jac- ques Levy para prestar depoimento. Nº 39 / 2014 - Convocação Nº 445 / 2014 - Convocação Nº 516 / 2014 - Convocação	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
	Requerimentos correlatos:			
365 / 28/05/2014 2014		Requeiro convocar GERSON LUIZ GONÇAL- VES, Responsável pela Auditoria Interna da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta Comissão Parla- mentar de Inquerito. Nº 397 / 2014 - Convocação Nº 566 / 2014 - Convocação	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
	Requerimentos correlatos:			
379 / 28/05/2014 2014		Requer seja CONVOCA- DO o Sr. Alberto Youssef para depoimento.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 1 / 2014 - Convocação Nº 37 / 2014 - Convocação Nº 218 / 2014 - Convocação Nº 257 / 2014 - Convocação Nº 521 / 2014 - Convocação		
381 / 28/05/2014 2014		Requer seja CONVIDADO o Sr. Jose Carlos Cosenza para prestar depoimento.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
391 / 28/05/2014 2014		Requer seja SOLICITADO o compartilhamento, por intermédio de copia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, tanto dos inquéritos aberto em razão da Operação Lava-Jato, incluídos os sigilos transferidos no âmbito do mencionado inquérito, quanta dos demais inquéritos abertos em decorrência dos desdobramentos da citada Operação, ao ministro Teori Albino Zavascki, do Supremo Tribunal Federal.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 439 / 2014 - Informação		
397 / 28/05/2014 2014		Requer seja CONVOCADO o Sr.Gerson Luiz Gonçalves para prestar depoimento.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 365 / 2014 - Convocação Nº 566 / 2014 - Convocação		
400 / 28/05/2014 2014		Requer seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do relatório de investigação acerca de denúncia envolvendo a SBM Offshore à Petrobras.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
407 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação do Sr. Alberto Feilhaber para prestar depoimento.	Sen. Alvaro Dias	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 18 / 2014 - Convocação		
411 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação do Sr. Jorge Luis Zelada.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 233 / 2014 - Convocação Nº 491 / 2014 - Convocação Nº 526 / 2014 - Convocação		
423 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação de Jose Orlando Azevedo para prestar depoimento.	Sen. Mário Couto e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 4 / 2014 - Convocação Nº 236 / 2014 - Convocação		
436 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação de Paulo Roberto Costa.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação		
437 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação de Valter Shimura.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
438 / 28/05/2014 2014		Requer à 13ª Vara Federal de Curitiba cópia da denominada "Operação Lava-Jato".	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 30 / 2014 - Informação Nº 535 / 2014 - Informação		
439 / 28/05/2014 2014		Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia da denominada "Operação Lava-Jato".	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 391 / 2014 - Informação		
441 / 28/05/2014 2014		Requer ao Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União (CGU) a cessão de dois servidores para assessorar nos trabalhos da Relatoria desta CPMI.	Dep. Marco Maia	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
442 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação de Altamiro da Motta Ferreira Filho, Gerente de Implementação de Empreendimentos de Unidades Estacionárias de Produção.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
444 / 28/05/2014 2014		Requer ao Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) a cessão de dois servidores para assessorar esta CPML.	Dep. Marco Maia	Aprovado
445 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação de Phillippe Levy, Presidente da SBM Offshore no Brasil.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 39 / 2014 - Convocação Nº 361 / 2014 - Convocação Nº 516 / 2014 - Convocação		
446 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação de José Sérgio Gabrielli.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		
448 / 28/05/2014 2014		Requer à PETROBRAS cópia do Acordo de Acionistas para compra de Pasadena.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
449 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação de representante da empresa de consultoria Deloitte & Touche LLP.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 519 / 2014 - Convocação		
450 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação de Paulo Augusto Santos da Silva.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 523 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
451 / 28/05/2014 2014		Requer seja demanda- da à Controladoria Ge- ral da União (CGU) cópia de processos e procedi- mentos de investigação relacionados coma construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 553 / 2014 - Informação		
452 / 28/05/2014 2014		Requer seja deman- dada à Polícia Federal cópia dos inquéritos relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 515 / 2014 - Informação		
453 / 28/05/2014 2014		Requer seja demanda ao Ministério Público Federal (MPF) e à Justiça Federal cópias dos processos relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
454 / 28/05/2014 2014		Requer seja demanda ao Tribunal de Contas da União (TCU) cópia de auditorias, tomadas de contas e outros proces- sos relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 522 / 2014 - Informação Nº 585 / 2014 - Informação		
455 / 28/05/2014 2014		Requer seja convoca- do o senhor Angelo Bellelis, Presidente do Estaleiro Atlantico Sul (EAS), onde foi constru- ída a plataforma P-62, para prestar esclareci- mentos sobre a segu- rança nas plataformas.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 538 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
456 2014	/ 28/05/2014	Requer seja convidada a senhora Magda Chambriard, Diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 539 / 2014 - Convocação		
457 2014	/ 28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Julio Faerman, sócio das empresas Oil-drive e Faercom, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 19 / 2014 - Convocação Nº 47 / 2014 - Convocação Nº 274 / 2014 - Convocação Nº 524 / 2014 - Convocação		
458 2014	/ 28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Edmar Diniz de Figueiredo, Gerente de Contratos da Petrobras, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
459 2014	/ 28/05/2014	Requer seja demandada à Petrobrás cópia do Sumário executivo apresentado pela diretoria internacional da Petrobras ao Conselho de Administração da Petrobras na reunião que autorizou a compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 531 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
460 2014	/ 28/05/2014	Requer seja convocado o representante da empresa de consultoria Muse Stancil & Co, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 527 / 2014 - Convocação		
461 2014	/ 28/05/2014	Requer seja convocado o Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, Gerente Executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 334 / 2014 - Convocação Nº 529 / 2014 - Convocação		
462 2014	/ 28/05/2014	Requer seja convocado o representante da empresa de consultoria do Citigroup, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 510 / 2014 - Convocação		
463 2014	/ 28/05/2014	Requer seja demandada à Petrobrás cópia do memorando de entendimento que a Petrobras America Inc, (PAI) assinou com a Astra Oil Company com o objetivo de estabelecer uma operação conjunta de comercialização e refino nos EUA, que resultou na compra da refinaria de Pasadena	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 169 / 2014 - Informação Nº 211 / 2014 - Informação Nº 536 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
464 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor João Antonio de Moraes, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 533 / 2014 - Convocação		
465 / 28/05/2014 2014		Requer seja demandada às Sociedades Classificadoras cópia dos relatórios e demais documentos relativos à segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
466 / 28/05/2014 2014		Requer seja demandada à Marinha do Brasil cópia dos relatórios e demais documentos relativos à segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
467 / 28/05/2014 2014		Requer seja convidado o Sr. Gustavo Tardim Barbosa, Gerente Executivo de Finanças da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
468 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Marco Túlio Pereira Machado, Gerente Executivo de Exploração e Produção da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
469 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocada a Sra. Márcia Castanheira Schneider, Gerente de Tributos Internacionais da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
470 / 28/05/2014 2014		Requer seja demandada à Secretaria Regional do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho cópia dos relatórios e demais documentos relativos à plataforma P-62.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
471 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o Sr. Carlos César Borromeu de Andrade, Gerente Jurídico Internacional, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 221 / 2014 - Convocação		
472 / 28/05/2014 2014		Requer seja demandada à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e à Petrobras relação detalhada dos equipamentos de segurança nas plataformas em atividade.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 488 / 2014 - Informação Nº 513 / 2014 - Informação		
473 / 28/05/2014 2014		Requer seja convidado o Ministro Benjamim Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), relator da fiscalização sobre a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
474 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o Sr. Rogério Gonçalves de Mattos, ex-Gerente Executivo de Novos Negócios da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
475 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes, Ex-Diretor Presidente da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento na construção da refinaria.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
476 / 28/05/2014 2014		Requer que a autoridade competente no Brasil solicite da autoridade competente nos Estados Unidos da América, cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 478 / 2014 - Informação		
477 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Sietze Hepkema, Diretor de Controle e Governança da SBM Offshore, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
478 / 28/05/2014 2014		Requer que a autoridade competente no Brasil solicite da autoridade competente nos Estados Unidos da América, cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 476 / 2014 - Informação		
479 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Gustavo Adolfo Villela de Castro, Gerente de Engenharia Naval da Petrobras, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
480 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o Sr. Samir Passos Awad, Gerente Executivo Internacional Américas, África e Eurásia da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
481 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Pedro Aramis de Lima Arruda, Diretor de Segurança Empresarial da Petrobras, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
482 / 28/05/2014 2014		Requer que seja de- manda à Controladoria Geral da União (CGU) cópia de relatórios e outros documentos sobre o pagamento de propina da SBM Offsho- re a funcionários da empresa.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
483 / 28/05/2014 2014		Requer que seja de- manda à Petrobras cópia de relatórios e outros documentos produzidos pela própria Petrobras sobre o pa- gamento de propina da SBM Offshore a funcio- nários da empresa.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 34 / 2014 - Informação Nº 171 / 2014 - Informação Nº 172 / 2014 - Informação Nº 501 / 2014 - Informação		
484 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o representante da Ma- rinha do Brasil, a quem cabe a aprovação e supervisão das embar- cações.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
485 / 28/05/2014 2014		Requer seja demanda- da à Petrobrás cópia das Atas das reuniões do Conselho de Ad- ministração da Petro- bras que trataram da compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 292 / 2014 - Informação Nº 512 / 2014 - Informação		
486 / 28/05/2014 2014		Requer seja demanda- da à Petrobrás cópia de seus Planos de Negó- cios e Planejamentos Estratégicos de 1999 a 2014.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 542 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
487 / 28/05/2014 2014		Requer seja demandada à Agência Nacional do Petróleo (ANP) cópia de relatórios e demais documentos relativos ao acidente na plataforma P-36.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 520 / 2014 - Informação Nº 525 / 2014 - Informação		
488 / 28/05/2014 2014		Requer seja demandada à Agência Nacional do Petróleo (ANP) cópia dos relatórios e demais documentos relativos à segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 472 / 2014 - Informação Nº 513 / 2014 - Informação		
489 / 28/05/2014 2014		Requer seja demandada à Agência Nacional do Petróleo (ANP) cópia dos relatórios e demais documentos relativos à plataforma P-62.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 537 / 2014 - Informação		
490 / 28/05/2014 2014		Requer seja demandada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA cópia dos relatórios e demais documentos relativos à segurança nas plataformas, especialmente sobre os acidentes ambientais.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 517 / 2014 - Informação		
491 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o Sr. Jorge Zelada, Ex-Diretor Internacional da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 233 / 2014 - Convocação Nº 411 / 2014 - Convocação Nº 526 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
492 / 28/05/2014 2014		Requer seja convidado o Ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União (CGU) para prestar esclarecimentos sobre os fatos indicados no requerimento de criação da presente CPI, especialmente sobre as denúncias de pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore e de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 541 / 2014 - Convite		
493 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o Sr, Nestor Cerveró, Ex Diretor Internacional da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		
494 / 28/05/2014 2014		Requer seja demandada à Petrobrás, cópia da Ação judicial e todos os documentos referentes à arbitragem internacional relativos à compra de Pasadena, entre a Petrobras America Inc. e a Astra, inclusive a decisão proferida pela Corte Federal de Houston, Texas, EUA, que confirmou Sentença Arbitral proferida em abril de 2009.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
495 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor José Maria Rangel, Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), referido no Requerimento na 002, de 2014, para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas, especialmente a P-62.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 554 / 2014 - Convite		
496 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Glauco Colepicolo Legati, Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos da Petrobras para a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento na construção da refinaria.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
497 / 28/05/2014 2014		Requer seja realizada diligência no canteiro de obras da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), que consistirá em visita de inspeção in loco para acompanhar a evolução das obras.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
498 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Alexandre Rabello, Gerente de Engenharia de Custos da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST),	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
499 / 28/05/2014 2014		Requer que seja de- manda ao Tribunal de Contas da União (TCU) cópia de relatórios e outros documentos sobre o pagamento de propina da SBM Offsho- re a funcionários da empresa.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
500 / 28/05/2014 2014		Requer que seja de- manda ao Ministério Público Federal (MPF) cópia de processos e outros documentos sobre o pagamento de propina da SBM Offsho- re a funcionários da empresa.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
501 / 28/05/2014 2014		Requer cópia de relató- rios e outros documen- tos da Petrobras sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a fun- cionários da empresa. Nº 171 / 2014 - Informação Nº 172 / 2014 - Informação Nº 483 / 2014 - Informação	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:				
502 / 28/05/2014 2014		Requer que seja convo- cado o representante da empresa de con- sultoria Thompson & Knight LLP. Nº 530 / 2014 - Convocação	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:				
503 / 28/05/2014 2014		Requer à PETROBRÁS cópia do contrato de compra da refinaria de Pasadena e demais documentos.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
504 / 28/05/2014 2014		Requer seja realizada diligência para verifica- ção in loco da seguran- ça nas plataformas.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
505 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocada a Presidenta da Petro- bras, Graça Foster.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação		
506 / 28/05/2014 2014		Requer cópia do contrato celebrado entre a Petrobras e o Consórcio Camargo Corrêa/lesa (CCI) para a construção da plataforma P-62.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
507 / 28/05/2014 2014		Requer ao Advogado Geral da União a cessão de dois advogados ou procuradores federais para assessorar esta CPMI.	Dep. Marco Maia	Aprovado
508 / 28/05/2014 2014		Requer cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação da Holanda sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
509 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocada a Presidenta da Petrobras, Graça Foster.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação		
510 / 28/05/2014 2014		Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria do Citigroup.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 462 / 2014 - Convocação		
511 / 28/05/2014 2014		Requer que seja convocado o Sr. Gustavo Tardim Barbosa, Gerente Executivo de Finanças da Petrobras.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
512 / 28/05/2014 2014		Requer a PETROBRAS cópia das Atas das reuniões do Conselho de Administração da Petrobras que trataram da compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 485 / 2014 - Informação		
513 / 28/05/2014 2014		Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a segurança nas plataformas.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 472 / 2014 - Informação Nº 488 / 2014 - Informação		
514 / 28/05/2014 2014		Requer cópia dos processos em tramitação no Ministério Público Federal e na Justiça Federal relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
515 / 28/05/2014 2014		Requer cópia dos inquéritos da Polícia Federal relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 452 / 2014 - Informação		
516 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Phillippe Levy, Presidente da SBM Offshore no Brasil.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 39 / 2014 - Convocação Nº 361 / 2014 - Convocação Nº 445 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
517 / 28/05/2014 2014		Requer cópia dos relatórios e demais documentos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA sobre a segurança nas plataformas, especialmente sobre os acidentes ambientais.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 490 / 2014 - Informação		
518 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o Senhor Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação		
519 / 28/05/2014 2014		Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Deloitte & Touche LLP.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 449 / 2014 - Convocação		
520 / 28/05/2014 2014		Requer à Agência Nacional do Petróleo (ANP) cópia de relatórios e demais documentos relativos ao acidente na plataforma P-36.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 487 / 2014 - Informação Nº 525 / 2014 - Informação		
521 / 28/05/2014 2014		Requer que seja convocado o ALBERTO YOUSSEF.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
		Requerimentos correlatos: Nº 1 / 2014 - Convocação Nº 37 / 2014 - Convocação Nº 218 / 2014 - Convocação Nº 379 / 2014 - Convocação Nº 257 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
522 / 28/05/2014 2014		Requer cópia de auditorias, tomadas de contas e outros processos do Tribunal de Contas da União (TCU) relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 454 / 2014 - Informação Nº 585 / 2014 - Informação		
523 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Paulo Augusto Santos da Silva, Presidente do Consórcio Camargo Correa/lesa (CCI), responsável pela construção da plataforma P-62.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 450 / 2014 - Convocação		
524 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Júlio Faerman, sócio das empresas Oildrive e Faercom.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 19 / 2014 - Convocação Nº 47 / 2014 - Convocação Nº 457 / 2014 - Convocação Nº 274 / 2014 - Convocação		
525 / 28/05/2014 2014		Requer à Agência Nacional do Petróleo (ANP) cópia de relatórios e demais documentos relativos ao acidente na plataforma P-36.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 520 / 2014 - Informação Nº 487 / 2014 - Informação		
526 / 28/05/2014 2014		Requer que seja convocado o Sr. Jorge Zelada, ex-Diretor Internacional da PETROBRAS.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 233 / 2014 - Convocação Nº 411 / 2014 - Convocação Nº 491 / 2014 - Convocação		
527 / 28/05/2014 2014		Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Muse Stancil & Co.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 460 / 2014 - Convocação		
529 / 28/05/2014 2014		Requer que seja convocado o Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, Gerente Executivo Internacional da Petrobras.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 334 / 2014 - Convocação Nº 461 / 2014 - Convocação		
530 / 28/05/2014 2014		Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Thompson & Knight LLP.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 502 / 2014 - Convocação		
531 / 28/05/2014 2014		Requer cópia do Sumário executivo apresentado pela diretoria internacional da Petrobras ao Conselho de Administração da Petrobras na reunião que autorizou a compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 459 / 2014 - Informação		
532 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o Ex-Presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação		
533 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor João Antonio de Moraes, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 464 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
534 / 28/05/2014 2014		Requer a convocação do senhor Nestor Cerveró, Ex Diretor da Petrobrás.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
	Requerimentos correlatos:	Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação		
535 / 28/05/2014 2014		Requer a 13.ª Vara Federal de Curitiba cópia da denominada "Operação Lava Jato".	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
	Requerimentos correlatos:	Nº 30 / 2014 - Informação Nº 438 / 2014 - Informação		
536 / 28/05/2014 2014		Requer cópia do Memorando de entendimento que a Petrobras Amé-rica Inc. (PAI) assinou com a Astra Oil Company com o objetivo de estabelecer uma operação conjunta de comercialização e refino nos EUA, que resultou na compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
	Requerimentos correlatos:	Nº 463 / 2014 - Informação		
537 / 28/05/2014 2014		Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a plataforma P-62.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
	Requerimentos correlatos:	Nº 489 / 2014 - Informação		
538 / 28/05/2014 2014		Requer seja convocado o senhor Angelo Bellelis, Presidente do Estaleiro Atlântica Sul (EAS), onde foi construída a plataforma P-62.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
	Requerimentos correlatos:	Nº 455 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
539 / 28/05/2014 2014		Requer seja convidada a senhora Magda Chambriard, Diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 456 / 2014 - Convite		
540 / 28/05/2014 2014		Requer seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), José Jorge.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 216 / 2014 - Convite		
541 / 28/05/2014 2014		Requer seja convidado o Ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União (CGU).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 492 / 2014 - Convite		
542 / 28/05/2014 2014		Requer cópia dos Planos de Negócios e Planejamentos Estratégicos da Petrobrás de 1999 a 2014.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 486 / 2014 - Informação		
553 / 02/06/2014 2014		Requer cópia de processos e procedimentos de investigação da Controladoria Geral da União (CGU) relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 451 / 2014 - Informação		
554 / 02/06/2014 2014		Requer o convite de José Maria Rangel.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 495 / 2014 - Convocação		
566 / 02/06/2014 2014		Requer a convocação de Gerson Luiz Gonçalves.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 365 / 2014 - Convocação Nº 397 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
568 / 02/06/2014 2014		Requer a convocação de Alberto Guimarães.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
578 / 02/06/2014 2014		REQUISITA cópia de inteiro teor do(s) relatório(s) de auditoria interna realizada pela Petrobras na refinaria de Pasadena, no Texas, onde se constatou saque de US\$ 10 milhões, em 5 de fevereiro de 2010, de uma conta da refinaria na corretora MF Global sem documento que o autorizasse, bem como outras irregularidades.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 273 / 2014 - Informação		
582 / 02/06/2014 2014		REQUISITA à PETROBRAS transferência de cópia integral de todos os processos, documentos e demais informações relativas à construção da Refinaria Abreu e Lima, inclusive os alusivos a auditorias que tenham como objeto a referida refinaria.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
585 / 02/06/2014 2014		Requer, sejam TRANSFERIDOS a esta Comissão, pelo TCU, de todas as auditorias realizadas na obra da refinaria Abreu e Lima, inclusive aquelas que ainda não se tem a manifestação final do Plenário.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 454 / 2014 - Informação Nº 522 / 2014 - Informação		
607 / 02/06/2014 2014		Requer a convocação do Sr. João Carlos de Araujo, Gerente Geral de Construção de Unidades Estacionárias de Produção da Petrobras.	Dep. Iriny Lopes e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
608 2014	/ 02/06/2014	Requer seja convocado o Sr. Herardo Gomes Barbosa Filho, Gerente Executivo de Exploração e Produção Sul e Sudeste da Petrobras.	Dep. Iriny Lopes	Aprovado
609 2014	/ 02/06/2014	Solicita a convocação do Sr. Almir Guilherme Barbassa, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras e Presidente da braço internacional PFICo - Petrobras International Finance Co.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
610 2014	/ 03/06/2014	Requer informações junto a Petrobras respectivas aos pagamentos efetuados entre os anos de 2005 e 2014 relacionados à compra da refinaria de Pasadena.	Dep. João Magalhães	Aprovado
611 2014	/ 03/06/2014	Requer à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cópia de todos os contratos celebrados por esta empresa, efetuados no período de 2005 a 2014, com relação à Refinaria de Abreu e Lima, com todos os detalhamentos, com o fito de subsidiar as investigações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Dep. João Magalhães	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
612 / 03/06/2014 2014		Requer à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cópia de todos os contratos celebrados por esta empresa, efetuados no período de 2005 a 2014, relacionados à Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), com todos os de- talhamentos, com o fito de subsidiar as investi- gações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Dep. João Magalhães	Aprovado
613 / 03/06/2014 2014		Requer à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cópia de todos os contratos celebrados por esta empresa, efetuados no período de 2005 a 2014, com a empresa SBM Offshore, com todos os detalhamentos, com o fito de subsidiar as investigações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Dep. João Magalhães	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 33 / 2014 - Informação		
614 / 03/06/2014 2014		Requer à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cópia de todos os contratos celebrados por esta empresa, efetuados no período de 2005 a 2014, relacionados à temática de segurança nas Pla- taformas de Petróleo, com todos os detalha- mentos, com o fito de subsidiar as investiga- ções desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Dep. João Magalhães	Aprovado
Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
1 / 2014	28/05/2014	Solicita convocação do Sr. Alberto Youssef.	Dep. Rodrigo Maia e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 218 / 2014 - Convocação Nº 257 / 2014 - Convocação Nº 379 / 2014 - Convocação Nº 521 / 2014 - Convocação Nº 37 / 2014 - Convocação		
2 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de Nestor Cerveró.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		
3 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de Maria da Graças Silva Foster.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação		
4 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de José Orlando Melo de Azevedo.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 236 / 2014 - Convocação Nº 423 / 2014 - Convocação		
5 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de José Sérgio Gabrielli de Azevedo.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		
6 / 2014	28/05/2014	Requisita o inteiro teor do processo de aquisição da refinaria de Pasadena pela Petrobras.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
8 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação de Dilma Vana Roussef.	Dep. Rodrigo Maia	Retirado
10 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Paulo Roberto Costa. Requerimentos correlatos: Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
18 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Alberto Feilhalber. Requerimentos correlatos: Nº 407 / 2014 - Convocação	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
19 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Júlio Faerman. Requerimentos correlatos: Nº 47 / 2014 - Convocação Nº 274 / 2014 - Convocação Nº 457 / 2014 - Convocação Nº 524 / 2014 - Convocação	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
27 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Alberto da Fonseca Guimarães.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
30 / 2014	28/05/2014	Solicita que esta CPMI requirite o inteiro teor do processo que tramita na 13ª Vara Federal de Curitiba-PR e que apura os fatos investigados na "Operação Lava-Jato" da Polícia Federal. Requerimentos correlatos: Nº 438 / 2014 - Informação Nº 535 / 2014 - Informação	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
31 / 2014	28/05/2014	Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico realizada no Processo que tramita na 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba e que apura os fatos investigados na Operação Lava-Jato.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
32 / 2014	28/05/2014	Solicita que esta CPMI requirite todas as auditorias realizadas nos contratos celebrados entre a PETROBRAS e a SBM Offshore, no período compreendido entre 2005 e 2013.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
33 / 2014	28/05/2014	Solicita que esta CPMI requirite cópia de todos os contratos celebrados entre a PETROBRAS e a SBM Offshore, no período compreendido entre 2005 e 2013.	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 613 / 2014 - Informação		
34 / 2014	28/05/2014	Requer cópias dos procedimentos de sindicância adotados para investigar internamente os supostos pagamentos de propina a funcionários da PETROBRAS.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 171 / 2014 - Informação Nº 172 / 2014 - Informação Nº 483 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
35 / 2014	28/05/2014	Requer seja realizada reunião reservada com a participação do delegado responsável pela operação Lava-Jato.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
36 / 2014	28/05/2014	Requer seja solicitado ao Ministério Público Federal que disponibilize a esta CPMI cópias de inteiro teor dos procedimentos investigativos abertos em razão de irregularidades envolvendo a Petrobras, bem como a operação Lava-Jato.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
37 / 2014	28/05/2014	Solicita seja convocado o Sr. Alberto Youssef. Requerimentos correlatos: Nº 1 / 2014 - Convocação Nº 218 / 2014 - Convocação Nº 257 / 2014 - Convocação Nº 379 / 2014 - Convocação Nº 521 / 2014 - Convocação	Dep. Fernando Francischini	Aprovado
38 / 2014	28/05/2014	Requer a Polícia Federal todo o inquérito da Operação Lava-Jato. Requerimentos correlatos: Nº 129 / 2014 - Informação Nº 269 / 2014 - Informação	Dep. Fernando Francischini	Aprovado
39 / 2014	28/05/2014	Solicita a convocação do Sr. Philippe Jacques Levy. Requerimentos correlatos: Nº 361 / 2014 - Convocação Nº 445 / 2014 - Convocação Nº 516 / 2014 - Convocação	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
41 / 2014	28/05/2014	Requer ao TCU auditorias e demais procedimentos instaurados envolvendo a compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
42 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação de Graça Foster.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação		
44 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação do ministro do TCU José Jorge.	Dep. Fernando Francischini	Aprovado
46 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação do Sr. José Sérgio Gabrielli.	Dep. Fernando Francischini	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		
47 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação do Sr. Julio Faerman.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 19 / 2014 - Convocação Nº 274 / 2014 - Convocação Nº 457 / 2014 - Convocação Nº 524 / 2014 - Convocação		
48 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação do Sr. Nestor Cerveró.	Dep. Fernando Francischini e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		
49 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação do Sr. Paulo Roberto Costa.	Dep. Simplício Araújo	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
50 / 2014	28/05/2014	Requer seja solicitado ao Diretor Geral da Polícia Federal a disponibilização de dois servidores, Delegados de Polícia Federal, para o assessoramento desta CPMI.	Dep. Fernando Francischini e outros	Aprovado
51 / 2014	28/05/2014	Requer seja solicitado ao Ministro Presidente do Tribunal de contas da União - TCU a disponibilização de dois servidores para o assessoramento desta CPMI.	Dep. Simplicio Araújo e outros	Aprovado
128 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Queiroz Galvão entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
129 / 2014	28/05/2014	Requer à Polícia Federal copia do inquérito aberto no contexto da Operação Lava-Jato, bem como de todos os documentos a ela relacionados.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 38 / 2014 - Informação Nº 269 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
130 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o consórcio UTC/ CONSTRAN entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na/arma em que especifica. Requerimentos correlatos:	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
131 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o consórcio CONEST entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica. Requerimentos correlatos:	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
132 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o consórcio IPOJUCA entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica. Requerimentos correlatos:	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
133 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o consórcio ALUSA/CBM entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 173 / 2014 - Informação		
134 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a CONSTRUTORA BARBOSA MELLO entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 175 / 2014 - Informação		
135 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a empresa COSTA GLOBAL CONSULTORIA entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 176 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
136 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Galvão Engenharia entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica. Requerimentos correlatos: N° 177 / 2014 - Informação N° 201 / 2014 - Informação	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
138 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com DAS entre os anos de 2005 a 2014, e de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica. Requerimentos correlatos: N° 180 / 2014 - Informação	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
139 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a ALUSA Engenharia entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica. Requerimentos correlatos: N° 183 / 2014 - Informação	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
140 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Andrade Gutierrez entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 184 / 2014 - Informação		
141 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com o Consórcio Nacional Camargo Correa (CNCC) entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 185 / 2014 - Informação		
142 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a CONSTRAN Engenharia entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 187 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
144 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados pela estatal com a empresa Ecoglobal Overseas entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 189 / 2014 - Informação		
145 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a empreiteira EIT - Empresa Industrial Técnica S/A- entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 190 / 2014 - Informação		
146 / 2014	28/05/2014	Requer a Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a empresa ENERGIO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A, entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 191 / 2014 - Informação		
147 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados pela estatal com a Engevix entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus aditivos, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 192 / 2014 - Informação		
152 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados a Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a IESA, entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 197 / 2014 - Informação		
153 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Jaraguá Equipamentos entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 214 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
155 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Mendes Jr. entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivos. Requerimentos correlatos: Nº 199 / 2014 - Informação	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
157 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos relatórios que contemplam as análises técnicas, comerciais e jurídicas pertinentes aos contratos firmados com a Odebrecht entre os anos de 2005 a 2014, bem como de seus respectivos aditivo. Requerimentos correlatos: Nº 200 / 2014 - Informação	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
168 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras os balanços e relatórios financeiros da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, de 2006 a 2014.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
169 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras a carta de intenções apresentada pela Petrobras à Astra Oil para a compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena, bem como das atas: da reunião da Diretoria que submeteu a proposta de compra ao Conselho de Administração; da reunião do Conselho de Administração em que se decidiu pela não realização da compra.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 463 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
170 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandadas à Petrobras cópia dos documentos em que se baseou - bem como dos documentos por ela exarados até a presente data - a "Comissão de Apuração Interna" instaurada em março de 2014 para analisar o processo de compra da refinaria de Pasadena, citada em depoimento da Presidente da Petrobras, Graça Foster, em 15 de abril de 2014, em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
171 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos documentos em que se baseou a Comissão Interna de Apuração criada no âmbito da Petrobras para exarar sua conclusão de que não procedem as denúncias de pagamento de propina a funcionários da empresa pela SBM Offshore.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 34 / 2014 - Informação Nº 172 / 2014 - Informação Nº 483 / 2014 - Informação Nº 501 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
172 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópias de todos os documentos exarados pela Comissão Interna de Apuração criada para averiguar as denúncias de pagamento de propina a funcionários da estatal pela empresa holandesa SBM Offshore, bem como dos documentos que ampararam esses relatórios. Requerimentos correlatos:	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
173 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com o consórcio ALUSA/CBM entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los. Requerimentos correlatos:	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
174 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com o consórcio CONEST entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 131 / 2014 - Informação		
175 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a CONSTRUTORA BARBOSA MELLO entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 134 / 2014 - Outros		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
176 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a empresa COSTA GLOBAL CONSULTORIA entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 135 / 2014 - Informação		
177 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Galvão Engenharia entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 136 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
180 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a OAS entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 138 / 2014 - Informação		
183 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a ALUSA entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 139 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
184 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Andrade Gutierrez entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 140 / 2014 - Informação		
185 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópias dos contratos firmados com o Consórcio Nacional Camargo Correa (CNCC) entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 141 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
186 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandadas à Petrobras cópias dos contratos firmados com o consórcio IPOJUCA entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 132 / 2014 - Informação		
187 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a CONSTRAN Engenharia entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 142 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
189 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandadas à Petrobras cópias dos contratos firmados com a empresa Ecoglobal Overseas entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 144 / 2014 - Informação		
190 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a empreiteira EIT - Empresa Industrial Técnica S/A- entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 145 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
191 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a empresa ENERGIO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 146 / 2014 - Informação		
192 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Engevix entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 147 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
197 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópias de todos os contratos firmados com a IESA entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 152 / 2014 - Informação		
199 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Mendes Jr. entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 155 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
200 / 2014	28/05/2014	Requer sejam demandados à Petrobras cópia dos contratos firmados com a Odebrecht entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 157 / 2014 - Informação		
201 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos contratos firmados com a Queiroz Galvão entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocas/ao de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los, na forma que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 136 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
207 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos contratos firmados com o consórcio UTC/CONSTRAN entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los, na forma que especifica. Requerimentos correlatos: Nº 130 / 2014 - Informação	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
211 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópia documentos que formalizaram, em 2012, a negociação final entre esta estatal e a Astra Oil, relativos à compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, na forma em que especifica. Requerimentos correlatos: Nº 463 / 2014 - Informação	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
212 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópia do plano estratégico vigente à época da aquisição da primeira metade da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, bem como dos relatórios que contêm dados que afiançaram a aquisição dessa refinaria como sendo um bom negócio para a estatal, na forma em que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
214 / 2014	28/05/2014	Requer à Petrobras cópias dos contratos firmados com a Jaraguá Equipamentos entre os anos de 2005 a 2014, de seus respectivos aditivos, bem como de todos os relatórios que lhes sejam alusivos, feitos nesse período, por ocasião de auditorias executadas pela Petrobras e de auditorias externas contratadas para aferi-los, na forma que especifica.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 153 / 2014 - Informação		
216 / 2014	28/05/2014	Requer seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), JOSÉ JORGE.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 540 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
217 / 2014	28/05/2014	Requer seja convidado o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
218 / 2014	28/05/2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor ALBERTO YOUSSEF, doleiro preso pela Polícia Federal sob a acusação de comandar esquema de lavagem de dinheiro que movimento cerca de R\$ 10 bilhões.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 1 / 2014 - Convocação Nº 37 / 2014 - Convocação Nº 257 / 2014 - Convocação Nº 379 / 2014 - Convocação Nº 521 / 2014 - Convocação		
221 / 2014	28/05/2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE, chefe do Jurídico Internacional da Petrobras.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 471 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
226 / 2014	28/05/2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação da Senhora GRAÇA FOSTER, presidente da Petrobrás, a fim de esclarecer as denúncias de corrupção, de contratos superfaturados e de maus negócios efetuados pela Petrobrás durante e anteriormente a sua gestão. Requerimentos correlatos:	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
233 / 2014	28/05/2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor JORGE ZELADA, ex-diretor internacional da Petrobras a fim de esclarecer as denúncias que o envolvem em irregularidades na compra da Refinaria Pasadena. Requerimentos correlatos:	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação		
		Nº 411 / 2014 - Convocação Nº 491 / 2014 - Convocação Nº 526 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
235 / 2014	28/05/2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor JOSÉ CARLOS COSENZA, diretor de Abastecimento da Petrobrás, a fim de esclarecer denúncias de que tenha participado em esquema de desvio de recursos da Petrobrás.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
236 / 2014	28/05/2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor JOSÉ ORLANDO AZEVEDO, que presidiu a Petrobras América na época do litígio com a empresa belga Astra Oil em torno da aquisição da refinaria de Pasadena.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 4 / 2014 - Convocação Nº 423 / 2014 - Convocação		
244 / 2014	28/05/2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor NESTOR CERVERÓ ex-diretor da Área Internacional da Petrobrás a fim de esclarecer as denúncias de gestão temerária efetuada pela Petrobrás durante a sua gestão, notadamente a compra da Refinaria de Pasadena por preço abusivo.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		
246 / 2014	28/05/2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor PAULO ROBERTO COSTA, ex-diretor da Petrobras a fim de esclarecer as denúncias de desvio de recurso público envolvendo a Petrobrás.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação		
249 / 2014	28/05/2014	Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor JOSÉ SERGIO GABRIELLI, ex-presidente da Petrobras a fim de esclarecer as denúncias de corrupção, de contratos superfaturados e gestão temerária efetuados pela Petrobrás durante a sua gestão.	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
257 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o(a) Sr.(a) Alberto Youssef para prestar depoimento. Requerimentos correlatos:	Dep. Rubens Bueno	Aprovado
258 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o(a) Sr.(a) Paulo Roberto Costa para prestar depoimento. Requerimentos correlatos:	Dep. Fernando Francischini	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
269 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, tanto does)inquérito aberto em razão da Operação Lava-Jato, incluído o compartilhamento dos sigilos transferidos no âmbito do mencionado inquérito, quanto dos demais inquéritos abertos em decorrência dos desdobramentos da citada Operação ao Departamento de Polícia Federal.	Dep. Rubens Bueno e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 38 / 2014 - Informação Nº 129 / 2014 - Informação		
271 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO Sr. Nestor Cerveró para prestar depoimento.	Dep. Rubens Bueno e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
273 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do relatório da Comissão Interna instalada para investigar a aquisição da refinaria de Pasadena, incluído os anexos à Petrobras.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 578 / 2014 - Informação		
274 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o Sr. Júlio Faerman para prestar depoimento.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 19 / 2014 - Convocação Nº 47 / 2014 - Convocação Nº 457 / 2014 - Convocação Nº 524 / 2014 - Convocação		
285 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do relatório de investigação acerca da aquisição da refinaria de Pasadena à Comissão de Valores Mobiliários.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
287 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do relatório de investigação que trata da aquisição da refinaria de Pasadena à Controladoria Geral da União.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
290 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) processos que trataram da aquisição da refinaria de Pasadena à Petrobras e à Petrobras América Inc.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
292 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam REQUISITADAS cópias de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, das Atas do Conselho de Administração que trataram da aquisição da refinaria de Pasadena à Petrobras.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 485 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
293 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do Procedimento Investigatório Criminal aberto em razão de denúncia envolvendo a SBM Offshore ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
295 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADA a Srª Graça Foster para prestar depoimento.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação		
298 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o Sr. José Sérgio Gabrielli para prestar depoimento.	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
300 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o Sr. Nestor Cerveró para prestar depoimento, Requerimentos correlatos:	Sen. Alvaro Dias e outros	Aprovado
320 / 2014	28/05/2014	Requer que seja CONVOCADO o(a) Sr. (a) Paulo Roberto Costa para prestar depoimento. Requerimentos correlatos:	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
324 / 2014	28/05/2014	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) processo que trata da aquisição da refinaria de Pasadena ao (à) Tribunal de Contas da União.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
333 / 2014	28/05/2014	Requer que seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, tanto do inquérito aberto em razão da Operação Lava-Jato, incluído o compartilhamento dos sigilos transferidos no âmbito do mencionado inquérito, quanto dos demais inquéritos abertos em decorrência dos desdobramentos da citada Operação ao(à) Departamento de Polícia Federal.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
334 / 2014	28/05/2014	Requer que seja convocado o(a) Sr.(a) Luís Carlos Moreira para prestar depoimento. Requerimentos correlatos: Nº 461 / 2014 - Convocação Nº 529 / 2014 - Convocação	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
361 / 2014	28/05/2014	Requer seja CONVOCADO o Sr. Philippe Jacques Levy para prestar depoimento. Requerimentos correlatos: Nº 39 / 2014 - Convocação Nº 445 / 2014 - Convocação Nº 516 / 2014 - Convocação	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
365 / 2014	28/05/2014	Requeiro convocar GERSON LUIZ GONÇALVES, Responsável pela Auditoria Interna da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta Comissão Parlamentar de Inquerito. Requerimentos correlatos: Nº 397 / 2014 - Convocação Nº 566 / 2014 - Convocação	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
379 / 2014	28/05/2014	Requer seja CONVOCADO o Sr. Alberto Youssef para depoimento. Requerimentos correlatos: Nº 1 / 2014 - Convocação Nº 37 / 2014 - Convocação Nº 218 / 2014 - Convocação Nº 257 / 2014 - Convocação Nº 521 / 2014 - Convocação	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
381 / 2014	28/05/2014	Requer seja CONVOCADO o Sr. Jose Carlos Cosenza para prestar depoimento.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
391 / 2014	28/05/2014	Requer seja SOLICITADO o compar-tilhamento, por intermédio de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, tanto dos inquéritos aberto em razão da Operação Lava-Jato, incluídos os sigilos transferidos no âmbito do mencionado inquérito, quanta dos demais inquéritos abertos em decorrência dos desdobramentos da citada Operação, ao ministro Teori Albino Zavascki, do Supremo Tribunal Federal. Requerimentos correlatos: Nº 439 / 2014 - Informação	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
397 / 2014	28/05/2014	Requer seja CONVOCADO o Sr. Gerson Luiz Gonçalves para prestar depoimento. Requerimentos correlatos: Nº 365 / 2014 - Convocação Nº 566 / 2014 - Convocação	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
400 / 2014	28/05/2014	Requer seja REQUISI- TADA cópia de inteiro teor, inclusi- ve em meio eletrô- nico, do relatório de investigação acerca de denúncia envolvendo a SBM Offshore à Petro- bras.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
407 / 2014	28/05/2014	Requer a convoca- ção do Sr. Alberto Feilhaber para pres- tar depoimento. Requerimentos correlatos: Nº 18 / 2014 - Convocação	Sen. Alvaro Dias	Aprovado
411 / 2014	28/05/2014	Requer a convo- cação do Sr. Jorge Luis Zelada. Requerimentos correlatos: Nº 233 / 2014 - Convocação Nº 491 / 2014 - Convocação Nº 526 / 2014 - Convocação	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
423 / 2014	28/05/2014	Requer a convoca- ção de Jose Orlan- do Azevedo para prestar depoiimen- to. Requerimentos correlatos: Nº 4 / 2014 - Convocação Nº 236 / 2014 - Convocação	Sen. Mário Couto e outros	Aprovado
436 / 2014	28/05/2014	Requer a convo- cação de Paulo Roberto Costa. Requerimentos correlatos: Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 518 / 2014 - Convocação	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
437 / 2014	28/05/2014	Requer a convo- cação de Valter Shimura.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
438 / 2014	28/05/2014	Requer à 13ª Vara Federal de Curitiba cópia da denomi- nada "Operação Lava-Jato".	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 30 / 2014 - Informação Nº 535 / 2014 - Informação		
439 / 2014	28/05/2014	Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia da denominada "Operação Lava-Jato".	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 391 / 2014 - Informação		
441 / 2014	28/05/2014	Requer ao Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União (CGU) a cessão de dois servidores para assessorar nos trabalhos da Relatoria desta CPMI.	Dep. Marco Maia	Aprovado
442 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação de Altamiro da Motta Ferreira Filho, Gerente de Implementação de Empreendimentos de Unidades Estacionárias de Produção.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
444 / 2014	28/05/2014	Requer ao Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) a cessão de dois servidores para assessorar esta CPMI.	Dep. Marco Maia	Aprovado
445 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação de Phillippe Levy, Presidente da SBM Offshore no Brasil.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 39 / 2014 - Convocação Nº 361 / 2014 - Convocação Nº 516 / 2014 - Convocação		
446 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação de José Sérgio Gabrielli.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 532 / 2014 - Convocação		
448 / 2014	28/05/2014	Requer à PETROBRAS cópia do Acordo de Acionistas para compra de Pasadena.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
449 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação de representante da empresa de consultoria Deloitte & Touche LLP. Nº 519 / 2014 - Convocação	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 519 / 2014 - Convocação		
450 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação de Paulo Augusto Santos da Silva. Nº 523 / 2014 - Convocação	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 523 / 2014 - Convocação		
451 / 2014	28/05/2014	Requer seja demandada à Controladoria Geral da União (CGU) cópia de processos e procedimentos de investigação relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST). Nº 553 / 2014 - Informação	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 553 / 2014 - Informação		
452 / 2014	28/05/2014	Requer seja demandada à Polícia Federal cópia dos inquéritos relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST). Nº 515 / 2014 - Informação	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 515 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
453 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- manda ao Ministé- rio Público Federal MPF) e à Justiça Federal cópias dos processos rela- cionados com a construção da Refi- naria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
454 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- manda ao Tribunal de Contas da União (TCU) cópia de auditorias, toma- das de contas e outros processos relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST). Requerimentos correlatos: Nº 522 / 2014 - Informação Nº 585 / 2014 - Informação	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
455 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Angelo Bellelis, Presidente do Estaleiro Atlan- tico Sul (EAS), onde foi construída a plataforma P-62, para prestar escla- recimentos sobre a segurança nas plataformas. Requerimentos correlatos: Nº 538 / 2014 - Convocação	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
456 / 2014	28/05/2014	Requer seja con- vidada a senhora Magda Cham- briard, Diretora-ge- ral da Agência Na- cional de Petróleo (ANP), para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas. Requerimentos correlatos: Nº 539 / 2014 - Convocação	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
457 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Julio Faerman, sócio das empresas Oildrive e Faercom, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore. Requerimentos correlatos: Nº 19 / 2014 - Convocação Nº 47 / 2014 - Convocação Nº 274 / 2014 - Convocação Nº 524 / 2014 - Convocação	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
458 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Edmar Diniz de Figueiredo, Gerente de Contratos da Petrobras, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
459 / 2014	28/05/2014	Requer seja demandada à Petrobrás cópia do Sumário executivo apresentado pela diretoria internacional da Petrobras ao Conselho de Administração da Petrobras na reunião que autorizou a compra da refinaria de Pasadena. Requerimentos correlatos: Nº 531 / 2014 - Informação	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
460 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o representante da empresa de consultoria Muse Stancil & Co, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). Requerimentos correlatos:	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
461 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, Gerente Executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). Requerimentos correlatos:	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
462 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o representante da empresa de consultoria do Citigroup, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). Requerimentos correlatos:	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
463 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada à Pe- trobrás cópia do memorando de entendimento que a Petrobras America Inc, (PAI) assinou com a Astra Oil Company com o objetivo de estabelecer uma operação conjunta de comercialização e refino nos EUA, que resultou na compra da refinaria de Pasadena Requerimentos correlatos: Nº 169 / 2014 - Informação Nº 211 / 2014 - Informação Nº 536 / 2014 - Informação	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
464 / 2014	28/05/2014	Requer seja convo- cado o senhor João Antonio de Moraes, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas. Requerimentos correlatos: Nº 533 / 2014 - Convocação	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
465 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada às Sociedades Classi- ficadoras cópia dos relatórios e demais documentos rela- tivos à segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
466 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada à Mari- nha do Brasil cópia dos relatórios e de- mais documentos relativos à seguran- ça nas plataformas.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
467 / 2014	28/05/2014	Requer seja convidado o Sr. Gustavo Tardim Barbosa, Gerente Executivo de Finanças da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
468 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Marco Túlio Pereira Machado, Gerente Executivo de Exploração e Produção da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
469 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocada a Sra. Márcia Castanheira Schneider, Gerente de Tributos Internacionais da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
470 / 2014	28/05/2014	Requer seja demandada à Secretaria Regional do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho cópia dos relatórios e demais documentos relativos à plataforma P-62.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
471 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o Sr. Carlos César Borromeu de Andrade, Gerente Jurídico Internacional, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). Requerimentos correlatos:	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
472 / 2014	28/05/2014	Requer seja demandada à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e à Petrobras relação detalhada dos equipamentos de segurança nas plataformas em atividade. Requerimentos correlatos:	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
473 / 2014	28/05/2014	Requer seja convidado o Ministro Benjamim Zymmler, do Tribunal de Contas da União (TCU), relator da fiscalização sobre a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
474 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o Sr. Rogério Gonçalves de Mattos, ex-Gerente Executivo de Novos Negócios da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
475 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes, Ex-Diretor Presidente da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento na construção da refinaria.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
476 / 2014	28/05/2014	Requer que a autoridade competente no Brasil solicite da autoridade competente nos Estados Unidos da América, cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 478 / 2014 - Informação		
477 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Sietze Hepkema, Diretor de Controle e Governança da SBM Offshore, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
478 / 2014	28/05/2014	Requer que a autoridade competente no Brasil solicite da autoridade competente nos Estados Unidos da América, cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
		Requerimentos correlatos:	Nº 476 / 2014 - Informação	
479 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Gustavo Adolfo Villela de Castro, Gerente de Engenharia Naval da Petrobras, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
480 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o Sr. Samir Passos Awad, Gerente Executivo Internacional Américas, África e Eurásia da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
481 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Pedro Aramis de Lima Arruda, Diretor de Segurança Empresarial da Petrobras, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
482 / 2014	28/05/2014	Requer que seja demanda à Controladoria Geral da União (CGU) cópia de relatórios e outros documentos sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da empresa.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
483 / 2014	28/05/2014	Requer que seja demanda à Petrobras cópia de relatórios e outros documentos produzidos pela própria Petrobras sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da empresa.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 34 / 2014 - Informação Nº 171 / 2014 - Informação Nº 172 / 2014 - Informação Nº 501 / 2014 - Informação		
484 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o representante da Marinha do Brasil, a quem cabe a aprovação e supervisão das embarcações.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
485 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada à Pe- trobrás cópia das Atas das reuniões do Conselho de Administração da Petrobras que trataram da com- pra da refinaria de Pasadena.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 292 / 2014 - Informação Nº 512 / 2014 - Informação		
486 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada à Petro- brás cópia de seus Planos de Negócios e Planejamentos Estratégicos de 1999 a 2014.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 542 / 2014 - Informação		
487 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada à Agên- cia Nacional do Petróleo (ANP) cópia de relatórios e demais docu- mentos relativos ao acidente na plata- forma P-36.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 520 / 2014 - Informação Nº 525 / 2014 - Informação		
488 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada à Agên- cia Nacional do Petróleo (ANP) cópia dos relatórios e demais docu- mentos relativos à segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 472 / 2014 - Informação Nº 513 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
489 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada à Agên- cia Nacional do Petróleo (ANP) cópia dos relatórios e demais docu- mentos relativos à plataforma P-62. Requerimentos correlatos:	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
490 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Na- turais Renováveis - IBAMA cópia dos relatórios e demais documentos rela- tivos à segurança nas plataformas, especialmente sobre os acidentes ambientais. Requerimentos correlatos:	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
491 / 2014	28/05/2014	Requer seja con- vocado o Sr. Jorge Zelada, Ex-Diretor Internacional da Petrobrás, para prestar esclareci- mentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). Requerimentos correlatos:	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
		Nº 537 / 2014 - Informação		
		Nº 517 / 2014 - Informação		
		Nº 233 / 2014 - Convocação Nº 411 / 2014 - Convocação Nº 526 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
492 / 2014	28/05/2014	Requer seja convidado o Ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União (CGU) para prestar esclarecimentos sobre os fatos indicados no requerimento de criação da presente CPI, especialmente sobre as denúncias de pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa 5MB Offshore e de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 541 / 2014 - Convite		
493 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o Sr, Nestor Cerveró, Ex Diretor Internacional da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 534 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
494 / 2014	28/05/2014	Requer seja de- mandada à Petro- brás, cópia da Ação judicial e todos os documentos referentes à arbitra- gem internacional relativos à com- pra de Pasadena, entre a Petrobras America Inc. e a Astra, inclusive a decisão proferida pela Corte Federal de Houston, Texas, EUA, que confir- mou Sentença Arbitral proferida em abril de 2009.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
495 / 2014	28/05/2014	Requer seja convo- cado o senhor José Maria Rangel, Presi- dente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), referido no Reque- rimento na 002, de 2014, para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas, especialmente a P-62.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 554 / 2014 - Convite		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
496 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Glauco Colepicolo Legati, Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos da Petrobras para a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento na construção da refinaria.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
497 / 2014	28/05/2014	Requer seja realizada diligência no canteiro de obras da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), que consistirá em visita de inspeção in loco para acompanhar a evolução das obras.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
498 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Alexandre Rabello, Gerente de Engenharia de Custos da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST),	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
499 / 2014	28/05/2014	Requer que seja demanda ao Tribunal de Contas da União (TCU) cópia de relatórios e outros documentos sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da empresa.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
500 / 2014	28/05/2014	Requer que seja demanda ao Ministério Público Federal (MPF) cópia de processos e outros documentos sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da empresa.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
501 / 2014	28/05/2014	Requer cópia de relatórios e outros documentos da Petrobras sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da empresa.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 171 / 2014 - Informação Nº 172 / 2014 - Informação Nº 483 / 2014 - Informação		
502 / 2014	28/05/2014	Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Thompson & Knight LLP.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 530 / 2014 - Convocação		
503 / 2014	28/05/2014	Requer à PETROBRÁS cópia do contrato de compra da refinaria de Pasadena e demais documentos.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
504 / 2014	28/05/2014	Requer seja realizada diligência para verificação in loco da segurança nas plataformas.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado
505 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocada a Presidenta da Petrobras, Graça Foster.	Dep. Sibá Machado e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Requerimentos correlatos:		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 509 / 2014 - Convocação		
506 / 2014	28/05/2014	Requer cópia do contrato celebrado entre a Petrobras e o Consórcio Camargo Corrêa/Iesa (CCI) para a construção da plataforma P-62.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
507 / 2014	28/05/2014	Requer ao Advogado Geral da União a cessão de dois advogados ou procuradores federais para assessorar esta CPMI.	Dep. Marco Maia	Aprovado
508 / 2014	28/05/2014	Requer cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação da Holanda sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Dep. Sibá Ma- chado e outros	Aprovado
509 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocada a Presidenta da Petrobras, Graça Foster.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 3 / 2014 - Convocação Nº 42 / 2014 - Convocação Nº 226 / 2014 - Convocação Nº 295 / 2014 - Convocação Nº 505 / 2014 - Convocação		
510 / 2014	28/05/2014	Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria do Citigroup.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 462 / 2014 - Convocação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
511 / 2014	28/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Gustavo Tardim Barbosa, Gerente Executivo de Finanças da Petrobras.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
512 / 2014	28/05/2014	Requer a PETROBRAS cópia das Atas das reuniões do Conselho de Administração da Petrobras que trataram da compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 485 / 2014 - Informação		
513 / 2014	28/05/2014	Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a segurança nas plataformas.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 472 / 2014 - Informação Nº 488 / 2014 - Informação		
514 / 2014	28/05/2014	Requer cópia dos processos em tramitação no Ministério Público Federal e na Justiça Federal relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
515 / 2014	28/05/2014	Requer cópia dos inquéritos da Polícia Federal relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 452 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
516 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Phillippe Levy, Presidente da SBM Offshore no Brasil. Requerimentos correlatos: Nº 39 / 2014 - Convocação Nº 361 / 2014 - Convocação Nº 445 / 2014 - Convocação	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
517 / 2014	28/05/2014	Requer cópia dos relatórios e demais documentos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA sobre a segurança nas plataformas, especialmente sobre os acidentes ambientais. Requerimentos correlatos: Nº 490 / 2014 - Informação	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
518 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o Senhor Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras. Requerimentos correlatos: Nº 10 / 2014 - Convocação Nº 49 / 2014 - Convocação Nº 246 / 2014 - Convocação Nº 258 / 2014 - Convocação Nº 320 / 2014 - Convocação Nº 436 / 2014 - Convocação	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
519 / 2014	28/05/2014	Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Deloitte & Touche LLP. Requerimentos correlatos: Nº 449 / 2014 - Convocação	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
520 / 2014	28/05/2014	Requer à Agência Nacional do Petróleo (ANP) cópia de relatórios e demais documentos relativos ao acidente na plataforma P-36.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
		Requerimentos correlatos:	Nº 487 / 2014 - Informação Nº 525 / 2014 - Informação	
521 / 2014	28/05/2014		Requer que seja convocado o AL-BERTO YOUSSEF.	Dep. Sandro Mabel Aprovado
		Requerimentos correlatos:	Nº 1 / 2014 - Convocação Nº 37 / 2014 - Convocação Nº 218 / 2014 - Convocação Nº 379 / 2014 - Convocação Nº 257 / 2014 - Convocação	
522 / 2014	28/05/2014		Requer cópia de auditorias, tomadas de contas e outros processos do Tribunal de Contas da União (TCU) relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Dep. Sandro Mabel Aprovado
		Requerimentos correlatos:	Nº 454 / 2014 - Informação Nº 585 / 2014 - Informação	
523 / 2014	28/05/2014		Requer seja convocado o senhor Paulo Augusto Santos da Silva, Presidente do Consórcio Cargomargo Correa/lesa (CCI), responsável pela construção da plataforma P-62.	Dep. Sandro Mabel Aprovado
		Requerimentos correlatos:	Nº 450 / 2014 - Convocação	
524 / 2014	28/05/2014		Requer seja convocado o senhor Júlio Faerman, sócio das empresas Oildrive e Faercom.	Dep. Sandro Mabel Aprovado
		Requerimentos correlatos:	Nº 19 / 2014 - Convocação Nº 47 / 2014 - Convocação Nº 457 / 2014 - Convocação Nº 274 / 2014 - Convocação	

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
525 / 2014	28/05/2014	Requer à Agência Nacional do Petróleo (ANP) cópia de relatórios e demais documentos relativos ao acidente na plataforma P-36. Requerimentos correlatos:	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
526 / 2014	28/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Jorge Zelada, ex-Diretor Internacional da PETROBRAS. Requerimentos correlatos:	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
527 / 2014	28/05/2014	Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Muse Stancil & Co. Requerimentos correlatos:	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
529 / 2014	28/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, Gerente Executivo Internacional da Petrobras. Requerimentos correlatos:	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
530 / 2014	28/05/2014	Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Thompson & Knight LLP. Requerimentos correlatos:	Dep. Sandro Mabel	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
531 / 2014	28/05/2014	Requer cópia do Sumário executivo apresentado pela diretoria internacional da Petrobras ao Conselho de Administração da Petrobras na reunião que autorizou a compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 459 / 2014 - Informação		
532 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o Ex-Presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 5 / 2014 - Convocação Nº 46 / 2014 - Convocação Nº 249 / 2014 - Convocação Nº 298 / 2014 - Convocação Nº 446 / 2014 - Convocação		
533 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor João Antonio de Moraes, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 464 / 2014 - Convocação		
534 / 2014	28/05/2014	Requer a convocação do senhor Nestor Cerveró, Ex Diretor da Petrobras.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 2 / 2014 - Convocação Nº 48 / 2014 - Convocação Nº 244 / 2014 - Convocação Nº 271 / 2014 - Convocação Nº 300 / 2014 - Convocação Nº 493 / 2014 - Convocação		
535 / 2014	28/05/2014	Requer a 13.ª Vara Federal de Curitiba cópia da denominada "Operação Lava Jato".	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 30 / 2014 - Informação Nº 438 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
536 / 2014	28/05/2014	Requer cópia do Memorando de entendimento que a Petrobras América Inc. (PAI) assinou com a Astra Oil Company com o objetivo de estabelecer uma operação conjunta de comercialização e refino nos EUA, que resultou na compra da refinaria de Pasadena.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 463 / 2014 - Informação		
537 / 2014	28/05/2014	Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a plataforma P-62.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 489 / 2014 - Informação		
538 / 2014	28/05/2014	Requer seja convocado o senhor Angelo Bellelis, Presidente do Estaleiro Atlântica Sul (EAS), onde foi construída a plataforma P-62.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 455 / 2014 - Convocação		
539 / 2014	28/05/2014	Requer seja convidada a senhora Magda Cham-briard, Diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP).	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 456 / 2014 - Convite		
540 / 2014	28/05/2014	Requer seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), José Jorge.	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 216 / 2014 - Convite		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
541 / 2014	28/05/2014	Requer seja convidado o Ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União (CGU). Requerimentos correlatos:	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
542 / 2014	28/05/2014	Requer cópia dos Planos de Negócios e Planejamentos Estratégicos da Petrobrás de 1999 a 2014. Requerimentos correlatos:	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
553 / 2014	02/06/2014	Requer cópia de processos e procedimentos de investigação da Controladoria Geral da União (CGU) relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima. Requerimentos correlatos:	Dep. Sandro Mabel	Aprovado
554 / 2014	02/06/2014	Requer o convite de José Maria Rangel. Requerimentos correlatos:	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
566 / 2014	02/06/2014	Requer a convocação de Gerson Luiz Gonçalves. Requerimentos correlatos:	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado
568 / 2014	02/06/2014	Requer a convocação de Alberto Guimarães.	Dep. Carlos Sampaio e outros	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
578 / 2014	02/06/2014	REQUISITA cópia de inteiro teor do(s) relatório(s) de auditoria interna realizada pela Petrobras na refinaria de Pasadena, no Texas, onde se constatou saque de US\$ 10 milhões, em 5 de fevereiro de 2010, de uma conta da refinaria na corretora MF Global sem documento que o autorizasse, bem como outras irregularidades.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 273 / 2014 - Informação		
582 / 2014	02/06/2014	REQUISITA à PETROBRAS transferência de cópia integral de todos os processos, documentos e demais informações relativas à construção da Refinaria Abreu e Lima, inclusive os alusivos a auditorias que tenham como objeto a referida refinaria.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
585 / 2014	02/06/2014	Requer, sejam TRANSFERIDOS a esta Comissão, pelo TCU, de todas as auditorias realizadas na obra da refinaria Abreu e Lima, inclusive aquelas que ainda não se tem a manifestação final do Plenário.	Dep. Carlos Sampaio	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 454 / 2014 - Informação Nº 522 / 2014 - Informação		

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
607 / 2014	02/06/2014	Requer a convocação do Sr. João Carlos de Araujo, Gerente Geral de Construção de Unidades Estacionárias de Produção da Petrobras.	Dep. Iriny Lopes e outros	Aprovado
608 / 2014	02/06/2014	Requer seja convocado o Sr. Herardo Gomes Barbosa Filho, Gerente Executivo de Exploração e Produção Sul e Sudeste da Petrobras.	Dep. Iriny Lopes	Aprovado
609 / 2014	02/06/2014	Solicita a convocação do Sr. Almir Guilherme Barbosa, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras e Presidente da braço internacional PFICo - Petrobras International Finance Co.	Dep. Rodrigo Maia	Aprovado
610 / 2014	03/06/2014	Requer informações junto a Petrobras respectivas aos pagamentos efetuados entre os anos de 2005 e 2014 relacionados à compra da refinaria de Pasadena.	Dep. João Magalhães	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
611 / 2014	03/06/2014	Requer à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cópia de todos os contratos celebrados por esta empresa, efetuados no período de 2005 a 2014, com relação à Refinaria de Abreu e Lima, com todos os detalhamentos, com o fito de subsidiar as investigações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Dep. João Magalhães	Aprovado
612 / 2014	03/06/2014	Requer à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cópia de todos os contratos celebrados por esta empresa, efetuados no período de 2005 a 2014, relacionados à Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), com todos os detalhamentos, com o fito de subsidiar as investigações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Dep. João Magalhães	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
613 / 2014	03/06/2014	Requer à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cópia de todos os contratos celebra- dos por esta em- presa, efetuados no período de 2005 a 2014, com a empre- sa SBM Offshore, com todos os de- talhamentos, com o fito de subsidiar as investigações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Dep. João Magalhães	Aprovado
Requerimentos correlatos:		Nº 33 / 2014 - Informação		
614 / 2014	03/06/2014	Requer à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cópia de todos os contratos celebra- dos por esta em- presa, efetuados no período de 2005 a 2014, relacionados à temática de segu- rança nas Platafor- mas de Petróleo, com todos os de- talhamentos, com o fito de subsidiar as investigações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Dep. João Magalhães	Aprovado

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito boa tarde a todos.

Havendo número regimental e já contando com a presença do Sr. Vice-Presidente e do Sr. Relator, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu iria propor a dispensa da leitura, mas não há quórum para tanto. Assim, vou imediatamente, conforme deliberado no encontro anterior...

Se Flexinha assinar, dá.

Conforme deliberado no encontro anterior, esta reunião destina-se à votação do Plano de Trabalho e à apreciação dos requerimentos.

Passo a palavra ao Sr. Relator, se tiver considerações finais a fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já as fez ontem.

Passo à discussão da matéria.

Aberta a lista de inscrição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aberta a lista de inscrição. V. Exª quer discutir?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu queria me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos abrir a lista de inscrição. Deputado Carlos Sampaio, Deputado Izalci, Deputado Eduardo Cunha, Senador Humberto Costa...

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR - MG) – Deputado Bernardo Santana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Seja bem-vindo, Bernardo. Não o tinha visto ontem.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR - MG) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom, vamos lá.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu não estava aqui ontem, e peço desculpas ao Relator e a V. Exª, mas eu estava num outro compromisso.

Nós não temos um óbice com relação ao Plano de Trabalho apresentado. O que nós temos é uma sugestão de inclusão, dentro desse Plano de Trabalho, de uma metodologia que faça com que a investigação possa realmente ser profícua.

A primeira sugestão que nós fazemos é que haja a quebra de sigilo da MO Consultoria. Ela foi uma empresa que se relacionou, foi uma empresa laranja que efetivamente era o braço direito e o esquerdo do doleiro Youssef. Portanto, nós pediríamos a quebra desse sigilo.

Em segundo lugar, uma sugestão a V. Exª, Sr. Relator. Com relação a Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró, se nós tivéssemos a quebra de sigilo desses três antes, efetivamente, da convocação, nós poderíamos arguir com provas em mãos.

Então, a nossa sugestão é: inclusão da MO, quebra de sigilo dos três que estão diretamente envolvidos e que sejam ouvidos, logo depois, esses mesmos cujas quebras estão sendo solicitadas pelo PSDB.

Somente isso, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço o poder de síntese do Deputado Carlos Sampaio.

Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu só quero reforçar o pedido que fiz ontem para o Relator daquela questão de criarmos, realmente, a sub-relatoria. Eu acho que isso aí é de suma importância. V. Exª não descartou, abriu a possibilidade de fazer durante o andamento, mas, se nós já fizéssemos o planejamento em cima disso aí, eu acho que poderíamos ganhar tempo e melhorariamos muito o trabalho, o resultado.

Sinceramente, fiz uma pesquisa, Sr. Relator, e, de fato, todas as CPMLs que tiveram sub-relatorias tiveram resultado. Com as outras, infelizmente, não chegamos a lugar nenhum. Portanto, eu acho que essa metodologia é a mais adequada. Como se trata de um assunto de suma importância e por questão de tempo, de prazo, poderíamos...

Eu queria sugerir – inclusive, conversando com o Senador Gim, ele apoia – que pudéssemos aprovar todos os requerimentos. O Senador Gim fez a sugestão de retirar um requerimento, e concordamos, inclusive, de excluir, realmente, a Presidenta Dilma neste momento. Aprovaríamos todos e, depois, veríamos a questão das prioridades de convocação ou de quebra, mas poderíamos aprovar tudo de uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, em primeiro lugar, mais uma vez, dando continuidade ao debate de ontem, com a distribuição dos requerimentos e as colocações feitas pelo Relator, esclarecemos parte das nossas dúvidas naquele momento.

Eu queria fazer algumas ponderações. Em primeiro lugar, há uma parte que restou não esclarecida. Não havia nenhum requerimento cobrindo, e o PMDB apresentou um para requerer os detalhamentos dos pagamentos feitos quando da compra da Refinaria de Pasadena.

Gostaríamos que esse requerimento entrasse no grupo a ser apreciado em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos organizar. V. Exª está destacando do conjunto todos os requerimentos...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Não, não. Estou colocando... Este requerimento que estou falando não está no bloco distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas esta Presidência pautou todos os requerimentos. Quer dizer, V. Exª pode destacar esse requerimento para também ser votado no bloco ou no extrabloco, digamos assim.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Está bem, mas não sei se ele entrou hoje de manhã. V. Exª pautou todos hoje de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Todos, todos, todos. Então, ficaria no extrablocos, digamos assim.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Bom, mas é que é importante para satisfazer.

O segundo ponto que eu queria colocar aqui, e esse é o mais relevante e para o qual peço a atenção do Relator, é que vi que, nos blocos de requerimentos dele, havia a solicitação, a maioria dos requerimentos do nobre Parlamentar, Deputado Rubens Bueno, de cópias de contratos de empresas com a Petrobras.

O PMDB apresentou quatro requerimentos – 611, 612, 613 e 614 – dentro da seguinte linha: quando a gente apresenta... Temos quatro eixos, como destacou o Relator, com relação à CPML, que é o eixo da investigação de Pasadena, o eixo da SBM, das plataformas e das construções de refinarias. A nossa sugestão, e para isso apresentamos requerimentos, é que, em vez de a gente aprovar a solto requerimentos de contratos de empresa... Primeiro, porque a gente pode não abarcar todas as empresas; segundo, a gente vai estar fulanizando; terceiro, a gente vai pegar contratos que não tenham a ver com o tema. Então, o PMDB, para tentar satisfazer isso, está propondo que nós solicitemos todos os contratos acerca de cada tema.

Para tanto, o PMDB apresentou o 611, para requisitar todos os contratos celebrados por essa empresa com relação à refinaria; o 612, todos os contratos celebrados com relação à Pasadena, com relação à SBM, com relação às plataformas. Então, em vez de a gente aprovar requerimento empresa por empresa, a minha sugestão, a sugestão do PMDB, é que nós pedíssemos todos os contratos firmados acerca do tema, dos temas que são objeto. Acho que isso teria muito mais proeminência, muito mais detalhamento, viriam todos os contratos. Mesmo que digam que essas empresas que foram selecionadas estão no tema, isso não vai significar que nós tenhamos pegado todos os contratos do tema e evita a gente já escalar que tipo de empresa teve ou não, pode ou não ser investigada; se for, serão todas.

Então, essa é a sugestão que eu queria colocar. Conversei inclusive com o Deputado Rubens Bueno, autor dos requerimentos, que não se opôs, conversei com uma parte dos membros, que não se opõe. Acho que poderia ser o ponto principal do debate e, no mais, estamos de acordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom, os requerimentos a que V. Exª se refere já estão autuados, Sr. Deputado Eduardo Cunha, e já estão disponíveis também para serem votados.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Senador Humberto Costa.

V. Exª quer se inscrever?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Se V. Exª permitir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estou inscrevendo-o.

Sr. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu queria levantar aqui algumas preocupações. Primeiro, obviamente que nós estamos aqui desenvolvendo um processo de investigação que parte do ponto das denúncias que foram veiculadas pela imprensa, das informações de operações que foram realizadas pela Polícia Federal, juntamente com o Ministério Público, etc., etc. Mas, obviamente, todos esses processos são processos que estão em fase de investigação, e a investigação se faz a partir da existência de indícios; caso contrário, estamos correndo o risco de levantar suspeição quanto à conduta ética de inúmeras pessoas sem que seja esse o caso. Nós temos que ter essa preocupação.

Por que estou me referindo a isso? Aqui foi dito pelo eminente Líder, representante do PSDB, que se devesse, de antemão, quebrar o sigilo fiscal, bancário e telefônico, por exemplo, do Sr. Nestor Cerveró. Até o presente momento, o Sr. Nestor Cerveró não é acusado de nada, não há indícios de que ele tenha sido beneficiado com propinas, com qualquer coisa.

O que está em discussão, hoje, em relação à posição dele é se tecnicamente, administrativamente, agiu corretamente no processo de aquisição da Refinaria de Pasadena.

Os demais que ele listou provavelmente já têm o seu sigilo quebrado pela própria operação que aconteceu e, como tal, a requisição dos documentos da operação, como eu suponho que o Sr. Relator já fez e, se não o fez, o fará, deverá trazer até nós. Mas, nesse caso, eu até concordaria que seria possível nem esperar por esses documentos e fazer essa quebra de sigilo, mas, no caso específico do Sr. Nestor Cerveró e outros, contra os quais não há qualquer tipo de acusação ou indício, enfim, de atos de corrupção, acho que é expor desnecessariamente pessoas que, até o presente momento, não têm nenhum tipo de acusação pairando sobre elas.

A outra questão importante, Sr. Presidente, se não é engano meu, a partir do momento que o Ministro Zavascki recebeu o processo no Supremo Tribunal Federal, infelizmente – mas eu entendo as razões dele –, decretou o sigilo de justiça. Nós aqui já trabalhamos numa CPI onde havia o sigilo de justiça dos processos. Então,

é necessário também ter esse entendimento com o Supremo Tribunal Federal de como nós vamos ter acesso a esses documentos e o que nós podemos fazer também em relação a isso com iniciativas próprias da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esta Presidência já tomou as providências e deve, na próxima semana, estar com o Presidente do Supremo Tribunal Federal e com o Ministro Relator para tratar especificamente desse compartilhamento de informações, já que os dados, na sua maior parte, correm em segredo de justiça.

Eu perguntaria a V. Ex^{as}, só para otimizar os nossos trabalhos, se há alguma divergência. No Plano de Trabalho, não há requerimentos. Nós temos já dezenas de requerimentos de preferência, inclusões; no texto, na parte que fala sobre requerimentos, é outra situação.

Sobre o Plano de Trabalho, alguma dificuldade em aprová-lo agora? Alguma dificuldade?

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR - MG) – Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Aqui, Presidente.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR - MG) – Presidente, como era a minha...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, eu vou voltar à lista de inscrições...

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR - MG) – Presidente, como era a minha vez, na lista, de falar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sua vez, é exatamente o próximo.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR - MG) – É, mas eu digo que concordo com a orientação de V. Ex^a de separar requerimento do que é Plano de Trabalho, porque acho que vai facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Alguma divergência? Vamos ao...

Ônix, seja bem-vindo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, a situação é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depois, Rodrigo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu não tenho divergência, a princípio, com o Plano de Trabalho do nosso Relator, Deputado Marco Maia. Só que, quando ele apresenta os requerimentos com encaminhamento favorável, há uma contradição, porque há uma série de requerimentos – são quatro ou cinco – que tratam de períodos que não estão no escopo da CPI. O escopo da CPI é de 2005 a 2014.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só me permita dialogar com V. Ex^a. V. Ex^a vai destacar esses requerimentos para uma discussão avulsa, não é?

Mas eu estou...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sim, é só uma observação de que há uma dessintonia entre o Plano de Trabalho e os requerimentos que o Relator suporta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro, claro.

Então, eu vou ouvir o Deputado Rodrigo Maia e, depois, colocar...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E é por esta razão que nós temos que ajustar: ou vamos ficar dentro do Plano de Trabalho, aí tem que remover aqueles requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou ouvir o Relator e o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só para orientação, Deputado: os requerimentos, na verdade, deverão ser votados um a um – os requerimentos. O Plano de Trabalho é apenas uma orientação geral sobre o que nós estamos abordando.

O que eu fiz foi uma proposta de, agora, 235...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Duzentos e trinta e quatro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... 234 requerimentos que, na minha avaliação, poderiam ser votados em globo, não precisaria votar um a um. Votaríamos totalmente, eles teriam acordo sobre todos eles. Aqueles em que não há acordo podem ser destacados para votarmos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Certo. A gente destaca e vota. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Foi exatamente isso que eu coloquei.

Deputado Rodrigo Maia com a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Presidente, da mesma forma que falei ontem, eu não vejo nenhuma conexão do caso da P-36, que foi grave, com o escopo desta CPI.

Eu quero apenas registrar que, isso aprovado, abre a cada um de nós, mesmo que não no caminho que seguir a investigação, que nós possamos incluir outros fatos, como o caso da África por exemplo.

Eu acho que o Relator, quando inclui o Sr. David Zylbersztajn e a P-36, e vou votar a favor, abriu o escopo para que a gente amplie, mesmo que durante a investigação outros fatos não tenham conexão com a investigação que está sendo conduzida pelo Relator nesta Casa.

Então, se for para incluir fatos que não estão no escopo da CPI, isso nos dará o direito de aprovar, a partir de amanhã, outras questões, como é o caso da compra das reservas da África pelo BTG. Todos nós sabemos que existem muitas dúvidas colocadas pelo mercado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores que concordam com o Plano de Trabalho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Plano de Trabalho.

Vamos para a segunda parte.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Verificação, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, verificação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Verificação.

Há apoio para verificação.

Verificação concedida.

Peço à Secretaria.

Votação nominal.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, Presidente!

Plano de trabalho não é proposição, Presidente!

Plano de trabalho é roteiro. Não tem verificação no plano de trabalho, Presidente! O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A votação é simbólica.

Já houve uma solicitação...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É regimental, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Porque aí, regimentalmente, não suporta isso, Sr. Presidente, art.

211. E aí é uma malandragem para não votar depois.

Então, vamos tentar trabalhar direitinho, sem esperteza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos fazer a votação nominal.

Vou fazer a chamada.

João Alberto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, como é que vai fazer votação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou com a palavra.

João Alberto Souza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O senhor está fazendo de ofício, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A votação é nominal. Foi solicitada a verificação.

João Alberto Souza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, não é proposição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Valdir Raupp.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, não vai entrar no prazo de uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Claro, Sr. Presidente. Verificação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Verificação é uma hora, é.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Mas, Presidente! Espere aí, Presidente.

Questão de ordem.

Um momentinho.

Presidente Vital, um momentinho. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para questão de ordem, V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não há, no Regimento do Senado Federal...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Já estamos em votação, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, mas não se pode fazer uma coisa que não é possível de ser feita.

O senhor quer fazer uma regra que não é o que está no Regimento. Não dá.

Então vamos tentar fazer a coisa direito. É esse o meu objetivo.

O Regimento é claro: para fazer, teria que ser uma proposição. Não é. O que o Relator apresentou é um roteiro, só isso. Portanto, não se encaixa como projeto, não se encaixa como requerimento, não se encaixa como indicação, parecer ou emenda. Portanto, não cabe verificação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Já está aprovada a sugestão de roteiro. O que ocorre?

Nós vamos, então, para o outro item, que é o dos requerimentos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, se me permite, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para contraditar, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, toda matéria de votação é passível de verificação, já deferida por V. Ex^a. Foi requerido regimentalmente e deferido por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu queria que V. Ex^a repetisse.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Toda matéria sujeita à votação é passível de verificação.

A verificação foi requerida, tem apoio e V. Ex^a já deferiu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Consulte a sua assessoria, Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, consulte o art. 228...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Presidência está com a palavra!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Art. 228, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Presidência está com a palavra. Por favor.

Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:

I – os Senadores que aprovam a matéria deverão permanecer sentados, levantando-se os que votarem pela rejeição;

II – o voto dos líderes representará o de seus liderados presentes, permitida a declaração de voto em documento escrito

III – se for requerida a verificação da votação, será ela repetida pelo processo nominal;

Foi o que aconteceu.

A proposição...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Me permite apenas uma questão?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não é uma proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não se trata de uma proposição. É um plano de trabalho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esse roteiro... Esse Plano de Trabalho...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – O mais importante na condução desse trabalho aqui, hoje, é que todos concordem com o Plano de Trabalho ofertado.

Para que fazer uma verificação para levar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu quero que V. Ex^{as} respeitem a Presidência para conduzir.

Nós temos uma votação de um roteiro. Bem colocou o Deputado Onyx, de um roteiro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Que foi aprovado. Está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor. Por favor. Eu estou com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A votação de um roteiro. Esse roteiro foi contestado, a sua votação, pelo Líder José Pimentel.

Ele contestou. É direito dele.

E, usando o Regimento, com os apoios necessários, solicitou uma votação nominal.

Ou os senhores... Como sairíamos dessa situação regimental? Por quê? Porque não é proposição. É um roteiro, é uma proposta de andamento dos nossos trabalhos, que terá que ter o apoio da maioria dos nossos membros. Se nessa proposta, em votação simbólica – em votação simbólica –, resultou dúvida de um Líder partidário, nós vamos à votação nominal. Não temos outro caminho. Permitam-me...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Mas qual é a dúvida, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou continuar a votação nominal.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR. *Fora do microfone.*) – Qual é a dúvida da unanimidade?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS. *Fora do microfone.*) – Então não pode contar prazo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A dúvida da unanimidade, meu queridíssimo Deputado Rubens Bueno, está na presença do Senador José Pimentel.

Eu vou continuar a votação.

José Pimentel, como vota em relação ao Plano de Trabalho?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Mas então o senhor não vai contar prazo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O voto é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – “Sim”.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, não pode contar prazo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vanessa Grazziotin, como vota?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, faça de ofício.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Sr. Presidente, se ele votou “sim”, não tem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu voto a favor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ. *Fora do microfone.*) – Presidente, se ele votou “sim”, não teria verificação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Humberto Costa, como vota?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não teria verificação se eu não votasse.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, não. Tem que ser o contrário.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Seria o contrário para ter verificação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Anibal Diniz. Por favor, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Mas é uma questão de ordem importante, Presidente.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ. *Fora do microfone.*) – Para ter verificação, alguém...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Alguém tem que votar contra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS. *Fora do microfone.*) – Ele não votou contra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Estou votando contra, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Ai ele mesmo concorda, porque está enganado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor declarou o voto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Ai é brincadeira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está encerrada a votação nominal.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Parabéns, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS. *Fora do microfone.*) – Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos agora aos requerimentos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – V. Exª encerrou a lista?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos agora aos requerimentos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – V. Exª encerrou a lista?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, não. Na discussão dos requerimentos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... eu vou oferecer a lista.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, obedecendo à lista de inscrição, o Deputado Bernardo Santana.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR - MG) – Bom, Presidente, no tocante exclusivamente aos requerimentos, vai haver um momento próprio de destaque.

O PR vai apoiar também o requerimento para as verificações dos pagamentos feitos em relação à Pasadena, mas, diante dos blocos de requerimento aqui, nós queremos nos filiar também à posição levantada pelo Deputado Eduardo Cunha sobre a questão de tratar da forma geral, ou seja, de todos os contratos, na forma dos quatro eixos – refinaria, Pasadena, SBM e plataformas – e na forma dos Requerimentos 611, 612, 613 e 614. Com certeza, isso nos trará mais dados, evitando que fique de fora algo que deva ser investigado – nós estamos num critério de investigação que tem premissas –, e evitará também que se foque apenas em uma coisa. O importante é focar nos supostos problemas que existem.

Então, faço apenas essa manifestação, que já foi feita por outro Parlamentar, e também trago aqui o apoio a esses requerimentos e a essa forma de trabalho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Onyx, com a palavra, por ordem...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, por economia processual, vamos direto aos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, determinadas colocações de alguns Senadores e Deputados me fazem lembrar de uma lista de doações que tenho em mãos das empresas ligadas ao doleiro. Acabei de assistir a uma agora.

Por que não querem trazer Nestor Cerveró? Esse é um dos maiores criminosos do assunto. Deve haver mais de 50 processos contra ele, se esta CPI realmente for séria.

E eu vejo alguém dizer que não é importante, que tem que se tirar o Cerveró da oitiva. Aí só rogando a Nossa Senhora de Nazaré, a Padroeira dos paraenses, Sr. Presidente.

Eu queria fazer essa observação e dizer-lhe, mais uma vez, que confio muito em V. Ex^a. A atitude de V. Ex^a há poucos minutos foi uma atitude decente. Oxalá, espero, tenho certeza de que ela vai permanecer assim até o fim desta CPI. É o que o povo brasileiro espera, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Afonso Florence.

Quem pediu pela ordem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Porque fui eu que me referi aqui ao Sr. Nestor Cerveró.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a invoca o art. 14?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não, ele não citou o meu nome. Eu quero apenas colocar que, quando eu falei, eu não falei em não vir depor. Tanto é que ele já veio depor na CPI do Senado, requerimento que eu endossei. Eu falei em relação à questão da quebra prévia de sigilo do Sr. Nestor Cerveró, que é outra coisa diferente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Feito o esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Como ele falou, eu tenho o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Me permite...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – V. Ex^a deu para ele, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E dou para V. Ex^a. Mas me deixe caminhar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Só uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, senhor.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Ele não justificou o que disse.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Afonso Florence e depois, pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – É uma pergunta só.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr^{as} Parlamentares, eu quero dizer que, nessa discussão sobre os requerimentos, nós temos que ter como perspectiva o fato de que temos um Plano de Trabalho aprovado, e, finalmente, vai constar em ata por consenso. Esse Plano de Trabalho prevê foco em um conjunto de depoimentos a serem colhidos. Para o sucesso desse Plano de Trabalho, nós temos de identificar, precisamente, que requerimentos aprovaremos, que requerimentos rejeitaremos e que requerimentos deixaremos para apreciação *a posteriori*.

Há um conjunto de requerimentos que implicam duplicidade de convocação, duplicidade de convocação no que diz respeito a depoimentos já colhidos e depoimentos com mais de um requerimento de convocação desses possíveis depoentes. Há pedidos de quebra de sigilo que são pertinentes, há pedidos de quebra de sigilos que não são pertinentes.

O Plano de Trabalho tem um roteiro de coleta de depoimentos que está explicitado na fundamentação que levou a sua aprovação com tão ampla maioria de voto das Parlamentares e dos Parlamentares deste plenário.

Portanto, me parece que o debate de votação em globo, quando possível, o debate de aprovação de requerimentos, para que possamos dar celeridade a essa coleta de informações e iniciarmos o processo também de apreciação da documentação coligida pela CPI do Senado, pelas investigações em órgãos da República – Ministério Público, Polícia Federal...

Temos que focar que requerimentos aprovaremos, para não implicarmos a postergação dos trabalhos desta CPMI. Além de haver duplicidade de convocação de depoimentos já coletados e de pessoas sendo convidadas, depoentes sendo convidados, há requerimentos que, como já foi manifestada aqui uma preocupação em relação à cronologia de investigação, há depoimentos que não dizem respeito ao fato determinado de convocação desta CPMI.

Por isso, com intuito de contribuir com essa deliberação, arrolamos aqui um conjunto de depoimentos que propomos à rejeição. Como são muitos, eu vou pedir, Presidente, Senador Vital do Rêgo, que faça constar da Mesa. Vou apresentar agora, oportunamente poderei ler, se for o caso, para nós entrarmos na apreciação. Mas a proposta é, se possível, para garantir a celeridade dos procedimentos, por consenso, votação em globo pela rejeição desta lista de requerimentos que ora apresento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para uma questão de ordem, Senador José Pimentel. Depois, pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com base no art. 145, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento a V. Exª a seguinte questão de ordem: pode uma Comissão Parlamentar de Inquérito colher depoimento de Presidente da República?

Não seria o caso de V. Exª, que tem a competência regimental para ordenar os trabalhos e salvaguardar normas constitucionais, indeferir o mencionado requerimento nº 8, de 2014, desta CPMI?

Faço isso, Sr. Presidente, porque V. Exª, na Presidência da CPMI do Cachoeira, em que veio idêntica convocação, que é uma provocação, e V. Exª, de ofício, indeferiu o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está indeferido, Senador Pimentel. Eu já ia me antecipar à provocação de V. Exª na questão de ordem. Aceito a questão de ordem, está indeferido liminarmente por afrontar a Constituição Federal no seu art. 86.

Senador Alvaro Dias, com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, eu não tinha conhecimento desse requerimento a que se referiu o Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele está autuado há alguns dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – A minha indagação à Mesa, ao Presidente e ao Relator, diz respeito ao número enorme de depoentes convocados no roteiro do Relator. A indagação: essa não é a ordem que será seguida para a audiência deles, não é? Porque nós precisamos estabelecer prioridades.

Há aí um sem-número de convidados ou convocados que certamente não terão grande contribuição a oferecer à CPI. São técnicos, são servidores, enfim, uma estratégia – pelo menos é o que aparenta, poderia ser, espero que não seja – do Relator de protelação. Por isso esta indagação: é esta a ordem que está no roteiro, ou a ordem será definida em razão da oportunidade, estabelecendo a prioridade?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Alvaro Dias, eu me incluo nessa discussão de V. Exª para dizer que a pauta é da Presidência. E a Presidência vai, depois da deliberação de V. Exªs, fazer a pauta dos nossos trabalhos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Pois não, Presidente. Era essa a dúvida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputada Iriny Lopes, com a palavra.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – A questão que quero levantar é exatamente essa da metodologia da aprovação dos requerimentos.

Quero reafirmar aqui os argumentos do Deputado Florence se vamos... E é importante aferir no Plenário se há concordância dos Parlamentares em relação à proposta feita pelo Relator, dentro da lógica obviamente do plano já aprovado: em globo, os requerimentos favoráveis e, em globo, o debate dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou explicar a V. Exª e aos demais pares.

Vamos agora votar, em globo, os requerimentos propostos pelo Relator, Deputado Marco Maia. Depois, alguns requerimentos, como o Deputado Eduardo Cunha falou ainda há pouco, por terem duplicidade. Há três requerimentos do PMDB que englobam todos os contratos de fornecedores com a empresa. Aí eu ia trazê-los também...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem para esclarecer esse processo.

Nós começamos ontem com um clima bom e gostaríamos que continuássemos nesse clima de ordenamento do processo, não há necessidade de nenhum embate.

Nós temos aí a proposta do Relator de votação em globo. O que eu sugeri, até com a concordância do próprio Deputado Rubens Bueno, seria para não votar esses requerimentos específicos e votarmos um para todos os contratos, que foi o apresentado pelo PMDB.

E, segundo, os demais requerimentos acho que nós não deveríamos apreciar hoje, nem para aprovar, nem para rejeitar. Nós temos que dar início aos trabalhos e deixar ver se vai haver outros requerimentos, a não ser que queiram destacar algum específico, mas eu não concordo em juntar em globo para rejeitar nada não. E tem a minha oposição para isso.

Se há algum eventual que queiram destacar para aprovar, tudo bem. O restante, nós temos que dar um tempo. Não temos que rejeitar liminarmente nada, se estamos dando crédito ao Relator para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou colocar em discussão os requerimentos, em globo. Não são requerimentos solicitando rejeição, são requerimentos, em globo. Em votação os requerimentos em globo propostos pelo Relator, pela aprovação.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Presidente, eu quero concluir, por favor.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Eu pediria então que tirasse o 173, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 199, 200 e 214. Em substituição, os Requerimentos 611, 612, 613, 614 e 610. Era essa a proposta que eu ia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Assim fica mais fácil.

Senador Gim Argello, com a palavra.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Sr. Presidente, ontem eu já fiz uma proposta e vou voltar a fazê-la agora, e peço a atenção de todos. Sou a favor. Em todos os pleitos colocados, há vários requerimentos repetidos.

A minha sugestão é de que aprovássemos todos os requerimentos que foram apresentados, e V. Exª depois faz toda essa seleção, um por um, que tem que ser aprovado e submete para esta Comissão.

Então, a minha proposta: em vez de aprovar só uns que foram apresentados por um lado e por outro, que se aprove todos os requerimentos, destacando esse que V. Exª muito bem o fez, que era convocando a que não pode ser convocada, a Presidente Dilma Rousseff. De todos os outros, sou a favor da aprovação. Essa é a minha proposta. Eu pediria que o senhor, por favor, colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputada Iriny Lopes, para concluir, com a desculpa desta Presidência, porque quando eu me posicionei pensei que V. Exª já tinha concluído.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Não, não havia concluído, exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputada com a palavra.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Porque, Presidente, olha só, quando votarmos em globo a proposta do nosso Relator, será importante para o conjunto dos Parlamentares que, a partir daí, nós possamos entender, ao tomarmos conhecimento os destaques que serão feitos, porque aí nós vamos ver se isso tem consonância ou não com a lógica apresentada no Plano de Trabalho do Sr. Relator. Então, caberá ou não o debate se há proposta de rejeição em globo ou não.

Então, eu acho fundamental que votemos isso e não acho que na reunião de hoje tenhamos como adentrar no debate das rejeições.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Vamos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, só pela ordem.

Fazendo a mesma ponderação que fiz na primeira intervenção. O Requerimento 440, o Requerimento 447, o Requerimento 525 e o Requerimento 528 estão – insisto nesse ponto – fora do escopo da CPI. Poderiam ser retirados se o Relator julgasse que ele traria de novo numa próxima reunião para podermos fazer um debate mais aprofundado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª faz uma solicitação ao Relator...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Uma ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... que vai se posicionar, assim como vai se posicionar também sobre a permuta dos requerimentos do Deputado Eduardo Cunha. O.k.?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sem problema nenhum. Só peço a consideração do Sr. Relator sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Relator, há duas indagações. Primeiro, o Deputado Eduardo Cunha elencou uma série de requerimentos que poderão ser substituídos por três requerimentos.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Isso. Até para fazer a correção aqui, três deles já foram autuados, aliás, o 610, 611, 612 e 613 já foram autuados, só falta o 614. Então, na realidade, é só exclusão e inclusão do 614.

Porém, no 614, a ementa tem uma falha e eu queria propor a correção da falha – se V. Ex^a assim permitisse – da ementa, porque fala só temática de segurança. Então, a gente suprimir a expressão temática de segurança e fosse a plataformas, porque senão não atingiria o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou passar a palavra ao Relator Marco Maia para se posicionar sobre as duas solicitações: do Deputado Onyx e do Deputado Eduardo.

Senador Gim Argello, peço que assuma aqui.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Da minha parte, Presidente, não há, em absoluto, nenhuma contrariedade, acho que podemos retirar os quatro requerimentos que foram propostos pelo Deputado Onyx Lorenzoni. No decorrer da CPI, a gente pode avaliá-los de novo mais uma vez. E acho que não há nenhum problema de fazermos essa substituição, retirar os requerimentos que foram aqui apresentados e listados de pedido de informações de contratos, substituindo pelo pedido mais geral feito pelo Deputado Eduardo Cunha, porque acho que contribui. Vamos ter, inclusive, mais informações sobre os contratos e as negociações que foram feitas em torno dos temas que devem ser trabalhados na CPI.

Então, da minha parte há acordo em número, gênero e grau com a proposta apresentada.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, só para complementar, eu listei os números que eu li. Entre eles, eu não incluí a empresa Costa Global, porque essa não trata de contrato com a Petrobras, essa é empresa do ex-diretor. Então, essa mantenho nominalmente, porque é um outro objeto de investigação que não tem a ver com os contratos da Petrobras.

Então, nos números que eu listei não estou incluindo a exclusão do requerimento de Costa Global não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, da minha parte, pode-se votar globalmente com essas alterações aqui propostas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Obrigado, Relator Marco Maia.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

Então, vamos à votação.

Primeiro, há duas propostas colocadas. Uma proposta foi feita por mim, de votarmos todos, só tirando aquele que já foi tirado pelo Pimentel, o da Presidente Dilma, de aprovarmos todos os requerimentos apresentados; e a segunda proposta – e concordando também com a retirada desses pedidos pelo Deputado Onyx e pelo Deputado Eduardo Cunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Estariam fora, então, do grupo?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Estariam fora do globo.

Nós estamos votando, então...

Só repita os números para ficar registrado, por favor, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O 440, 447, 525 e 528.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O 440, 447, 521 e 522.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, posso fazer uma consulta? Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um instante.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – É o 528!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Só para considerar, eu não estou percebendo exatamente a diferença. Quero fazer um apelo a V. Ex^a. Como houve uma construção de acordo, o Relator acatou sugestões do Líder Eduardo Cunha, do Deputado Onyx Lorenzoni, dos outros Deputados, é possível um acordo em torno da proposta do Relator, incorporando essas sugestões?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – As sugestões já foram aceitas, tanto as do Deputado Onyx, quanto as do Deputado Eduardo Cunha. As duas propostas já foram aceitas. O que há são duas propostas na mesa, uma aprovando todos os requerimentos, destacados esses que foram sugeridos nessa permuta feita com o Deputado Eduardo Cunha. Há duas propostas: uma são todos os requerimentos, todos eles; a segunda, só os apresentados pelo Relator.

Então, vou colocar em votação, primeiro, a proposta que engloba e aprova todos os requerimentos. Aqueles que concordarem...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Eu não entendi. Todos os requerimentos? Quais? Todos os requerimentos propostos pelo Relator com inclusão e exclusão? Ou toda a pauta?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Toda a pauta.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Não, acho que não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Toda a pauta, excluindo os seus e os meus.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Excluindo os seus e essas mudanças.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Só para não dar confusão, a proposta que eu fiz é: a proposta do Relator, excluindo a nominação de empresas, por um de todos os contratos. Foi essa a proposta que eu fiz. Os demais, a gente discute individualmente, ou hoje ou outro dia, no momento que entendermos, até porque eu não sou contra ou a favor, eu nem me preocupei em ler.

Então, eu acho que seria uma atitude até leviana nossa. Desculpe, eu não quero... Leviana é uma palavra muito grosseira. É temerário, como disse bem o Senador Pimentel, a gente aprovar sem saber o que é. Então, eu quero saber, pelo menos, ter conhecimento daquilo que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, é o seguinte: como nós temos duas propostas, eu vou pedir para dois encaminharem a favor e dois contra. Nessa proposta, o primeiro item é aprovar todos os requerimentos, destacados esses que o Deputado Eduardo Cunha pediu e os que o Deputado Onyx pediu; a segunda proposta é aprovarmos, da mesma forma, com os mesmos destaques, os requerimentos separados...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – ... pelo Relator Marco Maia.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Permite-me um encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Parece-me que há um certo consenso entre os partidos de oposição e da Base também, enfim, com relação à proposta feita pelo Relator, com as sugestões feitas pelo Eduardo Cunha, juntamente com o Deputado Onyx. Portanto, como essa proposta me parece ser a consensual, que colocássemos primeiro essa em votação. A outra, automaticamente, já estaria excluída da própria aprovação de todos os requerimentos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem.

Para encaminhar, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu tenho a mesma posição do Deputado que terminou de aqui falar, por entender que nós tivemos a capacidade política de analisar um bom número de requerimentos em que o nobre Relator, mediando esse processo, dá o parecer favorável. A proposta que V. Ex^a está apresentando não nos permite acompanhar V. Ex^a, porque nós não conseguimos analisar todos os requerimentos e fazer os consensos mínimos. Como a intenção desta Comissão é construir consensos, eu pediria a V. Ex^a... V. Ex^a tem todo o direito de manter a proposta, mas não é o que pensa a média do coletivo. Por isso, Sr. Presidente, nós acharíamos mais aconselhável acompanhar o parecer do nobre Relator, que estudou a matéria, que fez a discussão com os vários pares, para que possamos depois avaliar os demais requerimentos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Na minha intervenção anterior, eu acho que não consegui me expressar bem, fazendo um apelo a V. Ex^a para se incorporar nesse esforço, porque, se nós conseguimos sempre construir um consenso dos procedimentos com base no Plano de Trabalho, poderemos ter acuidade na investigação contemplando as diferentes posições políticas para o propósito de investigar.

Então, aquela minha questão de ordem anterior, digamos assim, apartada aqui por vários companheiros, era no sentido de fazer um apelo a V. Ex^a para tentar se integrar nesse acordo, aprovando primeiro esse conjunto de requerimentos apresentados pelo Relator, destacados pelo Relator, com os adendos feitos pelo Deputado Onyx e pelo Deputado Eduardo Cunha.

Então, com todo o respeito ao encaminhamento anteriormente apresentado, recorro dele para que, se possível, V. Ex^a se incorpore nesse esforço. Se há algum requerimento que não tenha sido contemplado, incorporaremos, mas não estendamos a todos, o que não os prejudica.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem. Então, vamos incorporar esse apelo de todos, e, invertendo a pauta, vou colocar primeiro, então, já tendo sido votado o Plano de Trabalho apresentado pelo Marco Maia, agora, a aprovação dos requerimentos apresentados pelo Relator, destacados os do Deputado Onyx, retirados, e a mudança feita pelo Deputado Eduardo Cunha.

Em votação.

Quem assim concordar permaneça como se encontra, os Srs. Deputados, os Srs. Senadores, as Sras Deputadas, as Sras Senadoras. *(Pausa.)*

Estão aprovados, então, por unanimidade, os requerimentos apresentados e a lista apresentada com esses destaques.

Com a palavra, o nobre Deputado Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu fiz ontem, aqui, na reunião desta CPI mista, uma proposta de que poderíamos avançar na CPI quebrando o sigilo bancário, fiscal e telefônico de empresas e de pessoas envolvidas no processo. E, pelo jeito, eu não fui atendido, pelo que eu estou observando aqui.

Então, eu tenho dois requerimentos na mesa. Um trata de pessoas e outro trata de empresas, exatamente para dar preferência nesse sentido.

Por que é que eu estou dizendo isso, Sr. Presidente, Sr. Relator? Porque a *Folha de S.Paulo* de hoje traz uma matéria que diz que empresas doaram 28% de verbas a partidos em 2013. Esses 28% são doações de empresas em 2013. E nós vemos que esse número cresceu muito. Em 2007 eram apenas 7,5%. Hoje já são 28%. De 2007 para cá, mais que triplicou o número de doação de empresas a partidos políticos. E em 2013 não há eleição. Imaginem como seria em 2014 ou como será.

Estamos diante de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que mostra que isso aqui tem que ser estancado. Eu insisti ontem na questão de poder discutir isso em torno de uma proposta de reforma política que saia desta CPMI e de esse Relator, o nosso Relator, Deputado Marco Maia, trabalhar nesse sentido, porque não é mais possível considerar isso.

Então, eu coloco esta proposta dizendo que a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das empresas e das pessoas envolvidas é de fundamental importância para que a gente avance nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, só para então clarificar bem que o que nós aprovamos foi a exclusão dos requerimentos cujos números eu listei, 173, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 199, 200 e 214, e a inclusão do requerimento 614, com a exclusão da expressão temática de segurança. É só para clarificar para que não fique dúvida.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E ainda a exclusão do 440, 447, 525, 528 proposta pelo Deputado Ônyx Lorenzoni.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Então, é esse o ponto. Então, o conjunto que nós aprovamos foi esse.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O.k. Está claro, então. Há mais alguém que pediu a palavra?

Com a palavra, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, é só uma questão de ordem para V. Ex^a nos esclarecer, para ficar nítido o encaminhamento.

Nós aprovamos um conjunto de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Duzentos e trinta e poucos, destacados esses outros, retirados.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Em consenso, já destacados aqueles em que houve a postulação de inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – É isso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Em relação aos outros requerimentos, entraremos na pauta amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Na pauta seguinte, na próxima pauta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a posição do Partido dos Trabalhadores. Nós nos empenhamos pela reforma política e pela extinção do financiamento privado para as eleições.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, peço que seja garantida minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está garantida sua palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Além disso, quero registrar também que não por isso ficaremos aqui arrolando os nomes dos Parlamentares, Senadores, pré-candidatos à Presidência. Não ficaremos fazendo essa arrolagem de nomes. Achamos que esse não é o método de fazer o debate aqui. Quero registrar que, na primeira folha, já há requerimento de quebra de sigilo de empresa.

O meu pedido de esclarecimento e sugestão de encaminhamento é: vamos agora proceder, de acordo com o Plano de Trabalho, à averiguação, às oitivas, à análise dos documentos constantes no requerimento hoje aqui aprovado e, na reunião subsequente, nós vamos entrar na rejeição e na prejudicialidade de outros requerimentos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem, Deputado.

Pela ordem, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu havia feito uma sugestão no início da minha fala, quando foram abertos os trabalhos desta CPML, sobre a convocação de três pessoas, ou melhor, sobre a quebra de sigilo de três pessoas físicas e de uma empresa.

Não sei se foi incorporado pelo Relator Marco Maia, seriam as quebras de sigilos do Sr. Alberto Youssef, do Sr. Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró. E eu explico: essas pessoas, obviamente, estarão aqui na condição de convocadas. A quebra do sigilo delas é fundamental que venha antes do depoimento para que possamos inquiri-las sobre o que lá consta.

E a quarta é a empresa MO, tão somente a MO, que, diferentemente das outras todas elencadas pelo Deputado Eduardo Cunha, essa não é uma prestadora de serviço, mas uma laranja sabidamente utilizada pelo doleiro. Então, essas quatro, as três pessoas físicas e essa pessoa jurídica, eu insisto, Sr. Relator, que seriam fundamentais para que tivéssemos os elementos necessários até para as inquirições que ocorrerão em breve.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Deputado Carlos Sampaio, acho que a diferença neste caso que temos aqui é do Nestor Cerveró, porque ele não se encontra no rol de investigados pela Operação Lava-Jato.

Se formos ver aqui, no Requerimento nº 31...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, até para que não avancemos... Então, na linha do consenso, a MO, Youssef e o Paulo Roberto. Por ora, excluimos o Cerveró, de quem realmente não existe ainda implicação direta.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Porque aqui no 31 nós estamos pedindo todas as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico, e já foram feitas. É um requerimento, inclusive, do Deputado Onyx Lorenzoni que nós estamos aprovando aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Peço um esclarecimento do Deputado Onyx: isso efetivamente aborda a questão tal como estamos colocando, Deputado? Porque não sei se todas foram feitas lá, e a agilidade de uma CPI é infinitamente maior do que a da polícia.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Concordo integralmente...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O 269, item 90...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Deixe-me só fazer um apelo a V. Ex^a, Deputado Carlos Sampaio. Como nós precisamos ver essas informações que vêm no processo, vamos dar uma olhada nisso e, na primeira reunião administrativa, a gente traz esse tema de volta e tenta colocar em votação por acordo... Acho que não há...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Concordo, Sr. Relator, concordo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Apenas para vermos quais são de fato as informações...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Perfeito. Concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Onyx, último inscrito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, sobre a mesa existem uma série de requerimentos que também poderiam, porque são especificamente de convocação de algumas pessoas que têm muita relevância, e para uma em particular eu queria solicitar a atenção do Sr. Relator, que é do Requerimento nº 021, por quê? Porque traria a esta CPI... E aí poderia até se trabalhar, quem sabe, com uma reunião reservada para ouvir o Dr. Sérgio Moro.

O Dr. Sérgio Moro é o Juiz responsável pela 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, a única vara da Justiça Federal especializada em combate à lavagem de dinheiro. Faria todo o sentido, porque ele presidiu toda a investigação. Então, seria importante a gente ouvi-lo, até porque ele tem uma experiência larguíssima nesse caso, sobre essa questão.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nesse caso, Deputado Onyx Lorenzoni, há uma jurisprudência do STF que impede que juízes que estejam à frente de investigações façam depoimentos em Comissões Parlamentares de Inquérito ou órgãos dessa natureza, por isso é que não incluímos aqui. Não há nenhuma restrição a isso. Só não incluímos em função dessa jurisprudência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Porque pode ser, Deputado Relator, não uma convocação, mas um convite.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Talvez a gente possa fazer um convite a ele...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Porque acho que seria valiosa a participação dele.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E ver se ele topa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Até porque nós estamos pedindo, e isso é um direito que nós temos, o compartilhamento da ação que ele presidiu.

Eu só queria pedir ao Presidente para colocar em votação o requerimento que está sobre a mesa que colocaria à disposição do Relator e da Presidência a convocação de Humberto Sampaio Mesquita e Márcio Lewkowicz. São os dois genros que operaram o esquema do Sr. Paulo Roberto Costa. Além da esposa, que é sócia, e de uma série de pessoas que estão relacionadas com a Sanko-Sider, como é o caso do Márcio Andrade, com o Labogen, que tinha o Leandro Meirelles e o Marcus Cezar de Moura. E o ex-Diretor da Petrobras Renato de Souza Duque e o Ildo Luís Sauer, juntamente com o ex-Diretor Guilherme Estrella.

Isto que estranhei: convocamos outros diretores e não convocamos esses. Queria fazer um apelo para que votássemos, porque a ordem da vinda dessa pessoas será determinada pelo Presidente, então, à medida que for avançando a investigação, já se tem essa possibilidade. Com a chegada do compartilhamento do processo de Curitiba, vai ficar evidente que, tanto da esposa do Paulo Roberto, quanto dos dois genros, como bem demonstram as matérias que, inclusive, já vazaram para a própria imprensa, há uma participação efetiva no esquema que ele comandou.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

Gostaria de dizer que, como votamos já hoje todas as matérias, fruto de um acordo muito bem construído, vou, então, encerrar esta reunião, convocando a próxima para o dia e hora já ditos pelo Presidente Vital.

Agradeço a todos e dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 216 páginas
(O.S. 13058/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

